



**Sandra Isabel Pinto
Silva**

**O Turismo na Serra da Estrela:
a Comissão de Iniciativa da Covilhã, 1929-1936**



**Sandra Isabel Pinto
Silva**

**O Turismo na Serra da Estrela:
a Comissão de Iniciativa da Covilhã, 1929-1936**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Joaquim da Costa Leite, Professor Associado do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro

O júri

presidente

Professor Doutor Carlos Manuel Martins da Costa
Professor Associado da Universidade de Aveiro

Professora Doutora Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes
Vaquinhas
Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Professor Doutor Joaquim da Costa Leite
Professor Associado da Universidade de Aveiro

Agradecimentos

Ao Senhor Professor Doutor Joaquim da Costa Leite

Ao Senhor Professor Doutor Carlos Costa

Aos Senhores Professores do Curso de Mestrado em Gestão e
Desenvolvimento em Turismo

À Região de Turismo da Serra da Estrela, em especial à Exma. Sra. Ausenda
Bonina

A todos aqueles que directa ou indirectamente deram o seu contributo para
que este trabalho pudesse tornar-se realidade

Resumo

A presente dissertação tem como objectivo estudar o funcionamento da Comissão de Iniciativa da Covilhã entre 1929 e 1936.

Partindo da leitura integral das actas das sessões da Comissão, artigos de jornais e legislação procura-se obter uma visão global do trabalho encetado pelo organismo na conjuntura da política turística nacional da época.

Abstract

The aim of this Master's Dissertation is to study the working of the "Comissão de Iniciativa da Covilhã" ("Covilhã Initiative Commission") between 1929 and 1936.

Based on the extensive reading of the meeting's minutes, newspaper articles and legislation, we sought to obtain an overall view of the work carried out by that body in the broader national tourism policy of the time.

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS	II
ÍNDICE DE QUADROS	III
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	IV
NOTA PRÉVIA	V
CAPÍTULO 1 — Introdução	1
CAPÍTULO 2 — Metodologia	8
CAPÍTULO 3 — As Comissões de Iniciativa, sua génese e constituição	11
CAPÍTULO 4 — Origem da Comissão de Iniciativa da Covilhã	19
CAPÍTULO 5 — Receitas e despesas	28
CAPÍTULO 6 — Obras e melhoramentos: estradas	56
CAPÍTULO 7 — Obras e melhoramentos: equipamentos	82
CAPÍTULO 8 — Propaganda e divulgação.....	108
CAPÍTULO 9 — Organização e participação em actividades de recreio e lazer .	124
CAPÍTULO 10 — Transportes	145
CAPÍTULO 11 — Contactos.....	166
CAPÍTULO 12 — Conclusão	179
FONTES E BIBLIOGRAFIA	185
ANEXOS	191

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1	— Mapa da delimitação das fronteiras dos concelhos da Covilhã e de Manteigas em 1768	23
Figura n.º 2	— Mapa da delimitação do concelho da Covilhã em 1936	25

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1	— Composição das Comissões de Iniciativa nas Estâncias Hidrológicas	14
Quadro n.º 2	— Composição inicial da Comissão de Iniciativa da Covilhã	20
Quadro n.º 3	— Freguesias dos concelhos da Covilhã e Manteigas em 1936	26
Quadro n.º 4	— Receitas das Comissões de Iniciativa	29
Quadro n.º 5	— Despesas das Comissões de Iniciativa	30
Quadro n.º 6	— Contas da gerência do ano económico de 1930/31	40
Quadro n.º 7	— Contas da gerência dos anos económicos de 1929/30 e 1930/31	40
Quadro n.º 8	— Contas da gerência do ano económico de 1931/32	44
Quadro n.º 9	— Contas da gerência do ano económico de 1931/32	44
Quadro n.º 10	— Taxas de turismo mensais acordadas entre a C.I.C. e os proprietários de hotéis, pensões, restaurantes e outros	47
Quadro n.º 11	— Contas da gerência do ano económico de 1932/33	48
Quadro n.º 12	— Contas da gerência do ano económico de 1932/33	49
Quadro n.º 13	— Contas da gerência do ano económico de 1933/34	51
Quadro n.º 14	— Contas da gerência do ano económico de 1933/34	51
Quadro n.º 15	— Contas da gerência do ano económico de 1934/35	52
Quadro n.º 16	— Contas da gerência de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1935	53

GLOSSÁRIO DAS ABREVIATURAS

C.I.C.	— Comissão de Iniciativa da Covilhã
C.N.T.	— Conselho Nacional de Turismo
C.P.	— Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses
J.A.E.	— Junta Autónoma de Estradas
R.J.T.	— Repartição de Jogos e Turismo

NOTA PRÉVIA

A licenciatura em História e o ano curricular do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, concluído na Universidade de Aveiro, concorreram para que o tema proposto pelo Coordenador do Mestrado, Professor Carlos Costa — História do Turismo na Serra da Estrela —, fosse aceite de bom grado, dada a complementaridade que se pode estabelecer entre as áreas de estudo. Além disso, para o facto de termos aceite esse local como espaço de estudo não foi alheia a proximidade, por motivos profissionais, da Serra da Estrela.

Após orientação do Professor Joaquim da Costa Leite, iniciámos uma série de viagens à Região de Turismo da Serra da Estrela, a fim de determinar exactamente o que estudar a respeito desse local. Para grande surpresa nossa, fomos informados da inexistência de material relevante para um trabalho desta natureza no arquivo da Região, o que tornava as nossas viagens infrutíferas. Não desistindo, voltámos mais uma vez à Covilhã, onde, para nossa satisfação, soubemos da existência da Comissão de Iniciativa da Covilhã (C.I.C.) e também da Comissão Municipal de Turismo (C.M.T.), cujo conjunto de actas se encontrava arquivado mas não estudado¹. Esse conjunto de documentos foi gentil e prontamente cedido para o estudo que aqui se apresenta por se tratar de uma pesquisa que, à partida, contribuiria para o conhecimento mais detalhado da história do turismo na Serra e dos organismos com ela relacionados. A par dessas actas foi-nos também cedido um vastíssimo espólio de recortes de artigos de jornais — locais, regionais e nacionais — cuja autoria é, infelizmente, desconhecida. Estes referem-se ao turismo na Covilhã e na Serra da Estrela, à acção da C.I.C. e, mais tarde, da C.M.T., datando os primeiros de Março de 1931 e os últimos de Fevereiro de 1946.

Iniciámos esta pesquisa com a ambição de abarcar um período de tempo mais lato do que o do presente trabalho. Após várias conversas com o Orientador, e à medida que avançávamos na investigação, fomos aconselhados a fazer incidir o estudo apenas nos sete anos de existência da C.I.C., dada a riqueza de informações. O tema deste estudo é, pois, o trabalho da Comissão de Iniciativa da Covilhã, organismo estatal ligado ao turismo criado na cidade da Covilhã, considerada uma das portas da Serra, e cuja acção se desenvolveu

¹ Foi através da Sr.^a D. Ausenda Bonina, funcionária da Região de Turismo da Serra da Estrela, que tomámos

entre Novembro de 1929 e Junho de 1936.

conhecimento desses documentos.

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

E porque, também, no turismo o princípio era o Verbo ...

Não se conhece o momento exacto do aparecimento da palavra “turista”, mas defende-se hoje, de uma maneira geral, que terá coincidido com o início das viagens que os ingleses realizaram pelo continente europeu, como complemento da sua educação elitista, sobretudo a partir de finais do século XVII, designando-se essa viagem por “Grand Tour”².

Viajar significava então para essa elite visitar o continente europeu, principalmente França e Itália. Depois das guerras napoleónicas, a França, país que acabara de sair de um regime revolucionário, era por isso alvo de interesse crescente. Os viajantes do pós-guerra, orgulhosos por terem posto fim à era napoleónica em Waterloo, têm outras características comuns: são ricos proprietários de terras, leram Arthur Young e querem descobrir as diferenças entre a França que estão agora a visitar e aquela outra descrita pelo autor³.

Muitos desses viajantes ingleses chegam mesmo a publicar livros sobre as viagens que realizavam, como são disso exemplo as obras *Handbook*, de Murray⁴, e *The Gentleman's Guide in his Tour through France*, de Henry Coxe. Dirigido aos viajantes ingleses surgem, a partir de 1820, com Galignani, os *Travelling Guide*, guias que elegem a capital francesa como o principal local a conhecer, mas que dão também indicações sobre outros países e regiões, como a Itália e a Suíça, as margens do Reno, a Bélgica e a Holanda. Os restantes países da Europa continuam, porém, a ser esquecidos. França continuava, deste modo, a ser o local mais procurado pelos viajantes, deslocando-se muitos ingleses a esse país por pura vaidade e por ser um destino “fashionable”⁵.

A palavra “tour” começou, assim, a ser inicial e unicamente utilizada pelos ingleses no século XVIII, que recorriam a ela para designar a acção de viajar. Dela surgiria posteriormente o termo “tourist”, aplicado àquele que viajava, nos finais desse século: “According to the *Oxford English Dictionary*, “tourist” made its first appearance in

² Licínio Cunha, *Introdução ao Turismo*, 2001, p. 15

³ Marc Boyer, *Histoire de l'Invention du Tourisme. XVIe-XIXe siècles. Origine et développement du tourisme dans le Sud-Est de la France*, 2000, p. 188

⁴ Murray, num estilo conciso, dá informações úteis acerca de cidades, monumentos, museus, actividades, alojamentos, transportes, produtos regionais e estado das estradas, entre outros. De 1839 e 1870 publicar-se-iam vinte “Handbooks” sobre o Reino Unido e outros sete sobre Itália, Alemanha, França, Península Ibérica, Médio Oriente, Índia e Rússia. (Marc Boyer, *Histoire de l'Invention du Tourisme*, 2000, p. 201.)

English in the late eighteenth century, functioning as a straightforward synonym for “traveller”. Among the earliest entries provided by the *OED* is Samuel Pegge's statement, in a book of 1800 on new English usages, that “A Traveller is now-a-days called a Tourist.”⁶.

No século XIX, os franceses ainda não incluem a palavra “tour” no seu vocabulário, fazendo somente uso de “touriste”, a partir de 1830, para se referirem aos estrangeiros, principalmente ingleses⁷. Littré, por seu turno, definia “turista” da seguinte forma: “aquele que visita os países estrangeiros por curiosidade e ociosidade”⁸. Mas é com a publicação de Stendhal, *Mémoires d'un Touriste*, em 1838, que se generaliza o vocábulo “touriste”. Stendhal recorria a ele para fazer referência ao cidadão francês que viaja dentro do seu país, sendo o autor por isso fortemente criticado em França.

Já em Portugal, Eça de Queirós fez uso do galicismo “touriste” no seu romance *Os Maias*, publicado em 1888, já que a palavra ainda não havia sido transposta para a língua portuguesa, o que só viria a acontecer a partir do início do século XX⁹.

A Revolução Turística

Segundo Marc Boyer, o século XVIII é, na história do turismo, o “grande século”. Foi nele, sobretudo na sua segunda metade, que ocorreram as grandes descobertas da viagem. À revolução turística juntam-se-lhe as revoluções agrícola, industrial, financeira e náutica¹⁰ que então despontavam em França, na Alemanha e nos Estados Unidos, mas que, no caso da Inglaterra, já se faziam sentir a um ritmo mais acelerado.

Mas foi essencialmente em meados do século XIX, que as descobertas turísticas terão vindo a reboque dos progressos tecnológicos ocorridos no século anterior, e também a viagem com fins de mera distração e, portanto, desinteressada, terá acompanhado a modernização de todos os sectores da sociedade. De facto, com a evolução em quantidade e qualidade dos meios de transporte, cada vez mais cómodos, em maior número e a

⁵ Op. cit., p. 189

⁶ James Buzard, *The Beaten Track — European Tourism, Literature, and the Ways to Culture, 1800 - 1918*, 1993, p. 1.

⁷ Nesta mesma época era comum os franceses inventarem anedotas a respeito dos ingleses, com o intuito claro de os ridicularizar. (Marc Boyer, *Histoire de l'Invention du Tourisme. XVIe-XIXe siècles. Origine et développement du tourisme dans le Sud-Est de la France*, 2000, p. 195.)

⁸ Marc Boyer, *Histoire de l'Invention du Tourisme. XVIe-XIXe siècles. Origine et développement du tourisme dans le Sud-Est de la France*, 2000, p. 191

⁹ Licínio Cunha, *Introdução ao Turismo*, 2001, p. 15

¹⁰ Marc Boyer, *Histoire de l'Invention du Tourisme. XVIe-XIXe siècles. Origine et développement du tourisme dans le*

proporcionarem viagens mais rápidas e regulares, os destinos tornavam-se menos distantes no espaço e, em muitos casos, economicamente mais acessíveis a novas franjas da sociedade, podendo por isso receber um crescente número de pessoas. Assim, a viagem passa a fazer parte integrante do turismo, ou seja, turismo pressupunha viagem, ambos elos em intrínseca ligação. O comboio e o barco a vapor, por exemplo, permitiam aos turistas fazerem as suas viagens aos mais diversos lugares, tendo esses meios desempenhado um papel bastante relevante na oferta de transportes à época existentes e no crescimento do próprio turismo.

O comboio surge em 1830 como transporte de passageiros, data em que se estabelece a ligação ferroviária entre Manchester e Liverpool. Nome importante ligado ao fenómeno turístico foi o de Thomas Cook que, em 1841, ao ter a ideia de alugar um comboio entre Leicester e Loughborough para uma viagem de congressistas médicos, dava origem ao turismo organizado e ao desenvolvimento das agências de viagens¹¹. O caminho de ferro foi mesmo um poderoso instrumento de transformação social do século XIX, tendo revolucionado incontestavelmente o uso do tempo livre¹².

Mas os comboios não eram os únicos a tornar o lazer mais acessível. O barco a vapor, cuja técnica fora aperfeiçoada havia uma geração, deu igualmente o seu contributo para o transporte de passageiros. Em Inglaterra, a título de exemplo, já muito antes do estabelecimento de ligações ferroviárias entre Londres e cidades como Margate, podiam os habitantes da metrópole ir até à costa de “steamer”¹³.

É nesse momento de aperfeiçoamento e expansão dos meios de transporte que ocorrem vários fenómenos ligados à viagem: a “revolução de Bath”, inicialmente inglesa, ligada às termas e a lugares como Aix-en-Savoie; as primeiras casas de férias no campo, também primeiramente no Reino Unido, mas depressa se espalhando pelo resto da Europa; o ritual, para alguns, dos Invernos no Midi, tornando-se a Côte d'Azur na Riviera dos britânicos; a descoberta de glaciares e montanhas, inventando-se o Monte Branco e olhando-se com gosto e audácia crescentes para as águas geladas e para os cumes dos

Sud-Est de la France, 2000, p. 252

¹¹ Licínio Cunha, *Introdução ao Turismo*, 2001, p. 333. As agências de viagem começavam então a ser encaradas como um importante sector ligado ao turismo. De facto, os fluxos turísticos são hoje, em parte, manipulados por si.

¹² Alain Corbin, *História dos Tempos Livres. O Advento do Lazer*, 2001, p. 28

¹³ Op. cit., p. 31. É de notar que, a par destes meios de transporte, outros factores houve que abriram portas ao tempo livre, ao lazer e ao turismo, nomeadamente as actividades da comunidade, que já não seguiam nesse momento as regras ditadas pelos rituais de grupo, a ruptura com o Domingo, dia dedicado à celebração do Senhor, e o facto de, agora que se estava perante sociedades industriais, o trabalho profissional já não se reger pela natureza. (Marc Boyer, *Histoire de l'Invention du Tourisme. XVIe-XIXe siècles. Origine et développement du tourisme dans le Sud-Est de la France*, 2000, p.

grandes montes. É este, enfim, o tempo da descoberta do amor pela natureza, o que origina novas viagens e temas, bem ao gosto da época¹⁴.

O século XIX acompanha também ele os progressos no turismo, numa altura em que o movimento romântico atingia o seu expoente máximo. Este estereotipava a viagem, hierarquizava os seus atractivos e ditava regras: o Mediterrâneo no Inverno, os Alpes e as termas no Verão, os “tours” durante as estações amenas do Outono e da Primavera¹⁵. Os países e regiões mais visitados passam agora a ser a Normandia, a Inglaterra, a Flandres e os países germânicos. A Itália perde visitantes e o sudeste francês ganha outro significado. Aí, podiam ser visitadas catedrais góticas e igrejas medievais, bem como apreciada diversa arquitectura militar. Não nos esqueçamos de que, entre as principais coordenadas do Romantismo, estavam a exaltação do tempo passado da Idade Média e um gosto algo exacerbado pela evasão, pela liberdade e pela natureza. O lema era agora salvar, restaurar e visitar e, por isso, lugares como o castelo d'If (relacionado com o romance *O Conde de Monte Cristo*) ou os Alpes, o vale seco de Gémenos ou a fonte de Vaucluse transmitiam ao turista uma forte carga emotiva e uma grande proximidade da natureza¹⁶. Assim, também os guias turísticos, que proliferaram na primeira metade do século, eram de base romântica.

No século XIX podemos distinguir três categorias de viagens: as que diziam respeito às viagens termais e locais de montanha, as que se prendiam com o turismo em casas de férias (na serra ou junto ao mar) e as que se relacionavam com questões pedagógicas ou com uma mera curiosidade pessoal, as então denominadas viagens-circuito (“the tour”), feitas a Itália, a França ou simplesmente à Provença¹⁷. Mas são as primeiras, sem dúvida, que conquistam nesse momento grande notoriedade:

(...) La vertu de la montagne, c'est d'être le lieu de l'excès. On trouve dans le récit de ces courses une emphase théâtrale: il s'y élabore des fatigues sans nuances et des rétablissements sans degrés. Tendus vers la recherche de passions et d'émotions, les récits de l'alpiniste conjuguent plaisir et ascèse. Un questionnement inédit se creuse dans la conscience du

260.)

¹⁴ Marc Boyer, *Histoire de l'Invention du Tourisme. XVIe-XIXe siècles. Origine et développement du tourisme dans le Sud-Est de la France*, 2000, pp. 255-256

¹⁵ Op. cit., p. 193 e 216

¹⁶ Op. cit., p. 211

¹⁷ Op. cit., p. 258

voyageur, détaché de l'utile, mais lié par le besoin de justifier son odyssée. Exposé à toutes sortes d'"exotismes", le voilà conduit à renverser ses modes de jugement pour procéder à ce qu'on pourrait appeler une herméneutique de sa sensibilité. (...)

André Rauch, *Vacances et Pratiques Corporelles*, 1998, p. 173.

O crescimento do turismo de montanha faz aumentar, por sua vez, a paixão pela altitude, assumindo-se por vezes um tom moral, místico, literário e quase religioso¹⁸. Durante a primeira metade do século XIX foram primeiro as cidades e os lagos suíços que atraíram os turistas, sendo os principais locais de admiração os vales e os maciços menos elevados. A segunda metade, com turistas maioritariamente ingleses, inaugura a época do alpinismo, não sendo a este facto alheia a formação do Clube Alpino, em 1857.

O espaço de montanha estava muito em voga também porque vários eram os médicos a defender a cura pelo ar que se respirava nas grandes altitudes — os primeiros viajantes que passaram o Inverno na Suíça fizeram-no na ânsia de restabelecerem a sua saúde. Mas em breve, outros, que não estavam doentes, se lhes juntaram, atraídos pela beleza das montanhas, pelas qualidades revitalizantes do clima, pelo encanto da vida social e pelos prazeres dos desportos de Inverno¹⁹. A promoção da montanha cria por isso o mito alpino: regeneração pelo ar puro e impulsos morais e poéticos no confronto entre o caminheiro e os cumes, em que a ascensão se torna um valor a preservar e fomentar²⁰.

Para acompanhar em qualidade o crescente número de turistas que procuravam os desportos de Inverno na montanha, e esperando também com isso alargar o público amador, o Clube Alpino francês declara que *Pela montanha criar energia, pela montanha engrandecer o homem [...], para atingir este fim foi preciso equipar a montanha, fazer carreiros, caminhos, abrigos, refúgios, hotéis, criar uma técnica alpina, dá-la àqueles que nós, lá em cima, chamamos guias encartados: é lá o nosso terreno de treino*.²¹ Também para tornar mais efectiva essa qualidade de serviços, desenvolvem-se postos de turismo locais (*syndicats d'initiative*) em algumas estâncias termais e cidades de montanha nos finais do século XIX, que se alargam depois a toda a França²², posteriormente a Espanha e, já em inícios do século XX, a Portugal.

A estância termal nasce no século XVIII na cidade de Bath, cidade britânica situada

¹⁸ Alain Corbin, *História dos Tempos Livres. O Advento do Lazer*, 2001, p. 46

¹⁹ Op. cit., p. 47

²⁰ Op. cit., p. 116

²¹ Op. cit., p. 118, citando V. Chevallard, *Le Club Alpin Français*, Paris, 1900, pp. 299-325

²² Op. cit., p.121

perto de Bristol mas, rapidamente, outras estâncias termais iniciam a sua actividade: Spa foi a primeira cidade a imitar Bath. Outras se seguiram, os Baden da Renânia ou da Boémia, Carlsbad, Marienbad, Montecatini ou Salsomaggiore.²³

O *Guide-Joanne* descreve assim a estadia num *Bade*: *É o Éden que milhares de turistas franceses se preparam para visitar [...], num pequeno espaço, todos os prazeres do mundo e da natureza. Há aqui belos hotéis, vivendas encantadoras, magníficos salões mobilados com luxo, as emoções dos jogos, as glórias e as penas das “toilettes”, os luxos da “coquetterie”, as alegrias da boa mesa, o inebriamento da música e da dança, o movimento, o brilho, o barulho da multidão; e apenas a alguns passos uma vegetação maravilhosa, passeios fáceis e variados, cascatas ou lagos nas florestas quase virgens, velhos castelos em ruínas [...]*.²⁴

Em França, Vichy e Aix-les-Bains surgem no final do século XVIII. No entanto, é entre 1815 e o início do século XX que o termalismo em França e também em outros países da Europa atinge o auge. Este fenómeno deve-se ao número crescente de clientes e também à multiplicação do número de termas. Pode-se dizer que se vive uma espécie de “febre termal” entre o mês de Abril e o mês de Outubro.²⁵

Este fenómeno de sucesso deve-se também à hidrologia. A partir do século XVIII os progressos feitos relativamente ao estudo das águas minerais são decisivos. Médicos inspectores fazem relatórios sobre os resultados das curas com o patrocínio da Academia de Medicina e várias revistas periódicas são publicadas em 1820 e 1830: *Bulletin des Sciences Médicales*, *Revue des Eaux Minérales de France et de l’Étranger*. A par dos estudos e revistas desenvolve-se a medicina termal e em 1895 é organizado o congresso internacional para o estudo das águas potáveis e minerais contribuindo a hidrologia, deste modo, para o desenvolvimento e criação de modos de utilização das águas minerais.²⁶

Com os mesmos objectivos, ou seja, análise da qualidade das águas para fins terapêuticos, foi levada a cabo em Portugal a “Expedição Científica à Serra da Estrela”, no final do século XIX, potenciando, desta forma, o surgimento de termas, nesta região, atraindo largo número de frequentadores nas primeiras décadas do século XX.

Assim sendo, também o nosso país começava a encarar o turismo como uma possível

²³ Alain Corbin, *História dos Tempos Livres. O Advento do Lazer*, 2001, pp. 93-94

²⁴ Op. cit., p. 94, citando A. Joanne, *Bade et Forêt-Noire, itinéraire descriptif et historique*, Paris, 1854, p.X

²⁵ Jean Sagnes, *Deux siècles de tourisme en France*, 2001, p. 7

²⁶ Op. cit., p. 13

e desejada fonte de desenvolvimento e de receitas, na medida em que despontava a ideia de que nele existiam certos factores que, isolados ou conjugados, poderiam determinar a afluência de turistas, quer estrangeiros quer nacionais. Atentava-se por esse motivo na existência de condições favoráveis ao turismo, entre elas a de um património diversificado e marcadamente original e a proximidade do mar, da planície e da montanha. Juntando-se a estes uma promoção do investimento no sector turístico, importante instrumento a ter em conta na política económica portuguesa, poder-se-ia concorrer com os países que então detinham as maiores correntes turísticas.

No caso particular da Serra da Estrela, cenário de elevado potencial turístico, já que podia ser apreciado tanto de Verão como de Inverno — sendo que, nesta estação, era o único lugar em Portugal que permitia a prática de desportos de neve —, também esse espaço teve de se ajustar às novas ideias para o sector, alargando o seu campo criador e suportando mutações mais ou menos rápidas, de maneira a se adaptar aos novos interesses de uma sociedade que começava a olhar para o tempo livre de outra forma. De comboio, de camioneta ou de automóvel começavam a chegar à montanha vários estratos sociais, porque ela permitia diferentes tipos de férias, de tempos livres e de momentos de lazer. “As férias pressupõem o culto do indivíduo”²⁷ — no fundo, estava também a Serra a concorrer para o bem-estar de todos aqueles que elegiam o local como o ideal para desfrutar do seu ar puro, das suas belezas naturais e do convívio social que proporcionava aos que a procuravam.

²⁷ André Rauch, *Vacances et Pratiques Corporelles*, 1988, p. 10

CAPÍTULO 2 — METODOLOGIA

A criação das Comissões de Iniciativa foi legislada pelo Decreto 1:152, de 23 de Abril de 1921, ficando subordinadas ao Ministério do Comércio e vindo posteriormente a ser regulamentadas pelos Decretos n.º 8:046, de 24 de Fevereiro de 1922, 10:057, de 24 de Agosto de 1924, e 22:530, de 16 de Maio de 1933. Este último introduziu algumas alterações aos decretos anteriores no que respeita às despesas e ao lançamento e cobrança de receitas das Comissões. Organizações independentes dos municípios, foram criadas com o intuito de desenvolver a indústria turística da sua área de jurisdição.

Quando iniciámos esta pesquisa, deparámo-nos com a inexistência de bibliografia de apoio sobre o funcionamento das Comissões de Iniciativa, apesar de estas aparecerem mencionadas várias vezes em obras ou artigos sobre o turismo em Portugal. Propomo-nos, assim, contribuir para o conhecimento do funcionamento na prática de uma dessas Comissões — a da Covilhã —, sendo portanto este o nosso objectivo imediato.

Após uma primeira abordagem dos textos, e no seguimento da escolha do tema a tratar, suscitaram-se-nos dúvidas que se foram transformando nas questões a que este trabalho pretendeu responder:

1. Como funcionou a Comissão de Iniciativa da Covilhã?
2. Teve a Comissão de Iniciativa da Covilhã autonomia e independência suficientes para levar a cabo o seu projecto de valorização turística?
3. Foi o “amadorismo bairrista” suficiente para tornar profícua e útil a acção da Comissão de Iniciativa da Covilhã?

Foi fulcral centrarmos o nosso exercício na análise e descrição dos documentos da época, fossem eles as actas da C.I.C., a legislação então elaborada ou os artigos publicados nos jornais da altura, constituindo estes últimos uma verdadeira força social com voz activa. Essa análise, complementada com a leitura das obras de apoio disponíveis, de carácter geral ou do âmbito do turismo aconselhadas pelo Orientador, bem como todas aquelas que julgámos pertinentes, procurou tornar tão clara quanto possível o processo de gestão e desenvolvimento da C.I.C..

Para a análise dos documentos tomámos como hipótese de partida a ideia de que,

enquanto relatos fidedignos da realidade, tais materiais serviram para fixar em texto o que ia acontecendo, permitindo perpetuar a sua acção ao serem consultados cerca de setenta anos depois. Num primeiro momento, optámos pela leitura integral das actas, o que nos levou ao passo seguinte, a consulta da legislação e sua interpretação. Pesquisámos então os jornais locais da época, o *Notícias da Covilhã* e *O Raio*, complementando as informações recolhidas com outros jornais de âmbito regional, como o *Estrela da Beira* e *O Distrito da Guarda*, e nacional, nomeadamente *O Século* e *O Comércio do Porto*. Ao longo dessa consulta, foram surgindo dúvidas quanto à estrutura a dar ao trabalho: como ordenar toda a informação disponível e qual a metodologia mais adequada a utilizar para o tratamento dessa informação?

Tornou-se claro que, dada a coerência que caracteriza a obra, não seria adequado abordar isoladamente apenas um dos campos de intervenção da C.I.C., dissecando somente uma das suas áreas da acção. Encontrámos, assim, áreas temáticas e, dentro destas, vários assuntos, que decidimos descrever e analisar cronologicamente e que foram, no fundo, o trabalho da Comissão de Iniciativa ao longo da sua vigência. Tivemos, por este motivo, de recorrer frequentemente à descrição de forma a que se facilitasse o entendimento da obra da C.I.C..

O nosso trabalho, designado por vários autores como um “estudo de caso” de tipo descritivo, poderá ser criticado pelo seu “poder de generalização ser muito limitado”²⁸. Outros, porém, contrapõem esta ideia, afirmando que “O facto de um estudo poder ser relatado é mais importante do que a possibilidade de ser generalizado.”²⁹. O presente estudo vai ao encontro do que Judith Bell diz poder ser um estudo de caso, já que vai ele muito para além de meras descrições, sendo os dados recolhidos de forma sistemática, tal como acontece em outras investigações, e “a relação entre as variáveis é estudada e o estudo é planeado metodicamente.”³⁰. Preocupámo-nos, desta forma, em fazer interagir factores e acontecimentos partindo da premissa de que “por vezes, apenas tomando em consideração um caso prático pode obter-se uma ideia completa desta interacção.”³¹. Apesar de sabermos que no campo das ciências sociais a observação participante, a entrevista e o inquérito por questionário são as técnicas mais frequentemente utilizadas,

não pudemos recorrer a estas por se tratar o trabalho de uma reconstituição histórica. Em contrapartida, tivemos a vantagem de consultar e interpretar documentos com a objectividade facilitada pela distância no tempo, sendo este um método “particularmente útil quando o acesso aos indivíduos da pesquisa se torne difícil ou mesmo impossível.”³².

Este estudo assenta, é certo, na disciplina de História. Contudo, recorremos à intersecção possível entre esta e as demais, não tendo por isso fronteiras disciplinares rígidas — fizemos uso tanto dos dados oferecidos pela investigação em Ciências Humanas como por aqueles que nos chegaram das Ciências Sociais.

O trabalho que se segue encontra-se organizado em vários capítulos: “Introdução”, “Metodologia”, “Comissões de Iniciativa, sua Génese e Constituição”, “Origem da Comissão de Iniciativa da Covilhã”. Nestes primeiros capítulos, referimos de forma sucinta o objectivo da nossa pesquisa, as metodologias utilizadas para a mesma, os principais organismos ligados ao turismo português desde o início do séc. XX e descrevemos a criação das Comissões de Iniciativa no nosso país, na década de 20, analisando a criação da Comissão de Iniciativa da Covilhã, o seu enquadramento legal e histórico. Posteriormente, e de forma mais pormenorizada, são analisados os seus campos de acção: “Receitas e Despesas”, “Obras e Melhoramentos” — dividido em “Estradas” e “Equipamentos” —, “Propaganda e Divulgação”, “Organização e Participação em Actividades de Recreio e Lazer”, “Transportes” e “Contactos”. Como conclusão, interpretámos o trabalho desenvolvido pela C.I.C. ao cabo de sete anos de existência, enquadrando esse balanço no cômputo de opiniões de vários autores, contemporâneos das Comissões de Iniciativa.

²⁸ Luís Pardal e Eugénia Correia, *Métodos e Técnicas de Investigação Social*, 1995, pp. 23-24

²⁹ M. Bassey, *Pedagogic research: on the relative merits of search for generalization and study of single events*, 1981, p. 85, citado por Judith Bell, *Como Realizar um Projecto de Investigação*, 2002, p. 24

³⁰ Judith Bell, *Como Realizar um Projecto de Investigação*, 2002, p. 23

³¹ J. D. Nisbet e J. Watt, *Case Study*, 1980, p. 5, citado por Judith Bell, *Como Realizar um Projecto de Investigação*, 2002, p. 23

³² Judith Bell, *Como Realizar um Projecto de Investigação*, 2002, p. 90

CAPÍTULO 3 — AS COMISSÕES DE INICIATIVA, SUA GÉNESE E CONSTITUIÇÃO

A 12 de Maio de 1911 foram abertos, na Sociedade de Geografia de Lisboa, os trabalhos do IV Congresso Internacional de Turismo, organizado pela Federação Franco-Hispano-Portuguesa dos Sindicatos de Iniciativa e Propaganda³³. Grandes nomes mundiais mereceram as maiores atenções durante o evento, o qual serviu para mostrar ao país anfitrião o que já acontecia além fronteiras. Portugal tinha já participado nos Congressos Internacionais de Turismo realizados em Saragoça, em 1908, San Sebastián, 1909, e Toulouse, 1910. Nestes encontros, os representantes dos diferentes países, como os de França, Espanha e Portugal, expuseram os seus atractivos turísticos e discutiram, entre outros temas, o modo de facilitar e aumentar o número de turistas e a necessidade de melhorar as infraestruturas de transporte e hotelaria³⁴. Porém, foi a partir do certame de 1911 que os nossos mais altos representantes tomaram verdadeira consciência da necessidade de criação no nosso país de um organismo oficial de turismo, adoptando prontamente as recomendações dos congressistas.

Assim, como refere Paulo Pina, “em 16 de Maio de 1911, no termo daquela reunião, o Governo Provisório da República decretava a constituição, no Ministério do Fomento, de um Conselho de Turismo, coadjuvado por uma Repartição do Turismo”³⁵. A partir de 1911, com a criação da Repartição de Turismo — terceiro órgão oficial criado na Europa, após o da Áustria (1909) e de França (1910)³⁶, e que em 1928 passaria a denominar-se Repartição de Jogos e Turismo — o sistema organizacional do turismo tinha que ser forçosamente revisto, enquadrando a organização local no aparelho turístico oficial, ao mesmo tempo que se proporcionariam bases institucionais mais sólidas, garantindo uma continuidade de acção considerada por muitos liberta do “voluntarismo bairrista”³⁷.

Colocava-se, então, o problema da abrangência de acção do Conselho de Turismo, devido à sua localização física se centrar em Lisboa, dificilmente actuando na província,

³³ Licínio Cunha, *Economia e Política do Turismo*, 1997, p. 89

³⁴ Carmelo Pellejero Martínez, “Antecedentes históricos del turismo en España (1900-1950)” in Carmelo Pellejero Martínez (dir.), *História de la Economía del Turismo en España*, 1999, p. 37

³⁵ Paulo Pina, *Portugal — Turismo no Século XX*, 1998, p. 17. Registe-se o facto de que o Conselho de Turismo é criado em 1911, passando a denominar-se Conselho Nacional de Turismo (C.N.T.) a partir de 1929.

³⁶ Helena Torres Marques, “Turismo” in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX, 2000, p. 536

local onde se sentia maior necessidade da sua intervenção. Se os serviços fossem largamente dotados — defendia-se — poder-se-ia estabelecer uma rede que tocasse as zonas de turismo mais interessantes do país. Mas a falta de recursos financeiros e a crença de que o turismo regional se poderia desenvolver com o simples facto de existirem sempre pessoas que de bom grado trabalhavam pela prosperidade das suas terras, sem ser portanto necessário recorrer a outros elementos, levaram os serviços a estudar uma organização que lhes permitisse realizar na província a obra turística julgada necessária. Segundo o projecto por eles estudado, o Governo ficava autorizado, sob proposta do Conselho de Turismo, a organizar Comissões de Turismo, as quais seriam consideradas como delegadas do Conselho. Seria competência destas Comissões interessarem-se por todos os assuntos que se prendiam com o turismo, nomeadamente com a protecção e defesa dos monumentos, a organização de inventários dos monumentos nacionais de toda a ordem e da lista das relíquias históricas, artísticas ou simples curiosidades dignas de interesse para os viajantes, a propaganda local, ou ainda a fiscalização dos hotéis e pensões existentes³⁸.

Este projecto do Conselho foi constituído proposta de lei por Aquiles Gonçalves³⁹ e apresentada ao parlamento em 30 de Abril de 1914, não tendo sido, contudo, aprovada. Vem isto demonstrar que a ideia de descentralização estava apenas no espírito de alguns sendo, portanto, pouco partilhada, contrariamente ao que acontecia em Espanha, onde desde finais do séc. XIX os Sindicatos de Iniciativa, essencialmente de cariz privado, contribuíam “con una precisión de datos y un conocimiento directo que probablemente faltarían a organizaciones de outro tipo, y presentan, desde el punto de vista del Estado, la ventaja de ofrecerle, como punto de apoyo a su política turística de conjunto (...). Los fines propios de los Sindicatos se armonizan, pues, perfectamente con los objetivos generales del turismo estatal”⁴⁰. É ainda de salientar que, além de Espanha, países como a Suíça, França e Itália tinham já desde o final desse século Sindicatos de Iniciativa. Carlos Arcos Y Cuadra definiu-os em 1909 como “agrupación de personas que se reúnen com el objecto de ocuparse de una región desde el punto de vista del Turismo, perfeccionando los medios de locomoción y vías de comunicación, favoreciendo las atracciones, la comodidad y el confort de los visitantes, y por fin procurando se haga conocida la región en el exterior por

³⁷ Paulo Pina, *Portugal — Turismo no Século XX*, 1998, p. 39

³⁸ *Idem, Ibidem*

³⁹ Foi Ministro do Fomento num gabinete presidido por Bernardino Machado e deputado na ditadura de Pimenta de Castro.

⁴⁰ Carmelo Pellejero Martínez, “Antecedentes históricos del turismo en España (1900-1950)” in Carmelo Pellejero

medio de prospectos, anuncios, artículos en la prensa, etc. En una palabra, Sindicato de Iniciativa es el que estudia y practica el arte de atraer al turista.”⁴¹.

Só alguns anos mais tarde se criariam as Comissões de Iniciativa pelo Ministério do Comércio e Comunicações, a cargo de Velhinho Correia⁴², por nova proposta da Sociedade de Propaganda de Portugal, criada em 1906 como instituição privada e que em 1920 contava já com 143 delegações⁴³. A esta foi então pedido que destacasse localmente os sócios das suas delegações na província para apoiarem a instalação, pelo país, dessas Comissões, futuras organizações-base da estrutura orgânica local. Assim, “foi esta sociedade que ao criar delegações suas em várias localidades do país constituiu a primeira rede de Sindicatos de Iniciativa e Propaganda local assentes no *voluntarismo e carolice dos amigos da terra*.”⁴⁴.

A criação de Comissões de Iniciativa apresentava-se para alguns como a solução adequada para a gestão local e regional do turismo português. Fernando Falcão Machado, por exemplo, defendia que as Comissões deveriam ser compostas “pelos melhores e mais activos elementos de cada localidade”, porque eram estes os mais interessados e conhecedores das necessidades turísticas da sua região, defendendo, assim, a “tese bairrista”. Com ponto de vista diferente argumentava Armando Narciso à época que “O Turismo é uma indústria e, como tal, tem de ir buscar aos conhecimentos científicos as bases da sua técnica. Já não há indústria alguma, antiga ou moderna, que só viva de empirismo e da intuição.”⁴⁵. É de realçar que, tal como na década de 20 do século passado, ainda hoje — com a necessária adequação do quadro discursivo e ideológico — se discutem as premissas científicas subjacentes à actividade turística⁴⁶.

Contrariamente aos Sindicatos de Iniciativa dos países nossos vizinhos, que não tinham suporte legal, criavam-se pela Lei n.º 1:152 as Comissões de Iniciativa portuguesas, da competência do Ministério do Comércio e Comunicações que, em 23 de Abril de 1921,

Martínez (dir.), *História de la Economía del Turismo en España*, 1999, p. 41

⁴¹ Op. cit., p. 40

⁴² Ministro do Comércio em 1920 e das Finanças em 1923

⁴³ Licínio Cunha, *Economia e Política do Turismo*, 1997, p. 89

⁴⁴ Licínio Cunha, *Introdução ao Turismo*, 2001, p. 430

⁴⁵ Paulo Pina, *Portugal — o Turismo no Século XX*, 1998, p. 41

⁴⁶ A este respeito, Carlos Costa salienta que o turismo em Portugal “has been characterized by political events rather than by scientific evolution of paradigms.”. (Carlos Costa, *Towards the improvement of the efficiency and effectiveness of tourism planning and development at the regional level: planning, organisations and networks. The case of Portugal*, Tese de Doutoramento: Department of Management Studies, University of Surrey, 1996, p. 161.) João Félix Martins, referindo-se igualmente a este assunto, considera que “o turismo deverá ser considerado e alicerçado num tripé constituído simultaneamente como negócio, indústria (*service product industry*) e fenómeno científico (...) num quadro de qualificação a todos os níveis.”. (João Félix Martins, “Por um turismo de interesse nacional”, *Publituris*, n.º 805, Ano

legislava pela primeira vez a génese das mesmas. A redacção dessa Lei ficou a cargo de Ernesto Navarro, que escreveria o seguinte:

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º São criadas em todas as estâncias hidrológicas e outras, praias, estâncias climatéricas, de altitude, de repouso, de recreio e de turismo, Comissões de Iniciativa com o fim de promover o desenvolvimento das estâncias, de forma a proporcionar aos seus frequentadores um meio confortável, higiénico e agradável, quer executando obras de interesse geral, quer realizando Iniciativas tendentes a aumentar a sua frequência e a fomentar a indústria do turismo. (...) ⁴⁷

Lei n.º 1:152, de 23 de Abril de 1921, da Secretaria Geral do Ministério e dos Serviços de Obras Públicas

A mesma Lei referia também a natureza e classificação de cada uma das estâncias, mencionando ainda a constituição de cada uma delas. É interessante verificar, por exemplo, que os vogais divergiam de acordo com a classificação e natureza das diversas estâncias existentes. Desta forma, nas estâncias hidrológicas, as Comissões de Iniciativa eram constituídas da seguinte forma:

Quadro n.º 1- Composição das Comissões de Iniciativa nas Estâncias Hidrológicas

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none">1.º Um delegado de cada município da área respectiva;2.º Um delegado das juntas ou juntas de freguesia;3.º Um delegado por cada uma das empresas que exploram águas minero-medicinais nas estâncias;4.º O médico director-clínico de cada empresa ou, no seu impedimento, o médico adjunto;5.º Um delegado da Sociedade de Propaganda de Portugal;6.º O regente florestal da respectiva zona;7.º Um delegado da Administração Geral das Estradas e Turismo;8.º Um hoteleiro;9.º Um proprietário;10.º Um comerciante. |
|---|

Fonte: Lei n.º 1:152, de 23 de Abril de 1921

Nas praias, tal como nas estâncias hidrológicas, faziam parte da Comissão todos os elementos mencionados, excepto o 4.º, que era substituído pelo delegado ou subdelegado de saúde da área respectiva, fazendo ainda parte dela o capitão do porto ou o delegado

XXXIII, 01/09/2001, p. 3.)

⁴⁷ Note-se, curiosamente, que a aplicação do termo "indústria" a "turismo" não é recente, pois já na altura foi utilizada.

marítimo. Também nas estâncias climatéricas de altitude e de repouso, bem como nas restantes localidades, eram as Comissões constituídas por todos esses dez elementos, excepto o n.º 4, que era substituído, no primeiro caso, pelo médico da especialidade que dirigia o respectivo estabelecimento e, no segundo caso, pelo delegado ou subdelegado de saúde da respectiva área.

Os Delegados do Governo em cuja área ainda tivessem de ser instaladas as Comissões de Iniciativa promoveriam a sua convocação nos trinta dias seguintes ao da data da publicação do regulamento no *Diário do Governo* (que seria o Decreto n.º 10:057, de 30 de Agosto de 1924), oficiando todas as entidades que tivessem de indicar Delegados no sentido de referirem os nomes destes últimos.

No primeiro biénio, com término no dia 31 de Dezembro a contar da data da instalação, fariam parte das Comissões, como representantes das classes correspondentes aos números 8, 9 e 10 (ver Quadro n.º 1), os indivíduos das respectivas classes, residentes na área da Comissão, temporária ou permanentemente, e que pagassem maior contribuição pelo exercício da indústria de que eram representantes. Terminado o prazo, esses delegados seriam substituídos por aqueles que fossem bienalmente eleitos pelas suas classes. A eleição era promovida pelo Delegado do Governo da área em questão, que convocava por meio de editais, até três meses antes de terminar o mandato dos vogais em exercício, os três maiores contribuintes dos proprietários e todos aqueles que estivessem inscritos na Repartição das Finanças como contribuintes das classes a que se referiam os números mencionados.

Decorrido o prazo da pré-instalação da Comissão de Iniciativa, qualquer dos vogais natos poderia promover o seu início de funções, substituindo o Delegado do Governo e começando essa entidade a funcionar desde que estivesse presente a maioria dos seus vogais. A instalação deveria ser comunicada à Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos ou à Administração Geral das Estradas e Turismo, conforme se tratasse de estâncias hidrológicas ou outras.⁴⁸

Na sessão da instalação, que deveria ser presidida pelo Delegado do Governo ou seu substituto legal, ou ainda pelo vogal nato que tivesse convocado a reunião, as Comissões elegiam um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro, dois secretários e um administrador delegado. É de realçar que os cargos dos vogais das Comissões de Iniciativa

⁴⁸ Estâncias climatéricas, de altitude e de repouso, ou praias.

eram desempenhados gratuitamente, mas tanto ao administrador delegado como a qualquer outro vogal seriam pagas as despesas que o exercício dos seus cargos ocasionasse.

As Comissões de Iniciativa tinham, entre outras, as seguintes competências:

- Submeter à aprovação do Governo a importância da taxa de turismo, época do seu pagamento e latitude da sua aplicação;

- Organizar o relatório anual sobre o funcionamento da estância (quando se tratasse de estâncias hidrológicas), no qual deveriam constar as receitas e despesas, os trabalhos realizados, os planos de melhoramentos a executar e todas as informações que interessavam à vida da estância, remetendo um exemplar até 31 de Janeiro de cada ano à Administração Geral das Estradas e Turismo e outro à Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos;

- Remeter à Administração Geral das Estradas e Turismo e à Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos as percentagens da taxa de turismo que se destinavam a estas entidades;

- Elaborar orçamentos e submetê-los à aprovação superior por intermédio da Administração Geral das Estradas e Turismo, que sobre eles emitiria a sua opinião, com o parecer da Inspecção das Águas Minerais (caso se tratasse de estâncias hidrológicas), até ao dia 31 de Janeiro de cada ano. Os orçamentos seriam devolvidos devidamente aprovados ou notificados até ao fim do mês de Fevereiro seguinte, considerando-se aprovados se não fossem devolvidos até àquela data. Dentro dos limites destes orçamentos tinham as Comissões de Iniciativa completa autonomia;

- Traçar e propor planos e projectos de melhoramentos;

- Contrair empréstimos caucionados com os seus fundos nas mesmas condições em que o podiam fazer os corpos administrativos, desde que as propostas respectivas tivessem recebido a aprovação da entidade a quem competia a aprovação das contas e orçamentos, ou seja, o Conselho Nacional de Turismo;

- Organizar o inventário das relíquias históricas existentes na localidade e de quaisquer outras curiosidades de interesse para o viajante;

- Promover o cumprimento do determinado pelos regulamentos e prescrições da Direcção Geral de Saúde, bem como o que fosse indicado pelas autoridades sanitárias ou por quem tivesse competência legal para tal fim;

- Exercer a fiscalização nos hotéis, restaurantes, pensões e hospedarias, em harmonia

com as instruções da entidade competente;

- Aplicar e cobrar multas pelas infracções ao regulamento;
- Elaborar o regulamento dos seus serviços;
- Aprovar as contas do tesoureiro e os actos do administrador delegado;
- Estabelecer tabelas de preços nos serviços de transporte por estradas, de acordo

com os corpos administrativos ou com a Administração Geral das Estradas e Turismo⁴⁹.

Note-se que as competências desempenhadas pelos vários membros das Comissões variavam de acordo com os cargos atribuídos. Ao presidente da Comissão ou, na sua falta, ao vice-presidente, competia dirigir todos os trabalhos, designar o dia das sessões, distribuir processos para consultas e pareceres e ainda assinar, juntamente com o tesoureiro e o administrador delegado, as ordens de pagamento e os levantamento das quantias depositadas na Caixa Económica Portuguesa ou numa delegação da mesma. Por sua vez, ao administrador delegado competia a execução de todas as deliberações da Comissão, excepto as que, pela sua natureza, fossem atribuições exclusivas dos outros vogais. No caso de dúvida, as Comissões determinavam com precisão as atribuições de cada um dos seus membros.

Cada Comissão de Iniciativa organizava o seu regulamento interno, que deveria indicar o número de sessões ordinárias e o número de vogais com que podiam funcionar, a distribuição de trabalhos, as condições em que os oradores usariam a palavra e as atribuições dos seus vogais quando tal fosse necessário, assim como todas as outras disposições que a Comissão julgasse convenientes.

Analisemos agora a forma de sustentação destas Comissões de Iniciativa. De facto, todas elas viviam de fundos, que eram constituídos pela cobrança de uma taxa especial, denominada de “turismo”, “paga pelas pessoas que frequentam as estâncias e nelas não tenham residência própria”; por uma percentagem equivalente a 15% da contribuição industrial, paga pela sociedade ou entidades que explorassem as concessões de águas minero-medicinais, ou nela exercessem qualquer comércio ou indústria; e por uma percentagem de 10% sobre a contribuição predial das propriedades da localidade e por quaisquer outras receitas que as mesmas Comissões angariassem.⁵⁰

A taxa de turismo das pessoas que alugassem casas ou se instalassem em hotéis seria

⁴⁹ As competências das Comissões de Iniciativa assemelhavam-se em muito aos âmbitos de actuação dos Sindicatos de Iniciativa, cf. Carmelo Pellejero Martínez, “Antecedentes históricos del turismo en España (1900-1950)” in Carmelo Pellejero Martínez (dir.), *História de la Economía del Turismo en España*, 1999, p. 40

cobrada por intermédio dos proprietários e hoteleiros; todas as outras percentagens seriam cobradas pelo tesoureiro da Comissão de Iniciativa. É interessante verificarmos que essa taxa podia ser estabelecida por indivíduo ou indivíduos e pelo seu período de permanência, podendo ainda comportar atenuantes motivadas quer pela idade, quer pelo número de pessoas de uma mesma família, baseando-se também na natureza e preço do aluguer dos locais ocupados, que são ainda hoje, sem dúvida, os princípios que regem o sistema existente. Ficavam isentos do pagamento os indigentes e praças do pré⁵¹, as pessoas que, pelo seu trabalho ou profissão, participassem no desenvolvimento das estâncias, como por exemplo médicos hidrologistas, estudantes de medicina, pessoal dos serviços de turismo e da Inspeção das Águas Minerais, bem como todos aqueles que se deslocassem às estâncias em missão oficial.

Saliente-se ainda o facto de que o Conselho Nacional de Turismo não dava nenhuma ajuda monetária às Comissões e também que 20% dos fundos criados pela referida Lei revertiam a favor do Estado: no caso das estâncias hidrológicas, 15% revertiam a favor do Instituto de Hidrologia e os 5% restantes à Administração Geral das Estradas e Turismo; no caso das estâncias hidrológicas mistas, 15% das receitas cabiam à Administração Geral das Estradas e Turismo e 5% ao Instituto de Hidrologia.

Descrita aqui a criação e constituição das Comissões de Iniciativa portuguesas e sua adequação aos diferentes espaços do país, passamos no capítulo que se segue a analisar a especificidade da Comissão de Iniciativa da Covilhã.

⁵⁰ Decreto 10:057, de 30 de Agosto de 1924

CAPÍTULO 4 — ORIGEM DA COMISSÃO DE INICIATIVA DA COVILHÃ

Também no concelho da Covilhã, à semelhança do que ia acontecendo no resto do país, foi criada uma Comissão de Iniciativa. O jornal covilhanense *O Raio* dá conta do início de funções da Comissão de Iniciativa da Covilhã em Maio de 1929⁵². Verificamos, porém, que os membros da C.I.C. se reuniram pela primeira vez em 14 de Novembro de 1929⁵³.

A C.I.C. começou por se reunir no Salão Nobre dos Paços Municipais, local onde viria a encontrar-se ainda durante um ano, passando as sessões a decorrer na Sala de Sessões da Comissão de Iniciativa após esse término, ou seja, a partir do dia 31 de Junho de 1930⁵⁴. Leia-se o que se escreveu e a emoção e vontade de fazer crescer essa região que perpassam estas linhas:

O Senhor Presidente, ao declarar aberta a sessão em nome da Lei, diz que, sendo esta a primeira sessão da Comissão de Iniciativa após a sua instalação oficial, se congratula, com os seus colegas presentes, por uma nova era de ressurgimento em prol da rainha das serras de Portugal — a Serra da Estrela —, das Termas Hidrológicas de Unhais da Serra, a que, com a boa vontade de nós todos, com um pouco do nosso esforço e actividade, e ainda com o valoroso auxílio dos poderes públicos, muito há a fazer, de maneira a nossa acção se tornar profícua e utilíssima para este concelho, sob todos os aspectos turísticos em que a acção regionalista se queira encarar.

Acta da Comissão de Iniciativa da Covilhã, 1.ª sessão, 14 /11/1929

⁵¹ Praças do pré eram militares sem graduação.

⁵² *O Raio*, de 19/05/1929: "Nos termos da Lei e por ser a nossa terra considerada zona de turismo, foi já constituída a Comissão de Iniciativa e Turismo. Dela fazem parte representantes de varias entidades officaes que teem por obrigação cooperar nos seus trabalhos."

⁵³ A diferença de datas explica-se facilmente: como se percebe da acta, houve uma instalação oficial da Comissão de Iniciativa e, posteriormente, as reuniões autónomas da C.I.C..

⁵⁴ No semanário *Notícias da Covilhã*, de 10/08/1930, lê-se que "Na praça do Município, antigas instalações do Sr. João

Refira-se agora a composição da entidade, formada então pelos seguintes elementos⁵⁵:

Quadro n.º 2- Composição Inicial da Comissão de Iniciativa da Covilhã⁵⁶

Presidente	João Alves da Silva (representante da Sociedade de Propaganda de Portugal*)
Vice-presidente	Jaime Campos (médico*)
Tesoureiro	Joaquim Gonçalves de Carvalho (representante da classe dos comerciantes*)
Secretários	Olímpio Alberto Maria
	Mário Jaime Alvim Guedes
Administrador delegado	Júlio Carneiro (representante das Juntas de Freguesia*)
Vogais	Alberto Correia (representante da classe dos proprietários*)
	Joaquim Pereira Espiga (delegado do Município*)
	Luciano Gaspar (representante da classe dos hoteleiros*)

* Informação recolhida ao longo da leitura das actas da C.I.C.

Fonte: Acta da Comissão de Iniciativa da Covilhã, 14/11/1929

Além dos membros que pertenciam à Comissão, houve necessidade de se contratar pessoal administrativo. Assim, iniciando de imediato funções ainda em 1929, Nicolau Almeida foi nomeado chefe de secretaria da C.I.C., com o ordenado mensal de 50\$00. No Verão de 1930 admite-se para o cargo de “amanuense” de secretaria Raul Neves Pereira, com o ordenado mensal de 400\$00, cargo para o qual a Comissão exigia conhecimentos de língua francesa e dactilografia. Pela leitura de vários documentos, nomeadamente da década de 40, sabemos que Raul Pereira se tornaria um “alto” funcionário, acompanhando todo o percurso da C.I.C. e continuando ao serviço do turismo na Comissão Municipal de Turismo. Ao longo do seu percurso profissional foi adquirindo conhecimentos de inglês, tornando-se guia turístico, inclusive de grupos de estrangeiros. Para além destes dois funcionários, contratou-se mais um outro com o ordenado mensal de 100\$00, sem que se refiram em acta as suas funções.

A propósito do trabalho entretanto iniciado pela Comissão muito se escreveu na época, como é disso exemplo um artigo publicado pelo *Notícias da Covilhã*:

Donas, estão já abertos ao público os escritórios da Comissão de Iniciativa e Turismo. (...)

⁵⁵ Os membros constituintes da C.I.C. foram-se alterando ao longo dos anos por razões diversas, como por exemplo devido a motivos de saúde, familiares ou de trabalho.

⁵⁶ Apesar da Lei referir dez membros na constituição das Comissões de Iniciativa, desconhecemos o facto de a C.I.C. ter somente nove elementos no seu início de funções.

Constituiu-se, pois, a Comissão em meados de 1929⁵⁷, por mercê da Iniciativa do nosso muito prezado amigo, Sr. Tenente João José Amaro, ao tempo Administrador do Concelho⁵⁸. Com a lei na mão, todos os seus membros se recrutaram segundo as categorias nela expressas, e não por palpite, por mero acaso, amizades ou influências, como erradamente possa acreditar-se. O certo é que depois da publicação no “Diário do Governo” da respectiva lista, compareceram todos na Administração do Concelho onde lhes foi dada posse, sendo distribuídos entre si os diversos cargos. Tactearam-se os primeiros passos, hesitantes e incertos, como era natural num organismo que surgia do nada, e cujas atribuições apesar de delineadas na letra dos Decretos, com força de lei, eram ainda mal compreendidas, na nebulose da sua iniciação.

Notícias da Covilhã, 11/03/1934

A 24 de Junho de 1929, o Decreto 17:012 da Repartição de Jogos e Turismo classifica a cidade da Covilhã como estância climatérica e hidrológica, passando todo o concelho a ser área de jurisdição da Comissão de Iniciativa da Covilhã⁵⁹. A propósito deste assunto, dever-se-á notar que, aquando da constituição da C.I.C., os limites geográficos do concelho ainda não estavam completamente definidos na zona da Serra da Estrela, o que viria a causar problemas com a Comissão de Iniciativa de Manteigas, como nos é testemunhado por alguns jornais da época:

Coração da Estrela — o problema turístico de Manteigas

Para avaliarmos o valor turístico de Manteigas, bastará só recordar o interesse que sempre tem merecido este concelho aos admiradores da Serra da Estrela (Emídio Navarro e outros), quando ainda não eram conhecidas as cascatas do Poço do Inferno, Candieiro, etc. que são uma verdadeira maravilha.

Após isso, é frequente vermos outros municípios da Serra, entre eles a Covilhã, aproveitarem,

⁵⁷ O que vem corroborar o exposto pelo jornal *O Raio*, no referido artigo de 19/05/1929, sobre a instalação oficial da C.I.C..

⁵⁸ José Amaro integrou, em 1926, a Comissão Administrativa da Covilhã, tomando depois posse como Administrador do Concelho, conseguindo já nessa altura juntar a receita de quatrocentos mil escudos, entregue a instituições de caridade, como o Albergue, a Creche e o Hospital. A Colónia Infantil, à qual se dedicou profundamente, seria inaugurada em Julho de 1938, ficando aí instalado o primeiro turno de 111 crianças por um período de vinte dias. Em 1937 tinha já recebido as insígnias da Ordem de Benemerência e, dois anos depois, é de novo reconhecido o seu trabalho, sendo “louvado numa ordem de serviços do Comandante Geral de Lisboa, pela sua acção e esforço, pela obra de assistência levada a cabo na Serra da Estrela, e ainda pela sua muita competência e ponderação no desempenho das suas funções.” (Álvaro Morgadinho, *Homens e Factos*, 1997, p. 49-50.)

⁵⁹ Segundo o § 1.º e o § 3º do art. 1.º do Decreto n.º 10:057, de 30 de Agosto de 1924, e que constitui um novo regulamento da lei n.º 1:152, “são consideradas estâncias hidrológicas todas as localidades onde são exploradas uma ou mais nascentes de águas minero-medicinais e respectivo estabelecimento balnear por qualquer entidade ou empresa, conforme o alvará ou licença que lhe tenha sido concedido pelo Governo, nos termos da legislação em vigor. (...) É permitido agrupar numa só Comissão de Iniciativa mais de uma estância, da mesma natureza, ou de natureza diferente, desde que para isso haja parecer favorável da Câmara. (...)”.

para efeitos de propaganda, os pontos interessantes de Manteigas (Cantaros, Poço do Inferno, etc.) como pertencentes à sua zona de turismo, o que não é exacto.

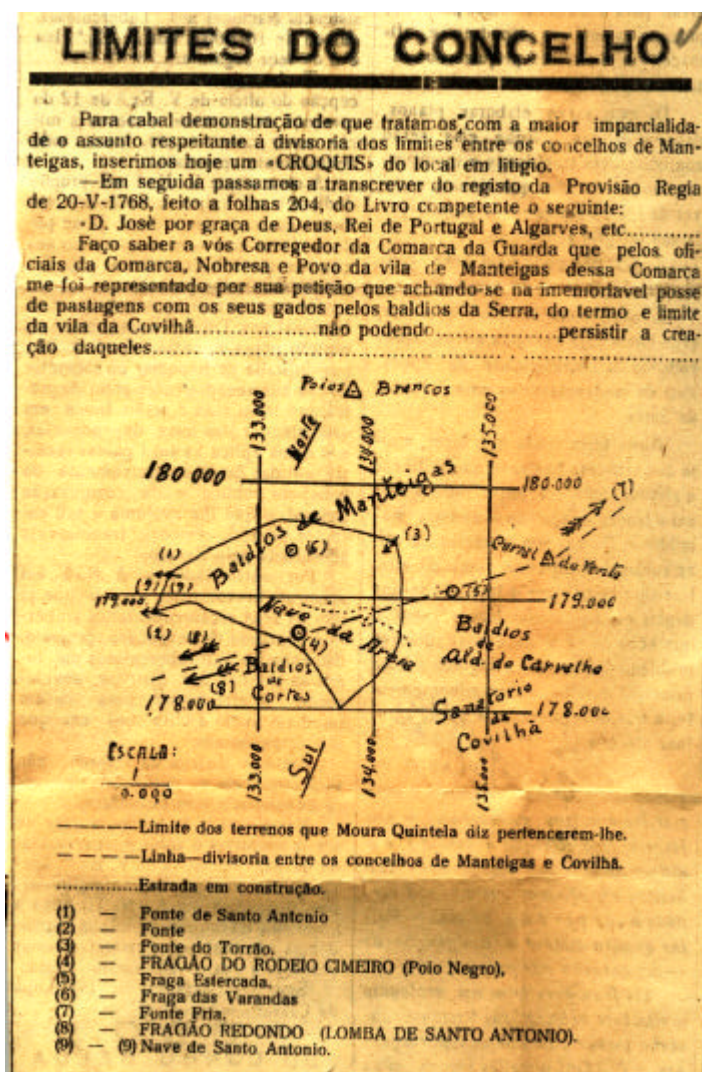
Distrito da Guarda, 22/03/1931

Sabemos também que a Comissão de Iniciativa de Manteigas, que iniciou funções em Maio de 1931, logo no final desse ano trocou diversa correspondência com a sua congénere da Covilhã, a Comissão Administrativa de Manteigas e o Regente Florestal da 2ª Circunscrição a respeito da delimitação de ambos os concelhos na zona da Serra.

Poderíamos ainda citar as muitas palavras das gentes de Manteigas que, durante cerca de quatro anos, manifestaram a sua indignação pelo que consideravam a fúria criativa e emancipadora da Comissão de Iniciativa e Turismo da Covilhã através dos jornais da região. Mas basta transcrever alguns títulos e parágrafos iniciais presentes no *Estrela da Beira*, de Manteigas, e no *Distrito da Guarda* ao longo do ano de 1932 para percebermos a divergência entre as duas regiões quanto a esse problema: “A César o que é de César...”, “Alerta!”, “Atribuições invadidas. Acautelem-se os interesses do distrito da Guarda”, “Não queremos o que é dos outros mas exigimos que se tenha respeito pelo que nos pertence.”.

Este conflito, iniciado alguns séculos antes, tentaria ser resolvido por Manteigas, que apelou ao Registo da Provisão Régia de 20-V-1768, uma ordem escrita por D. José I, na qual era feita a estipulação dos marcos e das divisórias para que os pastores de Manteigas, já na época, não fossem lesados pelos da Covilhã. Observe-se parte de um artigo publicado num jornal de Manteigas a esse propósito:

Figura n.º 1 — Mapa da delimitação das fronteiras dos concelhos da Covilhã e de Manteigas em 1768



Fonte: *Estrela da Beira*, 31/07/1932

O problema que aqui se levanta respeita, principalmente, ao espaço designado por Nave de Santo António, que a Comissão de Iniciativa de Manteigas alegava pertencer ao seu concelho e, por conseguinte, à sua área de jurisdição. A C.I.C. apresenta esse mesmo espaço como sendo da Covilhã, nomeadamente na obra *Covilhã-Serra da Estrela-Unhais da Serra*, editada em 1932, sendo a Nave de Santo António apontada como um dos pontos de interesse a visitar no concelho da Covilhã. Pelo lado de Manteigas estava um jornal da região, o já mencionado *Distrito da Guarda*, que defendia que a estrada que levava à Nave de Santo António era pertença do concelho de Manteigas, já que no mapa de 1768 esse local estava na área não da Covilhã, mas na de Manteigas. Dirigindo-se ao Presidente da C.I.C., pergunta o autor desse artigo: “ (...) como é que sua ex.^a afirma que ela [a estrada]

não saiu do concelho da Covilhã?”⁶⁰.

O conflito perpetuar-se-ia por mais alguns anos, como nos dá conta um texto de 1934:

Lavra grande indignação no nosso meio contra a atitude impertinente e estranha que pessoas, e entidades, da Covilhã estão tomando à volta do embargo a uma estrada que a Comissão de turismo da Covilhã vem construindo já no concelho de Manteigas (...) pretendendo favorecer a usurpação de grande parte do concelho de Manteigas (...) em favor do seu concelho.

A Comissão de Iniciativa e Turismo da Covilhã, que bastante tem trabalhado pelo turismo da nossa serra, diga-se em abono da verdade, (...) tem-se esquecido de que a área da sua jurisdição não é toda a serra, mas apenas a do seu concelho.” (...)

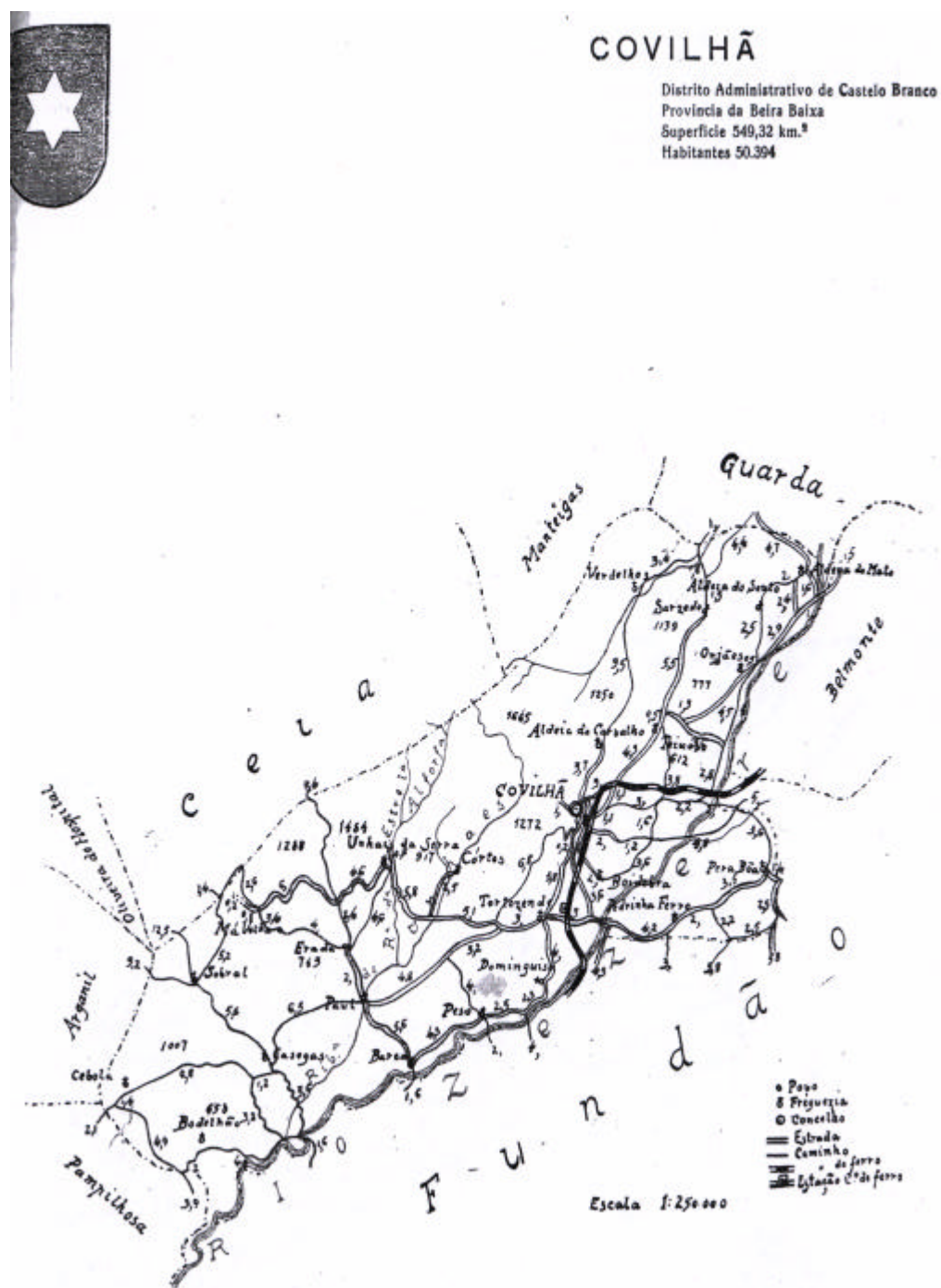
Distrito da Guarda, 19 /06/1934

Em 1936, derradeiro ano da Comissão de Iniciativa da Covilhã, seria aprovado o novo Código Administrativo e com ele apresentadas as freguesias pertencentes quer ao concelho da Covilhã, quer ao de Manteigas, facilitando-se só então a resolução do conflito⁶¹.

A fim de se verificar os limites do concelho da Covilhã, considerou-se pertinente inserir um mapa de 1936, que vem contrastar com o de 1768, assim como as freguesias que, a partir da publicação do novo Código Administrativo, constituíam o concelho da Covilhã e o de Manteigas:

⁶⁰ *Distrito da Guarda, 03/07/1932*

Figura n.º 2 — Mapa da delimitação do concelho da Covilhã em 1936



Fonte: Américo Costa, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, vol. V, 1936, s/ pg.

⁶¹ Este novo Código Administrativo foi publicado pelo Decreto-Lei n.º 27:424, de 31 de Dezembro de 1936.

Quadro n.º 3- Freguesias dos Concelhos da Covilhã e Manteigas em 1936

Concelho da Covilhã		Concelho de Manteigas
Aldeia do Carvalho	Dominguizo	Manteigas (Santa Maria)
Aldeia do Mato	Erada	Manteigas (São Pedro)
Aldeia de S. Francisco de Assis	Ferro	Sameiro
Aldeia do Souto	Oriais	
Barco	Ourondo	
Boidobra	Paúl	
Casegas	Pêra Boa	
Cebola	Sarzedo	
Cortes do Meio	Sobral de Casegas	
Covilhã (Conceição)	Teixoso	
Covilhã (Santa Maria)	Tortosendo	
Covilhã (S. Martinho)	Unhais da Serra	
Covilhã (S. Pedro)	Verdelhos	

Fonte: Decreto-Lei n.º 27:424, de 31 de Dezembro de 1936

Apesar dos inúmeros conflitos que enfrentou ao longo dos seus anos de existência, teve a C.I.C. de se ocupar de vários domínios e campos de acção por forma a incrementar e dinamizar a indústria turística no concelho da Covilhã. A gestão dos meios nem sempre foi fácil, sendo fundamental uma organização coerente e objectivos e estratégias de longo alcance. Se por um lado a lei esteve várias vezes a favor desse mesmo plano, nem sempre a sua aplicação foi bem sucedida ou sequer alcançada, como teremos oportunidade de verificar na presente pesquisa.

A gestão organizacional desenvolvida pela C.I.C. ao longo dos sete anos de existência fez-se nas seguintes áreas: receitas e despesas, obras e melhoramentos, publicidade, divulgação e propaganda, organização e participação em actividades de recreio e lazer, transportes e contactos com particulares e/ou instituições portuguesas e estrangeiras. Em qualquer uma destas áreas seguiu-se uma estratégia a que ainda hoje se recorre: planeamento (quem faz o quê, onde e quando), recursos humanos e materiais disponíveis e necessários e, por fim, orçamentos exigidos, seus custos e riscos. É de realçar

o facto de que os programas e políticas públicas de turismo já então seguidos não se afastam dos que são hoje planeados, ou seja, a Comissão seguiu uma metodologia que lhe permitiu contemplar diferentes categorias numa perspectiva de oferta turística. Actualmente, o programa turístico é semelhante se tivermos em conta que dessa oferta fazem parte atractivos turísticos naturais e culturais, animação turística, equipamentos e serviços turísticos e infra-estruturas de apoio turístico⁶². Serão, pois, estes os campos de intervenção sobre os quais nos debruçaremos nos capítulos seguintes.

Cabe ainda referir a importância vital para a pesquisa das fontes jornalísticas da época, verdadeiros ou exacerbados retratos cronísticos, sem as quais seria impossível reconstituir o árduo ou mesquinho esforço exercido pela C.I.C., dependendo da perspectiva de quem comentou. Se por um lado temos um *Notícias da Covilhã* defensor do regime político instalado e, portanto, pactuante com muitas das decisões emanadas dos órgãos do Governo, por outro observamos o acérrimo contestatário José Ramalho, proprietário, editor e redactor do jornal também covilhanense *O Raio*. Interessante será ir verificando a defesa de certas ideias e o confronto ideológico nos comentários tecidos ao labor da C.I.C. quer por um, quer por outro.

⁶² Zilda Maria Matheus, *Marketing e Turismo*, 2002, pp. 18-19 e p. 90

CAPÍTULO 5 — RECEITAS E DESPESAS

A criação deste género de sistema orgânico, caracterizado pela tutela directa de um órgão da administração central — o Conselho Nacional de Turismo — sobre Comissões dirigidas no terreno por delegações, todavia independentes dos municípios, apresentava-se como a melhor solução possível porque respeitava, por um lado, a dinâmica das localidades, defendendo os seus interesses e garantias e, por outro lado, a coordenação central da actividade turística. Assim sendo, e compreendendo-se desde o início que o turismo é em si uma indústria, foi necessário, tendo sempre por base a lei, criar-se uma gestão interna dos recursos disponíveis por parte das Comissões, não tendo a da Covilhã fugido à regra.

Após a experiência ter demonstrado que alguns artigos da Lei n.º 1:152, de 23 de Abril de 1921, necessitavam ser remodelados em harmonia com a organização da Administração Geral das Estradas e Turismo, vem o art.º 13.º do Decreto n.º 10:057, de 30 de Agosto de 1924, trazer um novo Regulamento a essa mesma Lei, no qual se redigem alguns artigos que visavam esclarecer a constituição dos fundos das Comissões de Iniciativa:

- a) Uma taxa especial, denominada “taxa de turismo”, paga directamente ou indirectamente, pelas pessoas que frequentem as estâncias e nelas não tenham residência própria ou permanente;
- b) Um adicional de 15 por cento sobre a contribuição industrial e de 10 por cento sobre a contribuição predial, relativo à área da jurisdição das Comissões respectivas;
- c) Quaisquer *outras receitas* que as Comissões possam angariar, tais como o produto de festas, subscrições, legados, donativos ou outras.

Desta forma, a cobrança das percentagens a que se refere a alínea b) seria feita juntamente com as dos impostos que a mesma menciona, sendo as respectivas importâncias depositadas na Caixa Económica Portuguesa à ordem da C.I.C.. Podemos verificar que o adicional sobre o imposto das profissões liberais não estava abrangido pela lei. Mas a C.I.C., vendo nele uma possível receita e fazendo uso da alínea c), começou a cobrá-lo desde o início das suas funções. Pelas actas que se lavraram, assim como pelo que

será exposto, constata-se que a percentagem cobrada era de 15%.

Já nos hotéis, pensões e restaurantes, a taxa de turismo era constituída por uma percentagem sobre as importâncias da despesa total de cada hóspede ou comensal e não podia ser inferior a 4% nem superior a 6%.

Antes de mais, convém esclarecer que o Decreto-Lei n.º 15:465, de 14 de Maio de 1928, na tentativa de regularizar o regime de tributações locais, proibiu aos organismos destinados a impulsionar melhoramentos, entre os quais as Comissões de Iniciativa, o lançamento e cobrança de taxas e impostos. O mesmo Decreto-Lei permitiu, contudo, no § único do seu artigo 32.º, que o Governo e os Corpos Administrativos entregassem às Comissões Locais de Turismo “as receitas que continuem a arrecadar para aquele fim”. Em 1933 foi regulamentado o lançamento e a cobrança das receitas das Comissões de Iniciativa, fixando-se as taxas e impostos destinados àqueles órgãos locais de turismo⁶³. No ano seguinte, a C.I.C. deixaria então de cobrar a percentagem sobre o imposto das profissões liberais.

As receitas das Comissões de Iniciativa podiam ser ordinárias e extraordinárias, como se pode ler neste quadro:

Quadro n.º 4- Receitas das Comissões de Iniciativa

Receitas Ordinárias	Receitas Extraordinárias
<ul style="list-style-type: none">- os rendimentos dos bens próprios;- os juros e dividendos de capitais, acções e obrigações e de quaisquer outros títulos;- a participação de lucros e rendas fixas;- os lucros de explorações industriais e comerciais;- os adicionais para fins de turismo;- as taxas de turismo;- o produto das multas aplicadas por transgressão dos regulamentos de turismo;- quaisquer outros rendimentos não compreendidos nas receitas extraordinárias.	<ul style="list-style-type: none">- as heranças, doações, legados e donativos;- o produto da alienação de bens e amortização ou reembolso de quaisquer títulos ou capitais;- o produto dos empréstimos;- os subsídios de qualquer natureza;- os saldos verificados na gerência anterior;- quaisquer outros rendimentos de natureza eventual.

Fonte: Decreto-Lei n.º 22:530, de 16 de Maio de 1933

Constituíam encargo das Comissões de Iniciativa as seguintes despesas:

Quadro n.º 5- Despesas das Comissões de Iniciativa

Despesas Ordinárias
<ul style="list-style-type: none">- de pessoal, expediente e instalação até 15% das receitas ordinárias;- de amortização de empréstimos;- de publicação de relatórios anuais e de outros meios de propaganda;- de elaboração de planos de melhoramentos da estância;- de subsídios a empresas de transporte que não possam viver sem auxílios, quando indispensáveis à manutenção do nível atingido pela estância;- de subsídios destinados a estimular e manter os meios de higiene, asseio, comodidade, segurança e conforto da estância e a extinguir a mendicidade;- de subsídios destinados a facilitar a visita a monumentos, museus regionais, obras de arte ou quaisquer outras curiosidades turísticas da estância;- de manutenção dos estabelecimentos, bens e serviços da Comissão e de arrecadação de heranças, donativos, legados e doações legalmente aceites;- de litígios;- de representação;- do inventário das relíquias históricas, monumentos, museus regionais, obras de arte, belezas naturais, sítios e locais de turismo e monumentos naturais, trajes e costumes regionais e de quaisquer outras curiosidades da estância dignas de interesse;- de quaisquer outras destinadas à conservação do nível de aperfeiçoamento atingido pela estância.

Fonte: Decreto-Lei n.º 22:530, de 16 de Maio de 1933

Desta forma, no início da sua actividade, em 1929, a C.I.C. contactou o Director de Finanças do Distrito de Castelo Branco pedindo-lhe que fosse lançado, no ano seguinte, juntamente com as Contribuições Gerais, o adicional a que se refere a alínea b) do artigo 13.º do Decreto 10:057 de 30 de Agosto de 1924, comprovando esta atitude a necessidade que tinha de angariar fundos para as actividades que se propunha encetar. Todavia, nem todos estavam de acordo quanto ao modo de gerir os dinheiros neste início de funcionamento. Ainda que boa intenção e espírito construtivo fizessem parte da conduta da Comissão, nem sempre as cambiantes externas, como é o caso da crise económica que se vivia, permitiam que todos os seus membros concordassem com as decisões tomadas para a prossecução das actividades e projectos planificados⁶⁴. Prova disto é a exigência do

⁶³ Decreto-Lei n.º 22:530, de 16 de Maio de 1933, do Ministério do Interior, Repartição de Jogos e Turismo

⁶⁴ A crise que Portugal enfrentava devia-se à instabilidade da moeda, à sua dívida flutuante e à crise orçamental dos anos económicos de 1927-28 e 1928-29, sendo este período "de grande austeridade nas contas públicas (...) ?que? juntando os seus efeitos aos da grande crise mundial, significou a estagnação e até o retrocesso da actividade económica nacional.". (José Maria Brandão de Brito, "Da ditadura financeira ao difícil triunfo da industrialização" in António Reis (dir.),

tesoureiro da C.I.C. que, a certa altura, fez questão que ficasse exarado em acta esta declaração da sua autoria:

Declaro que por se tratar de mais um imposto, a sobrecarregar o contribuinte, sou contrário a que a Comissão, de que faço parte, se aproveite da faculdade conferida por lei para cobrar a percentagem sobre as contribuições gerais do estado que a mesma taxativamente estabelece. Sei bem que essa verba constituirá a sua principal fonte de receita mas entendo que, no período que decorre, em que a indústria e o comércio, estão a braços com uma crise aguda, e a demais, onerados com encargos tributários quase incompatíveis, era de aconselhar não fazer uso, por enquanto, dessa prerrogativa. Por outro lado, convinha em que devia ser sobretudo ao turista que se iriam buscar os recursos necessários ao embelezamento da serra e outros melhoramentos na cidade, feitos uns e outros à medida que se efectuasse a sua recolha, a menos que do Estado se obtivessem quaisquer dotações de maior vulto, para fins determinados. Não faz sentido que a Covilhã tenha levado aos Poderes Públicos, por mais de uma vez, o seu protesto e as suas reclamações contra a soma dos tributos que a atormenta, e vá ela própria a aumentá-los ainda mais. Com o meu voto, portanto, não será dado semelhante passo e, por isso, desejo que o facto fique exarado nesta acta para os devidos efeitos.

Acta da Comissão de Iniciativa da Covilhã, 14/11/1929

É de louvar a coragem de Joaquim Gonçalves de Carvalho em expor publicamente a sua opinião, contrariando a própria Comissão e até mesmo o Estado. Aliás, esta sua posição foi dada a conhecer por diversas outras vezes, sobretudo em artigos da sua autoria, publicados n'*O Comércio do Porto* ao longo do mês de Dezembro de 1932 e Janeiro de 1933. Nesse conjunto de textos, clarifica e defende as suas opiniões acerca da cobrança da percentagem sobre as contribuições gerais do Estado e dos 20% que revertiam a seu favor:

(...) A nosso ver, a lei contém disposições que se não coadunam e se chocam até com os legítimos interesses das respectivas áreas, e que um alto espírito de equidade manda que sejam derogadas sem demora. (...) ⁶⁵

Determina-se taxativamente na lei que regula o funcionamento das Comissões de Iniciativa, que 20% das suas receitas brutas revertam a favor do Estado. (...)

Ora, não se compreende que o Estado, em vez de proteger, como devia, essas organizações ?sic?, ainda se valha delas para, á sua sombra, arrecadar receitas. E afinal receitas que atingem

Portugal Contemporâneo, p. 510 e 512.)

⁶⁵ *O Comércio do Porto*, 15/12/1932

27% sobre o montante da sua cobrança, a saber:

20% de percentagem, conforme o artigo 14.º do decreto n.º 10.057 de 30 de Agosto de 1924;

5% de taxa de cobrança;

2% de fundo de cadastro.

Feitas as contas, verifica-se que as Comissões de Iniciativa, que unicamente ao contribuinte vão buscar os seus rendimentos, teem logo que largar de mão para o Estado quasi tanto como a terça parte do que cobram. (...) ⁶⁶

Com efeito, se a função essencial das Comissões de Iniciativa se liga directa e intimamente com a ideia de melhoramentos (e nem só de caminhos, estradas e fontes se precisam), porque se há-de cercear a acção desses proficuos organismos, cuja utilidade está mais que demonstrada, privando-os de receitas que legitimamente lhes pertencem, e por outro lado se hão-de dar importancias avultadas, ás vezes empregadas em obras menos necessárias, a outras instituições?

Porque se há-de tirar a uns para dar a outros, sendo no fundo uma e a mesma coisa?

Na verdade, a unica diferença que existe é que enquanto uma entidade se chama Comissão de Iniciativa, as outras usam os nomes de Camaras Municipais e juntas de freguesia. (...)

Averiguado como está que o desenvolvimento turistico no nosso país é já de hoje um problema importante em equação, e ao qual os governos teem que dispensar atenções muito especiais para que ele possa atingir aquele grau de perfeição e de rendimento que se torna mister, urge que se facilitem os meios das Comissões de Iniciativa poderem alargar o seu ambito de acção, fornecendo-lhes os elementos de expansão consoante o valôr e as necessidades das respectivas zonas. Tudo quanto seja restringir e dificultar o exercicio das actividades em causa, é desservir a obra eminentemente nacional que as Comissões de Iniciativa estão realizando por todo o país, num labôr fecundo, probo e inteligente. (...) ⁶⁷

A crise económica que Portugal atravessava é retratada nos jornais da época, assim como as críticas veladas ao Governo e, por consequência, à proveniência dos fundos de subsistência da C.I.C.:

O facto notável, culminante, da semana, foi o da notícia do agravamento das contribuições para o próximo ano, que invadiu e percorreu a Covilhã como um incêndio e levou a Lisboa uma Comissão de defesa. (...) O agravamento, nas colectas que vierem a ser aumentadas, andarà à volta de dez por cento.

Para determinar em parte este aumento basta recordar que vai ser lançada pela primeira vez a percentagem de Turismo, e que só ela é de 5%. (...)

Notícias da Covilhã, 01/06/1930

⁶⁶ Op. cit., 20/12/1932

Mas se para muitos a visão que se tinha do turismo não era a mais favorável — dado o que este sector acarretava ao nível de novos impostos —, outros havia que defendiam acerrimamente a sua incrementação, dada a fragilidade da indústria de lanifícios. Vejamos:

Pouca ou nenhuma atenção se tem dedicado ao turismo, na nossa cidade.

Tem sido um erro grave porque muitas fontes de receita se poderiam ter criado já emancipando assim, um pouco, a situação económica da Covilhã, das temerosas vicissitudes da industria de lanifícios. (...)

O problema do turismo vai tomando largas proporções em certos meios onde tem sido cultivado com inteligência e persistência.

É, por assim dizer, uma industria moderna que a si tem ligadas duas importantes funções ou benefícios: a propaganda de um país ou de uma região, e a receita proveniente da vasta rede composta pelas mil exigências correspondentes: hotéis, transportes, comunicações, livros de propaganda, recordações, etc., etc.

O principal está em poder facultar ao visitante, aspectos interessantes, belezas atraentes, naturais ou artificiais.

O resto consiste na construção de meios de fácil acesso, de harmonia com as exigências modernas, e de hotéis ou acomodações de fácil aquisição. (...)

Notícias da Covilhã, 08/06/1930

Sobre a indústria de lanifícios da Covilhã, outras opiniões se emitiram. Assim, podemos ler no *Diário da Noite*, de Outubro de 1932, que “(...) A labuta diária e incessante, é a alegria, a vida da cidade (...). As fazendas que se fabricam hoje (...), são as melhores do país. Não receiam elas confronto com outras vindas do estrangeiro (...). O comércio é vastíssimo e a indústria á a primeira do país no que respeita a lanifícios (...). Os mecanismos melhoram de dia para dia, e os milhares de operários acompanham a evolução que lhes é ditada pelas mais hábeis técnicas que estão à frente daqueles colossos de produção.”.⁶⁸

Dadas as opiniões divergentes sobre o assunto, atente-se no que Maria Inácia Rezola escreveu sobre a situação da indústria covilhanense de então: “(...) Em finais de 1932 decidem os operários católicos da Covilhã? tomar medidas concretas e formulam uma longa exposição dirigida ao Presidente do Ministério em que condensam todas as suas preocupações e reivindicações. (...) Esta exposição, que tem como pano de fundo aquilo a

⁶⁷ Op. cit., 30/12/1932

que os operários chamam o estado *caótico* da indústria têxtil, é justificada pela *perspectiva de uma próxima situação de miséria para milhares de operários*. (...) ?As razões apontadas eram? concorrência desenfreada (...); *luta de preços* (...) salários (...) reduzidos; e, finalmente, o aumento das horas de trabalho. (...)’⁶⁹.

Ainda no *Notícias da Covilhã* outros houve que, estando conscientes da situação precária daqueles que tinham como base de sustento a indústria existente, apelaram publicamente a que, pelo menos, a aplicação da taxa de turismo fosse bem conduzida pelos agentes locais responsáveis pelo turismo, já que a Lei existia e, portanto, teria de ser cumprida pela Comissão:

Só merece os nossos louvores a Comissão de Iniciativa e turismo que meteu ombros a esta obra de tão elevada importância para a nossa terra. A taxa lançada sobre as contribuições, e que constitui a sua receita própria autorizada por Lei, vai, sem dúvida, constituir mais um acréscimo de sacrifícios a negra vida industrial da Covilhã. Porém se ela vier a ser aproveitada no desenvolvimento do turismo só teremos que bendizer esse sacrifício que, num futuro certo, reverterá em benefício. Outra coisa não é de esperar da Comissão de I. e T. Porque ela, não ignorando o quanto de sacrifício que representa a verba lançada sobre o contribuinte, saberá bem aproveitar esse dinheiro que é sangue, em obras que mereçam. (...)

Notícias da Covilhã, 08/06/1930

A fim de começar a cobrar a referida taxa de turismo, foram enviadas missivas aos proprietários dos Restaurantes Aliança, Peninsular e Chave de Ouro, do Grande Hotel Covilhanense e Hotel Avenida, assim como às Pensões República, Prata, Rosália e Hospedarias Mangana e São Martinho, comunicando-lhes que tinha sido deliberado que todos os restaurantes, hotéis, pensões e hospedarias lançassem nas suas contas a percentagem de 5% e comesçassem a fazer cobrança a contar do dia 1 de Dezembro seguinte, sendo que, a partir de então, o tesoureiro ou o seu delegado iria conferir as contas e receber as importâncias cobradas pertencentes à taxa de turismo nos dias 1 e 15 de cada mês.

Depois de se informarem os proprietários do ramo hoteleiro, comunica-se ao Presidente do Conselho Nacional do Turismo que a Comissão tinha deliberado que a taxa de turismo a cobrar seria de 5% na Covilhã e durante todo o ano, e nas termas de Unhais da

⁶⁸ *Diário da Noite*, 03/10/1932

Serra e Sanatório da Covilhã (Serra da Estrela) nos meses de Maio a Outubro, inclusive, pedindo-se a sua autorização para se começar a cobrar naquela cidade, o que foi aprovado pelo Ministério do Interior. Também a C.I.C. seria contactada por este órgão pouco tempo depois, visto que logo no início de 1930 recebe um ofício circular do Ministério do Interior — Conselho Nacional de Turismo —, que solicitava o envio do orçamento para o primeiro semestre desse ano, assim como o plano geral dos melhoramentos que a Comissão pretendia levar a cabo na sua área. Desse mesmo plano deveriam também constar as obras a executar preferencialmente e, dentro destas, as já iniciadas ou de execução imediata. A este pedido respondeu a C.I.C. não ter ainda qualquer tipo de receita, excepto a que provinha da taxa de turismo sobre os hotéis e casas de pensão local, receita aliás exígua e que mal chegava para as despesas de expediente⁷⁰. Facilmente se compreende esta resposta, já que a taxa aplicada sobre as contribuições só seria cobrada em Julho seguinte; dado isto, não podia a Comissão elaborar qualquer orçamento para o primeiro semestre de 1930.

A questão da taxa de turismo seria de ora em diante mais um problema para os proprietários dos referidos espaços, chegando mesmo a ser um assunto presente em vários números dos jornais locais e, simultaneamente, alvo de ataque por alguns deles, principalmente pel' *O Raio*, que em Dezembro de 1929, escreveu o seguinte:

Ao que sabemos, a Comissão de Iniciativa e Turismo vae entrar em plena actividade e principia os seus trabalhos pelo lançamento duma sobretaxa ás contas dos restaurants, hoteis e modestas casas de pasto, que, por serem modestas e economicas, são escolhidas pelos empregados de escriptorio e operarios. Daqui passar-se-há ao lançamento do adicional nas contribuições geraes do Estado, sem o que nada se faria, pois a receita dos restaurants, hoteis e casas de pasto pouco mais cobrirá do que a renda da casa e as despesas do expediente.

O Raio, 08/12/1929

Um dos maiores problemas da Comissão era fazer pagar as referidas taxas, assim como fazer compreender aos proprietários a necessidade de tal acto, tendo muitas vezes de os relembrar da obrigatoriedade dos pagamentos. Exemplo disto foi o ofício enviado a Luciano Gaspar, proprietário do Hotel Covilhanense e vogal da Comissão de Iniciativa da

⁶⁹ Maria Inácia Rezola, *O Sindicalismo Católico no Estado Novo 1931-1948*, 1999, p. 41

⁷⁰ Acta de 15/01/1930

Covilhã, fazendo-lhe sentir que, não tendo cumprido o estabelecido pelo § 4.º do artigo 15.º, do Decreto-Lei n.º 1:152, de 24 de Abril de 1921, tinha a partir de então o prazo citado pelo Decreto 10:057, no seu artigo 26.º, alínea b)⁷¹, para pagar a multa de 100\$00 pela infracção cometida, isto é, a de não ter pago a taxa de turismo, bem como 1.125\$00 referente à taxa turística e à multa de atraso respectiva, conforme a alínea d) do mesmo artigo⁷². O que é certo é que, apesar de constantemente avisados, nem mesmo assim esses proprietários cediam aos pagamentos. Por exemplo, o já citado Luciano Gaspar, representante da classe dos hoteleiros na C.I.C., continuou sem cumprir o que lhe fora determinado pela Comissão. Deste modo, foi deliberado que a multa a pagar pelo proprietário do Hotel Covilhanense, com a inclusão da taxa turística referente ao mês de Dezembro de 1929, seria de 800\$00; posteriormente, foi dado conhecimento do facto à Repartição de Finanças concelhia, de forma a que o caso seguisse coercivamente e se procedesse à cobrança em dívida⁷³.

Também foram oficiados outros proprietários, como é o caso dos da Pensão Avenida e do restaurante Café Aliança, para pagarem a taxa de turismo de 100\$00 e 250\$00, respectivamente, referentes aos meses de Dezembro de 1929 e Janeiro de 1930. Pelo exposto, verificamos como esta taxa era realmente muito difícil de ser cobrada e a pouca disponibilidade financeira dos proprietários para a liquidar, dado o mau momento económico que se fazia sentir na época e a provável pouca afluência de turistas à cidade. Alguns proprietários chegaram até a entregar requerimentos à Comissão solicitando-lhe que “os não considere como turistas, aliviando-os da taxa de turismo”, pois na cidade da Covilhã já davam a sua ajuda anual através de contribuições, rendas e outros encargos que o Estado lhes exigia⁷⁴.

Assim sendo, pela falta de cobranças e outras receitas facilmente se constata as carências financeiras que tão profundamente se faziam sentir no seio da Comissão e se compreende o facto de ela se ter visto obrigada a solicitar ao Presidente do C.N.T., a 20 de

⁷¹ Decreto n.º 10:057, de 30 de Agosto de 1924, artigo 26.º, alínea b): "Aos infractores dos §§ 4.º e 5.º do artigo 15.º deste regulamento será aplicada a multa de 100\$00 por cada infracção não atendida no prazo de oito dias, depois da intimação respectiva".

⁷² *Idem*, alínea d): "Às pessoas que deixarem de pagar a taxa que lhes competir será aplicada a multa que, pela primeira falta, será igual ao valor da taxa que se deixou de cobrar, mais vinte e cinco por cento, multa que será elevada ao dobro nos casos de reincidência, e ao triplo quando se prove que houve má fé".

⁷³ A alínea d) desse artigo estabelecia ainda que "Se a pessoa que tiver de pagar qualquer das multas a que este artigo se refere o não fizer no prazo de oito dias depois de ter sido avisada, a comissão de iniciativa procederá à sua cobrança coerciva por meio das autoridades fiscais, devendo para isso enviar nota das dívidas ou multas aos chefes das repartições de finanças com as certidões e autos respectivos.".

⁷⁴ Acta de 20/02/1930

Fevereiro de 1930, um subsídio — prática recorrente de ora em diante — de 15.000\$00 a 20.000\$00, destinado ao início de algumas obras e à propaganda turística. Não nos esqueçamos de que só em Agosto é que a C.I.C. teria receita própria e, nessa altura, considerava ser um pouco tarde para aquilo que, na sua opinião, era “preciso dar começo quanto antes”⁷⁵. Após a necessária aprovação do Ministério do Interior e da Repartição de Jogos e Turismo, o C.N.T. concedeu 10.000\$ à Comissão; porém, esse subsídio entraria nos cofres da C.I.C. apenas em 10 de Julho de 1930, o que inviabilizou todos os projectos que a entidade tinha planeado para os seus primeiros meses de existência, entre eles o da propaganda, sendo desta forma evidente que a divulgação da região foi uma das tarefas prioritárias da acção da C.I.C..

Entretanto, o Ministério do Interior, através da R.J.T., continuava a solicitar à C.I.C. que enviasse o orçamento para o ano económico de 1930/31 para a obrigatória aprovação superior. Após a sua demorada elaboração, entrega-se finalmente esse documento, o qual provocara acesa discussão entre os membros da Comissão. Em virtude dos problemas levantados, o tesoureiro da C.I.C. manifestou o desejo de ser ouvido em todos os actos que envolvessem despesas ou quaisquer outros gastos, pois entendia que os elementos da C.I.C. deviam ter o conhecimento prévio da forma como seriam aplicadas as receitas do turismo. A proposta foi aceite unanimemente e com este exemplo verificamos que os assuntos eram debatidos pelo grupo e que a gestão dos problemas era atentamente partilhada por todos.

Seguindo os trâmites legais, o orçamento é analisado pela R.J.T., sendo ele devolvido em Novembro de 1930 à C.I.C. a fim de ser “modificado no sentido de as importâncias inscritas nos artigos 1.º, 3.º e 4.º, do referido orçamento não excedam a quantia de 12.500\$00.”⁷⁶. Devemos referir que não tivemos acesso ao citado orçamento e, assim sendo, nada nos esclarece sobre a natureza dos artigos mencionados. Todavia, sabemos que a C.I.C. reenviou o orçamento com as alterações solicitadas e que, em Janeiro de 1931, a R.J.T. comunicava a sua aprovação.

A questão da taxa de turismo cobrada aos proprietários voltaria a trazer problemas ao equilíbrio financeiro da Comissão de Iniciativa em Novembro de 1930. Nesse mês, as taxas ainda não tinham sido integralmente pagas, estando desta feita em falta os proprietários do Café Chave de Ouro e Pensão Avenida, tendo sido por isso dada ao tesoureiro da Comissão a faculdade de resolver o assunto da melhor forma possível,

⁷⁵ *Idem, Ibidem*

“segundo o seu critério e sem prejuízo para esta Comissão”⁷⁷. Todavia, esses proprietários continuaram sem pagar as quantias solicitadas, tendo sido necessário fazer chegar novamente os recibos com o aviso de que, no caso de não serem pagos, seriam enviados à Repartição de Finanças para serem cobrados coercivamente. A propósito desta cobrança coerciva, sabemos que a Repartição de Finanças depositou na Caixa Geral de Depósitos a quantia de 12.944\$00, produto da cobrança da taxa de turismo referente ao mês anterior.

Apesar dos esforços da C.I.C. para incrementar o turismo na zona da Covilhã, nem sempre a sua situação financeira permitia ajudar os proprietários, cabendo aos mesmos melhorar as condições oferecidas pelos seus estabelecimentos de restauração e hotelaria. Essas condições não seriam certamente as melhores, pois muitas foram as queixas dos turistas pela falta de qualidade dos serviços. Exemplo disso é a carta de Alberto Joaquim Lima, do Porto, reclamando a falta de higiene no Hotel Covilhanense (principalmente nas “sentinas”) e o preço exagerado das diárias⁷⁸. Em resposta, foi proposto pela C.I.C. que se intimasse o responsável pelo Hotel, curiosamente presente nessa sessão, para que, no prazo de três dias, afixasse em todos os quartos a tabela de preços de harmonia com a Tabela Geral aprovada pela C.I.C.⁷⁹. Registou-se ainda em acta que, caso Luciano Gaspar não cumprisse as determinações da lei dentro do prazo, seria multado e aplicada a multa estabelecida no artigo 26.º e seus §§, do Decreto 10:057, de 1924. O dono do Hotel declarou que, não podendo continuar a manter avença pela importância fixada, e não podendo a C.I.C. diminuí-la, iria fazer um pedido de desistência, entretanto aceite a partir de 1 de Janeiro de 1931 pela Comissão, ficando daí em diante “sujeito ao manifesto”⁸⁰. Saliente-se que em Novembro de 1931 o caso não se encontrava ainda resolvido, continuando Luciano Gaspar a alegar que não possuía condições para tal “em virtude da escassez dos seus negócios e da crise que presentemente se faz sentir”⁸¹.

Também em 1931 o proprietário do Restaurante Aliança informou a C.I.C. de não poder pagar importância superior a 80\$00 de avença mensal e pediu para o informarem do que fosse deliberado. Contudo, a C.I.C. não concordou com o pedido, afirmando que o

⁷⁶ Acta de 19/11/1930

⁷⁷ Acta de 05/11/1930

⁷⁸ Acta de 17/12/1930

⁷⁹ Veja-se o § 3.º do artigo 15.º do Decreto 10:057, de 30 de Agosto de 1924, que refere que nos hotéis e pensões teria de estar patente, em lugar bem visível, e que podia ser indicado pelas Comissões de Iniciativa, uma tabela com o preço da diária e sua especificação, relativo aos diversos quartos, não incluindo a taxa de turismo, e que serviria de base para a fiscalização, ficando entendido que nenhum hóspede era obrigado a pagar diária superior à indicada na referida tabela.

⁸⁰ Acta de 17/12/1930. Esta expressão significava que, posteriormente, seria feita uma declaração pública expondo os motivos que tinham levado a entidade a tomar certas medidas.

colocaria em “regime de manifesto”, devendo, em obediência à lei, franquear os livros para serem verificados por qualquer um dos membros da Comissão⁸². Deveria ainda a pessoa em questão proceder à liquidação integral do débito em atraso sob pena de procedimento coercivo⁸³.

A crise continuava a fazer-se sentir agudamente e a C.I.C. sentiu necessidade de solicitar à R.J.T., à semelhança de outras Comissões, a isenção de franquia postal na correspondência trocada entre Comissões e particulares quando se tratasse de assuntos de turismo ou de propaganda regional. Devemos salientar que as Comissões de Iniciativa gozavam de isenção de franquia postal quando se correspondiam com as repartições do Estado. Não sabemos a resposta da R.J.T. a esta solicitação, mas numa época de contenção de despesas supomos que o pedido terá sido indeferido.

Ainda nesse ano, por maioria de votos, a Comissão delibera comunicar às instâncias competentes que, à semelhança do ano anterior e de harmonia com a lei, se estabelecessem as seguintes percentagens na taxa de turismo, a cobrar conjuntamente com as Contribuições Gerais do Estado: 15% sobre a contribuição industrial, 15% sobre o imposto de profissões liberais e 10% sobre a contribuição predial. No mês de Maio solicitou ao C.N.T. que autorizasse a Comissão a cobrar, ainda no ano em análise, 10% da taxa de turismo sobre as rendas das casas de aluguer situadas quer dentro quer fora do perímetro da Covilhã⁸⁴. O pedido foi deferido pelo C.N.T. e a C.I.C., através do regedor de Unhais da Serra, José da Cruz Moreira, fez então chegar às mãos dos proprietários uma circular sobre o imposto, a fim de que mais tarde não alegassem ignorar o assunto.

A 1 de Julho de 1931, ou seja, no dia posterior ao término do ano económico, o tesoureiro da Comissão apresentou as contas relativas à gerência do ano económico anterior (1930/31), que tiveram o seguinte movimento:

⁸¹ Acta de 11/11/1931

⁸² Acta de 14/01/1931

⁸³ Tal como estabelecia o Decreto 10:057, no seu § 5.º do artigo 15.º.

⁸⁴ Segundo o estabelecido no artigo 16.º e seus §§, do Decreto n.º 10:057, que regulamentava a Lei 1:152, de 23 de Abril de 1921. Esse artigo referia que os frequentadores da estância que ocupavam casas ou parte de casas de aluguer, pagariam

Quadro n.º 6- Contas da gerência do ano económico de 1930/31

Pela cobrança da receita eventual	10.750\$00
Pela cobrança da receita ordinária	99.217\$30
Pela cobrança da taxa hoteleira	9.960\$00
Total	119.928\$20
Despesas	92.364\$00
Saldo positivo que transita para o Ano Económico 1931/32 (Caixa: 957\$65 + Depósito na C.G.D.: 28.134\$00)	29.091\$65

Fonte: Acta de Comissão de Iniciativa da Covilhã., 01/07/1931

Curiosamente, só passados três anos é que se publicam no *Notícias da Covilhã* os relatórios de contas dos anos económicos de 1929/30 e 1930/31⁸⁵:

Quadro n.º 7- Contas da gerência dos anos económicos de 1929/30 e 1930/31

Receita		Despesa	
Taxa hoteleira	12.825\$90	Expediente	1754\$40
Subsídio do C.N.T.	10.000\$00	Empregados	6775\$00
Receita ordinária	99.217\$30	Representação	2.932\$25
Receita eventual	750\$00	Instalação da sede	11.013\$50
Total	122.793\$20	Propaganda	22.245\$15
		Obras na S. da Estrela	35.100\$25
		Unhais da Serra	3.841\$00
		Renda da casa	9.200\$00
		Festival na floresta	840\$00
		Saldo para o ano seguinte	29.091\$65
		Total	122.793\$20

Fonte: *Notícias da Covilhã*, 22/07/1934

Ainda em relação ao ano económico de 1930/31, o Secretário do Director Geral do Tribunal de Contas pediu à Comissão as contas relativas a três períodos distintos: o decorrido entre o seu início e 31 de Dezembro de 1929, o de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1930 e o compreendido entre 1 de Julho de 1930 e 30 de Junho de 1931. Devido à pouca experiência nessa área, a C.I.C. solicitou àquela entidade alguns esclarecimentos sobre a

até 10% sobre as quantias do aluguer dos locais ocupados ou sobre o valor locatário presumível destas.

⁸⁵ O motivo do atraso da publicação destas contas poderá estar relacionado com a espera pela homologação das contas por parte do C.N.T..

organização das referidas contas e respectivos documentos de despesa. Tardando o envio dos documentos de um desses períodos, o do ano económico de 1930/31, informou-se o então Ministro da Justiça e dos Cultos, José de Almeida Eusébio⁸⁶, que o motivo de tal atraso se devia ao facto de muitos deles não se encontrarem selados, como a lei obrigava. Como tal, pediu-se ao Ministro o favor de “envidar os seus bons ofícios” no sentido de não haver qualquer “embargo”⁸⁷. Este pedido foi um dos vários que se lhe dirigiram ao longo dos anos, o que nos leva a crer que seria natural da Covilhã e da família de Ana Ramito de Almeida Eusébio, um dos membros que sabemos ter feito parte da Comissão das Festas da Cidade de 1930. A C.I.C., sabendo da influência que ele poderia ter junto dos restantes ministros, estaria pois a fazer uso desse conhecimento em benefício próprio.

Em relação às contas da C.I.C. a posição do jornal *O Raio* foi sempre muito clara — a sua apresentação aos covilhanenses tardava e tinha de ser feita quanto antes, o que levou algum tempo a acontecer porque, como já foi referido, só no Verão de 1934 é que todas as contas que havia até então foram apresentadas no *Notícias da Covilhã* em quatro números seguidos. Esta demora leva-nos a questionar qual terá sido o verdadeiro motivo para que tal publicação fosse feita tão tardiamente.

A respeito da publicação dessas contas, leia-se este artigo de 23 de Agosto de 1931, cuja principal arma de ataque é o humor com que descreve aquilo que, na sua opinião, era o trabalho da Comissão:

Então essas contas, senhores *turisteiros*? Quando é que o *Zé Pagante* pode saber como tem sido administrado o seu rico dinheiro? Quando é que a Comissão de Iniciativa e Turismo da Covilhã *sente* o dever de prestar contas dos seus actos *bailarísticos*, *almoçarísticos*, *jantarísticos* e *pic-niquísticos*? Vá, seus heróis, coragem!!! A Covilhã, nesse dia... oferece-lhes um banquete!!

O Raio, 23/08/1931

Também em relação às Festas da Cidade se pediu contas, recorrendo-se ao título “Turismo Zabumba e de Apetite” para se redigir o seguinte:

Não julgue o covilhanense que as grandiosas festas organizadas pela Comissão de Iniciativa e

⁸⁶ “Orgânica Governamental” in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, 1996, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, p. 1026

⁸⁷ Acta de 14/10/1931

Turismo se limitaram á magnificencia do *combate naval*, á escarumbice dos bailados e ao fausto assombroso dos meninos mascarados a 40\$00 por cabeça. Não; houve coisa mais rica e mais confortante... Houve um jantar e dois ricos almoços – um em Unhaes e outro na Serra!!!... O *Zé Embasbacado* não deu por estes dois numeros, mas pode orgulhar-se de eles serem pagos com o seu rico dinheiro. (...) e a proposito: “O Noticias” que tão desenvolvida reportagem fez das festas porque não convence os *turisteiros* a publicar as contas, essas decantadas contas, o deve e haver de todo este brodio? Seria interessante para nós e dignificante, por certo, para tão *ilustres membros*...

O Raio, 02/08/1931

Quando já há muito se tinha entrado no ano económico de 1931/32 é que a C.I.C., após apreciação por parte dos seus elementos, envia ao C.N.T. o respectivo orçamento ordinário para aprovação, aproveitando a ocasião para tecer alguns comentários acerca das verbas já esgotadas ou prestes a tal. Explica também que esse documento não fora enviado há mais tempo por esperar uma resposta ao ofício enviado em Agosto, respeitante ao subsídio e isenção do pagamento da percentagem em atraso devida ao Estado. A este reparo responde a R.J.T. que, para se poder atender ao pedido formulado, deveria a Comissão de Iniciativa aguardar a distribuição de subsídios. Quanto à isenção de “percentagens dividas ?sic? ao Estado”, informou nada poder fazer, em virtude do Ministro das Finanças ter exarado o seguinte a propósito de um pedido idêntico: “O Ministério não tem competência para autorizar o que se pede.”⁸⁸. Informou ainda que, para se submeter o orçamento à apreciação do C.N.T., era necessário enviar o respeitante ao ano económico anterior e vários outros documentos. A C.I.C. responde que iria enviar os documentos pedidos e expor a sua situação financeira, solicitando ainda àquele Conselho todo o apoio monetário indispensável para levar a cabo a obra encetada na Serra da Estrela — a estrada entre a Covilhã e as Penhas da Saúde.

A urgência de fundos era tão grande que a Comissão sentiu a necessidade de escrever com brevidade ao Ministro da Justiça, a fim de que este se solidarizasse com a sua situação. Nessa carta, apelava aos “seus bons ofícios, junto do seu colega da pasta do Comércio”, no sentido de serem concedidas à C.I.C. as “sobras de qualquer verba orçamental”⁸⁹, lembrando que também por parte da J.A.E. ou do C.N.T. poderia ser prestado qualquer tipo de auxílio monetário.

⁸⁸ Acta de 30/12/1931

O problema da falta de pagamento dos proprietários das pensões, cafés e restaurantes da Covilhã persistia, vendo-se a Comissão obrigada a officiar os que tinham as suas taxas de turismo em atraso para que as pagassem rapidamente. Os proprietários alegavam um diminuto movimento nos seus estabelecimentos, o que nos poderá levar a concluir que a afluência de turistas à Covilhã era fraca, daí a dificuldade em pagarem esse imposto de turismo. No entanto, tendo em conta a crise generalizada, atende-se o pedido da Pensão Prata e reduz-se a sua avença de 50\$00 para 30\$00 em Fevereiro de 1932. O Restaurante Aliança fizera já igual pedido em Janeiro desse ano, mas é informado de que teria primeiramente de pagar a dívida, que até então era de 850\$00, para que lhe fosse concedida essa benesse. No mês de Julho informa-se o responsável desse restaurante de que a dívida referente ao período de Abril a Setembro de 1931 seria paga à razão de 100\$00 por mês e que a que compreendia o período de Outubro desse ano a Outubro de 1932 seria liquidada à razão de 75\$00 mensais, perfazendo um total de 1575\$00. A C.I.C. arredonda este valor para 1500\$00 e possibilita o pagamento em três prestações. Em Dezembro, e atendendo à alegada “diminuição de negócios”, decide a Comissão reduzir novamente a avença, desta feita para 50\$00, decisão essa que aplicou a outros estabelecimentos por insistência destes⁹⁰.

Dadas as carências financeiras da entidade e o incremento nos seus serviços de carácter externo, teve a C.I.C. em 1932 de solicitar ao C.N.T. subsídios que permitissem o prosseguimento das suas tarefas. Desta forma, recebe nos seus cofres um subsídio de 10.000\$00 em Julho de 1932, que deve ter sido insuficiente, pois em Dezembro solicita ao mesmo organismo uma nova ajuda, desta feita de 70.000\$00.

Relativamente ao orçamento desse ano económico (1931/32), o C.N.T. nega a sua aprovação no mês de Junho por não ter sido entregue a importância de 22.696\$10, respeitante à percentagem devida ao Estado. Quanto a este procedimento, a C.I.C. tinha consciência de que seria penalizada por não ter cumprido essa disposição legal; porém, estava segura de que essa verba era prioritária para “melhoramentos urgentes na Serra da Estrela”⁹¹. Essa dívida seria liquidada em dois momentos distintos — Julho e Outubro de 1932 —, sendo pagos 10.000\$00 e 12.696\$10, respectivamente. Para esse pagamento teve de aguardar pelo montante da taxa de turismo resultante do pagamento coercivo feito pela

⁸⁹ *Idem, Ibidem*

⁹⁰ Acta de 07/12/1932

⁹¹ Acta de 29/06/1932

Repartição de Finanças. Só após boa cobrança da dívida foi aprovado o orçamento da Comissão pelo C.N.T.. É de salientar que a percentagem devida ao Estado dos anos económicos de 1929/30 e 1930/31 ainda se encontrava por pagar.

Ainda no Verão de 1932 são apresentadas pelo tesoureiro as contas de gerência do ano económico 1931/32, que acusaram o seguinte movimento:

Quadro n.º 8- Contas da gerência do ano económico de 1931/32

Receita eventual	1.998\$87
Receita ordinária	103.901\$70
Taxa hoteleira	6.640\$00
Taxa das rendas das casas de aluguer	1.590\$00
Total	114.130\$57
Despesas	130.526\$94
Saldo do ano económico anterior	29.091\$65
Saldo positivo que transita para o Ano Económico 1932/33 (não refere as quantias em caixa nem as depositadas na C.G.D.)	12.695\$28

Fonte: Acta de Comissão de Iniciativa da Covilhã, 06/07/1932

Como já foi referido, essas contas seriam apresentadas dois anos depois no *Notícias da Covilhã* e de forma bastante mais pormenorizada, como se pode verificar:

Quadro n.º 9- Contas da gerência do ano económico de 1931/32

Receita		Despesa	
Saldo do ano anterior	29.091\$65	Empregados	6.670\$00
De juros	1.498\$87	Representação	1.857\$00
Taxa hoteleira	6.640\$00	Obras na S. da Estrela	65.288\$30
Receita eventual	500\$00	Propaganda	14.373\$35
Receita ordinária	103.901\$70	Expediente	5.743\$30
Casas de aluguer	1.590\$00	Renda da casa	4.800\$00
Total	143.222\$22	Festas da cidade	18.024\$25
		Subsídio ao Orfeão da Covilhã	1.250\$00
		Desportos de Inverno	12.520\$74
		Saldo para o ano seguinte	12.695\$28
		Total	143.222\$22

Fonte: *Notícias da Covilhã*, 29/07/1934

Quanto a estas contas, saliente-se que o tesoureiro da C.I.C. afirmou na reunião de 28 de Outubro de 1931 que “houve um deficit ?sic? de 18.024\$25 [devido à organização das Festas] que será coberto pela Receita Ordinária”. Talvez pela pouca motivação financeira e críticas espelhadas no jornal *O Raio*, não voltariam os festejos a ser organizados pela Comissão.

Ao longo do ano de 1933 continuam a ser pedidos subsídios ao C.N.T.. Assim, logo no mês de Fevereiro a Comissão delibera que dois dos seus membros — Joaquim Gonçalves de Carvalho e António Rodrigues Pintassilgo — se deslocassem ao C.N.T. “a fim de verbalmente exporem as necessidades mais urgentes e dos projectos de melhoramentos mais instantes a executar nesta zona de turismo (...) ?para? solicitarem desse principal órgão turístico, o seu alto patrocínio material.”⁹².

Este ano, porém, ficou marcado pela luta incessante da C.I.C. e pela liderança que demonstrou no combate à percentagem de 20% sobre as suas receitas brutas, que ela, tal como as suas congéneres, tinham de pagar ao Estado. Este movimento reivindicativo teve início com a redacção de uma representação, posteriormente enviada ao Ministro do Interior, Albino Soares Pinto dos Reis Júnior, ao Presidente do Ministério, António de Oliveira Salazar, bem como ao C.N.T., a qual foi redigida pela própria C.I.C. e autorizada e apoiada por todas as Comissões do país. Essa representação solicitava:

a) que o novo diploma sobre turismo, antes de convertido em lei, seja submetido ao estudo e apreciação das Comissões de Iniciativa, para sobre ele, e num prazo curto, se pronunciarem a bem dos interesses gerais; b) que esse instrumento legal acabe com todas as dúvidas e divergências notadas até agora, sobretudo em matéria orçamental, assentando a sua doutrina em normas clara e precisas; c) que da lei desapareça a disposição que obriga as Comissões de Iniciativa a pagarem ao Estado a percentagem de 20% sobre as suas receitas brutas.⁹³

Por forma a dar visibilidade à situação, a C.I.C. decide mandar publicar uma cópia desse documento nos jornais *O Século* e *Diário da Manhã*, pedindo-lhes que fosse dado a esse texto o maior relevo possível.

Apesar de todos os esforços, a pretensão de se acabar com essa percentagem não seria atendida, sendo mesmo de aplicação mais rigorosa, já que o Decreto-Lei n.º 22:530,

⁹² Acta de 08/02/1933

⁹³ Acta de 08/03/1933

de 16 de Maio de 1933, que regulava o lançamento e cobrança das receitas das Comissões de Iniciativa e fixava as despesas a seu cargo, determinava que:

Art. 11º De todas as receitas cobradas por virtude dêste decreto-lei serão deduzidos 20 por cento, que as entidades encarregadas da cobrança farão depositar, por meio de guia, nos cofres do Estado, até 30 de Junho de cada ano, passando para responsabilidade pessoal dos membros das comissões o pagamento das importâncias devidas que não sejam pagas até aquela data.

(...)

Art. 16º As comissões de iniciativa devedoras ao Estado de quaisquer importâncias entrarão com elas nos cofres públicos no prazo de quinze dias, a contar da publicação dêste decreto-lei, sob pena de ser aplicada aos respectivos membros o disposto na última parte do artigo 11º.

Em virtude de tais disposições, teve a C.I.C. de recorrer a um empréstimo particular, visto que o subsídio que pedira em Março para o pagamento da dívida de 24.558\$64 referente à percentagem de 20% dos anos 1929/30 e 1930/31 não fora atendido. Para contrair esse empréstimo foi necessária a autorização do C.N.T., pelo que se faz deslocar o tesoureiro da Comissão à capital, conseguindo-se o aval da entidade. O empréstimo, acordado numa agência do Banco de Portugal, seria liquidado através da receita proveniente da taxa de turismo sobre as contribuições do Estado e pela verba a cobrar em Julho seguinte, por intermédio da Repartição das Finanças. A quantia pagar-se-ia com duas letras, cujos valores eram de 12.500\$00 e 12.058\$64, ficando esta questão resolvida com o envio ao Director Geral do Tribunal de Contas, “conforme solicitado pelo mesmo, [do] documento comprovativo da entrega na Tesouraria da Fazenda Pública da quantia (...) devida ao Estado”⁹⁴.

Para o pagamento dessa percentagem de 20% relativa ao ano económico de 1932/33, na totalidade de 23.903\$85, o procedimento foi idêntico, ou seja, a C.I.C. começou por solicitar um subsídio ao C.N.T., que foi negado, e dado os quinze dias conferidos pelo já referido art.º 16.º do Decreto-Lei n.º 22:530, viu-se obrigada a contrair novo empréstimo em Dezembro de 1933 “figurado por meio de letras”⁹⁵. Não nos esqueçamos de que para a aprovação do seu orçamento de 1933/34 era necessário que a percentagem em atraso fosse paga.

Para dar forma aos seus projectos mais ambiciosos — como a comparticipação da

⁹⁴ Acta de 28/06/1933

⁹⁵ Acta de 27/12/1933

Comissão nos hotéis da Covilhã e da Serra, construção de uma casa-abrigo ou drenagem de águas, entre outros —, deliberam os seus membros fazer novo empréstimo, desta feita entre os 500.000\$00 e os 600.000\$00, dando como garantia as receitas ordinárias da C.I.C.. Há que realçar, de facto, a grandeza dos projectos e até mesmo a coragem revelada pela entidade ao solicitar ao C.N.T. permissão para contrair tão avultado montante. O C.N.T. não chega a responder a esse pedido e somente se pronuncia quanto à construção de um dos hotéis propostos pela C.I.C., aconselhando-a a que fosse somente o da Serra a ser erguido.

Ainda nesse ano outros factos houve que merecem ser registados, como é o caso do ajuste da taxa de turismo a cobrar entre todos os hotéis, pensões e restaurantes da zona de turismo da Covilhã. Para isso, todos os proprietários desses estabelecimentos entraram em acordo com a C.I.C. no final do ano, estabelecendo as taxas a pagar mensalmente desde o início desse ano económico, que seriam as seguintes:

Quadro n.º 10 - Taxas de turismo mensais acordadas entre a C.I.C. e os proprietários de hotéis, pensões, restaurantes e outros

Hotel Covilhanense	150\$00	José Marujo	15\$00
Pensão Avenida	100\$00	Restaurante Aliança	30\$00
Pensão da Covilhã	75\$00	Restaurante Central	50\$00
Pensão República	50\$00	Restaurante Chave de Ouro	30\$00
Pensão Mangana	45\$00	Maria Helena Costa (quartos)	25\$00
Pensão Prata	30\$00	Pensão Meireles (Tortosendo)	15\$00
Pensão Brito	30\$00	Adelaide Camilo (Tortosendo)	10\$00
Joaquina Gonçalves	20\$00	Pensão Maria Cândida (U. Serra)	150\$00
José da Cruz Fazenda	20\$00	Pensão de Francisco Velha (U. Serra)	50\$00

Fonte: Acta de Comissão de Iniciativa da Covilhã, 15/11/1933

Nos termos dos art.^{os} 6.º e 7.º do Decreto-Lei 22:530, seria então remetida essa relação à Câmara Municipal para esta proceder à cobrança das taxas, algumas das quais se encontravam em atraso, sendo este procedimento seguido todos os anos de ora em diante. À Câmara foi ainda enviada a lista das casas de aluguer na zona de turismo nessa época de Verão, sendo oito delas na Serra da Estrela, cuja taxa variava entre 100\$00 e 300\$00, e quinze em Unhais da Serra, com valores a oscilar entre 10\$00 e 25\$00. Também a taxa de algumas destas casas estava ainda por pagar desde a época estival de 1932, o que teria de

ser feito dado o carácter retroactivo imposto pelo C.N.T.⁹⁶.

O art.º 3.º, § 3.º dessa Lei estipulava que seriam “avaliadas as casas quando se suspeite que a renda declarada é inferior à ajustada.”, sendo a avaliação feita por três membros, “dos quais um nomeado pelo cedente, outro pela comissão de iniciativa e o terceiro, de desempate, pelo administrador do concelho”. Fazendo uso das faculdades que lhe eram conferidas pela Lei, a Comissão, em resposta a Hermínio Vaz, que comunicara ter arrendado a sua casa nas Penhas da Saúde por 1.500\$00 pela época de Verão, informa-o das suas suspeitas sobre a veracidade desse valor, pelo que decide “proceder a novas investigações sobre o assunto, agindo depois como for de justiça”⁹⁷.

À semelhança dos outros anos, o tesoureiro apresentou as contas de gerência do ano económico 1932/33, tendo elas acusado este movimento:

Quadro n.º 11- Contas da gerência do económico de 1932/33

Receita eventual	35.464\$81
Receita ordinária	100.135\$36
Taxa hoteleira	11.450\$00
Taxa das rendas das casas de aluguer	1.101\$00
Total	148.151\$17
Despesas	159.641\$10
Saldo do ano económico anterior	12.695\$28
Saldo positivo que transita para o Ano Económico 1933/34 (não refere as quantias em caixa nem as depositadas na C.G.D.)	1.205\$35

Fonte: Acta de Comissão de Iniciativa da Covilhã, 05/07/1933

⁹⁶ Acta de 15/11/1933

O *Notícias da Covilhã* publicou-as desta forma:

Quadro n.º 12- Contas da gerência do económico de 1932/33

Receita		Despesa	
Saldo do ano anterior	12.695\$28	Obras na S. da Estrela	21.874\$70
De juros	405\$37	Expediente	8.318\$10
Taxa hoteleira	11.450\$00	Propaganda	22.129\$00
Subsídio do C.N.T.	10.000\$00	Empregados	15.600\$00
Casas de aluguer	1.101\$00	Renda da casa	4.600\$00
Receita ordinária	100.135\$36	Subsídio ao Orfeão da Covilhã	250\$00
Estornos de lançamento	500\$80	Receita do Estado	47.323\$75
Empréstimo particular	24.558\$64	Representação	2.066\$00
Total	160.846\$45	Subsídio ao Bombeiros Voluntários para o Congresso dos Bombeiros	15.000\$00
		Despesas com a Monografia-Guia	9.000\$00
		Compra de postais ilustrados	13.007\$20
		Encargos do empréstimo particular	472\$35
		Saldo para o ano económico futuro	1.205\$35
		Total	160.846\$45

Fonte: *Notícias da Covilhã*, 05/08/1934

Tal como nos anos transactos, também em 1934 a Comissão estabeleceu as percentagens na taxa de turismo a cobrar conjuntamente com as contribuições gerais do Estado, sendo elas: 15% sobre a contribuição industrial, 15% sobre o imposto das profissões liberais e 10% sobre a contribuição predial. Note-se que esta reunião aconteceu a 28 de Março e, logo um dia depois, têm os membros da C.I.C. de se encontrar extraordinariamente a fim de rectificarem as percentagens votadas no dia anterior por não estarem de acordo com o art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 22:530. Sendo este Decreto de Maio de 1933 e, obviamente, do seu conhecimento, somos levados a questionar a razão subjacente a este comportamento da C.I.C., que ia claramente contra uma disposição legal. Assim sendo, teve de ser abolida das receitas da entidade a percentagem cobrada sobre o imposto das profissões liberais e diminuída a percentagem cobrada sobre as contribuições predial e industrial, deliberando a C.I.C. que passaria a ser de 4% e dando conhecimento de

⁹⁷ Acta de 07/06/1933

tal valor ao Director de Finanças do distrito, tal como a Lei obrigava. Esta percentagem foi mantida até à extinção do organismo em 1936.

Ainda em 1934 há a necessidade de pagar a percentagem de 20% relativa a esse ano económico no valor de 21.809\$75, que tinha de entrar nos cofres do Estado até 30 de Junho da cada ano. Para evitar um novo pedido de subsídio ao C.N.T., a C.I.C. questiona este organismo sobre a possibilidade de fazer esse depósito em Agosto “com o produto das percentagens do mês de Julho”⁹⁸. Tal não foi aceite, o que levou novamente a Comissão a contrair um empréstimo particular nesse valor. Depois de paga a importância, o Chefe da R.J.T. comunica ter sido aprovado pelo C.N.T. o orçamento ordinário do ano económico de 1934/35.

A taxa de turismo cobrada pela Comissão aplicava-se não só aos estabelecimentos já referidos, mas ainda a tabernas, leitarias, confeitarias e similares. Também estes se queixavam desse imposto obrigatório; contudo, em Maio de 1935, dirigiram as suas reclamações não à C.I.C. mas à Câmara Municipal, que sugeriu à primeira que essa taxa fosse amenizada⁹⁹. Por sua vez, a Comissão questionou as suas semelhantes de Braga, Coimbra, Viseu, Santarém, Leiria e Aveiro sobre o critério que seguiam relativamente a esse assunto. Não se sabe exactamente o que terão afirmado, mas “Em virtude da resposta dada pelas Comissões acima mencionadas acerca do imposto de turismo? sobre os estabelecimentos de venda de vinho a retalho e de quaisquer outras bebidas alcoólicas, pastelarias, etc., a C.I.C. deliberou fazer umas deduções aos contribuintes das aldeias do Concelho”¹⁰⁰.

As contas da gerência são dadas a conhecer pelo tesoureiro pouco tempo depois, numa das sessões do mês de Julho, e publicadas de forma mais detalhada passado um mês, sendo elas:

⁹⁸ Acta de 06/06/1934

⁹⁹ Segundo a acta de 08/05/1935 da Comissão Administrativa Municipal do Concelho da Covilhã, os proprietários dos estabelecimentos dispunham de quinze dias após conhecimento da taxa de turismo a pagar para reclamar junto da Câmara Municipal.

¹⁰⁰ Acta de 30/05/1934

Quadro n.º 13- Contas da gerência do ano económico de 1933/34

Receita eventual	286\$87
Receita ordinária	105.306\$70
Taxa hoteleira	4.036\$00
Taxa das rendas das casas de aluguer	1.985\$20
Total	111.614\$77
Despesas	110.044\$55
Saldo do ano económico anterior	1.205\$35
Saldo positivo que transita para o Ano Económico 1934/35 (não refere as quantias em caixa nem as depositadas na C.G.D.)	2.775\$57

Fonte: Acta de Comissão de Iniciativa da Covilhã, 11/07/1934

Quadro n.º 14- Contas da gerência do ano económico de 1933/34

Receita		Despesa	
Saldo do ano económico anterior	1.205\$35	Empregados	12.750\$00
Receita eventual	286\$87	Expediente	6.327\$80
Taxa hoteleira	1.220\$00	Obras na S. da Estrela	15.767\$70
Taxa de casas de aluguer	700\$00	Propaganda	2.603\$80
Receita ordinária	105.306\$70	Renda de casa da sede	4.200\$00
Cobrança feita pela Câmara	4.101\$20	Subsídios	5.926\$90
Total da receita	112.820\$12	Despesas de comunicações	2.346\$05
		Receita do Estado	22.618\$35
		Resgate do empréstimo particular	24.558\$65
		Seguros	33\$05
		Despesas de transporte	1.827\$50
		Representação	1.984\$50
		Desportos de Inverno	1.540\$00
		Impressão de postais ilustrados	3.270\$65
		Despesas com o material	202\$70
		Subsídio aos Bombeiros Voluntários	3.000\$00
		Estudos e projectos	1.086\$00
		Saldo para o futuro ano económico	2.775\$57
		Total da despesa	112.820\$12

Fonte: Notícias da Covilhã, 12/08/1934

Ainda em relação às contas de gerência da C.I.C., ficava esta obrigada a enviá-las regularmente ao Tribunal de Contas, o que não terá acontecido com a necessária brevidade, visto que esse Tribunal solicita por diversas vezes ao longo de 1935 toda a documentação relativa ao exercício da Comissão desde o ano económico de 1931/32 até esse momento. Seguindo os trâmites legais, a C.I.C. teve mesmo de justificar “umas verbas que foram excedidas” durante a sua gerência¹⁰¹. É também chamada a atenção pelo Chefe da R.J.T. para as quantias gastas em propaganda durante esse período e alertada para o excesso de verba da mesma rubrica no orçamento do ano económico 1934/35.

Relativamente à percentagem de 20% que havia a pagar ao Estado, era ela nesse ano de 17.896\$00, valor inferior aos anos antecedentes, o que facilmente se compreende se atendermos à quebra de receitas da Comissão, que se pode constatar através do quadro seguinte:

Quadro n.º 15- Contas da gerência do ano económico de 1934/35

Receita eventual	49\$34
Receita ordinária	89.428\$35
Empréstimo particular	21.809\$75
Taxa hoteleira*	3.692\$00
Taxa das rendas das casas de aluguer*	8\$00
Tabernas*	12.864\$00
Total	127.851\$44
Despesas	123.556\$39
Saldo do ano económico anterior	2.775\$57
Saldo positivo que transita para o Ano Económico 1935/36 (não refere as quantias em caixa nem as depositadas na C.G.D.)	7.070\$62

*Cobrança feita pela Câmara Municipal da Covilhã

Fonte: Acta de Comissão de Iniciativa da Covilhã, 10/07/1935

Note-se que em 6 de Maio de 1935 é publicado o Decreto n.º 25:299 que, no n.º 1, “estabelece o princípio fundamental de que os anos económicos a que é referida a contabilidade pública passam a coincidir com os anos civis a começar em 1 de Janeiro de 1936. Modifica-se desta forma o estado de cousas existente desde há precisamente um século, durante o qual as contas se referiram sempre a anos económicos começados em 1 de Julho e findos em 30 de Junho de cada ano.”. Dada esta alteração, teve ainda a

¹⁰¹ Acta de 13/11/1935

Comissão de pagar em Dezembro na Tesouraria da Fazenda Pública do concelho a percentagem de 20% devida ao Estado, no valor de 9.454\$00, referente ao período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1935.

No último ano de vigência da Comissão de Iniciativa da Covilhã, destaca-se a querela entre esta entidade e a Câmara Municipal devido à morosidade na cobrança da taxa de turismo. A C.I.C. chega mesmo a contactar o C.N.T. para que tomasse “providências urgentes contra a morosidade como está correndo esse serviço”¹⁰². A resposta chega agora dos Serviços de Turismo, que informam ter já encarregado a Direcção Geral da Administração Pública e Civil do distrito para que averiguasse essa situação. Apesar do conflito instalado, a C.I.C. continua a cumprir a lei, ou seja, a enviar à Câmara a relação das taxas de turismo votadas e aprovadas em 1936 para todos os estabelecimentos, chegando a salientar em acta tê-la “remetido em devido tempo, para cobrança, à Câmara Municipal da Covilhã.”¹⁰³. A razão que levou esta entidade a proceder repetidamente dessa forma residirá, porventura, no facto de as verbas cobradas não reverterem a seu favor, por terem de ser entregues à C.I.C..

As últimas contas da gerência da Comissão foram dadas a conhecer em 8 de Janeiro de 1936, sendo elas:

Quadro n.º 16- Contas da gerência de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1935

Receita eventual	15.930\$67
Receita ordinária	47.178\$85
Taxa hoteleira*	3.764\$00
Taxa das rendas das casas de aluguer*	1.088\$00
Tabernas*	13.400\$00
Total	81.361\$52
Despesas	Não há referência
Saldo do ano económico anterior	7.070\$629
Saldo positivo que transita para o ano económico 1936	1.090\$59

*Cobrança feita pela Câmara Municipal da Covilhã

Fonte: Acta de Comissão de Iniciativa da Covilhã, 08/01/1936

O mês de Dezembro do derradeiro ano da C.I.C. é aquele em que é publicado o novo Código Administrativo, que vem pôr fim às Comissões de Iniciativa e Turismo existentes

¹⁰² Acta de 15/04/1936

¹⁰³ Acta de 12/06/1936

no país, sendo os seus poderes transferidos para as Câmaras Municipais dos concelhos de que faziam parte. Além disso, os “bens móveis e imóveis que constituam património das comissões de iniciativa, com os respectivos rendimentos e encargos, e os imóveis, explorações ou estabelecimentos pelas mesmas comissões administradas, bem como os encargos de empréstimos legalmente contraídos, passam, nas zonas de turismo com sede em cabeça de concelho, para as câmaras municipais.”¹⁰⁴. Não nos esqueçamos de que, apesar deste Código ter entrado em vigor no último dia de 1936, desde Junho que se deixara de redigir as actas das sessões da C.I.C., e por isso desconhecemos o movimento financeiro desse ano.

Pelo descrito neste capítulo várias são as conclusões que podemos retirar relativamente à gestão das economias da Comissão ao longo do seu período de vivência. Desta forma, claro está de ver que, pelos quadros de contas de gerência apresentados, o total de receitas teve valores oscilantes, sendo o ano económico de 1932/33 o que apresentou maior volume de receitas e o de 1933/34 o inverso. Apesar de terem valores aproximados, as despesas nunca ultrapassaram as receitas, não existindo, portanto, saldo negativo. Saliente-se, porém, que os anos económicos de 1931/32, 1932/33 e o último semestre de 1935 foram aqueles em que se recorreu ao saldo do ano económico anterior para que a gerência desses períodos não apresentasse um saldo negativo.

Também se tivermos em conta a oscilação da taxa hoteleira e das rendas das casas de aluguer, que nos indicam a permanência de turistas num dado bcal, podemos concluir que a sua afluência foi maior no ano de 1932/33 e menor em 1934/35: 11.450\$00 e 1.101\$00, e 3.692\$00 e 8\$00, respectivamente. Porém, podemos também interpretar esta informação de forma diferente se nos lembrarmos de que em 1934/35 era já a Câmara Municipal a entidade que procedia à cobrança desse tipo de imposto, daí o pouco interesse na recolha dessas verbas que não se destinavam a si, mas à C.I.C..

Curioso é observarmos o valor que a C.I.C. arrecadava da taxa de turismo cobrada aos proprietários de tabernas, dada a conhecer a partir de 1934/35, e que em muito contribuiu para o valor final das receitas (ver quadros n.º 14 e 15).

Quanto às verbas que se destinaram à propaganda, publicadas no *Notícias da Covilhã* mas não mencionadas em acta pelo tesoureiro da C.I.C., apenas sabemos aquelas que se referem ao período entre os anos económicos de 1929/30 e 1933/34. Como se constatou

¹⁰⁴ Decreto-Lei n.º 27:424, de 31 de Dezembro de 1936, art.º 7.º

pelos quadros, verificamos que os valores são muito díspares, salientando-se o ano económico de 1933/34 com uma verba de 2.603\$80, valor bastante inferior aos anteriores (ver quadros n.º 7, 9 e 12). Sobre este assunto nada é mencionado em acta ou em qualquer outro documento, não sendo possível, portanto, explicar o verdadeiro motivo da disparidade de valores. Sabe-se somente que em 1934 o C.N.T. alerta a Comissão para a necessidade de rever a verba orçamentada para a rubrica da propaganda, sem o que o seu orçamento não seria aprovado¹⁰⁵.

Pela análise feita constatamos ainda que os pedidos de subsídios ao C.N.T. foram prática repetida ao longo dos anos, tendo eles em vista fins diversos, destacando-se o pagamento da percentagem de 20% devida ao Estado, ou seja, a Comissão pedia dinheiro a um órgão do Estado para pagar ao próprio Estado. As dívidas relacionadas com esse pagamento raramente foram pagas dentro do prazo estipulado por lei, o que atrasou por diversas vezes a aprovação dos orçamentos.

Pela escassez da verba dos subsídios ou mesmo por não serem atribuídos, tiveram os membros da C.I.C. de contrair empréstimos particulares, sendo que só seriam ressarcidos desse valor através da receita ordinária do ano económico seguinte, sempre difícil de antever. Esta atitude, a par da gratuitidade dos cargos que ocupavam, demonstra que o seu amor à terra se sobrepunha a quaisquer outros interesses ou valores.

¹⁰⁵ Acta de 28/03/1934

CAPÍTULO 6 — OBRAS E MELHORAMENTOS: ESTRADAS

De entre todos os campos de intervenção da Comissão de Iniciativa da Covilhã, o que mais se destacou, pela sua natural visibilidade foi, sem dúvida alguma, o que diz respeito às obras e melhoramentos na região, abrangendo estas as mais diversas áreas. Ansiando sempre por tirar partido das faculdades oferecidas pela lei aquando da sua criação em 1929, a C.I.C. manifestou ao longo da sua vida uma preocupação profunda em concorrer para o bem comum do país e, em especial, para o desenvolvimento harmonioso do seu perímetro de actuação, razão principal da sua existência. Leiam-se algumas passagens do que estipulava o Decreto n.º 10.057, de 30 de Agosto de 1924, o qual foi também seguido pela Comissão:

art.º 11º As comissões de iniciativa podem executar obras e realizar quaisquer melhoramentos em locais dependentes da acção do Governo ?sic? ou dos corpos administrativos, quando os respectivos projectos forem aprovados por aquelas entidades, não ficando, porém, estas ou quaisquer outras obras ou melhoramentos sujeitos ao pagamento de qualquer taxa de licença.

§ 3.º Quando se trate de obras de pequena importância ou de embelezamento, serão dispensados os projectos e bastará o assentimento do delegado da Administração Geral das Estradas e Turismo ou dos corpos administrativos que fazem parte da comissão, e que lhes dará parte da autorização concedida.

O projecto de melhoramentos que para a Comissão era urgente dar início espelhava o que, ao nível nacional, entretanto se iniciara. A este propósito, na obra *Portugal Contemporâneo* podemos ler o seguinte:

(...) Feito o balanço, a situação portuguesa, em termos de infra-estruturas, era manifestamente insuficiente e bloqueadora de desenvolvimento: a rede de estradas encontrava-se em ruínas; a reduzida rede ferroviária (...) não podia, sequer em parte, financiar o seu próprio alargamento; a rede telefónica circunscrevia-se na prática às cidades de Lisboa e Porto (...).

Perante tal situação, ainda durante a ditadura, o Governo iniciou um processo de recuperação e alargamento de infra-estruturas basicamente destinado à unificação do mercado interno (transportes e comunicações), à produção de energia hidroeléctrica e, em geral, ao relançamento da actividade económica e à absorção do desemprego. (...)

Não se trata ainda de um plano a executar metodicamente, já que estas obras de fomento foram sempre subalternizadas pela prioridade atribuída ao equilíbrio financeiro, mas os valores atingidos, entre 1929 e 1935, pelos investimentos públicos neste domínio das infra-estruturas, nomeadamente com as vias de comunicação e os transportes, variando entre os 11% e os 15,6% do total das despesas públicas, atestam a relevância que então foi concedida ao sector.

José Maria Brandão de Brito, “Da ditadura financeira ao difícil triunfo da industrialização” in António Reis, *Portugal Contemporâneo*, 1996, pp. 520-521

Numa altura em que o turismo era visto como potencial fonte de receitas, muitas das localidades portuguesas careciam ainda de obras e melhoramentos de maior ou menor amplitude. Compreende-se, assim, a urgência da C.I.C. em cuidar da sua estância turística, certa que estava que dessa forma atrairia mais turistas.

Para poder dar forma às suas inúmeras ideias teve esta Comissão de levar a cabo um grande projecto, expressando-se ele nas áreas de estradas e equipamentos. De entre estes últimos, analisar-se-ão hotéis e pensões, edifícios, pequenos melhoramentos, instalação de novas infra-estruturas — como um cabo aéreo, um campo de aviação, uma barragem, cabinas telefónicas públicas e sinalização variada — e a questão dos terrenos. A distribuição da correspondência, as encomendas de materiais ou os pedidos feitos às mais diversas instituições como, por exemplo, subsídios, orçamentos ou plantas topográficas, serão também assuntos analisados na rubrica dos equipamentos, por estarem de alguma forma com eles relacionados. Dada a extensão do tema, optou-se por dividir este capítulo em duas partes — estradas e equipamentos —, as duas grandes áreas do projecto global da Comissão de Iniciativa da Covilhã.

???

Iniciaremos a análise deste capítulo com o trabalho encetado pela C.I.C. no que respeita às vias rodoviárias da região, estradas estas que poderiam permitir o acesso mais fácil à zona serrana e também um percurso mais cómodo e breve a todos os covilhanenses que necessitavam de se deslocar a outros locais do país. Os artigos mencionados, que surgem como complemento à análise das actas das sessões, foram retirados sobretudo dos jornais da Covilhã, pois foram estes os que, compreensivelmente, mais espaço dedicaram ao assunto.

Para percebermos o quão importante foi o trabalho legado pela Comissão de Iniciativa da Covilhã, deixam-se aqui mais umas linhas da obra acima mencionada, pois elas resumem de forma extraordinária o que este estudo descreverá nas páginas seguintes:

(...) Mas foi nas obras públicas e principalmente à rede de estradas que, na sua primeira década, o Estado Novo concedeu grande prioridade. Com efeito, criada a Junta Autónoma de Estradas em Julho de 1927, logo se vê o seu âmbito de acção sucessivamente alargado em Março de 1931 — com a instituição dos “melhoramentos rurais” (Decreto n.º 19:502¹⁰⁶) (...).

Inicia-se então um período, que culmina em 1940 com o anúncio do denominado Plano dos Centenários, durante o qual são construídos 3 000 quilómetros de novas estradas e reconstruídos cerca de 10 000 quilómetros de estradas deterioradas, bem como numerosas pontes, viadutos e outras vias municipais e caminhos vicinais.

A tudo isto pode juntar-se a recuperação e alargamento de parte da rede ferroviária, a construção de novos edifícios públicos, (...) a modernização e ampliação das comunicações postais, telefónicas e telegráficas. Era, afinal, a política de Duarte Pacheco sintetizável na consigna: “Não se dão esmolas, procura dar-se emprego”, ideia que é reforçada quando, em Setembro de 1930, junto do Ministério das Obras Públicas e Comunicações é criado o Comissariado do Desemprego¹⁰⁷.

José Maria Brandão de Brito, “Da ditadura financeira ao difícil triunfo da industrialização” in António Reis, *Portugal Contemporâneo*, 1996, pp. 522-523

Muito antes de receber, em Dezembro de 1931, o ofício do Chefe da Repartição de

¹⁰⁶ Nesse Decreto pode ler-se o seguinte: “Vem o Governo afirmando o propósito de concorrer para a melhoria da produção, a fim de valorizar o trabalho nacional, garantir viabilidade ao aproveitamento de zonas ainda estéreis e de muitos outros elementos económicos abandonados. (...) impõe-se o desenvolvimento e modernização da rede de estradas concelhias e vicinais (...). Sendo notório o concurso gratuitamente dispensado, em trabalho e materiais, pelo povo rural, às obras de manifesto interesse para as suas freguesias, (...) o Governo julga oportuno estimular e auxiliar aqueles sentimentos, distribuindo subsídios aos corpos administrativos para obras de insofismável utilidade (...). Por outro lado, é digno de registo, nesta época de renascimento económico, o alto interesse revelado por muitos corpos administrativos, isoladamente ou agrupados, pelo rápido andamento de trabalhos de interesse nacional, como seja a conclusão ou reparação de estradas (...), sendo certo que por seu intermédio os povos poderão levar àqueles melhoramentos o socorro de um concurso valioso com que o Estado não poderia contar se executado por outras entidades. (...)”. A partir de 30 de Setembro de 1932, com o Decreto n.º 21:696, fica a cargo da Junta Autónoma de Estradas o “serviço de melhoramentos rurais”, definindo-se estes como “as obras de interesse local e vantagem colectiva a executar fora dos centros urbanos e das sedes dos concelhos, compreendendo a construção ou reparação de estradas municipais, estradas não classificadas, caminhos vicinais, pavimentos, chafarizes, tanques, lavadouros ou obras semelhantes.”.

¹⁰⁷ Em 1934, o Governo congratular-se-ia assim por essa medida: “No desejo de estender o mais possível os benefícios da assistência pelo trabalho aos que deste se encontram privados tem o Governo promovido em regime de comparticipação das Câmaras Municipais e do Estado, pelo Fundo de Desemprego, a realização de melhoramentos locais de natureza vária em todo o País. Considera o Governo esta forma de assistência a mais fecunda, pelos múltiplos benefícios morais e materiais que dela advêm para a comunidade. Por um lado, conseguiu-se reduzir a grandezas ínfimas as percentagens dos trabalhadores e operários desocupados, por motivo da crise, nos diferentes concelhos; por outro lado, pode asseverar-se com legítima satisfação que dêste modo se aplicam os recursos do Fundo de Desemprego na criação da riqueza pública. (...)”. (Decreto-Lei n.º 24:802, de 21 de Dezembro de 1934, promulgado pelo então Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco)

Jogos e Turismo, que solicitava o envio àquele Conselho de um plano geral dos melhoramentos e obras de arte a realizar naquela zona de turismo, já a C.I.C. os começara cerca de dois anos antes, nomeadamente dando início às diligências necessárias para a construção ou beneficiação das estradas da sua área de abrangência¹⁰⁸. Consciente que estava deste passo imperioso para a afluência cada vez maior dos turistas à região, preocupou-se a Comissão com variadíssimas ligações, sendo estas: a das Pedras Lavradas, que unia a Covilhã a Coimbra; a n.º 47, que ia do Sabugal à fronteira espanhola, e a n.º 46, do Sabugal à Nave, e desta à fronteira; a da Nave da Areia aos Piornos; as das Penhas da Saúde à Nave da Areia e à Nave de Santo António; as do Sanatório dos Ferrovieiros Tuberculosos à Nave de Santo António (Base dos Cântaros) e também às Penhas da Saúde; a n.º 15, que permitia ir à localidade de Teixoso; as de Unhais da Serra à Nave de Santo António; as da Covilhã ao Sanatório e às Penhas da Saúde; a que passava pelo Poço do Inferno; as de penetração na Serra da Estrela; e ainda as que são referidas em actas apenas como sendo as estradas da Serra da Estrela, da Nave da Areia, da Nave de Santo António e das Penhas da Saúde, sem que fossem, contudo, especificadas.

Para a consciência de que o turismo aumentaria se fossem melhorados os acessos à região concorreram certamente muitos dos artigos que na imprensa foram saindo mesmo antes da sua constituição como Comissão em 1929. É disso exemplo um artigo do jornal *O Raio*, publicado em 1923, que aqui se transcreve:

Turismo

(...) A Câmara intercederia junto do governo, afim ?sic? de este mandar abrir estradas que tornassem duma maneira facil o acesso aos pontos mais pitorescos da nossa Serra, a alem disso, semea-la ou planta-la de arvores que modificassem o aspecto escaldado das suas montanhas componentes e que jazem esquecidas dos poderes publicos. Um dia, concluido o embelezamento do Herminio, o reclame aos turistas era desnecessario, pois se pode afirmar que a afluencia, passados alguns anos, seria de centenas de milhares de estrangeiros, ávidos de admirar a paisagem rude deste Paiz tão pobre de homens, mas tão rico por natureza. E facilmente se compreende que a Covilhã teria de facilitar todas as comodidades aos turistas, se não queria ver perdida para si e para a economia nacional uma inexgotavel ?sic? fonte de receita. A Camara teria a restricta obrigação de promover a extensão da cidade, alinhamento das ruas já existentes, abriria avenidas (as quais se não estão abertas hoje, creio que não é à

¹⁰⁸ Acta de 30/12/1931

Ansiando por modificar este cenário e por mostrar obra feita no capítulo das vias de comunicação, a primeira estrada a ser alvo da atenção da C.I.C. foi a das Pedras Lavradas, mencionada logo em Novembro de 1929, quando se decide oficializar o Presidente da Junta Autónoma de Estradas (J.A.E.) pedindo-lhe que, na distribuição de verbas seguinte, fosse ela dotada da quantia suficiente para a sua rápida conclusão¹⁰⁹. O pedido deverá ter sido renovado por diversas vezes ao longo de dois anos, pois lemos em Abril de 1931 que, respondendo a ofícios anteriores da C.I.C. — que rogavam a sua conclusão num curto período de tempo —, a J.A.E. informava que a parte da estrada no distrito de Castelo Branco estava já pronta, que a de Coimbra estava ainda em execução, e que a da Guarda, por ser de dispendiosa efectivação, aguardava melhor oportunidade, visto que a dotação orçamental da Junta não fora acrescida.

Porém, passados mais de doze meses e revelando alguma impaciência, a Comissão de Iniciativa oficializa de novo a J.A.E. reclamando contra a demora na conclusão do troço. Estava-se já em Julho de 1933 quando, ao ser reconhecida a utilidade de um mútuo entendimento entre todos os elementos representativos da força das terras interessadas na conclusão da estrada das Pedras Lavradas, se resolveu contactar o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra para que este tomasse a iniciativa da convocação, naquela cidade, de uma reunião magna, a fim de ser tratado aquele assunto. Este organismo decidiu efectuar o encontro nos Paços do Concelho a 20 de Agosto, não tendo tido, todavia, os resultados esperados — no ano de 1934 a questão voltaria a ser levantada, aproveitando-se a visita de António de Oliveira Salazar à região para se lhe dirigir novo pedido, já do seu conhecimento através do Ministro do Comércio¹¹⁰.

Certo é que, apesar da insistência a tão alto nível, a C.I.C. recebe, pouco tempo depois, um ofício do Ministério das Obras Públicas que, transcrevendo o parecer da J.A.E.

¹⁰⁹ A Junta Autónoma de Estradas (J.A.E.) foi criada em Julho de 1927 e, a respeito do trabalho por esta encetado, escreveria o Governo o seguinte: “Não desconhece o País a acção do Governo Nacional em matéria de transportes terrestres, mormente no que respeita à viação ordinária. Em 1926 a Ditadura Nacional encontrou-se em presença de uma rede de estradas completamente arruinadas ?que ameaçavam? de ruína a economia da Nação. O Governo Nacional criou então em 1927 a Junta Autónoma de Estradas, deu-lhe uma organização que permitisse uma administração ampla e eficiente, pôs à sua frente homens estudiosos e dedicados ao bem público (...). Em 1933 pode o Governo afirmar que cumpriu honradamente os seus compromissos ?e é? com orgulho que o Governo entende dever apontar êste simples facto como um índice seguro e perfeito da sua administração, conduzida pelo superior ideal do ressurgimento económico e moral da Nação. (...).”. (Decreto-Lei n.º 23:239, de 20 de Novembro de 1933)

sobre a conclusão da dita estrada, referia o seguinte: “O pessoal técnico do distrito da Guarda está todo empregado em concluir o projecto das obras constantes do plano de execução. Logo que haja um técnico disponível irá proceder ao estudo solicitado.”¹¹¹. Em virtude de semelhante resposta, resolve agitar de novo o assunto, contactando algumas das mais imponentes figuras da zona centro, como o Presidente da Câmara Municipal da Covilhã e o da Comissão de Iniciativa de Coimbra, o Director do jornal *Diário de Coimbra*, o Dr. Bissaya Barreto e o Presidente da Junta Geral do Distrito de Coimbra, de forma a sensibilizá-los para a questão.

Data de Dezembro de 1934 a última referência em acta a esta estrada, quando a Câmara Municipal da Covilhã pede à C.I.C. que indique um representante para integrar uma comissão a fazer-se representar em Lisboa, grupo esse que iria pressionar o Governo no sentido de se apressar a conclusão das Pedras Lavradas. O representante escolhido foi João Alves da Silva, à época Administrador-Delegado da Comissão, visto ser ele o representante da Sociedade de Propaganda de Portugal na Covilhã e, por isso, jogar a seu favor a influência e os contactos que mantinha na capital.

Se pecam por defeito as declarações redigidas a respeito das obras neste caminho nas actas da C.I.C., abundam certamente as referências feitas pelos jornais da época. Disto é claro exemplo o *Diário de Coimbra* que, incansavelmente durante muitos meses do ano de 1933, publica com uma regularidade extraordinária imensos artigos sobre os constantes atrasos na construção da estrada. Vejamos um desses textos:

A estrada que há-de ligar Coimbra á Covilhã, denominada das Pedras Lavradas e de que irá beneficiar um grande número de importantíssimos concelhos, como sejam os de Figueira da Foz, Coimbra, Cantanhede, Pampilhosa, Oliveira do Hospital, Arganil, Táboa, Seia, Manteigas, Fundão, Covilhã, Sabugal e Guarda, está por concluir há cêrca de 60 anos.

E, vergonha é dizê-lo, para a sua conclusão faltam apenas uns escassos doze quilómetros.

A' Junta Autónoma de Estradas têm ?sic? sido dirigidas as mais variadas reclamações, mas... de balde. (...)

O “Diário de Coimbra” tomando a peito êste magno problema, promete não o largar de mão, enquanto para êle não fôr volvido um olhar de misericórdia.

“Interêsses Regionais”, *Diário de Coimbra*, 29/05/1933¹¹²

¹¹⁰ Acta de 11/04/1934

¹¹¹ Acta de 11/07/1934

¹¹² Cabe aqui salientar um detalhe bastante curioso: ainda hoje, sempre que o *Diário de Coimbra* julga que dado assunto é

O último desse conjunto de artigos data de 6 de Setembro e anunciava para breve a conclusão da estrada, visto ter-se realizado uma reunião entre as Câmaras de Coimbra e da Covilhã, considerada “uma admirável parada de fôrças regionais e, simultaneamente, um magnifico e novo pretexto para o estreitamento das relações entre as duas cidades”. Esse anúncio baseava-se no facto de “O sr. ministro das Obras Públicas e Comunicações ?ter anunciado? já que a Comissão Central pró-conclusão (...) seria recebida logo que regressasse de Lisboa. Comenta-se algumas linhas depois: “Admirável ambiente, o que em Coimbra e Covilhã se está preparando à volta da ida à capital, daquela comissão.”, concluindo-se o artigo com a exclamação: “A realidade começa a contornar-se em toda a sua verdadeira grandeza!”¹¹³.

A crer somente nas actas da Comissão de Iniciativa, não saberíamos que em 1936 não se encontrava ainda finalizada esta estrada das Pedras Lavradas, visto que, como já foi mencionado, a última referência à mesma tem data de Dezembro de 1934. Contudo, há um artigo de 1936 d'*O Raio* que, dissipando todas as dúvidas que pudéssemos ter a tal respeito, refere o seguinte:

Foi um grande assunto, êste, da estrada das Pedras Lavradas, para os jornais da Covilhã. Volta que não volta, lá aparecia em suas colunas que a ligação da Covilhã para Coimbra (...) era de uma importancia economica indizível.

Hoje, passados que vão muitos anos, ninguém mais voltou ao assunto.

Simplesmente, há aí três anos, representantes de Coimbra e da Covilhã juntaram-se naquela cidade para tratarem o assunto.

E mais nada. (...)

Se houvesse alguém que se interessasse!

“A estrada das Pedras Lavradas”, *O Raio*, 20/01/1936

Efectivamente, apesar de ser esta via uma questão sempre presente, quer em reuniões, quer em peças jornalísticas, bem como uma vital porta de entrada e de saída da Covilhã, sabemos que a polémica a respeito da sua conclusão viria de novo a acender-se na década de 40, como se constatou em vários artigos do *Notícias da Covilhã* dessa altura.

Antes de se analisarem as restantes estradas da região, será oportuno deixarmos aqui

de grande importância para a cidade, reserva uma coluna para se emitirem opiniões a respeito de um determinado problema, como foi o caso, durante o ano de 2003, da construção da Ponte Rainha Santa sobre o Rio Mondego.

¹¹³ *Diário de Coimbra*, 06/09/1933

um pequeno excerto da obra *A Pesca à Linha — Algumas Memórias*, do escritor covilhanense António Alçada Baptista, que se refere às Pedras Lavradas da seguinte forma:

(...) De Unhais para Coimbra vai a estrada das Pedras Lavradas, construída pelo Eng.º Urbano, um monárquico simpático, grande conversador, que eu, em pequeno, ficava a ouvir enquanto falava com meu pai. Um dia, a respeito de dizer que a limpeza era um hábito muito relativo, contava:

— Quando andei na construção da estrada das Pedras Lavradas, tinha um quarto por cima da pocilga de um porco. Aquilo, a princípio fez-me muita impressão, mas passados quinze dias, quem se queixava era o porco! (...)

António Alçada Baptista, *A Pesca à Linha — Algumas Memórias*, 1998, p. 43

Relativamente à estrada nacional n.º 47, do Sabugal à fronteira espanhola, sabemos que em Julho de 1930 a Junta de Freguesia de Caria solicita à Comissão de Iniciativa da Covilhã que esta oficie a J.A.E., instando pela sua conclusão, o que é aceite. Como resposta, a C.I.C. obteve a informação de que as obras estavam embargadas por litígios havidos com os proprietários confinantes.

Logo no primeiro mês de 1931 contacta-se mais uma vez a Junta Autónoma renovando-se o apelo, visto estar já pronto o troço da parte espanhola. Dois meses passados e surgiria a resposta da J.A.E., informando que em breve iria ser reforçado o pessoal técnico da 17ª Secção (da Guarda) a fim de serem feitos os estudos necessários à efectivação dos trabalhos na estrada mencionada. O último pedido da Comissão faz-se em Agosto desse ano, tendo o organismo esperado exactamente quatro anos para decidir oficial o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, o Chefe do Estado Maior do Exército e o Presidente da J.A.E. instando pela conclusão do troço de estrada e alegando a sua profunda importância para o desenvolvimento do centro e do sul do país. Este pedido foi feito por ter chegado ao conhecimento da C.I.C. que se estava entretendo a sua construção por parte de elementos da Guarda e de Vilar Formoso.

Como resposta ao solicitado, o Chefe de Gabinete do Ministro das Obras Públicas e Comunicações comunica à C.I.C. que o Ministério da Guerra se opunha à sua construção por razões que se prendiam com a defesa nacional. Também o Sub-Chefe do Estado Maior do Exército informa a Comissão ter já emitido a sua opinião em parecer enviado à J.A.E..

Descontente com a decisão que já há muito se arrastava, decide a C.I.C. fazer uma derradeira tentativa em Outubro de 1935, desta feita por intermédio do Alcalde Mayor de

Ciudad Rodrigo. Solicitam-se os seus bons ofícios junto do Ministro da Justiça português, Manuel Rodrigues Júnior, que brevemente visitaria aquela localidade, com o objectivo de se obter a conclusão de 12 quilómetros de estrada entre o Sabugal e a cidade espanhola. Nada se registou quanto ao desenlace da situação, o qual não deverá, no entanto, ter sido o desejado, o que se compreende se atendermos ao facto de que em Espanha se viviam momentos bastante agitados, de grandes conflitos sociais, que tinham levado à implantação da República em 1931, surgindo posteriormente uma onda revolucionária que, fazendo milhares de vítimas, conduziu o país à guerra civil em 1936¹¹⁴. Talvez pela situação periclitante tenham sido colocados tantos obstáculos à construção desta estrada.

A estrada n.º 46, que fazia a ligação do Sabugal à Nave, e desta à fronteira, esperou cerca de seis anos para ver o seu projecto ultimado pela J.A.E., anunciando o Chefe de Gabinete do Ministro das Obras Públicas e Comunicações, em Abril de 1935, que seria posta em praça a sua construção assim que o projecto fosse superiormente aprovado. Para obter esta resposta teve a C.I.C. de trocar inúmera correspondência com os organismos habituais, salientando-se o facto de que já em 1931 a J.A.E. anunciara o destacamento de um engenheiro para proceder aos estudos necessários, a fim de se utilizarem os 500.000\$00 com que essa estrada fora dotada.

Quanto à estrada que permitia a circulação da Nave da Areia aos Piornos, sabemos ter sido delineada antes de Maio de 1933, pois é nesse mês que se destinam 1800\$00 para o pagamento dos honorários do engenheiro Henrique A. Gomes, que fizera o seu projecto em quadruplicado. Para a sua execução, contava a C.I.C. com o auxílio de Estado, por intermédio da Repartição dos Melhoramentos Rurais, de harmonia com o Decreto n.º 21/696, de 19 de Setembro de 1932. A J.A.E. responde, no entanto, que os projectos mandados elaborar por entidades peticionárias não podiam ser pagos com verbas dessa Repartição.

Não abrindo mão do que julgava ser um direito seu, e insistindo de novo na atribuição de um subsídio, a Comissão remeteria ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações o original do projecto, comprometendo-se a enviar posteriormente um outro estudo que incluiria já as fontes, os largos terraplanados e outras obras a realizar nesse caminho — estudo enviado também ao Conselho Nacional de Turismo e ao Director das Estradas do Distrito de Castelo Branco. De forma a pressionar a tutela para a realização da

¹¹⁴ Manuel Loff, *Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936-1942)*, 1996, p. 136

obra com o apoio estatal, o próprio tesoureiro da Comissão entrega pessoalmente ao engenheiro Castro Rodrigues, em Lisboa, um mapa da Serra da Estrela onde se indicava a lápis a área da Nave da Areia e Piornos e o percurso aproximado da estrada que a C.I.C. pretendia construir naquele local.

Nos últimos dias de Junho chega a resposta do Conselho Nacional de Turismo, que informava não ter sido aprovada a despesa a efectuar com a execução da estrada por se considerar de importância secundária relativamente a outras obras de maior valor para o turismo local. Certa que estava que este parecer fora emitido com completo desconhecimento do valor daquele ponto, prontamente se pensa numa outra estratégia, sendo deliberado convidar-se um membro daquele Conselho a deslocar-se à região ou enviar-se à capital um dos membros da C.I.C. para expor pessoalmente as vantagens da sua execução.

Deverá a J.A.E. ter solicitado novos elementos a respeito desta estrada, pois em Novembro de 1933 faz-se semelhante pedido a Henrique Gomes, que entrega o projecto rectificado, bem como outro orçamento, poucas semanas depois. Seria este mesmo engenheiro a noticiar, em Março do ano seguinte, que em breve se deslocaria à Covilhã um especialista da Repartição dos Melhoramentos Rurais para proceder ao reconhecimento do terreno por onde se projectava a estrada para Piornos, sem o que não se poderia estudar aquele projecto. São solicitadas novas rectificações ao autor do projecto e, em Setembro de 1934, surge um ofício da J.A.E. alertando para diversas deficiências no projecto, sendo decidido proceder-se à elaboração de novo estudo¹¹⁵.

As últimas referências em acta a esta estrada datam de Fevereiro e de Abril de 1935, quando se renova o pedido de subsídio à Junta Autónoma e se pede ao engenheiro Henrique Gomes diversos elementos e instruções acerca do assunto, recomendando-lhe a maior urgência na execução do trabalho.

Apesar de complexa resolução, serviriam todas estas questões — que claramente se arrastaram durante anos — para se tomarem novas medidas relativamente a algumas obras e respectivos projectos: entendendo-se necessária neste período a execução de um traçado da estrada entre o Sanatório e as Penhas da Saúde, para se poder com ele solicitar às entidades competentes o subsídio devido, é deliberado encarregar-se o engenheiro mencionado para o serviço. Todavia, impõem-se agora algumas condições especiais quanto

¹¹⁵ Acta de 26/09/1934

ao preço e quanto ao seu pagamento, sendo a brevidade levada em conta. Assim, a Comissão só se considerava devedora depois do projecto ter a devida aprovação pela entidade competente, não representando para ela mais encargos quaisquer modificações que entretanto fossem introduzidas por exigência superior.

Constata-se pelo sucedido com a estrada das Penhas da Saúde à Nave da Areia que a certos elementos da Comissão de Iniciativa eram por vezes atribuídos plenos poderes para a negociação de orçamentos de obras a realizar. Desta forma, em Dezembro de 1930, o tesoureiro da C.I.C., Joaquim de Carvalho, teve total liberdade para tratar com o engenheiro Tenente Moutinho o levantamento de uma planta da referida estrada, combinando com ele o custo do trabalho.

Ao percorrermos as actas das sessões, só encontraremos novas referências a esta via de comunicação passados alguns anos, pois é somente em Abril de 1935 que chega um ofício do Adjunto do Comissariado do Desemprego comunicando à Comissão que, por Portaria de 12 de Abril desse ano, fora concedida uma comparticipação de 51.869\$08 pelo Fundo de Desemprego para a obra do empedramento da estrada das Penhas da Saúde à Nave da Areia. Esse ofício dá igualmente algumas instruções quanto à orientação a dar aos respectivos trabalhos. Insatisfeita com a verba, a C.I.C. solicita ao Ministro das Obras Públicas o reforço da comparticipação em pelo menos 50%, em virtude de a considerar escassa atendendo à natureza do serviço a executar e ao local em que os trabalhos teriam lugar.

Interessante é constatar-mos que só depois de saber o valor da quantia é que a Comissão de Iniciativa envia ao engenheiro Henrique Gomes diversos elementos e instruções acerca do projecto referente ao empedramento do caminho, recomendando-lhe a maior urgência na execução do trabalho. Em Maio de 1935 seria então dada a aprovação desse estudo pela J.A.E.. A obra, que inicialmente se orçamentara em 75.000\$00, foi entretanto reduzida para os 63.000\$00. Apesar disso, a C.I.C. decide contactar outros empreiteiros a fim de encontrar orçamentos menos dispendiosos, acrescentando que, caso não encontrasse, teria de desistir da obra por insuficiência da verba concedida.

Por não ter sido ainda liquidada a verba correspondente aos serviços executados no empedramento da estrada para a Nave da Areia, a C.I.C. contacta, em Outubro desse ano, o Comissário do Fundo de Desemprego solicitando-lhe os seus bons ofícios na resolução desta questão. Em resposta, informa-se não ter sido ainda recebido naquele organismo o

auto da mediação respeitante ao empedramento da estrada. Nestas circunstâncias, resolve-se solicitar directamente ao Chefe da Repartição dos Melhoramentos Rurais o envio desse auto, de forma a que a C.I.C pudesse receber a importância correspondente à obra referida. A quantia não seria atribuída de uma única vez, pois sabemos que em Novembro de 1935 fora entretanto processada a importância de 15.844\$10, tendo-se mencionado que se agradeceriam as diligências levadas a efeito pelo engenheiro J. M. de Vasconcelos, de Lisboa. Em Março de 1936 seriam pagos 17.017\$60, segunda verba correspondente à comparticipação do Comissariado nessa obra. Não há quaisquer outras referências em acta a valores atribuídos à Comissão a este respeito.

Em Abril de 1936, faz-se menção a esta obra pela última vez, solicitando-se ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações que ela não fosse sujeita a qualquer desconto por demora de execução.

A estrada das Penhas da Saúde à Nave de Santo António teve, entre outros, os intervenientes anteriores e demoraria sensivelmente quatro anos para que, saídos do papel, se construíssem somente cerca de 500 metros.

Em Fevereiro de 1931, o engenheiro Moutinho é encarregado da elaboração da planta da projectada estrada, nada mais se referindo em acta até Junho do ano seguinte, momento em que se comunica ao Presidente do Conselho Nacional de Turismo que, uma vez terminado este troço de estrada, seria necessária uma ligação ao Cume dos Cântaros, adiantando-se a hipótese da instalação de um cabo aéreo.

Em meados de 1934 encarrega-se o engenheiro Henrique Gomes, que se encontrava na cidade, de proceder ao estudo do empedramento da faixa de rodagem da estrada, enviando-se duas semanas depois os exemplares necessários às repartições competentes a fim de que o Estado comparticipasse a obra através da Repartição dos Melhoramentos Rurais. Findo esse ano, e tardando a concessão do subsídio, a C.I.C. decide renovar o pedido à Junta Autónoma, não tendo sido referido em acta quando tal aconteceu. Sabe-se, sim, que em Junho de 1935 o empreiteiro José Álvaro apresenta a proposta de 51.869\$00 para o empedramento da estrada, a qual é aceite, comunicando-se de imediato o início dos trabalhos ao Chefe da Zona n.º 6 — Direcção dos Serviços e Melhoramentos Rurais do Distrito de Castelo Branco.

José Álvaro ter-se-á lamentado da necessidade dos fundos para pagar aos seus trabalhadores, já que em Agosto se resolve firmar, em nome individual de três membros da

Comissão, uma letra de garantia de 6.000\$00, a resgatar na primeira verba a cobrar do Estado, sendo para todos os efeitos da responsabilidade da C.I.C. a liquidação dessa letra. Só após esta decisão se conclui cerca de meio quilómetro do empedramento da estrada, pedindo-se ao Chefe da Zona n.º 6 que vistoriasse esse troço, diligenciando-se então no sentido de ser concedida uma verba de comparticipação nestes trabalhos.

É de notar que a medida anterior foi uma das encontradas pelos membros da Comissão para ultrapassarem mais rapidamente as dificuldades que se lhes iam deparando. Essa atitude expressa bem o amor bairrista, a iniciativa e o empenho subjacentes à sua actuação, que permitiram a execução de determinadas obras em prol do turismo na Covilhã. Tantas vezes criticada pelos jornais locais e, até mesmo, por órgãos centrais, foi, certo é, uma mais-valia para o progresso da Serra, não obstante o natural e compreensível amadorismo dos responsáveis da C.I.C. na área do turismo.

Sobre esta estrada encontramos n' *O Raio* um artigo sobejamente irónico, que vale a pena ser lido, pois, a serem verdade as opiniões expressas e os factos relatados, dá-nos uma visão bem diferente daquela com que ficaríamos se lêssemos somente as actas das sessões:

As redacções dos periodicos da provincia, embora lhes pareça o contrário, teem os seus auxiliares valorosos: quantos as informam devidamente. (...)

“O Raio”, por exemplo, bastas vezes tem falado na necessidade de se conservar a estrada que liga a Covilhã á Serra da Estrela. E, quási sempre, esse assunto importantissimo para o turismo da nossa terra, vem ás columnas do periodico porque o telefone do nosso amigo Antonio Pereira Barata retine e nos recomenda:

— Então vocês esqueceram-se da estrada da Serra? Olhem que não pode haver turismo ?sic? sem que tenhamos uma estrada boa. (...)

Este homem, apresentado assim, foi recentemente acusado de andar a destruir a estrada que vai das Penhas da Saude á Nave de Santo António!!!

Não se déram testemunhas para que a acusação fosse aceite, para que a falsidade circulasse.

Mas o que houve? (...)

A Comissão de Iniciativa arrematou, com um empreiteiro, o empedrado da referida estrada.

A obra corre, como soe dizer-lhe que á matroca. A brita é de cascalho e é a terra que vai tapar todas as mazelas. O nosso querido amigo (...) reparou nisso e quiz certificar uns amigos de que se andava a gastar dinheiro em pura perda, dinheiro que está fazendo falta para outras obras. E, com o bico da bota, levantou, em qualquer parte da estrada, a camada de terra e não saibro, como é costume, provando, imediatamente, que o cascalho se levantava. (...)

O Raio, 25/08/1935

A construção da estrada que ligaria o Sanatório dos Ferroviários à Nave de Santo António (Base dos Cântaros) teve também ela de passar por vicissitudes várias e demoradas. Para que pudesse dar início às obras, viu-se a Comissão obrigada a enfrentar diversos obstáculos relacionados com disputa de terrenos e todos os problemas que, normalmente, tal envolve. Não seria esta via, tal como outras, alheia a quezílias de ordem diversa, atrasando por um longo período o seu começo, tão ansiosamente esperado.

Para que se lhe desse início, oficia-se a Junta Autónoma de Estradas em 12 de Fevereiro de 1930, aquando da realização das primeiras sessões, solicitando-se que cedesse um engenheiro para a elaboração do seu estudo. Não sabemos se tal terá sido aceite, embora sejamos levados a crer que o pedido foi de facto atendido visto que, sensivelmente um ano depois, a C.I.C. debruçar-se-ia sobre “os orçamentos para os trabalhos de terraplanagem e obras de arte necessárias ao lanço de estrada na Serra da Estrela, a partir da casa do antigo Sanatório da Covilhã”, então pertença de Manuel Vaz Junior¹¹⁶. Esse troço ia até à Rocha Escura, numa extensão de 720 metros, e, ponderando as vantagens e desvantagens que adviriam da efectivação desse trabalho por administração directa, resolveu-se adjudicá-lo por tarefa operária a António Carlos Pereira, por 43.500\$00, devendo este obedecer às características e condições seguintes:

- Rampa máxima de 6%; raio mínimo de curvas de 30 m; largura de estrada, exclusive valetas, 6,60 m; abaulado 1/50 da largura da estrada; sobrelevação e sobrelargura nas curvas; valetas e taludes; estas três últimas características seriam efectuadas segundo o preceituado pela J.A.E.;
- As obras de arte a construir seriam tantas quantas as linhas de água que o lanço de estrada atravessasse e as necessárias para fazer o esgoto das valetas; todas as visíveis das obras de arte teriam de ser convenientemente aparelhadas a pico;
- A cobertura dos aquedutos seriam lages;
- O tarefeiro receberia prestações quinzenais, com o valor correspondente aos trabalhos executados, deixando para garantia a percentagem de 10%;
- A fiscalização da obra teria de ser feita por um Delegado da C.I.C.;
- O valor da tarefa seria de 40.000\$00.

Assim que tomou conhecimento da adjudicação dos trabalhos, Manuel Vaz Junior envia uma carta à Comissão declarando-se proprietário dos terrenos onde começava a

¹¹⁶ Acta de 14/05/1931

estrada em questão, pedindo à C.I.C. que lhe pagasse os terrenos expropriados à razão de 1\$00 por m². Esta entidade delibera tentar-se um acordo na base de uma indemnização de 2.000\$00 pela área total do terreno a expropriar¹¹⁷.

Passara somente uma semana e receberia a C.I.C. nova carta, desta feita de Hermínio Vaz, cujo conteúdo, segundo se lê em acta, tinha a ver com o que entendia serem os seus direitos sobre uma faixa de terreno atravessado pela estrada que se andava a construir na Serra da Estrela. Solicitava também o seu remetente que fosse acautelada uma canalização de água aí existente. Como resposta, a Comissão de Iniciativa afirma tomar na devida consideração o pedido e resguardar a canalização.

O primeiro lanço da estrada é finalmente concluído, sendo então decidido, em Julho de 1931 e junto com o engenheiro José Moutinho e alguns técnicos, a construção de mais um troço na extensão de 1280 metros, a partir da Rocha Escura até ao Penedo das Varandas. Esta fase custou 51.000\$00 e, novamente a seu cargo, ficava António Carlos Pereira, que seria pago à medida que se recebessem os fundos do Estado. Fazendo o cálculo dos custos da obra, a Comissão constatou que o metro linear no primeiro troço saía à razão de 55\$55, diminuindo no segundo troço para 40\$00.

António Pereira ganharia o concurso para o terceiro lanço da estrada, que partia do Penedo das Varandas e chegava à Nave de Santo António, numa extensão “nunca inferior a 800 m”, como se refere em acta¹¹⁸. Aqui, o preço por cada metro linear seria agora de 39\$00.

Passado um ano, em Outubro de 1931, quer Hermínio Vaz quer Manuel Vaz Junior são de novo mencionados em acta por desentendimentos com a Comissão de Iniciativa. O primeiro envia nova carta onde dá vários esclarecimentos acerca da delimitação dos terrenos na Serra, que dizia pertencerem a sua mãe, Joaquina Vaz. A C.I.C. considera que tais afirmações careciam de legitimidade e resolve proceder em conformidade de forma a chegar a um juízo seguro sobre o assunto. Em relação ao segundo, necessita a Comissão de o informar de que não podia ele fazer quaisquer obras nos terrenos anexos ao seu edifício na Serra sem que antes fosse enviada a esse organismo uma planta, a fim de ser devidamente apreciada e aprovada pela Comissão. Manuel Vaz Junior acata a decisão e desloca-se à sede da C.I.C. com a planta de uma garagem de recolha de automóveis que pretendia construir nas Penhas da Saúde. Fruto de algumas objecções, indicam-se as

¹¹⁷ Acta de 03/06/1931

alterações que teria de fazer a essa planta caso quisesse obter autorização para realizar a obra.

Entretanto, em Novembro desse ano, Hermínio Vaz remete uma certidão da escritura referente aos terrenos que alegava pertencerem a sua mãe. Estranhamente, nada mais se refere em acta relativamente a este assunto até Setembro do ano seguinte, ou seja, passados dez meses. Nesta data, o Presidente da C.I.C. informa que, tendo estado nas Penhas da Saúde num dos últimos dias de Setembro, lhe chegara a informação de que nesse local se constava que Hermínio Vaz recebera um ofício da Comissão, tendo ele afirmado que nem responderia nem faria caso do que nele estava escrito. Indignados com tais afirmações, os delegados pronunciam-se quanto à pessoa em questão, referindo que não se encontrava “animado de propósitos de conciliação” em relação ao assunto que há muito se arrastava. Entendendo estarem em presença de um acto deveras incorrecto e de um contendor belicoso, resolvem mandar fazer o corte do cano de água que seguia para a sua residência, bem como para a de Manuel Vaz Junior. Decidem ainda mandar deitar abaixo um pequeno amontoado de pedras que servia de muro divisório na parte de cima da estrada. Para tomar tais resoluções, a Comissão afirma ter-se aconselhado com um advogado de forma a prosseguir “a missão bairrista que a si própria se impôs”¹¹⁹.

Na primeira reunião de Dezembro, o Presidente e o Tesoureiro da C.I.C. dão a conhecer os documentos que comprovavam não haver delimitações claras nem na escritura de compra de Hermínio Vaz nem sequer nos registos da Conservatória. Na sua opinião, existiam, sim, fundadas presunções de que a pessoa em questão não possuía nada que se parecesse com a área de terreno que por lá andara a marcar a esmo.

Não é indicado em acta como viria a terminar o desentendimento, mas sabe-se que é resolvido apresentar-se o problema a instâncias superiores. Em Julho de 1934, alguns membros da C.I.C. reúnem-se com José Alçada Guimarães, Secretário do Ministro da Justiça, trocando entre si várias impressões referentes ao turismo na região e abordando a questão que se prendia com Hermínio Vaz. Por pretender encontrar uma solução amigável, o Secretário oferece-se como mediador, solicitando que lhe fossem cedidos todos os elementos legais que se possuísse sobre o caso. A Comissão refere ter já contactado o Conselho Nacional de Turismo, tendo pedido que se fizesse deslocar à Serra um magistrado que concluísse sobre os legítimos direitos de cada uma das partes em face das

¹¹⁸ Acta de 28/10/1931

provas documentais e testemunhais. O Conselho inquire entretanto a C.I.C. sobre qual a entidade que se responsabilizaria pelas despesas de deslocamento que isso comportaria. Interessando-lhe a solução urgente do assunto, a Comissão responde tomar a seu cargo todos os gastos com a ida do magistrado, sendo que esta é a última informação que temos em acta a respeito da contenda. Publicar-se-ia no *Diário do Governo*, em Janeiro de 1935, a seguinte decisão:

Ministério do Interior

Conselho Nacional de Turismo

Repartição de Jogos e Turismo

Nomeado o Dr. Raúl de Freitas Cardoso e Araújo, juiz de direito em Mangualde, para proceder a um inquérito aos actos da comissão de iniciativa da Covilhã e averiguar acerca da legitimidade da posse de terrenos e aguas nas Penhas da Saúde (Serra da Estrela), questão em litígio entre aquela comissão e alguns particulares, com o direito à ajuda de custo diário de 40\$00, e a faculdade de escolher secretário, com a ajuda de custo diário de 30\$00, devendo os respectivos trabalhos ficar concluídos dentro do prazo de vinte dias, contados da data do seu início. As despesas motivadas pelo inquérito são abonadas pela comissão de iniciativa acima referida.

Secretário Geral do Ministério do Interior, 15 de Janeiro de 1935 - O Secretário Geral, Mário Cais Esteves

Diário do Governo, n.º 15, 2.ª Série, de 18 de Janeiro de 1935

Sobre a zona da Nave de Santo António e Cântaros encontramos, também no jornal *O Raio*, umas linhas que apontam para a perda de protagonismo da cidade da Covilhã, que já então se fazia sentir. Rasgando largos elogios à Comissão de Iniciativa de Manteigas e às obras por esta executadas, nomeadamente a estrada que partia das Caldas de Manteigas até à Nave e outra até Cântaros, escreveu-se o seguinte num artigo datado de 1935:

(...) Logo que se conclua ¹¹⁹ a estrada Caldas de Manteigas-Nave de Santo António grande parte de acesso á Serra pode fazer-se por ali, pois a Covilhã, com o rodar dos invernos, acabará por perder o simulacro de estrada Covilhã-Penhas da Saude.

Lá em cima, nas Penhas da Saude, tambem não ha hotel e as Caldas de Manteigas já hoje possuem um com condições magnificas. (...)

¹¹⁹ Acta de 27/09/1933

Limitamo-nos a dizer que os manteiguenses, como se está vendo, não fazem barulho, mas realisam uma obra debaixo de todos os pontos de vista inteligente e proficua.

O Raio, 29/09/1935

Há pequenos troços de estrada cujas referências em acta são bastante escassas, pouco se sabendo acerca da sua construção ou concretização, sendo eles o do Sanatório às Penhas da Saúde, o da Covilhã ao Sanatório e também o que ligava a cidade às Penhas da Saúde, o que unia Unhais da Serra à Nave de Santo António, o lanço da n.º 15, o que à Nave de Santo António chegava vindo da Nave da Areia e, por fim, o que passava pelo Poço do Inferno.

Relativamente ao primeiro mencionado — Sanatório/Penhas da Saúde —, lemos numa das sessões de Abril de 1935 que é decidido enviar-se ao engenheiro Henrique A. Gomes diversos elementos e instruções sobre o projecto, recomendando-lhe a máxima urgência no trabalho. Sensivelmente um ano depois, no mês de Maio, solicita-se ao Director dos Melhoramentos Rurais a assistência técnica para o estudo da estrada, cuja obra seria executada em regime de comparticipação do Estado e da própria C.I.C..

A via rodoviária que ligaria a Covilhã ao Sanatório é mencionada em igual número de vezes. Assim, em Agosto de 1931, sabemos que se oficia à Comissão Administrativa do Fundo Especial para a Construção do Sanatório dos Ferroviários da C.P., pedindo o alargamento da estrada e que, em Março de 1933, se contacta o engenheiro Alfredo de Almeida Araújo para que ordenasse a sua reparação.

Para o melhoramento da estrada entre a Covilhã e as Penhas da Saúde, pede-se ao Presidente da Junta Autónoma de Estradas, General Teófilo da Trindade, o seu alargamento e empedramento a paralelepípedos, cuja resposta indica que em breve um técnico procederia aos seus necessários estudos¹²⁰. De facto, o Director das Estradas do Distrito de Castelo Branco rapidamente entra em contacto com a Comissão, encarregado que estava pela Repartição dos Melhoramentos Rurais para esse fim. Não deixando de capitalizar a seu favor a visita de António de Oliveira Salazar, a C.I.C. aproveita a sua visita em 1934 para lhe apresentar o problema, tendo o Chefe de Governo declarado que a

¹²⁰ Acta de 08/02/1933. Apesar de pesquisarmos em diversas obras de referência, como a Enciclopédia Luso-Brasileira, sobre o General Teófilo da Trindade não encontramos quaisquer informações biográficas. A crer nas actas da Comissão de Iniciativa da Covilhã e na imprensa local da época, Teófilo da Trindade foi Presidente do Conselho Nacional de Turismo em 1931 e Presidente da Junta Autónoma de Estradas em 1933.

estrada, de facto, “estava numa lástima” e que precisava de ser modificada e reparada¹²¹. Durante o encontro, falou-se ainda do troço entre Unhais da Serra e a Nave de Santo António (referido em acta unicamente em 21 de Abril desse ano), pedindo-se um subsídio para a sua execução ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações. Porém, sabemos que já em 1931 se estava a levar a cabo a sua construção, pois um artigo desse ano do *Notícias da Covilhã* dá conta do início dos trabalhos bem como da possibilidade da ajuda estatal, sendo estas linhas a única referência jornalística que encontramos a seu respeito:

Já principiaram na Serra da Estrela os trabalhos da construção do novo troço da estrada que se encaminha para a Nave de Santo Antonio, para d'ali ser continuada na direcção de Unhais da Serra, n'um circuito de largo alcance turistico. A Comissão espera receber em breve a visita de sua Ex.^a o Sr. General Teofilo da Trindade, ilustre Presidente do Conselho Nacional de Turismo, e de mais dois membros d'esse alto departamento do Estado, aos quais mostrará o valor da nossa Serra e da nossa zona, tão despresada dos poderes publicos, e não perderá a ocasião de solicitar o patrocínio d'esse prestigioso elemento do progresso da viação do nosso paiz.

Notícias da Covilhã, 31/05/1931

Sobre a n.º 15 sabe-se somente que em Novembro de 1931 foram solicitadas várias modificações junto da Ribeira do Degoldra, nunca mais a ela se aludindo até ao ano de 1934, altura em que, tomando-se conhecimento de que iria à arrematação a empreitada para grandes reparações na estrada, entre Alpedrinha e Teixoso, se pediu que fosse feita a pavimentação a paralelepípedos da parte que atravessava a Covilhã, numa extensão aproximada de 2 quilómetros.

Invulgar foi o que se passou com a ligação da Nave da Areia à Nave de Santo António, dado que é a própria J.A.E., através da Repartição dos Melhoramentos Rurais, que informa em Novembro de 1933 acerca da comparticipação do Estado no caminho de acesso entre esses dois lugares, alegando as vantagens concedidas pela lei.

A estrada que passava pelo Poço do Inferno, assim mencionada, surge em acta uma única vez, em Janeiro de 1935. É nesta altura que se sugere ao Director dos Serviços Florestais e Aquícolas o prolongamento do lanço que estava a ser construído perto de

¹²¹ Acta de 11/04/1934

Manteigas, o qual levava em direcção à “nossa”¹²² Mata Florestal, ligando-se ao troço da Rosa Negra, do lado oposto da Serra da Estrela. Aponta-se esse melhoramento como sendo de uma grande valia para os dois Polígonos e para o desenvolvimento da região.

Outro dos projectos da Comissão de Iniciativa ao nível da construção de estradas foi a denominada “estrada de penetração na Serra da Estrela”, que é mencionada pela primeira vez em Março de 1931.

A C.I.C., lamentando o desemprego existente na cidade e sabendo que o Governo desejava tomar providências em relação ao assunto, dirige uma representação ao Ministro do Comércio, informando-o que projectava a construção de uma estrada de penetração na Serra de cerca de 3.500 metros de extensão, cujo projecto dera já entrada no Conselho Nacional de Turismo para aprovação. Porém, porque mal podia dispor de 60.000\$00 nos anos económicos de 1930/31 e 1931/32, quando a verba prevista era de 360.000\$00, solicitava ao Governo a concessão de um subsídio para a efectivação da estrada. Para ajudar nesta questão pede o auxílio do Ministro da Justiça e envia também cópias da representação ao jornal *Notícias da Covilhã*, de forma a tornar o caso mais mediático e, portanto, susceptível de uma resolução mais célere.

No mês seguinte não tinha sido ainda devolvido à Comissão o projecto da referida estrada, pelo que, dado o que o art.º 11º do Regulamento à Lei n.º 1152, de 30 de Agosto de 1924 permitia, é resolvido convidar alguns empreiteiros a fim de verificarem o local das obras e apresentarem os seus orçamentos, obedecendo a todas as condições legais. Feito isso, a Comissão delibera sobre a adjudicação, sendo esta passível de ser por tarefa ou empreitada, ou por administração directa. Em Junho de 1931 pagam-se 3.000\$00 ao engenheiro Tenente José Rodrigues Moutinho relativos à elaboração da planta da estrada de penetração na Serra e pede-se ao mesmo que corrija alguns erros de cálculo detectados pela Junta Autónoma na estrada entretanto iniciada pelos Serviços Florestais e que atingia então as Penhas da Saúde. Cinco meses depois entregam-se mais 1.190\$00 ao engenheiro Moutinho pelo seu estudo e fiscalização da estrada.

Como última referência a esta via, lemos que em Março de 1933 já se sentia a necessidade de ampliar a estrada, pedindo-se à J.A.E. o seu alargamento e empedramento. Este organismo, por fim, responde ter oficiado a Direcção das Estradas de Castelo Branco nesse sentido, nada mais se escrevendo a seu respeito durante este período. Todavia, se

¹²² Acta de 30/01/1935

lermos o artigo intitulado “Covilhã e Manteigas” do jornal *O Raio*, percebemos que em 1934 ainda se aguardava a sua conclusão:

Só nós, aqui, falámos da construção da estrada que os Serviços Florestais estão construindo, de penetração na Serra da Estrela (...)

E falámos nisso porque reconhecemos que esse importante melhoramento (...) traz as maiores vantagens turísticas para a Serra (...)

O que urge fazer?

Covilhã e Manteigas tem de entender-se, dentro de uma amizade sincera, para regularisarem o plano de turismo.

O Raio, 28/10/1934

Alvo da atenção da C.I.C. foram igualmente as denominadas “estradas a construir na Serra da Estrela”, que surgem referenciadas pela primeira vez em 1932 quando, na 51^a sessão, realizada em Março, se participa a ida à Covilhã do engenheiro Castro Rodrigues, Director das Estradas do Distrito da Guarda. Esse responsável apresenta as suas ideias nessa matéria e comunica ainda como lutava contra a falta de pessoal de gabinete e de desenhadores não só para esses estudos, mas também para os do Sabugal e Aldeia da Ponte. Por esse facto, pede a C.I.C. — não sendo indicado a quem — que sejam destacados para junto daquele funcionário os auxiliares de que carecia de modo a se poderem abreviar esses trabalhos.

Somente em Outubro do ano seguinte se alude de novo a estas estradas, quando chega da J.A.E. o pedido de envio dos projectos respeitantes aos terraplenos e drenagem de águas que a Comissão pretendia efectuar na Serra, sem os quais não seria possível a comparticipação do Estado.

Tirando partido da passagem de Oliveira Salazar por aquela região, a C.I.C. apresenta a esta individualidade a hipótese de construção de uma estrada através das Cumeadas da Serra, que atravessaria o Ferroeiro pela Torre e a região de Cântaros, entre outras, em direcção à Lagoa Escura, ligando-se nomeadamente à Empresa Hidroeléctrica, Senhora do Desterro e S. Romão. O Presidente do Conselho responde com a necessidade de se apresentar um plano geral de melhoramentos a executar pela ordem das necessidades, visto não ser viável a realização simultânea de todas as obras necessárias. Não perdendo tempo, a Comissão escreve de imediato à Junta Autónoma informando o seu Presidente do

encontro e das críticas de Salazar à estrada. Para pressionar mais fortemente a J.A.E., escreve ainda que esse responsável poderia voltar à região no Verão seguinte, sendo por isso desejável a rápida solução do problema.

Em Maio de 1934, ou seja, um mês após a visita, comunica-se à Junta ser esse momento a ocasião oportuna para se procederem aos estudos das estradas e fontes na Serra da Estrela, solicitando-se o envio urgente dos engenheiros encarregados daquele serviço. Por não ser dado o andamento desejado ao processo, a C.I.C. pondera a necessidade de se tratar directamente em Lisboa dos projectos em curso, junto das entidades competentes. Passam dois anos e continua por se resolver a questão: em Janeiro, dão-se algumas instruções ao engenheiro Henrique A. Gomes para activar o andamento dos projectos das estradas na Serra, que se encontravam para aprovação em instâncias superiores. Em Abril, o engenheiro Castro Rodrigues comunica à C.I.C. que os projectos das estradas elaborados por Henrique Gomes, que estavam na Repartição dos Melhoramentos Rurais também para aprovação, não podiam ter o devido andamento devido às grandes deficiências técnicas que continham, informando ainda que naquele Departamento do Estado não seria mais aceite qualquer projecto executado por aquele engenheiro.

As referências às estradas da Nave da Areia são somente duas e datam ambas de 1932. Assim, a primeira surge no mês de Junho, quando se escreve ter sido trocada diversa correspondência entre esse organismo e o Regente Florestal do Polígono da Covilhã relativamente ao incidente suscitado com um engenheiro silvicultor, Chefe da 2ª Circunscrição, a respeito da construção do terceiro troço de estrada na Nave da Areia. Esta querela vinha já do passado, tendo originado algumas divergências entre a C.I.C. e a Câmara Municipal de Manteigas no que dizia respeito à linha divisória da cidade e da vila na zona da Serra da Estrela. Neste aceso debate terá até sido avançada a possibilidade de se embargarem as obras em curso sob o pretexto de decorrerem fora da área de jurisdição da Comissão e de, portanto, não ter a C.I.C. a devida autorização. Tais argumentos são contestados pela C.I.C., que prova tê-la pedido em 19 de Maio desse mesmo ano à Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas.

A segunda referência surge na sequência da questão anterior, já que no mês de Julho o Ministério do Interior envia à C.I.C. a cópia de um ofício que a Câmara Municipal de Manteigas dirigira ao Governador Civil da Guarda acerca do assunto da delimitação dos concelhos, solicitando à Comissão que informasse aquele Ministério sobre o que julgasse

conveniente a tal respeito.

O que se passou com as estradas da Nave de Santo António foi diferente do acima relatado. Assim, por saber que um dos novos troços que conduziam a esse lugar, adjudicado em Outubro de 1931, estava já dentro dos limites de Manteigas (cujos terrenos se entregara ao Regime Florestal), a Comissão de Iniciativa pede autorização, em 1932, à Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas para entrar naquela região. O aval chega no mês de Agosto, podendo-se desta forma, segundo alegava a C.I.C., atingir a Nave ainda nesse ano. Como vemos, em relação a estas não foram levantados quaisquer problemas relacionados com a divisão da região.

Contrariamente às últimas estradas mencionadas, em que as referências em acta são bastante escassas, o processo que envolve a rodovia denominada por estrada das Penhas da Saúde acompanha praticamente todo o tempo de vida da Comissão de Iniciativa, pois vai de 1931 a 1936.

Em Agosto de 1931 surgem as primeiras linhas a respeito da sua construção, quando se oficia a Junta de Freguesia de Santa Maria no sentido de ser pedido ao Ministro do Comércio um subsídio para a mesma, em virtude da Comissão não ter competência legal para ela própria o reclamar. Essa Junta dá o seu consentimento, enviando cópia do mesmo ao Governador Civil de Castelo Branco para este, por sua vez, contactar o Ministro do Comércio. Através deste exemplo podemos perceber claramente como a C.I.C., por escassez de poder, pressionava por vezes outras estâncias com o intuito de alcançar os objectivos por si delineados — para obter a aprovação de um organismo hierarquicamente superior, contacta primeiro a Junta de Freguesia da área onde pretende implementar a nova estrada, sendo que esta, interessando-se obviamente pela obra, faria ela própria o pedido que a Comissão queria ver realizado mas que não podia fazer por contingências legais. Assim, o impulso é dado pela C.I.C., mas desenvolve-se como se esse organismo nada tivesse a ver com ele, nascendo aparentemente na base hierárquica e fluindo no sentido ascendente até se atingir a estância desejada, neste caso o Ministro do Comércio. Este esquema deu, de facto, os resultados almejados, visto que no mês seguinte é concedida uma verba de 49.957\$50 para a construção da estrada, agradecendo-se o auxílio do Governador Civil de Castelo Branco, do engenheiro Joaquim Gonçalves Baptista e do Ministro da Justiça. O passo seguinte foi pedir a autorização do Director Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas para a arborização da dita estrada.

Porém, dado o atraso verificado na entrega do subsídio, contacta-se Carlos Alberto Godinho, secretário particular do Ministro da Justiça, rogando-lhe que intercedesse junto do Ministro do Comércio e Comunicações para que este, por sua vez, contactasse o Director das Estradas do Distrito de Castelo Branco a fim de se proceder a uma vistoria da estrada, pois sem esse parecer a Junta de Freguesia de Santa Maria não poderia receber o subsídio prometido. Esta forma de pressão não é menos interessante do que a anterior; porém, os contactos neste caso são feitos somente ao mais alto nível.

Estranhamente, em Janeiro do ano seguinte o Governo volta atrás na sua decisão e, pela voz do Ministro do Comércio, informa a C.I.C. que, após consultar a Junta Autónoma acerca do pedido anterior, não pode atribuir verba alguma, avançando com a informação de que estava a ser estudado pela J.A.E. um plano de estradas que permitiriam o acesso aos pontos mais interessantes da Serra da Estrela. Inconformada com a situação, a Comissão solicita que esses estudos fossem feitos sob o seu auspício e em colaboração com os seus pontos de vista. A resposta, um ofício do Ministério do Comércio e Comunicações que transmitia o parecer da J.A.E., demoraria apenas um mês a chegar e foi redigido da seguinte forma:

- 1.º O Director de Estradas do Distrito da Guarda tem ordens para organizar o plano de estradas de visita aos pontos mais interessantes da Serra da Estrela, não podendo porem fixar o prazo para a apresentação desse trabalho, visto ele ter outros importantes a executar.
- 2.º Aquela Junta não submete o plano à apreciação desta Comissão mas aceita e tomará na devida consideração quaisquer sugestões que a mesma lhe envie sobre o assunto.

Acta de 24/02/1932

No ano de 1933 foi feito somente um pedido relativamente a esta estrada — o seu alargamento e empedramento —, que se dirigiu à J.A.E. e que incluía a ida de um técnico para proceder aos necessários estudos. Alegava a C.I.C. que já quatro meses tinham passado desde que se deslocara a esse local, por ordens superiores, o Director das Estradas do Distrito de Castelo Branco, que inquirira então sobre as modificações desejadas, nada mais tendo sido efectuado desde esse momento. Não obstante, nesse ano referir-se-ia novamente em acta essa estrada no mês de Novembro, pois é então que se toma conhecimento de que o Tenente Álvaro de la Cruz Mendes Quesada, entretanto em serviço de levantamento cartográfico nessa cidade, defendia não dever figurar como estrada a que

conduzia às Penhas da Saúde, dadas as suas más condições, mas apenas como simples caminho carreteiro. Delibera-se solicitar-lhe por ofício que modificasse a sua opinião, visto que poderia prejudicar em muito o desenvolvimento do turismo na zona, informando-o de que iria ser arranjada convenientemente a expensas da Comissão ou com o auxílio dos poderes públicos.

No derradeiro ano de vigência da C.I.C., destinam-se 4.500\$00 para obras de terraplanagem e aquedutos no caminho das Penhas da Saúde, à saída do largo, numa extensão de 200 metros, ao mesmo tempo que se solicita ao Director dos Serviços Florestais e Aquícolas o calcetamento de parte da estrada, no sítio em que atravessava a Mata Florestal, e o alargamento da curva diante do pontão “para quem vem de cima”¹²³. Na resposta apenas se comunica ter sido autorizado pela Direcção as modificações a fazer por conta da Comissão na estrada para a Serra, perto do Parque Florestal, nada se referindo a respeito dos restantes pedidos.

Será agora oportuno mencionar outros assuntos ligados ao tema das estradas como, por exemplo, as que, não sendo criadas de raiz, foram também alvo de reparações, algumas pequenas obras levadas a cabo pela Comissão de Iniciativa e as modificações na orientação do trânsito.

Relativamente ao primeiro, em Abril de 1933 a C.I.C. chama a atenção da J.A.E. para o péssimo estado das estradas nas imediações da Covilhã, nomeadamente a que ia para a Estação da C.P. e a que se dirigia para Tortosendo, já que havia a possibilidade de se realizarem em Julho novas corridas de automóvel em circuito fechado, como as realizadas dois anos antes. Solicita-se também a reparação da estrada que ligava à Estação pelo ramal da n.º 15. A Junta informa pouco tempo depois que as estradas por onde passaria o “Circuito da Covilhã” seriam alvo de beneficiações várias. A primeira estrada mencionada estaria de novo no âmbito das preocupações da C.I.C. em 1936, pois nesse ano encontrar-se-ia em estado intransitável devido às fortes chuvadas do mês de Janeiro.

No que toca às obras que tinham de ser efectuadas devido à construção de novas estradas, temos o exemplo de uma que consta da acta de 20 de Fevereiro de 1930. Nesta reunião, decide-se solicitar à J.A.E. o rebaixamento de um pequeno muro no sítio de Bilhar, na área da cidade, e na bifurcação da estrada n.º 15 e ramal sul, em direcção à Estação da C.P., evitando-se assim os choques de automóveis que circulavam, mesmo em

¹²³ Acta de 27/05/1936

marcha lenta. Nessa acta podemos ainda ler que foi pedido o conserto e alcatroamento do ramal que em Unhais da Serra partia da estrada n.º 52 e seguia até às termas hidrológicas da mesma localidade, numa extensão de cerca de 300 metros. Contrariamente ao anterior, este pedido não foi considerado pela J.A.E./Ministério do Interior, na medida em que o ramal que se prolongava até às termas de Unhais não estava classificado. Este facto causa alguma estranheza já que, através das fontes analisadas, sabemos que a estrada conducente às únicas termas da estância turística era percorrida por um número considerável de pessoas.

Por último, quanto às modificações na orientação do trânsito, há somente a registar que em 1930, aquando da ida de uma representação à Comissão Administrativa do Fundo Especial para a Construção do Sanatório dos Ferroviários dos Caminhos de Ferro Portugueses, é solicitado que os veículos que se dirigiam à Serra seguissem pelo ramal norte, que ia da Estação à Fábrica Velha, em vez de atravessarem as ruas íngremes e estreitas da cidade, virando em direcção aos Bairros. Daí, um novo troço de estrada que se construísse (com cerca de 800 a 900 metros) bifurcaria com o ramal à época existente. Essa Comissão Administrativa responde que informaria quem de direito pudesse resolver a questão, contactando oportunamente a Comissão de Iniciativa.

CAPÍTULO 7 — OBRAS E MELHORAMENTOS: EQUIPAMENTOS

Outro campo de intervenção da Comissão de Iniciativa foi o respeitante aos hotéis e pensões da região, para o qual já um valioso artigo de Setembro de 1931 d'*O Raio* chamava a atenção:

(...) De momento, tratar das estradas, que são a base principal da iniciação de progresso e até de aproveitamento desta incomparável estância. (...)

Era assim, facilitando aos turistas um acesso fácil e comodo até á base dos alterosos Cantaros, Nave, Vale de Manteigas e Unhais, que se deveria começar, pois que seria o ponto de partida para ascenderem á Torre e outros sitios culminantes, que coroam a montanha. (...)

Não pára aqui o encargo da Comissão, pois tem também de cuidar do melhor modo de receber e acomodar os turistas na atraente e grandiosa montanha dos Herminios, devendo ser como remate de toda essa locubração, a instalação de um hotel que em todo o seu modo de ser, inspire confiança. Porque não ha-de a Comissão, a titulo de experiencia, arrendar o chalet do sr. Eugenio dos Santos que tem magnificas condições e oferece-lo de graça a um hoteleiro experimentado que o mantivesse condignamente, arredado, já se vê, qualquer menos escrupuloso. (...)

O Raio, 07/09/1930

Contudo, essa preocupação do jornal *O Raio* vinha de há muito: sete anos antes havia já sido publicado um inconformado artigo de opinião que, sob o título “Os nossos hoteis são a nossa vergonha”, pedia a construção de “um hotel amplo, higienico, com boas comodidades e duas grandes secções: uma de luxo e comodidade completa para o touriste e visitantes, outra de comodidade sem luxo para o trabalhador que necessita visitar a Covilhã no exercicio dos seus deveres profissionais.”¹²⁴.

Sobre o que se entendia por hotel, é de referir que na Covilhã o mesmo estabelecimento era designado de duas formas distintas: Hotel Covilhanense na Monografia *Covilhã-Serra da Estrela-Unhais da Serra* (edição da Comissão de Iniciativa da Covilhã, de 1932) e Pensão Covilhanense no *Guia de Hotéis e Turismo em Portugal*, lançado em 1934¹²⁵. Acreditamos que ambas as obras se referem ao mesmo

¹²⁴ *O Raio*, 09/12/1923

¹²⁵ Monografia *Covilhã-Serra da Estrela-Unhais da Serra*, 1932, p. 67, *Guia de Hotéis e Turismo em Portugal*, 1934, p. 254

estabelecimento, já que o número de telefone é exactamente igual (118). Esta discrepância de designações leva-nos a questionar sobre os diferentes critérios então subjacentes à classificação dos estabelecimentos hoteleiros.

A propósito do *Guia de Hotéis e Turismo em Portugal*, é curioso verificar que houve já nessa altura a preocupação de se fazerem acompanhar os textos das respectivas traduções inglesa, francesa e espanhola. A obra inclui ainda mapas, plantas, fotografias, inúmeros anúncios publicitários e tabela de preços dos hotéis e pensões existentes¹²⁶. No que respeita ao alojamento na cidade, são referidas as seguintes pensões: Pensão Avenida, Brito, Café Central, Pensão da Covilhã, Covilhanense, Mangana, Prata e República. Dois anos antes, aquando da publicação da Monografia, eram mencionados os seguintes estabelecimentos: Hotel Covilhanense, Pensão Moderna e Pensão Aliança.

As medidas tomadas em relação a esta área podem ser analisadas através do que nos foi legado sobretudo pelas actas das sessões da C.I.C., se bem que a imprensa nos poderá ajudar a perceber as vicissitudes sofridas na edificação ou reconstrução de hotéis e pensões da região. A primeira fonte em que se baseia este trabalho — as actas da Comissão — referenciam três grandes temas a respeito de estabelecimentos hoteleiros: o da construção de um Hotel de Turismo, o da reconstrução de uma pensão nas Penhas da Saúde e o das condições a serem seguidas pelos estabelecimentos já existentes. Será esta a ordem seguida na análise que se segue.

Relativamente ao Hotel de Turismo, a Comissão publica nos jornais locais, em Fevereiro de 1933, um apelo aos covilhanenses para a construção de dois hotéis, um na Covilhã e outro na Serra, alvitando-se ainda a ideia da formação de uma empresa por acções, na qual a C.I.C. tomaria parte, a fim de combater o problema da falta de alojamentos condignos na sua zona de turismo. Poucas semanas depois compareceria nos escritórios da Comissão Amílcar Sousa Pinto, que expõe a questão da possível construção de um Hotel de Turismo nas Penhas da Saúde, em local a designar futuramente. Acorda-se que seria ele a elaborar o seu projecto e orçamento de forma a se obter do Estado, através do Fundo de Desemprego, a necessária comparticipação. Relativamente aos honorários cobrados, estabelece-se que a Comissão só se consideraria devedora se o Estado atribuisse uma verba avultada para essa obra.

Sabendo desta iniciativa, a Repartição de Jogos e Turismo comunica à C.I.C. a

¹²⁶ Ver anexo n.º 1- Tabela de preços do alojamento na Covilhã.

chegada de um vagão onde seriam expostos vários projectos de hotéis, ideia do *Notícias Ilustrado*. Certo é que nesse ano nada mais se redige sobre a edificação do Hotel. Durante o ano de 1934, somente a partir do encontro com António de Oliveira Salazar, se escrevem de novo algumas linhas sobre o assunto.

Nesse ano, a segunda referência ao projecto surge no mês de Julho, quando se toma conhecimento de que Amílcar Pinto tencionava deslocar-se à Covilhã, sendo resolvido que se entraria em contacto com o engenheiro de forma a que ele entregasse nessa altura a planta e o orçamento da obra, visto já ter passado bastante tempo desde que fora encarregado de tal. Apesar da decisão, e persistindo o atraso, em Fevereiro de 1935 solicita-se uma resposta definitiva, e com certa brevidade, ao que se comprometera fazer, visto terem decorrido já dois anos desde o firmamento do contrato. Tal não deverá ter acontecido, uma vez que em Junho de 1935 foi dado a conhecer pelo Tesoureiro da C.I.C. que surgira uma nova proposta para o projecto — partia ela de Manuel Vaz e fora-lhe transmitida por Luís Rodrigues Marques. Assim, o primeiro propunha-se contribuir com uma quota parte do capital necessário desde que a Comissão concorresse financeiramente para o mesmo fim. Sugeria também aproveitar-se o terreno e muros existentes da sua extinta pensão nas Penhas da Saúde, dando-se-lhe o valor que oportunamente seria estabelecido.

Agradou bastante à Comissão de Iniciativa esta proposta, tendo-se convidado Manuel Vaz a expor os seus pontos de vista, a fim de se estudar os detalhes da obra. De facto, o representante do proponente, Luís Marques, esteve presente nos escritórios da C.I.C.; porém, ao contrário do que se esperava, é por ele comunicado que não era possível a Manuel Vaz continuar o negócio por não reunir nesse momento os capitais necessários para a edificação do Hotel de Turismo, já que se encontravam dispersos. A Comissão fez, por isso, questão de deixar escrito em acta que essa atitude em muito lhe desagradara, ficando por aqui esta nova possibilidade de se fazer avançar o projecto.

Com este desfecho, contrariavam-se, assim, alguns artigos que durante os meses de Abril e Maio tinham divulgado a notícia da construção do empreendimento de forma deveras elogiosa, se bem que, não obstante, nunca refiram abertamente as pessoas envolvidas no negócio:

(...) Ora pelo que se relaciona com a construção dum hotel nas Penhas da Saúde, sonho lindo da Comissão de Iniciativa, corre que alguém desta terra, pessoa abastada em valores

monetarios, vai lançar-se abertamente nessa empresa, aliaz de resultados seguros. (...)

O facto significa ainda que, apesar dos defeitos e fraquesas dos “homens de turismo” — um engulho que para alguns tantos surgiu ali, no Pelourinho — apesar dos hipotéticos erros de que os alcunham, erros que não vão além de ressentimentos inferiores ou de interesses materiais contrariados (...) hão-de ser ainda os factos que darão o seu a seu dono, os que trabalham honesta e dignamente pela causa publica, e do outro... do outro — os restantes.

A Covilhã, 25/04/1935

Com o proposito de esclarecermos melhor algumas pessoas que se acercaram de nós por causa da formação da Empreza ?note-se o uso da maiúscula? que se propõe fomentar o turismo na nossa Serra, acrescentaremos, ao que já ficou dito, que nesse magnifico empreendimento não entra apenas aquela creatura abastada a que nos referimos. Da projectada Empreza faz tambem parte um distinto engenheiro, que tomará a peito os competentes estudos, o qual, por si, e á sombra de influencias suas, carreará para essa sociedade em perspectiva, os capitais necessários para a construção da prometedora ideia. (...)

No plano em questão, admite-se a possibilidade de se fazer um Casino, que será um centro mundano de primeira ordem (...). Novos campos de jogos se construirão (...); no interior, rescenderá um ambiente de conforto e de bem-estar que, no periodo invernoso, contrastará com o clima aspero da altitude, sucedendo-se as reuniões elegantes, e as mais variadas diversões. (...)

A Covilhã, 09/05/1935

A imprensa jornalística, nomeadamente *O Raio*, continuava a insistir na ideia da construção desse Hotel, tendo, no entanto, aguardado algum tempo até se pronunciar de novo, o que veio a acontecer em 7 de Julho de 1935. É de salientar, porém, que nessa data ainda não se estava a par, publicamente, dos últimos desenvolvimentos do caso, como o da desistência de Manuel Vaz, e por isso se escreveu:

Um hotel na Serra

O assunto não é dos de menos importância e se ainda nêle não falámos deve-se a estarmos aguardando qualquer informação oficial.

Um hotel nas Penhas da Saúde, estancia de altitude que tão procurada está sendo (...) é de uma necessidade insuperavel. (...)

Ha, portanto, necessidade de volver olhares para este magno problema, e por duas razões: a primeira a de prodigalisar conforto aos turistas que nos visitam, a segunda a de se erguer, lá no cimo da Montanha Hermínia, um edifício condigno e que esteja a caracter com as belezas da Serra, tão justamente réclamadas.

O Raio, 07/07/1935

Durante o período de vigência da Comissão, a última tentativa para que se conseguisse levar avante esta obra fez-se em Julho de 1935, tentativa essa embrenhada também em grandes dificuldades. Nessa data, incumbe-se o arquitecto Manuel Vaz, de Lisboa, de fazer a planta e o respectivo orçamento do Hotel de Turismo a construir futuramente, por meio da comparticipação do Estado. No entanto, deveria ele, primeiramente, informar a C.I.C. da importância que cobraria pelo trabalho, de modo a que esse organismo pudesse, definitivamente, decidir sobre o assunto. Além desta proposta, sabemos ter surgido uma outra do arquitecto Eurico Salles Viana, de Castelo Branco, sendo precisamente a deste último a escolhida por oferecer melhores garantias. Por esse motivo, é decidido convidá-lo a deslocar-se à Covilhã para se apreciar detalhadamente o projecto e se estabelecerem as suas condições.

O arquitecto troca impressões com a Comissão em Outubro desse ano e é-lhe comunicado que deveria ter em conta os seguintes aspectos: o Hotel deveria ser modesto, mas possuir o conforto e a comodidade indispensáveis à região e aos fins visados; deveria ser de feição regional sem, todavia, deixar de conter linhas consideradas, à data, modernas; deveria apresentar a faculdade de poder ser ampliado quando fosse necessário; por último, o custo do projecto, orçamento e assistência técnica deveria ser de 3% sobre a importância total da obra.

Eurico Viana apresenta o anteprojecto em Janeiro de 1936, decidindo a Comissão fazer algumas alterações para tornar a sua construção mais económica. Três meses depois, envia-se-lhe o termo do contrato para ser assinado e arquivado, recomendando-se a maior urgência na sua execução. Em Maio aprova-se o desenho do alçado do Hotel e este é feito chegar ao arquitecto para que desse início aos trabalhos do projecto final. Em Junho, e por considerar longa a demora no seu envio, insiste-se de novo com Eurico Viana, dizendo-se mesmo que, caso ele não desse andamento rápido ao projecto, rescindir-se-ia o contrato firmado, o que viria a acontecer a 24 desse mês, sendo então deliberado procurar-se novo arquitecto para o trabalho.

Neste derradeiro ano da Comissão de Iniciativa o jornal *O Raio*, incansável também no assunto que dizia respeito ao Hotel, insere em cinco dos seus números diversos artigos que referiam as belezas da Serra e as vantagens em se construir um Hotel de Turismo, sem o qual o turismo não passaria “de uma *blague*”. Chegam mesmo os seus redactores a escrever que “A mania das grandezas não nos fêre o raciocínio” e que, portanto, não se

deveria pensar numa construção como as existentes no Estoril, visto que na Covilhã “estava? tudo por fazer”. No seu ponto de vista, bastaria à região “Um hotel limpo, com requisitos indispensáveis para a montanha ?que deveria? dar lucros a quem o lançar.”, advertindo, por último: “Mas se se inclinar para a grandeza de um Astória — e já não dizemos de um Palace, como o do Bussaco, é empresa que se arruina facilmente.”¹²⁷. Apesar dos esforços, a Comissão terminaria o seu trabalho em 1936 sem que visse erguido o tão desejado e solicitado Hotel de Turismo na Serra da Estrela.

Também a reconstrução de uma pensão nas Penhas da Saúde esteve na mira de acção da Comissão de Iniciativa da Covilhã. Dado que em 5 de Junho de 1933 lavrara um incêndio na única pensão existente nessa zona mais alta, procurava-se desde então um entendimento com o seu proprietário a fim de, em conjunto com a C.I.C., se encontrar forma de minimizar o problema. Podemos ler na acta da sessão de 26 de Julho que, como até esse momento não se resolvera o caso, e enquanto não se tomasse outra deliberação, o seu Presidente propunha o arrendamento e a exploração da antiga Pensão Lobo Branco, pertencente a Francisco Miguel Henriques da Silva, situada no mesmo local. A sugestão é aceite e é deliberado pô-la em prática, decidindo-se contratar uma pessoa idónea para a sua direcção técnica que receberia, para além do ordenado estipulado, metade dos eventuais lucros.

Porém, a intervenção da C.I.C. na administração da Pensão ter-se-á feito até Janeiro de 1934, pois nesse momento é resolvido adjudicar-se a exploração do estabelecimento a quem se responsabilizasse pelo pagamento do recheio e por o manter nas melhores condições de comodidade, higiene e conforto, “a bem da estância de turismo”¹²⁸. Assim, Samuel da Silva Garcia esteve à testa da Pensão até ao mês de Junho, chegando-se a publicar no jornal *O Século* esta pequena notícia:

Abriu, já, a pensão *Lobo Branco*, que, este ano, é administrada pela Comissão de Iniciativa, que é garantia, para os hóspedes, dum tratamento excelente e a suspensão de qualquer deficiência, porque aquele organismo está habilitado a facilitar todas as comodidades aos hóspedes.

O Século, 11/01/1934

¹²⁷ *O Raio*, 29/03/1936. Tal como actualmente, já então estes hotéis pertenciam ao grupo Alexandre de Almeida. O Hotel Metrópole, inaugurado em 1917, e mais recentemente, na década de 60, o Hotel Praia-Mar, fazem também parte do grupo hoteleiro. (Revista *Management do Semanário Económico*, n.º 902, 23/04/2004, p. 3)

Em Junho Samuel Garcia desiste do cargo, propondo-se José Evaristo Ramalho, de sociedade com António Pais Espiga, a tomá-la de trespasse. Faz-se o contrato de sublocação de arrendamento, comprometendo-se ambos a entregar parte da verba para pagamento da primeira prestação da renda de casa, ou seja, 4.000\$00. Os restantes 3.000\$00 seriam liquidados durante o mês de Janeiro de 1935. Quanto ao recheio existente, pertencente à Comissão, acordou-se na sua venda por 5.400\$00, pagos em três prestações durante os meses de Julho, Agosto e Setembro de 1934. Esta verba, segundo consta, serviria para liquidar dívidas contraídas na época de Inverno anterior, quando a exploração da Pensão estivera a cargo da C.I.C..

O negócio não terá corrido de feição, já que em Maio de 1935 lemos que se comunica a Francisco Miguel Henriques da Silva, proprietário da Lobo Branco, desistir-se do seu arrendamento a partir de 1 de Agosto, de harmonia com o contrato firmado dois anos antes. Por uma das últimas menções em acta a este assunto, sabemos que a 18 de Junho também ela seria destruída pelas chamas, pois ficou registado que se teria de comunicar à companhia de seguros La Préservatrice o sinistro que destruíra esse local¹²⁹. Este problema acrescia ao facto de não existir, até à data, nenhum outro estabelecimento hoteleiro nas Penhas da Saúde, como nos dá conta *O Raio*, “?Agora que estavam? Ardidias a Pensão Vila Vaz e a Pensão Lobo Branco, creou-se uma dificuldade enorme ao alojamento das inúmeras pessoas que costumam procurar a Serra da Estrela para repouso ou para pratica desportiva.”¹³⁰. Por fim, para colmatar a carência, no mês de Agosto concorda-se em arrendar uma casa nas Penhas durante a época de Inverno, ou mesmo por todo o ano, a fim de facilitar a visita das pessoas à estância de turismo. Em Novembro pagam-se 3.000\$00 anuais pelo arrendamento da casa que António Espiga possuía nesse local¹³¹.

O trabalho da Comissão de Iniciativa da Covilhã não se limitou aos projectos de construção ou reconstrução de estabelecimentos hoteleiros — passou igualmente por assegurar o bom funcionamento dos que já na altura existiam. Assim, a primeira vez que a entidade se confronta com esta questão é em Dezembro de 1930, quando recebe uma carta

¹²⁸ Acta de 31/01/1934

¹²⁹ Acta de 26/06/1935

¹³⁰ “Um hotel na Serra”, *O Raio*, 07/07/1935

¹³¹ É de salientar que já em Abril de 1932 surgira uma proposta de Alfredo César Henriques, no sentido de vender uma casa que possuía na Serra da Estrela por 20.000\$00. A C.I.C., por escassez financeira, oferece 5.000\$00 a 6.000\$00, o que não é aceite pelo proprietário. A Comissão reconhece, no entanto, que a referida casa serviria para os mais diversos fins. (Acta de 27/04/1932)

de João Nave Catalão, a qual solicitava à Comissão que mandasse inspeccionar a cozinha do Hotel Covilhanense em virtude da falta de higiene que ali, segundo alegava, se fazia notar. É de realçar o facto do proprietário do Hotel Covilhanense, Luciano Gaspar, fazer parte da C.I.C. como vogal e também como representante dos proprietários hoteleiros na Comissão. Não sabemos se esse pedido foi atendido pela entidade, pois na sua resposta lemos somente que tal seria feito oportunamente, não se especificando nem quando nem que tipo de inspecção se levaria a cabo. Porém, três meses depois oficiava-se a Repartição de Jogos e Turismo para que esta enviasse à Comissão de Iniciativa dois exemplares das “Instruções Regulamentares” sobre hotéis, o que foi atendido. Dois anos mais tarde há de novo queixas contra o Hotel, desta vez publicadas em carta ao Director da “Gazeta das Torres”, um jornal de Torres Vedras:

No Grande Hotel Covilhanense — o pomposo adjectivo que precede o nome não corresponde á verdade, porque tem muitas e variadas deficiencias — tambem não se respeita a Lei no que se refere ao fomecimento de vinho ás refeições. Neste hotel entra como extraordinario o vinho que é fornecido a 2\$50 cada garrafa de sete decilitros. (...)

Afinal, para que se publicou a Lei? (...) O turiste continua a ser explorado pelos hoteis e especies de hoteis — salvo excepções honrosas, tais como o Avenida, de Vizeu; o União, de Tomar, o Aveirense, de Aveiro, o Central, de T. Vedras, etc., (...).

No que se refere ao meu caso, sr. director, o Grande Hotel Covilhanense é uma verdadeira falperra: Carissimo e mau! (...)

Continue a “Gazeta” a trazer a publico estas irregularidades e explorações que talvez um dia seja ouvida pelas autoridades competentes e veja então respeitada a Lei e os gananciosos metidos na ordem.

Gazeta das Torres, 04/09/1932

A este assunto voltar-se-ia quatro anos mais tarde, porque em Dezembro de 1934 chega à C.I.C. nova reclamação acerca do Hotel. Pena é não se explicar o teor da reclamação, pois houve até necessidade de se contactar o Comandante da Polícia de Segurança Pública da cidade, pedindo-se a sua interferência junto dos proprietários de forma a não se repetirem, de futuro, “casos análogos”¹³². Em 1936 surge a última referência a este assunto, quando a Comissão contacta o Delegado de Saúde e a autoridade administrativa no sentido de obrigarem o proprietário do Hotel Covilhanense a realizar obras urgentes, de carácter higiénico, na cozinha e na copa daquele estabelecimento.

Os edifícios já existentes, ou a construir, estiveram de igual modo entre as preocupações da Comissão de Iniciativa, embora o que se escreveu em acta sobre este assunto tenha sido bastante menos se comparado com os anteriores.

A primeira referência a este respeito fez-se logo em Abril de 1930, quando se oficiou o Ministro da Instrução Pública solicitando-se a sua intervenção para que o edifício escolar a construir na freguesia de Unhais da Serra, que se encontrava há largo tempo bastante degradado, fosse convenientemente dotado no ano económico seguinte, em benefício da instrução e educação das crianças que aí residiam. Esta atenção com os mais novos revelar-se-ia de novo alguns anos mais tarde, quando em Janeiro de 1936 se atribuiu a quantia de 5.000\$00 para ajuda da construção de um edifício na Serra da Estrela destinado à Colónia Infantil da Montanha, pedido que partira do Tenente João José Amaro, então Comandante da Polícia de Segurança Pública.

As restantes menções em acta englobam outros assuntos, como sejam: o do pedido de pagamento por trabalhos executados pela C.I.C. em casas particulares (sendo Filipe Saraiva e Cândido Saraiva intimados a pagar 150\$00 pelas obras realizadas num reduto da sua casa na Serra); o da chamada de atenção da Câmara Municipal para dois aspectos — o da necessidade em se proceder à demolição de prédios (como o de Álvaro Dias, na Rua Direita, expropriando-se o mesmo por ser considerado de utilidade pública) e o da que dizia respeito aos prédios em ruínas nas entradas da Covilhã, a norte e a sul, considerando-se que ofereciam um espectáculo deplorável a quem visitava a cidade; finalmente, o pedido de interferência do Conselho Nacional de Turismo junto do Ministério do Interior para que este publicasse uma portaria determinando que nenhuns prédios pudessem ser erguidos na área compreendida entre as Penhas da Saúde, Nave da Areia e Piornos sem a prévia autorização da C.I.C. e envio antecipado da respectiva planta, pretendendo-se com esta solicitação a estética e o alinhamento convenientes dessas edificações¹³³.

Outras obras houve que foi necessário executar para se melhorar o aspecto geral da cidade e da Serra, tornando estes locais mais agradáveis tanto para os turistas como para os próprios habitantes da região, sendo elas as mais variadas, como será agora demonstrado.

As deliberações da Comissão não tardaram em orientar-se no sentido da boa organização da cidade, passando as mesmas pela sua limpeza, segurança e beleza estética. Assim, em Abril de 1930, é resolvido “oficiar o Presidente da Comissão Administrativa

¹³² Acta de 12/12/1934

Municipal solicitando-lhe a sua atenção e a da Comissão a que preside para ?que ?:

- Na Primavera, todos os prédios e muros da cidade sejam limpos e caiados;
- Todos os prédios, na órbita da cidade, tenham caleiras nos beirais dos telhados de maneira a desaguardem nos campos de esgoto citadinos;
- Se intensifique a limpeza das vielas, ruas e largos públicos;
- Os muros da cidade não tenham alturas inestéticas, mas antes sejam convenientemente baixos com gradeamentos férreos em conformidade com a arte e bom gosto;
- Sejam avivados a numeração dos prédios e os dísticos e letreiros das ruas;
- Se proíba, em cumprimento das posturas municipais, que diversos veículos, em pleno dia, conduzam pelas ruas da cidade estrumes pestilenciais, sem o conveniente recato e, quando o há, é ele tão nojento e pestífero como o próprio estrume que pretende encobrir;
- Se acabe com a vergonha da vadiagem de cães pelas ruas da cidade, indo-se até ao extermínio dos mesmos, para que, aos olhos dos turistas, não sejamos classificados como terra de cafres, por um tal desleixo e abuso inqualificável.”

Acta de 16/04/1930

A crer num artigo do jornal *O Raio* de Agosto de 1931, o problema do cheiro nauseabundo ainda se fazia sentir passados vários meses sobre o envio desse ofício. Captando-se o interesse dos seus leitores para o assunto com o título “Estrebarias”, desenvolveu-se o mesmo com o texto que se segue:

Ha dentro da cidade varias cavalariças. E' uma vergonha. E' um atentado á higiene, uma refinada porcaria, um autentico deposito de maus cheiros e uma verdadeira fabrica de mÔscas.

O que pensará a este respeito o mui calado, quieto e invisivel sub-delegado de saude?

O que pensará a este respeito a Câmara Municipal da Covilhã?

E o que pensará este respeito a Comissão de Iniciativa e Turismo?

E o que pensamos nós?

Nós pensamos o seguinte: Nem o sub-delegado, nem a Câmara Municipal, nem a Comissão de Iniciativa teem vÊntas para cheirar, olhos para vêr, e um bocadinho de amor á saude publica para pôr termo a tanta bacorada. (...)

O Raio, 27/08/1931

Talvez pela publicação deste artigo se tenha contactado, em Setembro seguinte, o Presidente da Comissão Administrativa Municipal da Covilhã, pedindo-se que pusesse

¹³³ Actas de 24/02/1932, 18/05/1933, 25/10/1933 e 31/10/1934

termo ao carro dos dejectos públicos, “visto não ser próprio da nossa terra”¹³⁴.

Outra das obras que a C.I.C. pretendia ver concluída era a do largo fronteiro da Estação da C.P., surgindo sobre ela várias menções em acta, sendo a primeira em Abril de 1931. Nesta data chega à Comissão um ofício do Director Geral da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses informando que, devido às condições económicas desfavoráveis, era obrigado a adiar o empedramento desse local, conforme a C.I.C. pedira, no sentido de se evitar uma má imagem aos visitantes logo à entrada da cidade. Apesar de não ter sido no momento desejado, esse melhoramento foi feito um ano depois, visto escrever-se no mês de Novembro ser necessário contactar o Chefe da Divisão Vias e Obras da C.P. para se reclamar contra a pavimentação desse largo que, apesar do calçamento que se fizera há pouco tempo, se encontrava em péssimas condições. A preocupação da C.I.C. prendia-se com o facto de se iniciarem entretanto as excursões de Inverno, solicitando por isso as providências necessárias.

Algumas obras também alvo da sua actuação foram, por exemplo, a construção de um alpendre na capela das Penhas da Saúde em 1931, subtraindo-se para o efeito 1.500\$00 ao seu orçamento e adjudicando-se os trabalhos ao carpinteiro que o executava pelo menor preço. Um monumento a Viriato no cume da Serra foi igualmente proposto em 1932, pedindo-se às Câmaras Municipais do país, Comissões de Iniciativa, Juntas Gerais de Distrito e outros organismos a sua “participação eficiente”, entenda-se, ajuda financeira¹³⁵. Para que esta realização fosse levada avante com a maior firmeza, chega-se ao ponto de se criar uma Comissão Especial formada pela C.I.C., Comissões de Iniciativa de Manteigas e Seia e Governos Civis de Castelo Branco e Guarda. Já em 1934 chega ao conhecimento da Comissão que Francisco Pina tencionava efectuar umas obras na denominada “Casa da Eira”, onde existia uma janela manuelina de estilo gótico. Temendo que se prejudicasse o seu valor artístico, chama-se a atenção da Câmara Municipal para o assunto. Um ano antes da cessação de funções, revela-se ainda a sua preocupação com a estética dos muros exteriores, pois contribuiu-se com 350\$00 para pagar parte das despesas com o arranjo de uma vedação numa propriedade a caminho da Serra. O organismo justifica a atribuição da quantia por esse muro oferecer um aspecto feio aos turistas na sua passagem por aquele lugar.

Não sendo da sua iniciativa, mas da Câmara Municipal da cidade, aborda-se a

¹³⁴ Acta de 30/09/1931

questão do financiamento das obras realizadas na Praça do Município por ocasião das Festas da Cidade de 1932. A Comissão, embora contrariada, responde negativamente ao pedido de ajuda financeira, nomeando um dos seus membros, António Gomes de Oliveira (também membro da Câmara), para prestar todas as informações sobre a pouco abonada situação da entidade. Aliás, o grave problema financeiro conduziu a C.I.C. a adiar a conclusão de outras obras consideradas urgentes, como a construção de um campo de jogos, que tinha sido já pedido pelo Sporting Clube da Covilhã em 1931. Na altura, respondera tencionar levar a efeito, secundada pela Câmara Municipal, a construção de um parque, razão pela qual se tomaria essa petição em conta na altura certa. Porém, doze meses passados e conclui-se ter de se recorrer ao Conselho Nacional de Turismo, solicitando-lhe 70.000\$00 para se executarem essas e outras obras na Serra, como a abertura de caminhos e uma casa-abrigo. Em 1934, por não estarem ainda concluídas nenhuma das iniciativas pensadas para as Penhas da Saúde e sendo necessário efectuar ainda a captação de águas e a regularização do Lago Viriato, aceita-se a oferta de Francisco Gatto, consistindo esta no abono da importância necessária para a sua ultimação, pelo que seria reembolsado em finais do mês de Agosto. Aceite essa ajuda, remete-se de imediato ao engenheiro da Secção dos Melhoramentos Rurais da zona de Castelo Branco os pareceres do Sub-Delegado de Saúde da Covilhã sobre as condições higiénicas dos locais onde seria feita a captação de águas para as quatro fontes que se projectava construir por meio da comparticipação do Estado, sendo esta a última referência em acta acerca do assunto.

Sobre a construção de um teleférico da Estação da Covilhã até ao Sanatório, e à semelhança do que já existia no estrangeiro, nomeadamente na Suíça, onde se desenvolveu este tipo de transporte após a I Guerra Mundial¹³⁶, abundam as referências em acta, sendo a primeira de Junho de 1930 e a última de Maio de 1936. Apesar das inúmeras tentativas para a efectivação dessa obra, a Comissão de Iniciativa não veria concretizada a sua pretensão, tendo sido seis as propostas apresentadas que não passariam do papel, entre elas duas nacionais.

Assim, em Junho de 1930 a Sociedade Moderna de Engenharia, Lda., de Lisboa, envia uma cópia da proposta que fizera também à Comissão dos Caminhos de Ferro Portugueses sobre a montagem e exploração de um cabo aéreo na região. A crer nos

¹³⁵ Acta de 29/06/1932

¹³⁶ Andrew W. Gilg, "Switzerland: structural change within stability" in Allan M. Williams e Gareth Shaw, *Tourism and Economic Development-Western European Experiences*, 1991, p. 101-102

registos escritos da C.I.C., não se entabularam com essa entidade quaisquer negociações. Um ano depois, no mês de Novembro, chegava um Memorandum da British Ropeway Engineering fornecendo alguns dados sobre o projecto e informando ainda que era esse o momento mais indicado para a sua negociação por razões que se prendiam com a moeda dos países. A Comissão responde que daria em breve alguns esclarecimentos sobre a instalação do cabo, tendo mais tarde a empresa enviado novos detalhes, ficando no entanto por aqui os contactos entre ambas. Nos anos de 1931, 1932, 1935 e 1936 trocam-se também informações a respeito dessa obra, respectivamente, com Geretti & Tanfani, Adolfo Bluchert & C.^a, A. Rebuffel e com o engenheiro António Belo, não tendo nenhum deles chegado a avançar com o projecto.

Se abundam as menções a assuntos como o descrito, outros há cujas referências escasseiam de forma espantosa, e isto se atendermos ao facto de, sobre eles, ter corrido muita tinta, mais uma vez nas páginas do covilhanense *O Raio* — referimo-nos ao campo de aviação que a C.I.C., por sugestão do seu Presidente, pretendia levar a cabo em 1930. É que em Agosto desse ano, João Alves da Silva apresenta a ideia de se adaptar um campo na Serra da Estrela para “aterriçagem de aviões e Junkers”, estabelecendo-se por essa forma um meio de transporte de “grande alcance turístico”¹³⁷. A Comissão delibera convidar o piloto Santos Neves a visitar o terreno e dar o seu parecer, de modo a poder ser feita ainda nesse Verão a sua inauguração. Porém, só em 1946 seria aprovada pelo Secretariado da Aeronáutica Civil e concluída o que parecera, para alguns, uma obra descabida.

O que chegaria também a ser uma escola para formação de pilotos foi, dezasseis anos antes, alvo de ataques exacerbados n'*O Raio*, que defendia ser “cedo de mais para se pensar nisso” por haver “outras coisas para se principiar e de mais seguro efeito”, como a estrada para o Sanatório e deste para a Nave, ou ainda “Uma pensão limpa, moderna, com aparelho de desinfecção, etc., garantindo a todos que não há receio de contágio com doentes infecciosos (...)”. Segundo alegava o jornal, ninguém se deslocaria a esse local “para vêr um aeroplano, sabendo que depois tem de palmilhar um bom bocado por caminho de cabras, saltando por sobre penhascos e pizando arbustos incomodos”. Pelo facto da Comissão de Iniciativa, na sua opinião, dar primazia a esta, questiona: “Sim, porque é que não olham primeiro para estas necessidades e querem já aeroplanos? Bem se vê que na

¹³⁷ Acta de 13/08/1930

Comissão tudo é feito aereamente... (...)”¹³⁸.

Facilmente se constata que o dinheiro escasseava nos cofres da Comissão de Iniciativa, sendo-lhe praticamente impossível atender a todos os seus próprios desejos. No entanto, houve ainda uma outra obra que, não obstante as mais diversas vicissitudes, conseguiu vingar e sair do esboço inicial durante a existência da C.I.C. — a construção de uma barragem de pedra na Ribeira da Nave da Areia, com o objectivo de atrair mais visitantes à Serra.

A proposta mais vantajosa para a sua concretização surge em Fevereiro de 1932 por parte de António Pereira e seria ele, portanto, o tarefeiro dessa obra. Em Dezembro de 1933 entregam-se 20.900\$00 para liquidação do montante em dívida, sendo os juros de mora liquidados conforme o contrato assinado entre as partes. Um ano mais tarde pagam-se 1.100\$00 pela execução da cortina de pedra de 0,50 metros de altura no muro dessa barragem e, finalmente em 1936, lemos ter sido adjudicado ao empreiteiro José Álvaro, por 2.000\$00, a construção de um muro de barragem junto a esse local, que se destinava a uma pequena piscina de banho.

A este respeito já em 1932 *O Raio* firmara a sua posição, iniciando assim um dos seus frequentes artigos imbuídos em críticas: “Varias vezes temos marcado a nossa posição á face de melhoramentos ou simples obras pagas com dinheiro do erario público.”. Após descrever o caso da barragem na Nave da Areia mandada construir pela Comissão “para fazer um lago que géle no inverno e dê patinagem”, refere que ela será um “tremendo erro”, já que “Para patinagem no inverno nunca servirá, pois um lago de alguns metros de profundidade, tenha pequena ou grande superfície, è sempre perigoso para patinagem, pois è sabido que a camada gelada não atinge mais de 10 centímetros (...)”. Estranha ainda o jornal não saberem isto “os senhores do Turismo. E não admira, tão falhos de conhecimentos eles se têm revelado em casos tais de uso local.(...)”¹³⁹.

Dotar a cidade, a Estação da C.P. e as Penhas da Saúde de meios de comunicação telefónicos foi outra das ambições da Comissão, objectivo que podemos ver referido em muitas das actas elaboradas ao longo do seu período de actuação, datando a primeira delas de Fevereiro de 1930. Nessa altura, contacta-se a Administração Geral dos Correios e Telégrafos, pondo-se à sua disposição uma cabina telefónica pública na própria sede da C.I.C. e responsabilizando-se esta por todas as chamadas telefónicas e pelas obras de

¹³⁸ *O Raio*, 28/08/1930

adaptação. Essa sugestão foi autorizada pelo Chefe dos Serviços dos Correios, Telégrafos e Telefones do Distrito, dizendo a C.I.C. posteriormente não ter urgência na instalação e que, quando pronta, estaria à disposição do público das 9h às 12h e das 14h às 23h.

Em 1931 é contactado o Presidente da Comissão Administrativa Municipal da Covilhã, solicitando-se-lhe uma cabina pública na Estação do Caminho de Ferro e propondo-se o Posto Fiscal para a sua instalação, ficando à guarda do respectivo funcionário. Dois meses depois o Tesoureiro lê a decisão emanada dessa entidade, cujo teor era o seguinte: “A Comissão deliberou deferir este pedido sem encargo algum para a Câmara sendo portanto indeferido o pedido na parte em que solicita o serviço dos empregados do posto para atender o telefone.”¹⁴⁰.

A partir de 1932 todas as referências em acta a este assunto se prendem com a instalação de uma estação telefone-postal nas Penhas da Saúde, surgindo a primeira em Junho desse ano, a qual fazia notar ao Administrador Geral dos Correios e Telégrafos a necessidade de se dotar esse local com uma estação do género, mantendo-se permanentemente um encarregado no período de 1 de Julho a 15 ou 31 de Outubro, em comissão de serviço público. Em Agosto chegava uma carta da Estação Telégrafo-Postal da Covilhã que, não indo ao encontro do solicitado, dizia apenas que, dado a Administração acima mencionada pretender reinstalar nas Penhas uma estação telégrafo-postal que executasse os serviços de venda de selos e recepção e expedição de registos, deveria a C.I.C. indicar uma pessoa idónea para executar tais serviços gratuitamente. Com essas condições, respondeu-se não ser fácil encontrar alguém que aceitasse o cargo, reiterando-se o pedido de instalação de uma cabina pública, para a qual havia um edifício e um funcionário gratuitos.

Por receber constantemente como resposta a inviabilidade dessa cabina sem a sua responsabilidade financeira (braço de ferro que se estenderia até 1933 e que envolveria outras entidades, como a Direcção dos Serviços de Exploração Eléctrica e o Ministério das Obras Públicas), em Dezembro de 1933 decide-se contactar João Carvalho Reis e Silva para que este autorizasse a montagem de um telefone suplementar ao seu, instalado na casa que possuía nas Penhas da Saúde. O custo da anuidade e da instalação — na Pensão Lobo Branco, para o serviço e uso dos visitantes — ficaria a cargo da Comissão. Poucas semanas depois chegaria um ofício da Administração Geral dos Correios e Telégrafos que

¹³⁹ *O Raio*, 11/09/1932

informava a C.I.C. de terem sido já transmitidas as ordens necessárias para a instalação desse telefone, chamando a atenção para as despesas, que seriam por sua conta. Cerca de um ano e meio após estes acontecimentos, solicita-se às entidades competentes um posto telefónico suplementar ao posto público, em virtude de ter ardido a Pensão Lobo Branco, onde ele anteriormente funcionava.

Não apenas por causa da instalação de uma cabina telefónica pública se teve de contactar por diversas vezes a Administração referida no parágrafo anterior — também a ela se recorreu para melhorar os serviços da correspondência que tinha como destino Manteigas. Pelo exemplo que agora se apresenta, podemos perceber as relações que se mantinham com este local, apesar de ele não pertencer à sua área de intervenção, pois tinha, como se sabe, a sua própria Comissão de Iniciativa.

Sabemos que em Dezembro de 1932 se atende às solicitações de um membro da Câmara Municipal de Manteigas, redigindo-se uma representação destinada à Administração dos Correios e Telégrafos a fim de que as malas do correio que se destinavam a esse local passassem a ser descarregadas na Estação da Covilhã, dadas as vantagens dessa alteração virem a beneficiar aquela vila e também a cidade covilhanense. A Administração indica os inconvenientes dessa possibilidade, conduzindo a C.I.C. a duas outras solicitações, em Março e Abril de 1933, que não obtiveram qualquer resposta, apesar de, a esta última, se juntarem as vozes dos habitantes de Manteigas, de Orjais e de Teixoso.

A Comissão, na ânsia de prosseguir os seus intuitos de desenvolvimento da cidade e da região, teve outras preocupações, como a que respeitava à sinalização de trânsito e de reclame que era necessário colocar na cidade. Assim, em 1931, e para conseguir com urgência chapas indicadoras de curvas bem como os postes de ferro para a sua colocação, contacta a Shell Company of Portugal, a quem são igualmente solicitadas várias chapas sinalizadoras a serem afixadas na Estação de Comboios, no Largo do Município e em Santa Cruz. Para a necessária autorização contacta-se a Câmara Municipal da Covilhã, que defere o pedido. A empresa envia um dos seus funcionários cerca de um mês depois, com o objectivo de inquirir sobre os trabalhos de sinalização e materiais necessários.

Ainda em 1931 o Clube dos Serviços dos Correios e Telégrafos do Distrito de Castelo Branco lembra à C.I.C. a urgência de se proceder à colocação de letreiros com a

¹⁴⁰ Acta de 27/01/1932

numeração e designação das ruas onde tal não existisse. A C.I.C. prontifica-se a officiar a Câmara Municipal sobre esse assunto.

De forma a facilitar a orientação dos visitantes à cidade e à região, chama-se a atenção da Câmara, em Março de 1933, para a necessidade de se levar a cabo outros melhoramentos, como a afixação de um quadro luminoso que indicasse a entrada da Covilhã e o caminho para a Serra, bem como a colocação de sinais em pontos estratégicos das ruas da cidade. Um ano e meio depois pedem-se orçamentos para a execução de umas placas a figurar nas entradas desse local e para outras com informações turísticas sobre a região.

Em Outubro de 1934 pede-se ao Director de Estradas do Distrito de Castelo Branco que autorize a colocação de duas placas de reclame, uma a norte e outra a sul da Covilhã. Queria com isto a C.I.C. informar os visitantes sobre o local onde estava instalada na cidade, caso necessitassem de algum esclarecimento sobre a região. Pede ainda à Câmara Municipal a isenção da sua taxa anual, o que foi aceite por esse organismo¹⁴¹.

O Raio, ao longo de muitos dos seus números, chamou a atenção para os problemas que afectavam a cidade e a região, criticando corrosivamente as prioridades da Comissão de Iniciativa quanto às obras que ia levando a cabo na sua área de jurisdição. Passados que estavam já dois anos desde que fora criada, advertia o jornal mais uma vez para o atraso a que estava votada a Covilhã e áreas circundantes, atacando ferozmente uma entrevista do Tesoureiro da C.I.C. ao *Diário da Manhã* e a forma como estava a ser aplicado o pouco dinheiro existente¹⁴²:

O tesoureiro da Comissão de Iniciativa e Turismo, Joaquim Gonçalves de Carvalho, vê-se algo atrapalhado com a situação ?lei que a obrigava a entregar ao Estado, para fundo do CNT, vinte por cento das receitas brutas ?. Apela para o jornal , e como este desconhecia os meandros do “sarilho”, publicou a entrevista que é um amontoado de inexactidões “sérias” (...).

Que obras fizeram em 1930-31? A *única* obra da Comissão de Turismo, até hoje, é a estrada incompleta das Penhas da Saúde para a Nave; e esta começada no verão passado, depois da nossa campanha contra as chuchadeiras de Unhais e a favor da Serra. (...)

Não sabemos se o entrevistado se quer referir às *obras* no piano e no barracão do sr. Alexandre Calheiros, de Unhais, que finge de Casino, ou nas *obras* do Parque Florestal, abandonadas em certa altura.

¹⁴¹ Acta de 31/10/1934, onde se lê que o custo dessas placas foi de 500\$00.

¹⁴² A propósito do *Diário da Manhã*, lembre-se que esse jornal era um órgão da União Nacional, partido único criado em

Serão *obras* os *bailaricos* com *papillons* pagos... para entreterem meia duzia de meninas?
Serão *obras* os almoços na Serra? Desde as primeiras ilegalidades (...) que tocámos a rebate.
Toda a Covilhã pode testemunhar o que afirmamos.

O Raio, 31/07/1932

Uma das áreas sobre a qual a imprensa quase não se pronunciou foi a que respeitava aos terrenos existentes na Serra, também estes objecto de preocupação da C.I.C.. Desta feita, em Abril de 1932 surge a primeira referência ao assunto, quando um particular, Artur de Moura Quintela, evidencia a vontade em ceder à C.I.C. todos os direitos detidos sobre uns lotes de terreno com cerca de 200 hectares que possuía na Nave da Areia. Após analisar os documentos justificativos da sua posse, aceitam-se os mesmos provisoriamente, visto essa cedência carecer da autorização do Ministério do Interior ou do Conselho Nacional de Turismo. Enquanto aguardava pelo despacho — que seria publicado pouco depois em Diário da República —, a Comissão da Covilhã delibera reservar a Artur Quintela o direito a 10% sobre o rendimento que se pudesse auferir desses terrenos, quer por venda, quer por troca, aluguer ou cedência por título oneroso. Concede-se-lhe ainda uma passagem gratuita, para si ou familiares, nas carreiras regulares de camioneta entre a Covilhã e as Penhas da Saúde quando subsidiadas ou estabelecidas pela C.I.C..

A posse de alguns terrenos pertencentes à Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas foi algo também ambicionado pela Comissão, já que em Junho de 1933 sabemos ter sido indeferido por essa entidade um pedido que a C.I.C. terá feito anteriormente sobre a cedência de um terreno anexo à Regência Florestal, numa área aproximada de 3000m². Também em Setembro a Comissão de Iniciativa escreveria ao Presidente do C.N.T. pedindo-lhe que intercedesse junto das entidades competentes para que fosse concedida uma certa área de terreno na zona das Penhas da Saúde (não se adiantando quaisquer outros pormenores), procedendo-se posteriormente à sua urbanização e exploração de águas para abastecimento público e particular. Ainda nesse mês solicita-se ao Chefe da Divisão dos Baldios Incultos a elaboração de uma planta dos baldios incultos na área das Penhas da Saúde, Nave da Areia e Piornos com o objectivo de lhe serem depois concedidos, já que a C.I.C. considerava situarem-se na sua área de jurisdição. Para que fosse obtido o aval dessa Divisão, expõe-se a situação ao C.N.T. e espera-se pelos seus

bons ofícios junto do organismo.

O interesse pelos baldios vinha do ano antecedente, quando em Outubro se convidara o Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia do Carvalho a deslocar-se à Covilhã a fim de trocar algumas impressões com a Comissão acerca de alguns baldios na Serra e das dúvidas à volta dos mesmos. Sobre isto nada mais foi redigido até Agosto de 1933, momento em que se aponta o nome de Hermínio Vaz como o responsável por estar a levar a cabo uma exploração de águas nos terrenos baldios pertencentes à freguesia de Aldeia do Carvalho, para a qual não tinha sido autorizado nem por esse órgão nem pela Câmara Municipal da Covilhã. Não obstante, procura-se uma solução amigável que pusesse termo a essa situação irregular, pedindo-se a sua comparência na sede da Comissão.

Desta vez dirigido ao Ministro da Agricultura, há novamente em Junho de 1934 um pedido de concessão dos terrenos baldios compreendidos entre as Penhas da Saúde e o Alto da Nave de Santo António, numa extensão aproximada de 600 hectares, alegando-se a necessidade dos seus melhoramentos para fins turísticos. Poucas semanas depois recebe-se um ofício do Director Geral da Acção Social Agrária (Divisão dos Baldios, Incultos e Colonização), onde se comunica o envio de cópias dos ofícios da Comissão à Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas a fim de que esta se pronunciasse sobre o assunto. Por não ver resolvida a questão com a brevidade desejada, no ano seguinte chama-se a atenção do Ministro da Agricultura para a questão dos baldios incultos, por forma a que o Estado os tomasse à sua responsabilidade, dotando-os dos meios indispensáveis ao seu desenvolvimento turístico e reservando à Comissão uma parcela desses terrenos.

Após nova exposição ao Director Geral dos Serviços Florestais a 5 de Fevereiro de 1936, chegava finalmente em Junho desse ano a sua resposta que, adiando mais uma vez as pretensões da C.I.C., lhe comunicava não poder dar solução ao pretendido, em virtude de esses terrenos não estarem submetidos ao Regime Florestal.

Para tratar de outros assuntos teve igualmente de se contactar essa Direcção Geral, nomeadamente para se realizarem algumas obras dentro do perímetro florestal da cidade, para a construção de um parque e para a arborização de certas áreas da Serra. Embora as referências em acta não abundem, elas estendem-se por praticamente todo o período em que a Comissão de Iniciativa esteve em funções.

No ano de 1930, mais precisamente nos meses de Julho e Agosto, surgem duas menções em acta às obras que se pretendiam efectuar, sendo elas o aproveitamento de

alguns pequenos recintos para campos de desportos e a construção de um lago, obras estas que careciam da autorização dos Serviços Florestais. De entre todos os projectos, somente a construção de um campo de ténis seria aprovado um ano depois por uma instância superior, o Ministério do Comércio, ficando por conta da C.I.C. todas as despesas a fazer. Também em 1931 se contactam Jacinto de Matos e Companhia Hortícola-Agrícola Portuense, Lda. para a possível deslocação de um arquitecto paisagista à Covilhã, que se encarregaria de elaborar a planta de um parque a construir na cidade, cujo desfecho não consta dos documentos em que este trabalho se baseia. Relativamente a essa Companhia sabemos apenas que, em Abril de 1932, se pede a sua opinião sobre a árvore mais aconselhável para uma altitude entre 1000 e 1600 metros, cuja resposta deveria incluir ainda os períodos de plantação de cada uma das espécies. Em posse dessa informação, contacta-se em Setembro o Director Geral dos Serviços Florestais para que fornecesse as espécies florestais próprias para uma altitude de 1550 metros, dado que se pretendiam arborizar as margens do lago na Nave da Areia. Este pedido é reiterado dois anos depois, desta vez para se proceder à arborização de uma certa área de terreno também na Nave da Areia, bem como das vertentes de uma bacia de recepção de águas existente nesse local. Pede-se ainda autorização para ser criado um viveiro num qualquer talhão disponível da Regência Florestal. Sobre isto sabemos somente terem sido concedidas gratuitamente 250 árvores¹⁴³.

A preocupação da C.I.C. com os espaços verdes levá-la-ia a contactar o Comandante da Polícia e Administrador do Concelho por ter sido denunciado que Aires Litério dos Reis, morador nas Penhas da Saúde, fora o autor do corte de várias árvores nas margens da estrada das Penhas da Saúde ao Alto da Nave de Santo António, mandadas plantar pela Comissão. Esta deliberação data de 1935 e foi a última que se registou em acta sobre o assunto.

Referiremos ainda as encomendas feitas pela Comissão de Iniciativa às mais diversas entidades, sendo elas alguns estudos sobre a região aos mais diferentes níveis, plantas e mapas topográficos e materiais diversos para os locais mais altos da Serra. Por último, abordar-se-ão os pedidos da C.I.C., os quais visavam melhorar o turismo que já então se praticava na região serrana, prendendo-se eles com o fornecimento de água e luz, com os pastores da Serra, com a existência de elementos considerados menos apropriados à

¹⁴³ Acta de 31/10/1934

entrada da cidade e com o alargamento da sua área de jurisdição.

Pouco tempo após o seu início, em Novembro de 1929, a C.I.C. convida o engenheiro de minas Samuel Schwarz, residente nas minas do Colmeal (Belmonte), a visitar a Serra da Estrela com o objectivo de definir as principais necessidades da região. O engenheiro agradece o convite e diz-se há muito amigo da Serra, adiantando que estava a levar a cabo um projecto sobre o aproveitamento da força hidráulica do Alto Zêzere junto com o melhoramento das Caldas de Manteigas¹⁴⁴.

Já no mês de Julho de 1933 solicita a influência do Conselho Nacional de Turismo junto do Ministério das Obras Públicas e Comunicações com o intuito de conseguir a ida à Covilhã do urbanista francês Alfredo Agache que, a expensas do Estado, procedia então aos estudos de urbanização da Costa do Sol. Pretendia-se com este pedido que as Penhas da Saúde fossem alvo da mesma atenção por parte dos dirigentes portugueses. No ano que se seguiu foi proposto pelo Administrador-Delegado da Comissão que, caso todos os membros estivessem de acordo (o que se verificou), Cassiano Viriato Branco deslocar-se-ia à Serra para a elaboração de um estudo com vista ao aproveitamento turístico da região. É então sublinhado que esse arquitecto era o autor do projecto urbanístico da Costa da Caparica e que aceitara já o convite que lhe fora dirigido, sendo-lhe unicamente pagas as deslocações e hospedagem. Não há, infelizmente, qualquer menção em acta sobre o desenrolar das situações descritas, não se sabendo, por isso, se as visitas se efectuaram e o desfecho das mesmas. Contudo, podemos inferir que, se essas visitas se tivessem efectuado, estariam registadas nas actas, o que não acontece.

Pelo exposto, verificamos que não faltavam convites para que determinadas figuras (urbanistas, arquitectos, engenheiros, entre outros) se deslocassem à Covilhã para estudos diversos; faltava, sim, que essas propostas da Comissão, embrenhadas de vontade e de espírito de iniciativa, fossem aceites, o que frequentemente não acontecia. Esta recusa espelha a falta de interesse pela região, quer por parte dos órgãos centrais — que não apoiavam essas viagens —, quer dos próprios convidados —, que não demonstravam qualquer esforço em atender os pedidos da entidade.

O levantamento de uma planta topográfica da região da Serra terá sido solicitado ao engenheiro Henrique A. Gomes antes de 29 de Agosto de 1934, já que nesse dia é lida uma

¹⁴⁴ Samuel Schwarz, engenheiro de minas, nasceu na Polónia em 1880, vindo para Portugal em finais do século e adquirindo posteriormente a nacionalidade portuguesa. Foi encarregado pelo Governo da nova República de estudar os recursos mineiros do Nordeste do País. (Samuel Schwarz, *Os cristãos novos em Portugal no século XX*, contracapa do

carta por si enviada, na qual informava a C.I.C. do custo e condições para a realização desse trabalho. Sabemos que lhe foram pagos 500\$00 em Novembro de 1935 e que ainda nesse mês se solicitou ao Ministro das Obras Públicas a assistência técnica necessária para se proceder ao levantamento de uma planta e consequente urbanização da região das Penhas da Saúde. Justifica-se o pedido com o Decreto 24:802, de 21 de Dezembro de 1934 (Decreto dessa tutela sobre as disposições legais para a elaboração de plantas topográficas e concursos para zonas a urbanizar), pedido este reiterado no mês de Novembro, comprometendo-se a Comissão a responder pelos encargos fixados no Decreto.

Quanto aos materiais encomendados pela Comissão de Iniciativa para melhorar as zonas serranas de maior altitude, lemos que, em Agosto de 1932, se requer à Esmaltagem Portuense o envio de copos, pratos e canecas — cuja quantidade não consta em acta — para serem utilizados em excursões que futuramente se organizassem. Já em 1934 adquire-se uma barraca de lona e dois guarda-sóis para o Lago Viriato, pela importância de 1.010\$00.

Se bem que não se insira nas encomendas efectuadas pela C.I.C., será oportuno deixar aqui mencionado que em Novembro de 1933 chega um ofício da Direcção Geral do Ministério das Finanças e do Administrador Geral da Casa de Bragança, em que se comunica estarem às ordens da C.I.C. os mármore de uma capela outrora pertencente à família real, não se adiantando, porém, a capela em causa nem o motivo de tal oferta.

No que concerne aos pedidos diversos feitos pela C.I.C., sabe-se que o primeiro data de Fevereiro de 1930, quando se oficia à Comissão Administrativa Municipal da Covilhã, pedindo-se água e luz para a sua sede, situada no antigo armazém de lanifícios de João Carapito Donas. Este organismo responde não poder atender o pedido, não só porque as finanças municipais não o permitiam, mas também por já ter terminado o fornecimento gratuito de energia eléctrica a todas as repartições públicas da cidade. Um ano depois recebe-se um ofício dos Serviços Municipalizados acerca do pagamento de energia de uma tabuleta de anúncio da C.I.C., referindo ele que a Comissão Administrativa afirmara não tomar qualquer encargo para a sua manutenção, conforme a Comissão de Iniciativa informara¹⁴⁵.

Preocupada com o aspecto degradado de algumas partes da Serra, escreve-se ao

facsimile da ed. original de 1925, imp. 1993).

¹⁴⁵ A respeito da tabuleta luminosa, sabemos que a C.I.C., preocupada com os bens que ia conseguindo adquirir, sentiu a necessidade de assegurar essa tabuleta na *British Insurance Company, Lda.* contra o risco de quebra e incêndio.

Administrador do Concelho, no Verão de 1931, pedindo-lhe que resolvesse os estragos causados pelos pastores num mirante no lugar de Bouça, freguesia das Cortes. Um ano depois contacta-se a Câmara Municipal para que tomasse as providências necessárias relativas a um curral de porcos existente à saída da Estação e perto do Posto Fiscal Camarário, considerado “uma vergonha a quem se dirige à Covilhã”¹⁴⁶. Em Abril de 1933 recorre-se mais uma vez ao Administrador para que ordenasse a saída de um acampamento cigano que se encontrava acampado na Palmatória, “mesmo às portas da cidade, para local mais recatado, visto o facto tornar-se reparado por turistas que visitam a Covilhã.”¹⁴⁷.

Refere-se, por fim, que no Outono de 1934 chega à sede da Comissão uma circular da Repartição de Jogos e Turismo, pedindo à C.I.C. que indicasse a área superintendida e, no caso de reconhecer a necessidade da sua alteração, informar aquele organismo. Aproveita-se então a oportunidade para se dizer que para tornar mais profícua a sua acção era necessário alargar a sua área de jurisdição, sobretudo na região compreendida pela Nave de Santo António, Espinhaço de Cão, Cântaros-Lagoas e zona da Torre, local onde terminavam os limites dos concelhos da Covilhã, Manteigas, Gouveia e Seia. Justifica-se este pedido em virtude de ser pela Covilhã que o turista estava mais próximo dos pontos principais da Serra e onde se encontravam as condições regulares de acesso, meios de transporte e outras facilidades e comodidades que mais nenhum outro podia proporcionar. Também a este respeito nada se registou por escrito no período de funcionamento da Comissão.

Sobre a obra da C.I.C. relativamente ao assuntos descritos ao longo deste capítulo de “Obras e Melhoramentos”, leiam-se duas peças jornalísticas então redigidas, uma no jornal *A Covilhã*, em 1935, e outra n' *O Raio*, em 1936. O primeiro texto manifesta clara simpatia pela acção da C.I.C., embora não deixe de alertar para algumas situações que poderiam ocorrer futuramente, caso não se trilhasse por uma acção concertada e empenhada de então em diante:

E' já do conhecimento publico que a Comissão de Iniciativa da Covilhã não dorme. Não é falta de que haja de ser acusada. O contrario, talvez fosse de admitir, uma vez que já a alcunharam, á pressão de injustificados ciumes, de querer fazer tudo, ou tratar de tudo, de meter a foice em

Assegurou ainda o mobiliário e a máquina de escrever por 2.000\$00 e 6.000\$00, respectivamente, em Maio de 1931.
¹⁴⁶ Acta de 25/05/1932

ceara alheia, e de ser menos prudente nas suas intervenções (...).

Porém, como todas estas coisas teem que ser tomadas em desconto dos pecados de cada um dos seus membros, sucede que a sua actividade continua a manifestar-se atravez dos obstaculos que, baldadamente, lhe cavam no caminho, e a sua boa vontade e os desejos de acertar vão deitando por terra todos os castelos de ilusões dos que a veem com maus olhos e a suportam de má mente.

E' muito vasto o campo em que tem de desenvolver-se, na nossa região, a acção de caracter turístico. A Serra da Estrela, como é óbvio, impõe-se como centro de atracção; é, por assim dizer, o eixo de todo o movimento, a parede mestra desse grande edificio que os vindouros bendirão e por certo completarão.

E reparemos num ponto importante:—por causa da nossa formosa montanha e á sombra da obra de turismo que nos propuzemos realizar, estão já outras terras, mais ou menos vizinhas, a querer desenvolver-se, por meio de magnificos arranjos citadinos, alguns de consideravel valor. (...) Por isso, e pelo mais que se inferirá, torna-se mister acelerar a marcha para a obtenção do que carecemos, antes que outros abram as azas dos seus designios e nos empalmem parte das vantagens conquistadas, e a que nos dá pleno direito a situação da nossa area montanhosa.

Estas considerações não são de geração espontanea. Tão pouco representam um pesadêlo.

São os factos que nos obrigam a apontal-as ?sic?, á laia de aviso, e é deles que provém as grandes lições da experiencia. Mal irá àquele que taparem os ouvidos e voltarem a cara ás realidades, porque, apanhados de surpresa, correm o risco de ser colhidos pelas rodas do progresso, e sacudidos depois, a distancia.

Ora, justamente, porque a Comissão de Iniciativa da Covilhã tem estado sempre “em guarda” — Sentinela álerta — Alerta está! — é que ainda não foi colhida — nem sacudida.

A Covilhã, 23/05/1935

O Raio, por sua vez, reiterando todo o discurso feito até então a respeito do trabalho da C.I.C., que tanto criticara, informa que o Ministério do Interior encarregara o Delegado do Procurador da República na comarca de proceder a uma sindicância aos actos da C.I.C., escrevendo o seguinte:

Foram já publicados os editais chamando a depôr aqueles que tenham conhecimento de factos supostamente graves — no Tribunal Judicial que é onde o sindicante se instalou.

Durante longo tempo, este jornal, como consta da sua colecção, apontou aos homens da Comissão de Iniciativa e Turismo a necessidade de fazerem uma obra de utilidade para se demonstrar que os fundos cobrados correspondem, na realidade, ao objectivo de se considerar a Covilhã como uma zona de turismo.

¹⁴⁷ Acta de 26/04/1933

Foram muitos os casos em que interviémos. Não vale a pena fazer uma rememoração. E o que encontrámos? Fomos sempre agravados pela Comissão de Iniciativa e Turismo e nomeadamente pelo seu tesoureiro, sr. Joaquim Gonçalves de Carvalho, que, em todos os casos, se apresentava com petulancia ridícula dando a entender que nenhuma entidade o forçaria a modificar.

Não fomos depôr á sindicância. Oferecemos, porém, ao ilustre magistrado que a está presidindo a colecção do nosso jornal para nela verificar que é tempo de sermos ouvidos.

O Raio, 28/06/1936

Ainda em relação à aplicação dos fundos a obras e melhoramentos, foi reconhecida por outros a atmosfera “feita de circunstancias hostis” das Comissões. A sua crítica baseava-se no facto de que algumas das intervenções nessa área dispersavam a sua verdadeira função e os seus fundos, cabendo elas, além disso, não a essas entidades mas às Câmaras Municipais:

O erro endémico das Comissões de Iniciativa tem sido, entretanto, encaminhar os seus fundos e a sua acção para obras de perfeita indole municipal.

Os jardins, os candieiros [sic] da moda, os chamados parques, as duvidosas “pérgolas” dentro das povoações, o desejo de arrebicar, as “coisinhas”, enfim, têm absorvido dinheiros que pertenciam de direito ao *turismo, á acção receptiva, isto é, á melhoria, ao fomento e vigilância do transporte, do alojamento, da policia, dos costumes e educação publica, da cultura e tradição, do pitoresco inteligente e* — depois, e não antes, de tudo isto assegurado num mínimo decente — *ao plano atractivo, á propaganda, á publicidade...* (...)

Por isso mesmo esta deslocação de funções é bem definitiva de quanto, por esse país — mais aqui, mais ali — quasi todas as Comissões, levadas por compreensivel mas mal entendido amor local, se têm desviado do seu “papel receptivo”, único que lhes compete.

Vamos nós indo ao encontro do argumento fatal: *mas fazer jardins não será fazer turismo?*

E’; e ainda melhor do que isso, *canalizar aguas, provêr aos esgotos, iluminar, montar a limpeza pública, organizar a vida local, etc., tudo isto e muito mais, é “fazer turismo”, ou concorrer para êle, se se está num país desequipado [sic] como o nosso.*

Simplesmente há aqui um equívoco: *isso não cabe ás Comissões de Iniciativa, mas aos organismos municipais!*

Carlos Manitto Torres, “Organização do turismo em Portugal” (tese apresentada ao “I Congresso Nacional de Turismo”, realizado em Lisboa em Janeiro de 1936)

Apesar das opiniões que, como a descrita, defendiam o papel dos municípios

relativamente a esse tipo de obras e melhoramentos, podemos concluir que o trabalho encetado pela Comissão de Iniciativa da Covilhã nesse campo de intervenção foi bastante abrangente, demonstrando, em certas áreas, muita dedicação e apreço pela cidade e pela Serra. Não nos esqueçamos ainda de que, se por vezes pecavam pela lentidão na resolução dos problemas, era porque a sua região estava longe do motor político central e, portanto, da esfera de influências a que por vezes se poderia ter recorrido com maior insistência. De muitas destas influências tirou a C.I.C. algum partido, principalmente no que respeitou à construção e melhoramento de estradas, tendo sido esta a área que absorveu mais tempo e as verbas mais avultadas, como ficou demonstrado no capítulo “Receitas e Despesas”. Apesar disso, nem sempre o empenho demonstrado se revelou suficiente para que os objectivos delineados fossem em todos os casos plenamente alcançados, tendo sido disso exemplo a estrada das Pedras Lavradas. Não obstante, muitas outras estradas — embora de menor dimensão e importância — foram efectivamente concluídas, o que foi ao encontro de uma das pretensões da Comissão, ou seja, os acessos à Serra da Estrela.

A C.I.C. partiu claramente do princípio que as acessibilidades e demais sistemas de comunicação eram um meio muito poderoso para dinamizar e valorizar a sua região. Em consequência, quanto melhor fosse a rede de comunicações, fossem elas estradas, telefones ou outros, e a sua efectiva distribuição no espaço, maiores e melhores seriam os resultados para o ordenamento e desenvolvimento económico e social da região, em constante evolução. Na sua óptica, as alterações a implantar originariam um processo cíclico e interactivo, afectando positivamente a mobilidade de pessoas e bens e tendo grande impacto em diversos sectores, de entre os quais a estrutura económica e, obviamente, o turismo.

CAPÍTULO 8 — PROPAGANDA E DIVULGAÇÃO

Ao analisarmos as fontes de investigação do presente estudo depressa constatamos o lugar primordial da publicidade no trabalho levado a cabo pelas Comissões de Iniciativa espalhadas um pouco por todo o país. Encarando essa necessidade como uma das inúmeras tarefas a realizar, também a Comissão de Iniciativa da Covilhã lançou mão de uma série de propostas publicitárias que se lhe depararam e raramente desprezou as generosas ofertas propagandísticas que por simpatia e apreço iam chegando.

Antes de atentarmos nas acções de publicidade, de divulgação e de propaganda patrocinadas pela C.I.C. será importante recuarmos um pouco no tempo e debruçarmo-nos sobre o que nos jornais se escrevia no período que antecede a criação desta Comissão no que respeita ao turismo, em geral, e ao turismo no concelho da Covilhã, em particular.

Dois anos antes de decretada esta entidade, já o jornal *Notícias da Covilhã* dava conta da necessidade imperiosa — num tom deveras crítico se tivermos em linha de conta não ser esse o tipo de discurso por si geralmente adoptado — de combater o desprezo a que estava votado “tudo o que não seja Terreiro do Paço...”, questionando, a propósito de ter sido posto a circular “por todo o mundo, publicações completas de propaganda das belezas de Itália”: “E entre nós? Quando se avaliará a serio a importancia do turismo?”¹⁴⁸. Alerta também este jornal, em 1928, para a necessidade de se conjugarem esforços em prol de uma “força única”, central e local, que lutasse contra a indiferença dos próprios covilhanenses a favor da “Rainha das Serras de Portugal”¹⁴⁹. Oferece pois as suas páginas para a publicidade e propaganda a esta área, o que de facto já se ia fazendo, embora algo descontinuamente e alvo de fraco investimento. Porém, vemos de quando em quando atitudes que demonstram a visão mais ampla de alguns indivíduos da época que começavam a encarar a imprensa não só como uma fonte de informação, mas também como um verdadeiro canal de comunicação de massas, ou seja, o local propício para a divulgação dos seus negócios turísticos. Essas atitudes, embora avulsas, não devem deixar de se referir:

¹⁴⁸ “Turismo... no estrangeiro”, *Notícias da Covilhã*, 15/05/1927

Caldas de Manteigas
Serra da Estrela
As de maior altitude de Portugal

Abriram estas afamadas Termas, assim como o Hotel da Empreza, tendo os seus proprietários contratado pessoal devidamente habilitado, garantindo por isso um serviço esmerado. Dirigir a Paraizos e C^a.

Notícias da Covilhã, 19/08/1923

Manteigas
Serra da Estrela
Cazas

Magnificas, mobiladas, alugam-se.
Informam Monteiro e Leandro
Covilhã

Notícias da Covilhã, 13/06/1926

O Raio, semanário que, em local privilegiado da capa (canto superior direito), aclamava ser “Pela PÁTRIA! Pela REPUBLICA! Pela JUSTIÇA!”, raramente se afastando da sua ironia assaz corrosiva, demonstrava estar também ciente da importância vital do desenvolvimento concertado do turismo da região muito tempo antes da entrada em funções da C.I.C.. Cerca de seis anos antes publica um precioso artigo que propunha já então o turismo como um dos caminhos a seguir para a salvação das finanças públicas. Leia-se o interessantíssimo excerto de um artigo publicado em 1923 sob o título “Turismo”:

Eis o problema, á volta do qual os nossos homens do governo deviam esquecer odios e paixões politicas e nele concentrar toda a sua fé e ardor patriotico, para o ressurgimento da Nação.O estado financeiro do Tesouro Publico é o principal factor da nossa situação aflitiva. Pois bem, porque não procuram os nossos Governos criar fontes de receita? (...) E onde ir buscar esse ouro? Aos nossos recursos. E quais são os nossos recursos? Ha tantos, que seria demasiado moroso enumerá-los. Um, por exemplo, de capital importancia: Turismo.

“Turismo”, 1.^a parte, *O Raio*, 22/07/1923

¹⁴⁹ “Nota da Semana”, op. cit., 22/07/1928

Concluindo o artigo no número seguinte, remata:

“Depois de concluídas as necessárias obras na cidade, alojamento e vias de comunicação, ou seja? Desenvolvido o turismo, posto que a Camara se não quizesse interessar e incomodar com o embelesamento e modernização da cidade, a evolução far-se-ia por si, embora um tanto mais lenta e moderada. (...) Olhem bem, senhores vereadores, senhores deputados, no futuro da Patria que é de todos nós.

“Turismo”, 2ª parte, *O Raio*, 05/08/1923

Antes da criação da Comissão de Iniciativa da Covilhã, era esta a principal imprensa a levar a lume as notícias sobre a região e sua indústria turística que, embora incipiente, tentava já desabrochar para um novo rumo.

Uma vez estabelecida, ambos os jornais felicitam a nova associação e afirmam crer no turismo como a salvação da região, agora que os lanifícios estavam praticamente condenados à extinção¹⁵⁰. O *Notícias da Covilhã* chega mesmo a classificar a cidade como a “que melhores condições apresenta para o desenvolvimento do turismo” e o recém-criado organismo como “indispensável para o progresso da cidade que (...) muito pode fazer em prol da Covilhã.”¹⁵¹. Note-se que, apesar de criada, não estava ainda esta Comissão aberta ao público, pois só passado um ano damos conta desse facto no jornal atrás citado¹⁵². Segundo relata, a C.I.C. é um organismo que “procura elevar a nossa cidade (...) para depois poder encetar uma propaganda intensa em favor das nossas belezas, que muitas temos ainda.”.

Quer o *Notícias da Covilhã* quer *O Raio*, no que respeita à imprensa local, quer muitos outros de diferente tiragem mostraram pungente fervor na causa propagandística da região ao longo da efémera vida da C.I.C.: “Não descansemos nesta cruzada de propaganda da nossa encantadora Serra da Estrela, lançando mão de todos os meios que tenhamos ao nosso alcance.”, exortava-se, em Agosto de 1930¹⁵³. Todos quiseram intervir nessa batalha sem que isso significasse obrigatoriamente contrapartidas ao nível financeiro. A título de exemplo, sabemos que o então famoso jornal *O Século*, através do seu director, João Pereira da Rosa, contribuiu também para que se desse a conhecer a zona turística,

¹⁵⁰ *Notícias da Covilhã*, 12/05/1929; *O Raio*, 19/05/1929

¹⁵¹ “Comissão de Iniciativa”, *Notícias da Covilhã*, 12/05/1929

¹⁵² “Comissão de Iniciativa e Turismo”, op. cit., 10/08/1930

¹⁵³ *Notícias da Covilhã*, 17/08/1930

oferecendo as colunas do diário para a sua promoção, o que foi de imediato aceite pela C.I.C., enviando-se prontamente diversa correspondência e fotografias de propaganda às excursões de Inverno e desportos na neve.

Os artigos publicados em toda a imprensa, verdadeiros panfletos de exaltação à Serra da Estrela, serviam de montra pública de divulgação da região em qualquer altura do ano, adquirindo, como tal, uma verdadeira e profunda função social. E este respeito é de mencionar os doze artigos publicados entre 24 de Agosto e 23 de Novembro de 1930 no *Notícias da Covilhã* que, pretendendo ser cada um deles um capítulo de uma longa e exhaustiva descrição dos recantos da Serra, formam um todo subordinado ao título “Atravez a ?sic? Serra da Estrela”. Com o mesmo objectivo, aliado ainda ao do louvor à C.I.C., escreveu Joaquim G. de Carvalho, em 1935, uns quantos artigos no *Semana das Beiras*, cujo título era “A Serra da Estrela no Turismo Nacional”. Durante todo o período de 1929 a 1936 bastantes foram também os artigos publicados a aclamar os encantos da Serra, textos esses não apenas redigidos pelos próprios redactores dos jornais, mas também pelos seus leitores, como é o caso que se segue:

Serra da Estrela

Serra da Estrela! Serra Majestosa!
Serra da Estrela! Serra sem igual!
Serra soberba, ativa e orgulhosa,
Muralha de granito colossal!

Serra tão linda, serra tão formosa!
Serra maior do nosso Portugal.
Coluna imorredoura e poderosa,
Monstro gigante forte e triunfal!

A serra é um encanto, alguém me disse!
E eu não acreditava, se não visse
Aquela maravilha natural!

E a serra, assim, tão cheia de beleza,
Obra de Deus, primor da natureza,
E' bem um monumento nacional!

J. S. Seca Junior

Notícias da Covilhã, 17/08/1930

A utilização de textos descritivos e de rasgados elogios à montanha eram prática corrente não só nesta região portuguesa como ainda noutros espaços geográficos, textos esses onde, tal como refere Virgínia Henriques Calado, “é possível notar alguma recorrência ao nível das descrições”¹⁵⁴.

A C.I.C. estava porém consciente de que esses artigos não eram suficientes para prosseguir a grande tarefa de que tinha sido incumbida e que, portanto, era vital mandar publicitar a região sempre que achasse conveniente, através de fotografias ou desenhos por si escolhidos e por textos da sua autoria. Decisivo para dar início a esse empreendimento foram certamente as importantes remessas de material propagandístico, recebidas com natural euforia pelos membros da Comissão. Esse material de propaganda turística veio da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (que ofereceu um *Guia Oficial dos Caminhos de Ferro* em 1931), da primeira agência de viagens do mundo, a Thomas Cook & Son (que enviou *La Revista de Viajes*, por si editada), do Clube Internacional de Trocas (que cedeu o primeiro número da sua revista, solicitando, numa verdadeira política de intercâmbio, o envio de material sobre a região para constar do seu arquivo), mas sobretudo da Suíça — do Office National Suisse de Tourisme (que contribuiu com monografias, mapas turísticos deste país, entre outros).

Os contactos entre a C.I.C. e este último, realce-se, eram frequentes, já que a Suíça era um país com larga tradição no turismo. No início do século, a sua indústria turística desse país baseava-se então em três modelos de turismo: “first, genteel tourism in the grand hotels to be found along the shores of lakes like Geneva and Thun, for example the resorts of Montreux and Interlaken; second, mountaineering centred in Alpine valley resorts like Grindelwald and Zermatt at the foot of the picturesque peaks of the Eiger and Matterhorn, respectively; and third, health-based tourism centred in resorts like Leys in and Davos which were normally placed on sunny Alpine terraces above the foggy lowlands.”¹⁵⁵. Na ânsia de levar cada vez mais turistas à Serra da Estrela, baseou-se a Comissão no segundo modelo citado, tentando copiar o que na Suíça melhor se fazia relativamente a esse tipo de turismo. Já desde o início do séc. XX que se entendia que a Serra estava a ser desaproveitada, não se retirando todos os benefícios que ela proporcionava: “Se a Serra da Estrela pertencesse á Suissa (...), brotaria d’aquelle monstro

¹⁵⁴ Virgínia Maria S. Henriques Calado, *Construção Social de um Espaço de Montanha: a Visão da Serra da Estrela de 1881 à Década de 30*, 1994, p. 117

¹⁵⁵ Andrew W. Gilg, “Switzerland: structural change within stability” in Allan M. Williams e Gareth Shaw, *Tourism and*

rios d'oiro, de gozo e de saude.”¹⁵⁶.

Acompanhando as remessas de material vinha frequentemente um grande número de pedidos de material propagandístico da Covilhã, de modo a fazer-se a sua divulgação tanto nacional como internacionalmente. Essas solicitações vinham das mais variadíssimas proveniências, a saber: Sociedade Propaganda de Portugal; Repartição de Jogos e Turismo; Automóvel Clube de Portugal; Delegação de Turismo da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses; Governador Civil do distrito; Liceus Carolina Michaëlis (Porto) e Nacional de Lisboa; Câmara Municipal da Covilhã; Companhia Italiana de Turismo; Conselho Nacional de Turismo; Touring Club de Portugal; Companhia Portuguesa de Caminhos de Ferro do Vale do Vouga; Centro Português de Turismo e Casa de Portugal em Londres¹⁵⁷. Muitos destes organismos e entidades públicas frisavam nos seus ofícios o facto desse material se destinar ao estrangeiro, de onde diariamente chegavam pedidos de informações para futuras visitas ao país.

Inicialmente argumentou a Comissão não possuir nenhum material, apesar de saber que a impressão de cartazes, folhetos, postais, etiquetas e pequenas brochuras era fulcral para dar a conhecer o seu território de acção. Por isso, e por forma a dar resposta a esse crescente número de pedidos e também a divulgar a região por sua própria iniciativa, decide a C.I.C. começar pelos cartazes, meio que se começava a utilizar de forma crescente: “É nos anos Vintes/ Trintas que encontramos entre nós o início da propaganda turística por meio de cartazes.”¹⁵⁸. Assim sendo, constata-se que a preocupação na execução desse meio de divulgação é anterior ao Secretariado de Propaganda Nacional (S.P.N.) que, criado em 1933¹⁵⁹, “é o reflexo do facto do Estado Novo ter tido uma clara

Economic Development-Western European Experiences, 1991, pp. 130-131

¹⁵⁶ Virgínia Maria S. Henriques Calado, *Construção Social de um Espaço de Montanha: a Visão da Serra da Estrela de 1881 à Década de 30*, 1994, p. 86, citando Duarte Rodrigues, *Aos Montes Hermínios, impressões de uma viagem de exploração desportiva na Serra da Estrela*, 1912

¹⁵⁷ A respeito das Casas de Portugal, cabe aqui referir que no Decreto-Lei n.º 39:475, de 21 de Dezembro de 1953, o qual estabelece o novo regimento dessas instituições, pode ler-se o seguinte: “É de antiga tradição existirem em países estrangeiros estabelecimentos portugueses destinados à representação e valorização de actividades nacionais. ?Note-se a importância desta informação para percebermos que a existência desses “estabelecimentos”, as Casas de Portugal, vinha de longa data.? Na sua feição actual têm estado tais organismos, com a designação de Casas de Portugal, sob a dependência do Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde se destinavam a secundar a actividade das missões diplomáticas e dos consulados no que respeita ao comércio e ao turismo. (...) existindo em Portugal, como órgão de serviço central especificamente destinado a fomentar e desenvolver os fins das Casas de Portugal, o Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, julgou proceder-se à revisão da legislação vigente (...). ?Seguem-se os termos por que se rege esse diploma.?”

¹⁵⁸ Rui Rocha in *300 Anos do Cartaz em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1975-76, p. 18

¹⁵⁹ Em 1944 esse organismo passaria a denominar-se Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (S.N.I.). Porém, há um facto de maior importância que deve ser mencionado: entre 1933 (ano da nova Constituição que consubstanciava o Estado Novo e do início do S.P.N.) e 1936 (último ano das Comissões de Iniciativa), nunca é mencionado o Secretariado de Propaganda Nacional nas actas da C.I.C., o que é deveras estranho se atendermos ao facto

percepção da importância política no quadro da legitimação e consolidação do regime.”¹⁶⁰ e de ser, portanto, nessa altura que se verifica um aumento significativo na produção de cartazes. O cartaz publicitário, tal como mais tarde o de propaganda política, “Pelas suas características técnicas (afixação pública, uso de diferentes grafismos, cores e tamanhos de letras (...)) e imagens como suportes de significação de uma leitura imediata”¹⁶¹, foi um meio a que a C.I.C., antevendo as suas potencialidades, recorreu com bastante frequência.

Assim, para o desenho a constar num cartaz foram convidados, em Outubro de 1930, dois artistas da cidade, que veriam os seus projectos expostos na sede da Comissão do dia 23 ao dia 31 desse mês. No entanto, a C.I.C. decide alargar o prazo do concurso para que todos os artistas nacionais pudessem igualmente apresentar as suas ideias, dado que o cartaz vencedor seria divulgado não apenas em Portugal mas também no estrangeiro. Delibera ainda sobre as dimensões do cartaz (1m x 0,65m) e prémios pecuniários (1.000\$00 e 500\$00 para os primeiro e segundo lugares, respectivamente). Com dois cartazes vencedores — “Serrano” e “Culminancia” —, os prémios seriam entregues em Dezembro a Eduardo Romero, entretanto alertado para a necessidade de alterar alguns aspectos no sentido de destacar a palavra “Portugal”.

Data da primeira sessão o conhecimento dos preços praticados por uma das várias oficinas gráficas existentes no país, a Litografia Nacional, do Porto. Porém, verificamos que foi somente na 17ª sessão, ou seja, logo após a divulgação do âmbito nacional do concurso de cartazes, que a C.I.C. recebeu mais informações sobre preços de impressão de cartazes bem como de uma monografia da cidade.

Em meados de Fevereiro de 1931, e depois de apreciados todos os orçamentos disponíveis, foi finalmente feita a primeira encomenda à Empresa do Bolhão, Lda., do Porto, que seria uma das mais solicitadas para, de ora em diante, fazer a impressão de material diverso, sobretudo cartazes (como os das Festas da Cidade, dos desportos de Inverno e os referentes à época de Verão) e alguns folhetos. Foram encomendados dois mil cartazes do primeiro prémio (com 1,10m x 0,70m, a 1\$44 cada exemplar) e outros dois mil do segundo (com 0,53m x 0,33m, a \$60 cada um), entregues dois meses depois.

Os cartazes encomendados afixaram-se pelo país e contaram desde logo com rasgados elogios do *Notícias da Covilhã*: “(...) Também a muitos não passou despercebido

de terem alguns objectivos comuns.

¹⁶⁰ Isabel Alarcão e Silva, “Modernidade e Tradição nos Cartazes de Propaganda Política do Estado Novo” in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, 1996, p. 705

o decidido e inteligente esforço dispendido pela Comissão de Iniciativa em prol da Serra (...) os cartazes de propaganda semeadas por todo o paiz o demonstram (...)”¹⁶². Três anos depois, fazendo uso do seu hábil e habitual sarcasmo, *O Raio* parodiaria desta maneira um desses cartazes e a própria Comissão:

Um Cartaz

A nossa impagável Comissão de Iniciativa (...) atirou agora para as paredes de alguns predios desta cidade e, certamente, do paiz, um cartaz que autentica, á maravilha, a desorientação que domina aquele corpo-morto que, há anos, por infelicidade, se instalou no comando do turismo local.

Decalcado sobre um motivo diferente daquele que era indispensavel réclamar, ficou deformado em todo o seu sentido.

A Serra da Estrela (...) ?é?apresentada como um lugar destinado a banhistas!... (...)

Não extranharemos se, no futuro, virmos as pessoas que se destinam á Serra, substituirem a sua indumentaria de lã forte e agasalhadora, por um levissimo maillot, proprio de qualquer praia. (...)

Esse cartaz immortaliza a nossa impagavel Comissão de Iniciativa.”

O Raio, 19/08/1934

A este cartaz está adjacente, de facto, a ainda pouca experiência, a desorganização inicial e o pouco amadurecimento das ideias da Comissão. Pretendia a C.I.C., com grande fervor, seguir o modelo de turismo de montanha da Suíça, bem como o turismo de sol e praia do Estoril — desta ambição resultou a junção de dois cenários contraditórios: o de uma nadadora em fato de banho a mergulhar num lago e as montanhas cobertas de neve como pano de fundo¹⁶³.

O Estoril, sublinhe-se, foi a primeira estância turística portuguesa criada de raiz, cujo projecto, de Fausto de Figueiredo, data de 1914. Essa então pequena povoação tinha já, de facto, a projecção internacional que mais nenhuma outra detinha, concorrendo para tal o

¹⁶¹ *Idem, Ibidem*

¹⁶² “As Festas da Cidade”, *Notícias da Covilhã*, 26/07/1931

¹⁶³ Ver anexo n.º 2- Cartaz “Ar e Sol”. Sabemos pelas actas que esse cartaz foi divulgado, pelo menos, em Viana do Castelo, a cuja Comissão de Iniciativa foram pagos 15\$00, e em Lisboa, pagando-se 53\$00 à Câmara Municipal pela sua afixação. Atente-se nas grandes diferenças existentes entre este cartaz e o do anexo n.º 3, “Serra da Estrela”, já que este último demonstra estar mais adequado ao espaço de Serra e, portanto, revelar uma maior experiência por parte dos membros da C.I.C.. Na obra *300 Anos do Cartaz em Portugal*, a ficha técnica do cartaz n.º 237 “Ar e Sol”, p. 115, indica a data de 1929 para a criação desse mesmo cartaz. Esta indicação não estará correcta dado que, pela leitura das actas da C.I.C., a primeira remessa de cartazes só surgiu em 1931.

facto de oferecer simultaneamente casino, termas e praia, aos quais não era alheio a luz e o clima ameno durante grande parte do ano. A juntar a isto, não distava da aprazível Serra de Sintra e da capital, a qual podia ser também visitada se se percorresse a nova linha ferroviária, onde deslizava, a partir de 1927, a composição eléctrica¹⁶⁴. Todo este cenário, devidamente adaptado ao seu contexto, era ambicionado pela Comissão de Iniciativa da Covilhã, que pretendia, assim, com o novo cartaz levar cada vez mais pessoas a visitar a sua zona turística onde, no Verão, havia também sol, calor e paisagens inesquecíveis, e, no Inverno, caía a neve necessária para a prática desportiva.

A encomenda desse tipo de material ocorreu não só no ano de 1931, mas também no de 1934. A acreditar nas actas deduz-se, portanto, que no período de 1931 a 1936 foram esses os únicos momentos em que se solicitou impressão de cartazes, apesar de se ter pedido um orçamento para 1000 a 2500 em Junho de 1932. Sabemos que em Julho de 1934 se encomendaram 1000 cartazes referentes à época de Verão à Empresa do Bolhão, Lda. (ao preço de 2\$95 cada), enviados no mês seguinte a todas as Comissões do país, entre outras entidades, e principais jornais de Lisboa e Porto. Em Agosto faz-se nova encomenda, já para a época de Inverno, mas não se especifica o número pedido (pagos somente em Maio de 1935, tendo custado 2.592\$00).

Além de cartazes, várias outras encomendas foram feitas: em 1931, a de 2500 libretos (a 1\$96 cada); em 1932, a de 4500 folhetos (a \$34 por unidade); em 1933, a de 5000 etiquetas gomadas (a 89\$00 o milheiro, cujo desenho tinha por principal motivo a Torre do alto da Serra), todas solicitadas à Litografia Nacional; também nesse ano se encomendaram cerca de 3000 postais à empresa Monteiro Guimarães Filho, Lda. (cujo preço foi o de 375\$00 o milheiro) e folhetos de propaganda turística à Litografia Nacional (não se referindo a quantidade). Só não encomendava a C.I.C. mais materiais porque, após tomar conhecimento do seu preço através de orçamentos, constatava não dispor da verba suficiente, acabando por desistir. Uma das formas que encontrou para fazer face a este problema foi o de renegociar os preços com as empresas e também o de pedir o adiamento dos pagamentos.

Relativamente aos serviços publicitários pagos pela C.I.C. às mais diferentes revistas e jornais, sabemos que eram geralmente os próprios títulos que escreviam a informar da

¹⁶⁴ Paulo Pina, *Portugal — O Turismo no Século XX*, 1998, pp. 35-37. A electrificação da linha foi de tal modo importante que daria origem a um topónimo social, a *Linha*, ainda hoje utilizado para designar a orla balnear entre Lisboa e Cascais.

sua disponibilidade para publicar tudo o que fosse por ela desejado, sendo essa uma das formas encontradas pela Comissão para difundir o que de melhor se podia encontrar na área da sua abrangência. Isto aconteceu sobretudo até 1933, mandando-se publicar diversos anúncios na imprensa, sobretudo de grande ou média tiragem, e após grande troca de correspondência relacionada com orçamentos. Esses anúncios figuraram na sua maioria nos jornais *O Seculo*, *Primeiro de Janeiro*, *Comércio do Porto* (cujos preços sabemos divergirem entre si¹⁶⁵), *Diário de Notícias* e *Distrito da Guarda* e nas revistas *O Volante* (que passa a ser assinada a partir de Agosto de 1930), *Empresa do Anuário Comercial e Guia Português de Hotéis e Turismo*. Sobre estas últimas publicações temos a indicação, por exemplo, de que as importâncias pagas foram, respectivamente, de 2.000\$00 (por quatro páginas, a serem pagos no ano económico de 1932/33) e de 100\$00 (por um anúncio de meia página).

Vejamos o texto que a C.I.C. redigiu para publicação:

Serra da Estrela (Penhas da Saúde) - Estancia de cura e repouso a 1600 metros de altitude -
Termas de Unhais da Serra - As únicas aguas medicinais para a cura do hymorroidal e estancia
de repouso e turismo - Esplêndido Casino para festas - Nas duas estancias há hoteis¹⁶⁶, pensões
e casa de aluguer - Carreiras diárias em Auto - Omnibus da Covilhã para Unhais da Serra e
Penhas da Saude - Para informações: Comissão de Iniciativa da Covilhã

A partir de 1933 constata-se que a Comissão começa a recusar a maioria das ofertas que iam chegando relativos a anúncios publicitários. A lista de títulos cujas ofertas não foram aceites é extensa, mas vale a pena ser referida para se compreender a dificuldade financeira em que a C.I.C. estava já mergulhada: *Democracia do Sul*, *Jornal de Comércio e das Colónias*, *Gazeta do Sul*, *Empresa de Propaganda Lusa*, *A Voz Desportiva*, *Agenda Bijou*, *Notícias de Guimarães*, *Dominó*, *Revista Portuguesa*, *Revista Latina*, *O Mundo Português*, *Almanaque de Portugal*, *Clínica, Higiene e Hidrologia*, *Portugal Pitoresco* e *Acção Colonial*. De 1933 a 1936 constata-se que os principais periódicos escolhidos para a

¹⁶⁵ Acta de 17/06/1931. Para o mesmo anúncio apontavam-se os seguintes preços: *O Século* — 50\$00 por publicação na quarta ou quinta página e 25\$00 na secção de “Praias e Termas”; *Primeiro de Janeiro* — 25\$00 por publicação, sendo concedido um desconto de 20% a partir de trinta anúncios; *Comércio do Porto* — 453\$00 por trinta publicações, podendo ser inserido, por 200\$00, na secção de “Praias e Termas”, que se publicava todos os Domingos durante a época termal. Curiosamente, o *Comércio do Porto* solicitará em 1934 a afixação de um placard luminoso na frontaria da sede da C.I.C., pedindo esta a necessária autorização à Câmara Municipal, que deferiu o pedido.

¹⁶⁶ Note-se que o anúncio refere existirem “hotéis” quando, pelas actas e jornais da época, sabemos da existência de um único hotel na Covilhã, o Hotel Covilhanense.

publicação de anúncios foram somente *O Seculo*, o *Anuário Comercial* e *A Voz*.

Uma das soluções entretanto encontradas pela C.I.C. para a região ser visitada por um crescente número de pessoas sem que, para isso, tivesse de subtrair ao seu parco orçamento somas avultadas foi a de atribuir subsídios a números especiais de jornais ou revistas para que, pontualmente, se divulgasse a cidade, a zona serrana e o próprio trabalho por ela desenvolvido. A título de exemplo, sabemos terem sido oferecidas as quantias de 350\$00 ao *Império Portuguez* e, na mesma sessão, a de 500\$00 ao *Terras de Portugal*, de 250\$00 à *Revista Insular de Turismo*, de 200\$00 ao *Diário de Coimbra*, de 150\$00 à revista *O Volante* e ainda a de 400\$00 ao *Diário da Manhã* e *Comércio do Porto*¹⁶⁷. Outros foram os que não obtiveram qualquer subsídio apesar de ser esse o seu desejo: a revista *ABC*, que dizia poder dedicar um número especial sobre o turismo na Covilhã; o *Guia Turístico de Portugal*, que avançava a possibilidade de incluir gravuras nas suas páginas e uma versão francesa do texto publicitário; e a revista *Serras de Portugal*, que se propunha igualmente editar um número sobre esta zona turística, a publicar por ocasião da “Semana Portuguesa” na cidade espanhola de Vigo. Apesar da enorme vontade em ver publicitadas fotografias e informações várias sobre a sua área de intervenção, a C.I.C. a todos respondeu negativamente por carências financeiras, dificuldades essas que a obrigaram não só a declinar quase sempre as ofertas publicitárias, como ainda a procurar uma forma diferente de divulgar a região. De facto, era o próprio Conselho Nacional de Turismo, através da Repartição de Jogos e Turismo, que obrigava a C.I.C. a diminuir a verba destinada à publicidade, aquando da apresentação dos orçamentos ao referido organismo central.

Assim, outra das soluções para que a região se tornasse um destino cada vez mais popular passou pela elaboração de uma monografia da Covilhã, obra que se pretendia que fosse também um guia da Serra da Estrela. Foram para tal necessários dezassete meses e só então seria o trabalho enviado a diversas entidades oficiais, Comissões de Iniciativa, bibliotecas e principais jornais de Lisboa e Porto¹⁶⁸.

Data da segunda sessão, a 20 de Novembro de 1929, a resolução de se oficialiar a Ocogravura, Lda. [sic], a fim de que esta enviasse o preço para o referido livro. Entretanto,

¹⁶⁷ Decisões deliberadas em 15/10/1930, 07/05/1931, 15/11/1933, 27/11/1935 e 06/05/1936.

¹⁶⁸ A este respeito, é de mencionar que já em 10/08/1930, aquando da edição do seu 566º número (que anunciava a abertura ao público dos escritórios da C.I.C.), o *Notícias da Covilhã* dava conta da necessidade de uma monografia da cidade, “pois que a quasi totalidade dos que lá ?sala de entrada da Comissão? púdemos observar se refére a cidades francesas e suissas.”.

incumbe-se Álvaro de Moura da redacção do texto, que deixara ao critério da Comissão a remuneração a ser paga pelo trabalho¹⁶⁹. O prefácio ficaria a cargo do tesoureiro da Comissão, Joaquim Gonçalves de Carvalho, que escreveu o seguinte:

Ao lançar á luz da publicidade a presente edição, a Comissão de Iniciativa da Covilhã foi impulsionada por um único sentimento — o amor da sua terra. Nem a moveram intenções de enfatuamento próprio, nem se lançou nesse caminho para satisfação de qualquer capricho bairrista, com ar de supremacia irritante.

Nortearon-a apenas a ideia sagrada de um regionalismo sã e verdadeiro, em geito ?sic? de levar a toda a parte, na sinceridade da sua narrativa, o pregão das suas belezas naturais, nas mais variadas tonalidades.

A C.I.C. decide então encomendar o trabalho gráfico à “Litografia Nacional” e não à Ocogravura, Lda., enviando-lhe em Outubro de 1931 as gravuras e reproduções de fotografias necessárias para a sua elaboração. Realce-se o facto de se fazerem várias recomendações a fim de que resultasse um trabalho perfeito. Chegada finalmente a encomenda de 2500 exemplares em 27 de Abril de 1932, chega também o valor a pagar, o qual se situa nos 9.625\$00, apressando-se a C.I.C. a solicitar um desconto, pedindo que a despesa ficasse pelos 9.000\$00. Passado pouco menos de um mês, é então enviada a obra a organismos diversos e às mais importantes livrarias das duas maiores cidades portuguesas, de forma a serem vendidas à consignação, mediante uma comissão de 20%.

A este respeito escreve-se uma breve notícia no *Notícias da Covilhã*, que anuncia estar “a concluir-se os estudos e a coligir-se os elementos para a edição da *Monografia-Guia da Covilhã-Serra da Estrela* (...). Dentro de oito dias tudo estará coordenado e pronto a ser impresso, sendo de crer que no proximo mez de Julho já estejam em poder da Comissão de Iniciativa esses livretes de propaganda regionalista.”¹⁷⁰. Também o *Correio da Manhã*, o *Notícias de Gouveia* e o *Estrela da Beira*, em Junho de 1932, felicitam a C.I.C. pela edição da obra, referindo a autoria das fotografias, dos desenhos e do texto¹⁷¹. Por sua vez, *O Raio* não alude à dita monografia, embora lamente, a 11 de Fevereiro de 1934 — e atacando agora o Conselho Nacional de Turismo (portanto, “de carácter oficial”)

¹⁶⁹ Acta de 11/11/1931. Decidir-se-ia pagar-lhe 1.000\$00 pela confecção do texto.

¹⁷⁰ *Notícias da Covilhã*, 31/05/1931

¹⁷¹ Os desenhos são da autoria de João de Abreu e as fotografias de Augusto Socasaux. A este último sabemos ter sido solicitada, em Janeiro de 1931, uma proposta para a execução dos trabalhos fotográficos, quer para a Monografia, quer ainda para uns postais a mandar editar pela Comissão.

—, ter este editado um roteiro sobre a Serra da Estrela que não fazia em parte alguma quaisquer referências à cidade da Covilhã, sua “principal porta de entrada” — expressão recorrente deste jornal para se lhe referir. Continua, mencionando que essa atitude “só mostra em que são tidos aqueles que lhe estão fazendo a propaganda.”¹⁷². Após transcrever várias passagens desse roteiro, remata assim: “Que limpem as mãos a este guardanapo os senhores do turismo local. Fazer a propaganda da Serra da Estrela e não indicar a Covilhã como ponto de referencia, é digno de registo e impõe a categoria de corpo-morto instalado ali no Pelourinho.”¹⁷³.

É de referir que o *Guia de Hotéis e Turismo em Portugal*, publicado pela primeira vez em 1934, sendo de âmbito nacional, refere já a Covilhã nas suas páginas, descrevendo a sua localização, monumentos, curiosidades e passeios que se poderiam então realizar. Inclui ainda uma fotografia panorâmica da cidade, anúncios publicitários de empresas da localidade (como pensões, tabacarias ou lojas de artigos desportivos e de maquinaria), um longo texto sobre a Serra, seus desportos e meios de transporte existentes, e uma breve referência às termas de Unhais da Serra¹⁷⁴. Na sua “Advertência”, escreveu-se assim:

Ao lançarmos a primeira edição do “GUIA DE HOTÉIS E TURISMO EM PORTUGAL”, publicação bem necessária num país onde começa a despertar a indústria do Turismo, tivemos em vista concorrer para o desenvolvimento desta mesma indústria, revelando aos nacionais e, principalmente, aos estrangeiros, tanta maravilha oculta na nossa terra, ao mesmo tempo que fornecíamos a todos os visitantes os elementos e informações indispensáveis a quem sabe viajar.

Como geralmente sucede, esta primeira edição não é tão completa como desejaríamos, mas contém informes de grande utilidade. O que realizámos mostra, claramente, que muito mais nos orientámos por um alto sentimento patriótico do que por interesses comerciais. (...)

Guia de Hotéis e Turismo em Portugal

Apesar de terem sido inúmeros os momentos de grande contenção orçamental, a Comissão de Iniciativa da Covilhã decidiu por vezes destinar algumas verbas a particulares, como a de 250\$00 a João Abreu, em Dezembro de 1930, para ajuda nas despesas com o livro *O Natal da Covilhã*, ou a de 2.000\$00 ao pintor Álvaro Canelas que,

¹⁷² “Turismo”, *O Raio*, 11/02/1934

¹⁷³ *Idem*, *Ibidem*

¹⁷⁴ Ver anexo n.º 4 - *Principais desportos praticados em Portugal*

em Outubro de 1932, e por indicação de José de Almeida Eusébio, ex-ministro da Justiça, se apresentou à Comissão a fim de fazer uma série de doze desenhos para cartazes com motivos pitorescos e regionais, à semelhança do que havia executado para outras Comissões de Iniciativa. Deliberou também, em Janeiro de 1935, atribuir certas quantias a organismos vários, como a de 306\$35 à Casa das Beiras¹⁷⁵, e comprar determinadas obras e outros pequenos materiais, como colecções de estampas de assuntos de neve e desportos de Inverno na Suíça. No seu entender, tinham todas essas verbas uma função especial: a primeira servia para tornar a Serra mais famosa; a segunda, para se aperfeiçoar a arte de bem receber; a terceira, para se estar a par do que lá fora existia e se ia desenvolvendo em matérias que também lhe diziam respeito.

Não foi apenas na imprensa, na edição de obras ou na propaganda gratuita de alguns que se promoveu a cidade da Covilhã e a Serra que a circunda. Foi-se mais longe, ao lançar-se mão de outras formas de comunicação, como por exemplo de palestras na rádio. Foi o que aconteceu em Abril de 1934 no Radio Club Português e em Outubro de 1935 na Emissora Nacional. Note-se que para esta última palestra se contribuiu com um subsídio de 100\$00, quantia entregue à Propaganda de Portugal, entidade que a realizou.

Vemos pelo que atrás foi descrito que vários foram os caminhos seguidos pela C.I.C. para alcançar os objectivos inicialmente pensados e as estratégias ao longo do tempo delineadas no que diz respeito à publicidade, divulgação e propaganda da Serra da Estrela, não subestimando, por regra, as ajudas que lhe iam chegando. Porém, algumas preciosas ofertas foram por vezes recusadas e outras mesmo desprezadas, o que mereceu observações mordazes n' *O Raio*. A título de exemplo, conta-se sucintamente a questão relacionada com uma possível filmagem da região que serviria, claro está, para a sua divulgação.

A 29 de Outubro de 1930 esteve presente Aníbal Contreiras em nome da Lisboa-Film, a fim de tratar dessa filmagem¹⁷⁶. A C.I.C. não se mostrou contudo interessada no assunto, em virtude de não dispor da verba necessária para tal. Passados mais de doze meses, mais precisamente na sessão de 11 de Novembro de 1931, foi lida uma carta remetida pelo representante dessa empresa lisboeta, na qual era lembrada a conveniência

¹⁷⁵ A Casa das Beiras, localizada em Lisboa, tinha como principal objectivo mostrar as riquezas naturais e culturais da referida região na capital.

¹⁷⁶ Note-se que já na primeira sessão da Comissão, em 14 de Novembro de 1929, tinha sido lido um ofício desta empresa oferecendo os seus serviços de propaganda, tendo a C.I.C. pedido então informações mais detalhadas e condições acerca da filmagem da Serra quando esta estivesse coberta de neve.

da Comissão mandar filmar a Serra, coberta de neve, por ocasião da ida à Covilhã de vários jornalistas. Mais uma vez se alegou escassez orçamental, não se entabulando quaisquer negociações nesse sentido. Segundo relata *O Raio* no mês de Abril de 1932, Aníbal Contreiras terá pois tomado a iniciativa de filmar a zona mesmo sem a ajuda solicitada. Foi da seguinte forma que esse semanário relatou a passagem:

A Iniciativa dos “Turisteiros”,¹⁷⁷

(...) Foi a “iniciativa particular” que fez a demonstração da possibilidade dos “sports” de inverno na nossa Serra; foi a “iniciativa particular” que inaugurou o uso desportivo de ski e convenceu os nossos turisteiros à exploração das maravilhosas pistas de neve; a propaganda foi feita “principalmente” pelos dois filmes que o operador da casa Castelo Lopes, de Lisboa e o nosso amigo Aníbal Contreiras, director do “Seculo cinematografico”, realisaram por “particular iniciativa”.

E julga o leitor que estes dois maiores propagandistas da Serra foram bem recebidos? Engana-se.

O operador do “Seculo cinematografico” foi “turisteira” e “bicudamente” recebido. NADA lhe foi facilitado, e de tal modo o atenderam que era sua disposição significar o seu protesto nas legendas do filme. Com razão o faria.

Com o filme da casa Castelo Lopes (...) sucedeu outro tanto.

Foi o nosso amigo sr. João Ferreira Bicho Junior, co-proprietario do Teatro Covilhanense (...) quem, por sua “iniciativa particular”, propoz, insistiu e garantiu, sem alarde, a vinda e trabalho do operador daquela casa de filmes.

O Raio, 03/04/1932

Este jornal menciona outras iniciativas particulares que, apesar de várias promessas de auxílio da C.I.C., não foram por esta fomentadas nem mesmo ajudadas. Antonio Lopes, que assina um artigo de Abril de 1933, escreve, por exemplo, que “Leitão de Barros, director da *Tobis Portuguesa*, e o *Noticias Ilustrado* (...) resolveram fazer, gratuitamente, a publicidade dos desportos de Inverno na Serra da Estrela.”. No entanto, depois de um acordo verbal com a Comissão, esta não cumpriu o estabelecido; logo, escreve mais à frente: “Tudo branco — só a alma da caravana estava negra!... Queria fazer um filme. Queria fazer a propaganda definitiva dos Desportos de Inverno na Serra da Estrela. (...) Depois foi o que se sabe. O *Noticias Ilustrado* deu uma trepa formidável na falta de

¹⁷⁷ Nome que *O Raio* dava aos membros da C.I.C..

iniciativa da *Comissão de Iniciativa abaixo de zero*.”. Conclui o artigo com a frase: “ O que me enche de *pena* è a gargalhada trocista que de todos os cantos do paiz vai ribombar à custa da Covilhã.”¹⁷⁸.

Decorridos sensivelmente dois anos, *O Raio* louva mais uma vez a propaganda gratuita que a imprensa fazia nas suas páginas à Serra da Estrela e lamenta as declarações de alguns membros da C.I.C., que teimavam em afirmar que todos esses serviços eram pagos pela entidade. Desta feita, refere que ‘*O Diário de Lisboa*, pela remessa do seu correspondente nesta cidade, tem dedicado ao assunto muito espaço não só com notícias mas com a inserção de gravuras e á Comissão de Iniciativa e Turismo nem a qualquer outro organismo foi presente a mais pequena conta.’¹⁷⁹.

Como conclusão deste capítulo, poderemos comparar a política a que hoje chamamos de marketing com a que foi delineada e seguida pela C.I.C., visto que, também nos dias de hoje “os programas de *marketing* definem os cursos específicos de ações (tática) relacionadas a vendas, serviços, promoção, propaganda, *merchandising*, preço, distribuição, pesquisa de mercado e planeamento e desenvolvimento de produtos.”¹⁸⁰. Esses programas, pese embora de forma algo ainda primitivo e amador, foram encetados pela Comissão de acordo com os poucos recursos monetários disponíveis para a promoção turística. A este respeito, há a destacar o facto, por exemplo, de logo em 1931 o C.N.T. chamar a atenção da Comissão para a verba gasta com a publicidade, já que a considerava excessiva — daí a C.I.C. não ter utilizado a publicidade tão frequentemente como desejava como meio de divulgação.

Em 1936, no I Congresso Nacional de Turismo, um dos participantes, Augusto Frazão Etur, defendeu a necessidade de se regularizar a publicidade feita pelas Comissões de Iniciativa do país, já que a considerava “cara, obscura, complicada e feita sem arte”. Para isso, propunha a criação de uma “Comissão Técnica de Publicidade Artística” que desse “parecer acerca da edição de cartazes, folhetos, postais ilustrados e filmes, que se destinem à propaganda do turismo em Portugal e nas Colónias.”. Só assim, segundo o mesmo, se alcançaria uma propaganda moderna, que deveria ser “económica, clara, simples e artística.”¹⁸¹.

¹⁷⁸ “Intrigas d' Aldeia”, *O Raio*, 16/04/1933

¹⁷⁹ “O turismo e a imprensa diária”, op. cit., 18/08/1935

¹⁸⁰ Zilda Maria Matheus, *Marketing e Turismo*, 2002, p. 90

¹⁸¹ Augusto Frazão Etur, “A publicidade artística e o Turismo” (tese apresentada ao “I Congresso Nacional de Turismo”, realizado em Lisboa em Janeiro de 1936)

CAPÍTULO 9 — ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM ACTIVIDADES DE RECREIO E LAZER

A Lei n.º 1:152, de 23 de Abril de 1921, aprovada e alterada, respectivamente, pelos Decretos n.º 8:046, de 24 de Fevereiro de 1922, e n.º 10:057, de 30 de Agosto de 1924, criou a base legal onde assentariam as várias Comissões de Iniciativa que, a partir de então, poderiam ser criadas um pouco por todo o país. Como se sabe, seriam esses os documentos legais por que a Comissão de Iniciativa da Covilhã, criada em 1929, se iria pautar durante toda a sua vigência.

Esta Lei referia logo no início (art.º 1º) que as Comissões que a partir desse momento podiam ser constituídas tinham de criar “iniciativas tendentes a aumentar a frequência das mesmas estâncias e a fomentar a indústria do turismo.”. Foi o que fez a Comissão de Iniciativa da Covilhã, que desde cedo aparenta estar convicta de que se cooperasse com o maior número de organismos possível, o melhor proveito de tudo o que a região podia oferecer por todos seria partilhado¹⁸².

A julgar pelas fontes do presente trabalho, essa ideia de cooperação foi posta em prática em muitos dos campos de actuação da C.I.C., embora com menor frequência do que aquela que a entidade desejava. Apesar disso, e salvo alguns momentos em que os vários organismos locais demonstraram algum desentendimento, esse raciocínio foi o que o organismo teve em mente para a organização e participação em actividades de recreio e lazer — uma das áreas de maior visibilidade pelo seu imediatismo e por isso uma das mais sujeitas a críticas. Elogiando esta ideia esteve a imprensa da época, sempre unânime nas opiniões que formulava sobre o trabalho da Comissão covilhanense e demais entidades. Nesse grande coro não se integrou, exceptuando raríssimas ocasiões, o jornal de combate ideológico *O Raio*, que poucas vezes deixou passar uma ou outra situação digna de registo e que desde logo mostrou estar apreensivo quanto às decisões tomadas pela C.I.C. no que respeitava à cooperação entre as várias instituições. É o que se constata logo em 1929, pois num extenso artigo intitulado “Uma reunião na Serra” lamenta que, tendo havido uma reunião nas Penhas Douradas com o fim de se debaterem assuntos vários de interesse para

¹⁸² Referir-se-ia a esta ideia seis anos depois o jornal *Estrela da Beira* que, em 27/01/35, escrevia assim a propósito das várias localidades da Serra necessitarem de cooperar: “e que ninguém esqueça que *a união faz a força*, o que equivale a dizer que só irmanados num mesmo pensamento, trabalhando todos para um mesmo fim, conseguiremos fazer alguma

a Serra da Estrela, nenhuma das entidades covilhanenses nela tenha participado, enumerando exaustivamente os organismos presentes¹⁸³.

Dentro deste vasto tema analisaremos o trabalho encetado pela Comissão e pelas entidades que com ela cooperaram no que se relaciona com a preparação de festas (principalmente as Festas da Cidade), com actividades relacionadas com a prática de esqui e com a organização de excursões de comboio e camioneta, bem como com a atribuição de subsídios, donativos ou meras ajudas financeiras, fruto das actividades levadas a cabo ao longo do tempo. Sempre que pertinente far-se-á alusão às várias peças jornalísticas que foram sendo redigidas sobre estes assuntos ao longo do período de vigência da C.I.C..

A primeira referência em acta sobre organização de festas data de 16 de Abril de 1930, momento em que a Comissão de Iniciativa pede auxílio à Comissão Administrativa Municipal para a preparação das Festas da Primavera. Solicitava-se então o fornecimento gratuito de um cabo condutor de electricidade e a devida montagem no sítio da Nave de Haver, de forma a fazer-se a iluminação do espaço, proporcionando-se momentos agradáveis aos visitantes. Este pedido resultou infrutífero pelo que a C.I.C. deliberou desinteressar-se das mesmas. Todavia, não desiste de preparar um evento que lhe trouxesse de imediato grande visibilidade e prestígio e, passadas apenas duas semanas, faz à mesma instituição novo pedido, desta vez solicitando o jardim público para a realização das Festas da Cidade e a concessão de um subsídio para o mesmo fim. O primeiro foi recusado por se ter já cedido esse espaço à Comissão Organizadora do Lactário e aos Bombeiros Voluntários; o segundo, por seu turno, alega a Câmara não o poder conceder em virtude das suas “precárias receitas”¹⁸⁴. Caso o desejasse, sugere-se, poderia a C.I.C. contactar estas entidades para, em conjunto, elaborarem o programa dessas Festas. Talvez por não ter sido a protagonista dos principais festejos, resolveu a Comissão nesse primeiro ano da década de 30 não atender ela própria outros pedidos a si endereçados a esse propósito.

Desta maneira, Ana Ramito de Almeida Eusébio, um dos membros da Comissão das Festas da Cidade, ao solicitar em Julho a organização e apoio económico de uma das suas atracções, como por exemplo “o lançamento de fogo de artifício de qualquer pirotécnico famoso de Viana do Castelo”, é-lhe respondido que, “reconhecendo, com subido apreço, os

coisa de util e de grandioso.”.

¹⁸³ *O Raio*, 01/09/1929. Estiveram presentes na referida reunião delegados das Câmaras Municipais de Gouveia, Seia, Belmonte, Manteigas e Oliveira do Hospital, bem como das Sociedades Propaganda de Portugal, Defesa e Propaganda de Loriga e da Serra, do Sporting Club Estrela de Manteigas e do Centro Recreativo de Sandomil.

¹⁸⁴ Acta de 20/06/1930

fins altamente simpáticos e altruístas — a beneficência da nossa terra”, não é contudo possível à C.I.C. contribuir com o desejado por não ter “verba orçamentada com destino a tal fim”¹⁸⁵. João Baptista Junior, igualmente membro dessa Comissão, alerta no último dia de Julho para a conveniência e necessidade da C.I.C. “não se desinteressar das referidas Festas”, o que a conduziu, “após devida ponderação”, à atribuição de 2.500\$00, tendo votado contra essa deliberação Joaquim Gonçalves de Carvalho, que ocupava o cargo de tesoureiro e que era permanentemente alvo dos mais violentos ataques n'*O Raio*, e José Guimarães Costa, em virtude de se estar a desrespeitar a posição tomada anteriormente em relação às Festas¹⁸⁶. Torna-se ainda mais evidente a atitude de relativo desdém evidenciada pela C.I.C. quanto a essa matéria ao sabermos que, três meses mais tarde, subsidiaria com 1.000\$00 as despesas a fazer com uma festa na cidade promovida pelo Orfeão da Covilhã.

O único momento em que a C.I.C. tomou parte nas Festas de 1930 foi quando a Comissão Administrativa Municipal lhe propôs que a elas se associasse em honra do Presidente da República, do Presidente do Ministério e do Ministro do Interior e Guerra que, em 15 e 16 de Julho, se deslocariam à cidade para assistirem à inauguração do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, da Cabine Eléctrica e dos Telefones. Fez-se nessa ocasião representar por um dos seus membros no banquete em honra de tais individualidades.

Não consta das actas desse ano referência a qualquer outro festejo patrocinado pela Comissão de Iniciativa. Porém, se procurarmos na imprensa da altura notícias que de alguma forma tenham a ver com a realização de festas durante esse período, encontraremos uma no jornal *O Raio*, publicada em 21 de Setembro, notícia esta que critica a actuação da C.I.C. e que a acusa de dar demasiada importância a Unhais da Serra em detrimento da Serra da Estrela e da Covilhã. Ridicularizava o autor do artigo um cartaz afixado na sede da Comissão que “Em grossas parangonas e em estilo chocarreiro anunciava formidáveis festejos, com concertos musicaes, cavalhadas a rigor e com guarda roupa antigo, corridas para damas e cavalheiros, cortejos vistosos, etc. e um monumental Concurso de Beleza ?em Unhais?..”. Defende, por essa razão, a instalação de “outro Casino na Serra para ver se a Comissão de Turismo olha com mais interesse para ela e acalma os seus fervores pelo feitiço de Unhais.”. Apesar d'*O Raio* criticar de forma aguçada os membros da C.I.C. por

¹⁸⁵ Acta de 10/07/1930

¹⁸⁶ Acta de 31/07/1930

serem presença constante nas festas de Unhais, certo é que eram estas que atraíam os turistas a esse local. Lendo as actas da Comissão Municipal de Turismo e da Câmara Municipal da Covilhã, constata-se que, após a extinção da Comissão de Iniciativa, a estância termal seria votada ao abandono na década de 40. Daqui, conclui-se que a vontade premente da C.I.C. em animar outros locais da região que não somente a cidade não se fez sentir de igual modo por outros organismos a partir de 1937, data da instalação da Comissão Municipal de Turismo.

O ano mais profícuo para a C.I.C. e que desta mais esforço e trabalho exigiu foi muito provavelmente o de 1931, período fértil em festas, concursos e prémios. Não esquecendo o sucedido no ano anterior, tratou este organismo de iniciar as diligências necessárias à realização das Festas da Cidade com bastante antecedência. Assim, ainda em 1930, no mês de Novembro, pede à Câmara Municipal a cedência do jardim público por ocasião da Feira de S. Tiago (a decorrer em Julho), que iria coincidir com a realização das Festas. Consegue-se finalmente o espaço, mas é à C.I.C. lembrado que as receitas dessas Festas deveriam reverter a favor da casa de beneficência.

Detentora nesse momento do poder desejado e necessário para o êxito dos festejos, recorre a Comissão a variadíssimas entidades para que, juntas, pudessem levar a cabo o maior número de actividades possível. Esse trabalho foi afincadamente executado a partir do mês de Junho, embora não partilhem desta opinião os redactores do jornal *O Raio*, que tinham quase sempre algo a apontar ao desempenho da instituição.

A primeira medida tomada foi a de se realizarem provas automobilísticas, “Kilometro de Arranque”, gincanas, corridas de automóveis e de bicicletas aquando das Festas, oficiando-se o Automóvel Club de Portugal no sentido de que este patrocinasse as iniciativas e elucidasse sobre o que “torna mister fazer para a sua realização”¹⁸⁷. A resposta surge uma semana depois, enviando esta associação dois modelos de regulamentos para o “Circuito”, “Kilometro de Arranque” e “Ginkana” (expressões assim designadas em acta e que se referiam aos vários tipos de provas de automóveis). Recomendava ainda o Club nessa carta que lhe fossem enviados os regulamentos adoptados com brevidade para a sua necessária aprovação. Quanto às corridas de bicicletas, nada é referido; apenas se sabe que o seu júri seria composto por Armando Martins, José Maria da Silva Campos Mello e José da Cruz Fael.

¹⁸⁷ Acta de 10/06/1931. De realçar que o Automóvel Club de Portugal foi criado em 1902 e designado por Real

Seguindo os trâmites legais, pede-se de imediato autorização para todas as provas do então denominado “Circuito das Beiras” ao Governador Civil do distrito de Castelo Branco e solicita-se-lhe que interceda junto dos Governadores Cíveis de Viseu e Guarda, bem como do Conselho Superior de Viação, conforme determinava o art.º 63º do Código de Estradas. Cerca de duas semanas depois, no dia 1 de Julho, informa-se o mesmo de que não se realizaria esse “Circuito”, mas um outro em volta da cidade da Covilhã, percurso de cerca de 9 km, percorrido vinte vezes, caso fosse autorizado. Depois de informado sobre a alteração do programa, o Automóvel Club dá a conhecer à C.I.C. o número de pessoas necessário para a cronometragem das corridas e respectivos custos. Essas pessoas seriam enviadas pelo próprio Club e os seus honorários abarcariam as despesas de deslocação, de hospedagem e de material diverso. A Comissão pede então, por razões financeiras, para que a contagem de tempos fosse efectuada somente por uma pessoa ou por um delegado do Club residente na cidade, sendo os outros elementos eventualmente necessários contratados na Covilhã. Pressupõe-se que este pedido não foi atendido, pois é mencionado na acta de quinze de Julho que a despesa de dois delegados tinha sido reduzida, cifrando-se nos 1.400\$00.

Pedem-se contributos, nomeadamente prémios, a algumas lojas lisboetas que negociavam em artigos para automóveis, para serem oferecidos aos vencedores das corridas. Começam estes a chegar uma semana depois, provenientes das casas Englebert, Lda., Costa Ribeiro, Lda., Raul Barreto, Lda. e Garage Antunes. Outras casas respondem não terem verba disponível.

Este conjunto de provas, constituindo talvez a iniciativa mais relevante das Festas por conseguir atrair gente dos mais longínquos lugares, decorreu finalmente nos dias 21 e 22 de Julho, sendo convidados para integrarem o júri de honra algumas das mais proeminentes figuras da região: Governador Civil de Castelo Branco, Presidente da Câmara da Covilhã, Administrador do Concelho e Comandante dos Bombeiros Voluntários da cidade. De modo a participarem muitos aficionados, contacta-se a revista *Volante*, a qual se encarregaria de fazer a divulgação nacional necessária. Esta mostra-se disponível e avança com a ideia de enviar alguns dos seus redactores para que fizessem uma larga reportagem do evento.

A imprensa jornalística covilhanense mais concordante com actuação da C.I.C. — o

Notícias da Covilhã — não esqueceu de dar a sua contribuição relativamente a estas actividades e noticia logo no mês de Junho o programa que a C.I.C. tencionava levar a efeito no mês seguinte. No lado oposto esteve *O Raio*, que aproveitou as suas colunas para escarnecer das comemorações em geral e das corridas automobilísticas em particular:

A proposito da corrida de autos, diz o “Notícias da Covilhã”:

A' noite os corredores, delegados do Automovel Club e membros da Comissão de Iniciativa, reuniram-se num jantar no Hotel Avenida. Pronunciaram-se inflamados discursos. O serviço preeventivo de saude, foi feito pela corporação dos Bombeiros Voluntarios com a auto-ambulancia.

Arre, que já é ter cautela!

Seria por causa dos *inflamados discursos* ou prevenindo os desastres vinícolas?

O Raio, 02/08/1931

Refere ainda nesse número que a “Corrida de Arranque” não se realizou pelo estado lastimável em que a estrada se encontrava porque a “*infatigável Comissão* não teve tempo de verificar se (...) dava bem para o *Kilometro*”.

Embora não estivessem ainda generalizadas, este género de provas não era, de facto, novidade nem em Portugal nem na cidade da Covilhã. Sabemos que já na década de 10 se promoviam corridas automobilísticas em que todas as atenções se fixavam nos modelos de automóveis participantes. O entusiasmo pelo automobilismo e pelo mercado automóvel era já nessa altura notório, “consequência directa das movimentações operadas então na indústria automóvel mundial e do avanço tecnológico registado após o conflito da I Guerra Mundial?”. Como consequência, este transporte “deixava de estar consagrado exclusivamente aos passeios diletantes servindo também como útil instrumento de trabalho e de recreio de uma burguesia florescente.”¹⁸⁸.

¹⁸⁸ J. C. Barros Rodrigues, *O Automóvel em Portugal*, 1995, p. 51. Durante os anos imediatamente seguintes à queda da Monarquia, viveu-se uma certa inquietude política no centro administrativo português, Lisboa, o que “constituiu, seguramente, um dos factos que esteve por detrás da transferência registada na organização de provas automobilísticas, consubstanciada na realização da primeira grande prova de automóveis da I República no Norte do País.” e em outras de menor alcance, como as corridas da Covilhã ou a reedição da Rampa da Pimenteira, em 1913, que mantinham ainda a “memória da Monarquia”. Mas o período que registou um maior número deste tipo de provas foi o que sucedeu a revolução de 28 de Maio de 1926, data da instalação da ditadura militar. Deste modo, a partir de então “o automobilismo nacional ganhou maior pujança, em particular com a entrada na década de 30, onde se assistiu a um conjunto impressionante de provas e a um aumento importante da qualidade e quantidade do parque automóvel nacional. (...) Desportivamente falando, este período histórico de Portugal caracterizou-se pela exiguidade de provas no seu início, mas o entusiasmo e a exploração do automobilismo como elemento polarizador do comércio rapidamente transformaram essa situação.”. (Op. cit., pp. 52-76)

Outros eventos de menor divulgação fizeram também parte das Festas de 1931, como um concurso de bandas filarmónicas do concelho, em que o valor do primeiro prémio perfazia o total de 800\$00, récitas nas noites de 24, 25 e 26 de Julho pela troupe “Jimmy” e concursos diversos, em que foram oferecidas como prémio estatuetas da Industrial Decorativa de Coimbra. Houve ainda a possibilidade de se contratar o Grupo de Tricanas da Aldeia Nova do Cabo mas, dadas as somas que teria de desembolsar e alegando ter já grandes despesas com outras diversões, a C.I.C. não aceitou as condições propostas nem negociou outras possíveis. Estes festejos decorreram em barracas de lona alugadas à Comissão de Iniciativa da Figueira da Foz. A abrilhantar estes dias esteve o fogo de artifício encomendado à firma José António de Castro e Irmão, de Viana do Castelo, à qual se pagou a quantia de 7.000\$00¹⁸⁹. Restava ultimar alguns detalhes para que todo este programa fosse levado a cabo tal como o delineado. Assim, havia que pensar ainda na venda de bilhetes, no policiamento e na fiscalização das Festas, bem como na sua divulgação. Contactou-se por isso o núcleo n.º 19 do Corpo Nacional de Escuteiros e o Comandante da Guarda Nacional Republicana (G.N.R.) da cidade e encomendaram-se quinhentos cartazes de propaganda turística à Empresa do Bolhão, Lda., enviados à Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses e sua congénere da Beira Alta, tal como à Repartição de Jogos e Turismo¹⁹⁰.

Foi certamente importante o papel desempenhado pelos cartazes na ida de inúmeras pessoas aos festejos; contudo, para a difusão mais ampla e eficaz do programa de festas foi fulcral o que se publicou na imprensa. O *Notícias da Covilhã*, por exemplo, noticia a aproximação dos festejos e, mais tarde, a forma como eles decorreram. Felicita a C.I.C. em vários números seguidos, chegando mesmo a afirmar: “Continue a Comissão de Iniciativa neste trilho de realizações praticas e proveitosas e tera sempre o nosso franco apoio e o nosso modesto auxilio.”¹⁹¹. Refere apenas “um senão” que não podia deixar de ser assinalado pela “índole do nosso jornal” — a “imoral exibição das bailarinas” que, em “recinto aberto, onde havia creanças e muitas pessoas ainda não afeitas a este genero de indumentária” fizeram “criar na imaginação deslizes para maior perversão dos costumes”. A concluir o artigo surge a expressão “absolutamente condenavel!”¹⁹². Num tom

¹⁸⁹ Acta de 24/06/1931. O montante foi pago em duas prestações, sendo a última feita em Novembro desse ano.

¹⁹⁰ Ver ficha do cartaz n.º 250 “Covilhã”, de 1931, em *300 Anos do Cartaz em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1975-76, p. 120.

¹⁹¹ *Notícias da Covilhã*, 05/07/1931

¹⁹² Op. cit., 02/08/1931

absolutamente díspar, também *O Raio* alude às celebrações, lamentando no mês de Junho não ter chegado ao jornal o programa de festas da Comissão e relembra “as gafes cometidas em anos anteriores, em que os numeros não passaram dos programas espalhados pelas cidades e vilas circunvisinhas para atracção dos forasteiros, que vinham depois a dar o tempo por mal empregado.”, alegando não estar a economia da cidade em “alturas de fazer festas espaventosas, tantos são os males que nos afligem.”. Apelava, contudo, para que, como único e legítimo proveito a retirar das Festas, se auxiliassem os operários desempregados (o que é feito pela Comissão, que entregaria ao Administrador do Concelho a quantia de 1.500\$00, produto de um dos eventos das Festas)¹⁹³. Dois meses depois volta a atacar a C.I.C., acusando-a de há dois anos a essa parte só se preocupar com a organização de festas, com a mudança do marco postal e com “entrevistas campanudas, onde dizem de mil projectos”¹⁹⁴.

Para fazer face às dificuldades financeiras agravadas pela realização da Festas, a C.I.C. pede apoio monetário ao Presidente da Associação de Lojistas da cidade no mês de Junho, recebendo um mês depois a informação de que não seria possível a sua contribuição visto a verba disponível destinar-se a ajudar os operários sem trabalho. Por não esperar a resposta dada, a Comissão refere em acta o seu descontentamento pela forma pouco acolhedora como o seu pedido foi recebido, “contra o que era lícito esperar”.¹⁹⁵

No final do mês de Agosto dão-se por terminadas as Festas da Cidade e dado o sucesso alcançado, propõe a C.I.C. ao Presidente da Comissão Administrativa Municipal da Covilhã a realização das mesmas todos os anos. Porém, para se custearem futuramente as despesas a que obrigavam, alertava para a necessidade de se lançar um adicional de \$20 em cada Kg de carne abatida no matadouro municipal, à semelhança do que se fazia em várias localidades do país. A Câmara responde não poder lançar qualquer tipo de imposto por não ter as faculdades legais para tal. Estavam em perigo de ora em diante as Festas da Cidade da Covilhã.

Certo é que, após a organização das Festas da Cidade de 1931, que afamaram a C.I.C. mas que provocaram um défice, nunca mais esta Comissão foi figura preponderante das mesmas, delegando involuntariamente esse papel a outras entidades. Em 1932 podemos já ler em acta que o programa para esse ano foi apresentado pelo Presidente dos

¹⁹³ *O Raio*, 11/06/1931

¹⁹⁴ Op. cit., 02/08/1931

¹⁹⁵ Acta de 08/07/1931

Bombeiros Voluntários da cidade, tendo-se feito somente a sua aprovação¹⁹⁶. A única tarefa de que ela própria se incumba, dados os poucos recursos, é a de organizar uma gincana de automóveis no último dia de Julho, convidando José Pequito Crespo, José Fael e Capitão Vitorino Nasarett para integrarem o seu júri, e a de encomendar duas taças à ourivesaria Aliança para entregar aos vencedores.

Constatamos que nesse ano não há mais referências às Festas da Cidade ou a quaisquer outras em acta nem mesmo nos jornais locais, o que é bastante curioso, pois no *Primeiro de Janeiro* de 27 de Setembro lemos que nas “festas promovidas pela Comissão de Iniciativa concelhia de que é presidente o sr. João Alves da Silva na bela e aprazível estância termal de Unhais da Serra” houve corridas de bicicletas entre a Covilhã e Unhais, corridas de sacos, gincanas de burros, uma “Corrida da Agulha” e “Para coroar as festas das termas, como despedida de estação (...) dois grandiosos bailes no Casino?, com varias surpresas, abrilhantados por um quarteto com jazz-band”, tendo as refeições sido fornecidas pela Pastelaria Lisbonense. Todos os que participaram na festa, noticia o jornal, não se esqueceram dos “pobres de Unhais da Serra a quem distribuíram um bôdo presidido pela sr.^a D. Alda Calheiros e que constava de um pão de quilo, um quilo de bacalhau e um quilo de arroz.”.

Em Abril de 1933, ponderando a conveniência de se fazerem novamente as Festas da Cidade, a C.I.C. delibera encarregar-se de as promover caso a Câmara Municipal e a Associação Industrial e a dos Lojistas cooperassem e as auxiliassem monetariamente, sendo igualmente convidados estes organismos a fazerem-se representar numa Comissão Organizadora a criar oportunamente para aquele fim. Em Junho pede-se uma vez mais à Câmara o lançamento da já referida sobretaxa de \$20 e de novo se recebe resposta negativa, o que conduz a C.I.C. a concluir não lhe ser possível intervir na organização e despesas a fazer com as Festas desse ano.

De 1933 a 1936 damos conta do enorme vazio festivo da C.I.C., especialmente se compararmos este período com o anterior, no qual se destaca o já referido ano de 1931. Nos anos de 1934, 1935 e 1936 a C.I.C. não integra a equipa da organização das Festas, auxiliando-as apenas monetariamente. Assim, sabemos que no ano de 1934 contribuiu com 4.000\$00 e igual quantia ofereceu à Santa Casa da Misericórdia da cidade. Em 1935 a Câmara Municipal ainda propõe à Comissão de Iniciativa a formação conjunta de um

¹⁹⁶ Acta de 27/04/1932. Sobre os festejos de 1932 ver ficha do cartaz n.º 252 “Festas da Cidade”, de 1932, em *300 Anos*

grupo de trabalho para se organizarem as Festas desse ano, mas a C.I.C. declina o convite, deliberando “prestar o auxilio moral para a mesma actividade.”¹⁹⁷. Porém, chega a contribuir com 7.500\$00 e a pagar 1.750\$00 pelos trabalhos no Pavilhão do Turismo das Festas. Em 1936 o seu auxílio monetário foi menor do que o anterior, cifrando-se nos 5.000\$00.

Embora não tendo o apoio firme da C.I.C, continuaram a realizar-se as Festas da Cidade, que contaram, nomeadamente em 1935, com uma Comissão Central de que faziam parte muitas colectividades: Bombeiros Voluntários, Orfeão da Covilhã, Sporting Club da Covilhã, clube “Os Covilhanenses”, Sindicatos dos Operários, dos Empregados da Indústria e dos Motoristas, Associação Industrial e dos Lojistas, Grupo Musical Covilhanense e Albergue dos Inválidos. Foram nomeadas diversas sub-comissões, nomeadamente para a sua propaganda, que ficou constituída pela imprensa local e pelos correspondentes dos jornais diários. Antes mesmo da sua realização, já o jornal *O Raio* escrevia inúmeros artigos, por vezes num tom jocoso, sobre os festejos que decorreriam nos meses de Verão. A título de exemplo, o artigo que data de 3 de Março de 1935 é uma autêntica paródia ao programa apresentado para os meses mais quentes, escrevendo-se que em cada um dos cinco dias de festas haveria um acontecimento especial: a inauguração do lago Viriato, que contaria com a presença do próprio Viriato; a presença de Miss Nadaben, “célebre nadadora da praia artificial de Madrid”, que mergulharia nas “águas verdes-amarelas-ás-riscas” do lago; uma prova de “resistencia e segurança” de camionetas; fogo de artifício com dois foguetes de quatro respostas, “duas das quais muitissimo malcreadas”; por fim, uma conferência por um comerciante da cidade intitulada “A vantagem da leitura dos meus escritos, filhos das moscas tsé-tsé, ás pessoas que sofrem de insónias.”.

Em tom completamente diferente, *O Seculo* e o *Diario de Noticias* dedicam algum do seu espaço à divulgação desses festejos, escrevendo o primeiro que se vai “atingir extraordinaria imponencia e brilhantismo, como é fácil de prever pelo sugestivo programa.”¹⁹⁸ e que “A Covilhã vai assistir aos maiores festejos que, até agora, ali se têm realizado.”¹⁹⁹. Noticia também a visita de representantes de Cáceres para assistirem a um

do Cartaz em Portugal, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1975-76, p. 121.

¹⁹⁷ Acta de 05/06/1935

¹⁹⁸ “As festas da Cidade na Covilhã”, *O Seculo*, 18/07/1935

¹⁹⁹ Op. cit., 21/07/1935

festival nocturno, a uma gincana de automóveis e a um cortejo alegórico²⁰⁰. O segundo, por sua vez, destaca a ida de médicos hidrologistas à Serra, a exposição de arte e a actuação do Rancho de Vila do Conde²⁰¹.

Pelo descrito percebe-se o quão efémero e inconstante foi o contributo da C.I.C. na organização das importantes Festas da Cidade, constatando-se como as alegadas dificuldades financeiras, a gestão de recursos ou até mesmo as evidentes dificuldades de entendimento com outros intervenientes a levaram a não tomar parte mais activa nessa preciosa tarefa. Muito do seu prestígio inicial foi-se desvanecendo ao longo do tempo e cada vez mais escassas foram sendo as vezes em que foi notícia na imprensa local e nacional enquanto órgão autónomo e independente da administração municipal.

Prostrada à sombra de outras instituições e não promovendo quaisquer iniciativas de grande visibilidade ao nível da organização de festas nos seus últimos anos de vida, a Comissão preparou contudo algumas actividades de pequena dimensão e alcance, sem fazer da maioria a necessária divulgação. Em 1933, comunica ao Automóvel Club de Portugal a realização do “Circuito da Covilhã”, idêntico ao realizado dois anos antes, solicitando-se a reparação da estrada por onde seria feito o percurso à Junta Autónoma de Estradas. Já com nova constituição, oferece em 1934 um “Chá à Americana” no Dia do Turismo, a realizar-se por altura da “Semana da Tuberculose” (não se encontrando qualquer ligação entre estes), e promove um torneio de tiro aos pratos nas Penhas da Saúde. Ainda nesse ano prepara uma grande recepção a Oliveira Salazar, aproveitando-se a sua presença para se solicitar o auxílio do Estado de forma a modernizarem-se infra-estruturas, prometendo o Presidente do Conselho “interessar-se pelo assunto”²⁰². Esse momento foi dos poucos em que apareceram neste período referências à C.I.C., tendo sido amplamente fotografado e divulgado pelos jornais *Comercio do Porto*, *Vanguarda*, *Novidades*, *O Seculo* e *Noticias da Covilhã*, entre outros. Em 1935 proporciona um passeio à Serra aos representantes de Cáceres presentes nas Festas da Cidade e um “Porto de honra” antes da sua partida. Oferece também um prémio ao vencedor do concurso epistolar “A mais linda carta de amor”, promovido pelo jornal *Semana das Beiras* — “uma viagem á Serra da Estrela, em pleno inverno, praticando desportos e com direito a hospedagem durante tres dias.”. Organiza ainda uns festejos, sobre os quais *O Raio* fez o seguinte

²⁰⁰ Op. cit., 23/07/1935, 24/07/1935 e 25/07/1935

²⁰¹ *Diario de Noticias*, 24/07/1935

²⁰² *Diário de Coimbra*, 04/04/1934

resumo:

Festas na Serra

Ouve-as ?sic?, no ultimo domingo.

Fraquinhas, monotonas e dirigidas sómente pela vontade de João Alves da Silva.

Bem queriamos nós dar-lhe realce, afirmar que foram dignas de uma estancia que se réclamisava enormemente.

Mas não podemos.

O Raio, 25/08/1935

Em 1936, seu derradeiro ano, colabora somente no “I Rallye Turístico á Serra da Estrela” em parceria com a Câmara Municipal e com o “Club dos 100 à Hora”.

Não foram unicamente os festejos na cidade da Covilhã, com ou sem a ajuda da C.I.C., que chamaram a atenção de muitos durante este período. No início da década de 30, a beleza e a altitude da Serra da Estrela, bem como suas baixas temperaturas invernais começavam a ser divulgadas, tornando-se rapidamente esse o local ideal para a prática de ski no nosso país.

Data dessa altura o aparecimento de inúmeros artigos sobre o que lá se podia encontrar, descrevendo-se paisagens, desportos de neve, visitas de personalidades e a própria Comissão de Iniciativa da Covilhã. O seu traço comum é a apologia da Serra, como podemos ler nestes artigos:

Serra da Estrela

Nas suas cumeadas e penhascos, nos seus vales e precipícios, nas suas neves e gêlos, nos seus regatos e no azul do seu firmamento, perpassa uma sinfonia de beleza feita de pinceladas, ora fortes, ora brandas, ao ritmo das mil gradações da sensibilidade. (...)

Guia de Hotéis e Turismo em Portugal, p. 253

(...) ?Para se ver? um dos espectáculos mais lindos que a Natureza nos oferece (...) é desnecessário ir até aos Alpes da Suíça, permanecer junto dos lagos de Léman, de Brienz, de Thun, dos Quatro Cantões, de Zurich, de Neuchâtel, ou subir ao monte de Saint-Gothard ou aos cumes de Aletschhorn; basta ir à Serra da Estrela, onde os portugueses, que nunca por lá

passaram, encontrarão coisas de maravilhar! (...) ²⁰³

Império Portuguez, 06/05/1932 ²⁰⁴

Curiosamente, também a imprensa espanhola faz desde cedo o seu panegírico, como por exemplo o jornal *La Voz Extremeña* ²⁰⁵ e o *La Gazeta Regional* ²⁰⁶. O primeiro, de Badajoz, classifica a Serra da Estrela como sendo de uma “belleza impresionante” e com “habitantes altivos, animosos y fuertes”; o segundo, de Salamanca, descreve assim a magnífica excursão do clube de futebol Unión Deportiva à Covilhã a convite do Sporting Club da cidade: “Covilha es una población encantadora (...) con unos alrededores que son una verdadera preciosidad. (...) Anoche regresaron a Salamanca los equipiers y directivos de la Unión Deportiva. Vienen encantados de la excursión que han realizado por tierras portuguesas.”.

O ano de 1932 foi o da importante criação do Ski Club, associação particular que contribuiu de forma extraordinária para o fomento da nova e quase desconhecida prática desportiva em Portugal e para o grande número de excursões à Montanha Hermínia, como também era conhecida. Um importante artigo do mês de Março destaca o início do clube da seguinte forma:

Neve, Serra e Turismo

Muito embora a nossa amorfa Comissão de Turismo nada tenha feito para tal, *nasceu por obra e graça* de três rapazes de Tomar, o desporto de inverno na Serra da Estrela. (...)

Viu-se como a propaganda particular de meia duzia de pessoas e uns anunciositos na grande imprensa logo atraíram a atenção de tantos visitantes. As entidades oficiais de Lisboa voltaram para cá a sua curiosidade e até os operadores cinematograficos acorreram entusiasmados a fixar aspectos dos panoramas deslumbrantes da atividade dos “sportmans”.

É uma verdadeira mina que se descobre (...) Esta é uma das *riquezas naturais* que se oferecem

²⁰³ Note-se que a Serra da Estrela era frequentemente comparada aos Alpes suíços, ponto de referência europeu em termos de turismo de neve, que oferecia grande quantidade e qualidade de serviços turísticos. A C.I.C. pretendeu por inúmeras vezes transmitir a ideia de que essas ofertas poderiam ser também encontradas em Portugal, mais propriamente na sua área de intervenção.

²⁰⁴ Neste artigo elogia-se igualmente o trabalho, na sua opinião, ímpar da C.I.C.: “A falta de iniciativas e de propaganda têm sido os factores primordiais do atraso em que se encontram todas as nossas zonas turísticas. Porém, êste ano, houve um pequeno impulso, que mesmo assim é qualquer coisa de notável, em relação ao que se tem feito aqui. Queremo-nos referir ao esforço patriótico, saído duma iniciativa a todos os títulos honrosa a que a Comissão de Turismo da Covilhã meteu ombros (...). à moda da Suíça, esta importante e competente Comissão de Turismo montou nos mais elevados cumes da sua serra vários jogos de inverno, fazendo ao mesmo tempo uma propaganda criteriosa e eficaz que conseguiu levar ali algumas centenas, senão milhares de curiosos e aficionados de todas as partes do país. (...)”.

²⁰⁵ *La Voz Extremeña*, 16/07/1931

²⁰⁶ *La Gazeta Regional*, 27/08/1931

com os frutos já maduros, — é só lançar a escada e colhê-los.

O Raio, 20/03/1932

Alguns meses mais tarde vem a lume a notícia de que faziam já parte do Club duzentos sócios, tendo sido aprovados oficialmente os seus estatutos e reconhecida a sua utilidade quer por entidades superiores quer por técnicos que acompanharam a sua formação particular. Sublinha-se o facto de ser uma organização “absolutamente independente, nada tendo com as mesquinhas questões bairristas” e indica-se que a sua sede seria nas Penhas Douradas por aí se encontrarem as facilidades e a conveniência associativa necessárias²⁰⁷. Cabe aqui salientar que em 1912, muito antes, portanto, do ano da criação do Ski Club, havia “discursos no sentido de transformar a Serra da Estrela numa estância de prática de alpinismo e desportos de neve. (...) Um facto curioso: em plena serra Duarte Rodrigues funda o *Club Alpino Portuguez*, referindo que em toda a Europa existiam agremiações do género menos em Portugal.”²⁰⁸.

A primeira referência em acta ao Ski Club de Portugal faz-se em 30 de Novembro de 1932, quando esse organismo convidou a C.I.C. a assistir à reunião da apresentação oficial do seu projecto para os desportos de Inverno na Serra da Estrela, a decorrer na Câmara da Covilhã. Não consta do documento nenhuma resposta ao convite, motivo pelo qual terão surgido algumas observações menos abonatórias relativamente ao comportamento da Comissão, segundo as quais não veria ela com bons olhos o Ski Club de Portugal, pretendendo mesmo dificultar a sua acção. Forçada a desmentir tais comentários, escreve um mês depois que considerava tais versões absolutamente infundadas e que agradecia todo o trabalho de promoção da Serra, nomeadamente o desse clube, através dos desportos de Inverno²⁰⁹.

Pondo rapidamente mãos ao trabalho, o Ski Club trabalha desde o início lado a lado com as entidades que tinham, tal como ele, o intuito de levar o progresso à região e de a dar a conhecer aos portugueses e estrangeiros como uma das estâncias turísticas de referência. Para darem início a essa enorme tarefa, o Club e os organismos oficiais da Covilhã — Câmara Municipal e C.I.C. — inauguram a 22 de Janeiro de 1933 a temporada

²⁰⁷ *O Raio*, 27/11/1932

²⁰⁸ Virgínia Maria S. Henriques Calado, *Construção Social de um Espaço de Montanha: a Visão da Serra da Estrela de 1881 à Década de 30*, 1994, p. 88, citando Duarte Rodrigues, *Aos Montes Hermínios, impressões de uma viagem de exploração desportiva na Serra da Estrela*, 1912

²⁰⁹ Acta de 04/01/1933

desportiva na Serra, que se encontrava debaixo de uma grande altura de neve. Convidam-se o Conselho Nacional de Turismo, a Junta Autónoma de Estradas, o Governador Civil do distrito, o Automóvel Club de Portugal, a Sociedade Propaganda de Portugal, o Secretário Geral dos Caminhos de Ferro Portugueses e os jornais de Lisboa e Porto a assistirem à festa que se realizava a esse propósito. Sabemos pel' *O Raio* que nesse dia caiu um “formidável nevão” e que as três entidades covilhanenses trabalharam em conjunto com o auxílio do “sr. Comandante do 21º e por outras boas vontades particulares”, para que se abrisse o caminho com um tractor de tracção animal e com a ajuda de sessenta trabalhadores²¹⁰. Também o *Diario de Notícias*, *O Seculo* e *O Comercio do Porto* aludem a esse dia, todos eles referindo as boas recordações com que ficaram da festa²¹¹. Alinhado com o estilo laudatório da maioria da imprensa — algo invulgar neste jornal —, elogia igualmente *O Raio*, em Fevereiro desse ano, o trabalho de equipa que se notou na comemoração, afirmando que “A iniciativa particular aliada aos serviços publicos, estão fazendo uma obra útil a todos.”²¹². O espírito de entreajuda esteve de igual modo presente aquando do pagamento das despesas relacionadas com o certame, pois lemos em 22 de Fevereiro que elas foram divididas pelas três entidades envolvidas.

Passada a festa memorável de inauguração dos desportos de Inverno, era agora altura de programar várias iniciativas que tirassem o melhor proveito das potencialidades da Serra, como corridas de esqui e excursões a esse lugar mágico, como frequentemente lhe chamavam os jornais e as revistas de então.

Relativamente às corridas de esqui, as primeiras foram levadas a cabo pela C.I.C. em Março de 1933 na Nave de Areia. Organizou-se um grande grupo excursionista que partiu da Estação do Rossio, em Lisboa. Com o grupo partiu também uma equipa de repórteres que filmou o embarque e as corridas na Serra. Como prémio foi encomendada uma taça a Celestina Mota dos Santos, do Porto. Pela leitura das actas, sabemos que praticamente todas as outras que se lhe seguiram foram organizadas sobretudo pelo Ski Club de Portugal, tratando somente a Comissão de oferecer os prémios ou de fazer parte do júri das provas. Tentou por vezes o *Notícias da Covilhã* atribuir todos os louros à Comissão da cidade, anunciando ter sido iniciativa desta a ideia dos desportos de Inverno na região, e que João dos Santos Simões, de Tomar, apenas aí se dirigiu atraído pela actividade

²¹⁰ *O Raio*, 22/01/1933

²¹¹ *Diario de Noticias* e *O Seculo*, 24/01/1933; *O Comercio do Porto*, 25/01/1933

²¹² *O Raio*, 12/01/1933

desportiva da C.I.C.. Este facto é denunciado pel' *O Raio*, que esclarece que João Simões foi quem primeiro fez a demonstração prática de que a neve na Serra tinha as condições necessárias para a prática de esqui, pedindo ao *Notícias da Covilhã* a reposição pública da verdade²¹³.

Já em 1934, as duas instituições trabalharam mais irmamente em parceria com a Comissão Administrativa Municipal, tratando da recepção e programa de festas em honra do Comité Olímpico Português, que visitou a Serra nos últimos dias de Dezembro desse ano.

Alguns foram os momentos em que os jornais elogiaram unicamente nas suas páginas o desempenho da Comissão em prol dos desportos na Serra, como lemos sobretudo no *Notícias da Covilhã* e n' *A Voz*, maioritariamente em artigos que fazem a retrospectiva do trabalho da C.I.C.. Porém, o que mais constatamos na imprensa são referências conjuntas a esse organismo e ao Ski Club, sem se dar mais ênfase a um ou a outro, pois tem-se consciência de que foi o esforço conjunto das duas entidades que conduziu ao aumento do número de visitantes e esquiadores na Serra da Estrela. Até mesmo nos meses imediatamente anteriores à cessação de funções da Comissão de Iniciativa, os jornais mencionam sempre a parceria de ambos os organismos ao descreverem, por exemplo, os passeios à “Manchester Portuguesa”²¹⁴ e as corridas de esqui.

Ainda a respeito do Ski Club de Portugal, cabe deixar aqui uma breve referência a António Esteves Lopes, eleito presidente desse organismo em 1935 e importante figura na sociedade covilhanense sua contemporânea. Nascido em 1900 em Lisboa, rumou à Covilhã assim que se formou, tomando posse como professor de Desenho em 1922, na antiga Escola Industrial Campos Melo. Passados dez anos, “em reunião com todas as colectividades da Covilhã, o professor Esteves Lopes apontava para a necessidade de se criar uma nova mentalidade no espírito do povo da Covilhã, pelas iniciativas do bem geral.”²¹⁵. No ano seguinte, diz-se apaixonado pelo Ski Club de Portugal, pelo turismo e sua organização, afirmando que, assim que fosse criada uma escola de esqui na Serra da Estrela, muitos mais desportistas se poderiam esperar nesse local. No dia 1 de Dezembro de 1935 comemora a sua eleição como presidente do Club na Torre, “pois com o seu incansável trabalho conseguiu que a Emissora Nacional instalasse ali um posto, para que

²¹³ *O Raio*, 18/02/1934

²¹⁴ *A Voz*, 03/04/1936. Epíteto que, metaforicamente, a compara ao grande centro industrial inglês.

²¹⁵ Álvaro Morgadinho, *Homens e Factos*, Covilhã, 1997, p. 7

do ponto mais alto de Portugal se fizesse uma saudação especial a todo o País, dirigida por um grupo de esquiadores, e filmada pelo operador Aquilino Mendes.”²¹⁶.

No que concerne a excursões à Serra, inúmeras foram as vezes que a C.I.C. propôs organizarem-se visitas que chegassem à cidade nos transportes públicos então mais em voga — o comboio e a camioneta²¹⁷. A entidade procurava obviamente tirar contrapartidas financeiras dessas viagens em grupo mas, saliente-se, aproveitava as mesmas para fazer peditórios cujas contribuições seriam posteriormente entregues aos mais carenciados. É disso exemplo a quantia de 149\$25, entregue em Agosto de 1932 ao Albergue dos Inválidos do Trabalho, fruto de um peditório feito aos turistas de um dos “comboios mistério” que visitavam a Covilhã.

Para se explicar no que consistia um comboio-mistério, então muito em voga no turismo nacional, transcrevem-se algumas linhas d'*O Comércio do Porto* que, a propósito da viagem do 8º comboio-mistério da C.P. (dessa vez à Serra e com tão grande êxito que seria repetida daí a uma semana), apelidava a mesmo de “simpática iniciativa”:

(...) Em todos os *comboio-mistérios* se ignora, até certa altura, os pontos a visitar. Porém, êste, mal os passageiros entraram nas carruagens, já sabiam que a principal visita a fazer-se seria á Serra da Estrela, dada a recomendação que a C.P. fazia de levarem agasalhos. (...)

O Comércio do Porto, 06/09/1932

São bastantes os jornais que relatam a grande afluência de turistas que, utilizando os meios de transporte colectivos ou mesmo viaturas particulares, iam em passeios à montanha, publicando fotografias da neve, de trabalhadores limpando a estrada na época mais fria, da então ainda existente Pensão Lobo Branco, devastada pelo fogo algum tempo depois, dos excursionistas vestidos a rigor para enfrentarem as baixas temperaturas (muitos deles “das mais distintas famílias lisboetas”²¹⁸) e até do próprio tesoureiro da C.I.C., Joaquim Gonçalves de Carvalho, que assina diversos artigos sobre o trabalho desenvolvido em prol do turismo.

O comboio foi, sem dúvida, o meio de transporte privilegiado para levar as gentes portuguesas à Serra. Atraídos por títulos cada vez mais elaborados e por legendas deveras

²¹⁶ *Idem, Ibidem*

²¹⁷ A organização ou participação da C.I.C. em actividades de animação que impliquem estes dois transportes serão descritos mais pormenorizadamente no capítulo “Transportes”.

²¹⁸ *O Comercio do Porto*, 07/01/1934

sugestivas, como “A neve e o mistério das noites brancas”²¹⁹, “A Serra da Estrela em trajes de noiva recomeçou o movimento”²²⁰, ou “Há brancuras de neve na Serra e claridades d'alegria nos corações moços”²²¹, os visitantes iam em massa visitar os seus pontos culminantes que, até então, só conheciam pelo jornal ou pelo compêndio da escola. Outros havia que a revisitavam, tal eram as recordações que tinha deixado nas suas memórias. A Serra era assim percepcionada como um lugar “mágico”, “fonte de vida (lugar de origem das águas) e caminho para o aperfeiçoamento espiritual” e “lugar de purificação e de regeneração de onde brotam águas límpidas e cristalinas”²²².

A C.I.C. evidencia um interesse particular pelo comboio sobretudo a partir de 1932, ano em que contacta a Delegação para o Turismo da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses, lembrando-lhe a conveniência de se organizarem excursões à Serra a preços módicos e com escala na cidade da Covilhã, tal como se fazia então para o Algarve²²³. Estava dado o mote para a vasta correspondência trocada entre as duas entidades que, nesse ano e nos que se lhe seguiram, organizam conjuntamente inúmeras viagens de comboio: viagens em “comboios especiais”, “comboios turísticos”, “comboios mistério”, “comboios populares” e “comboios cruzeiro de luxo”²²⁴, cuja diferença se baseava em certos factores, como a época do ano, o número de passageiros, os preços praticados, os serviços incluídos e a finalidade da viagem.

A camioneta foi escolhida pela C.I.C. mais tardiamente e em muito menor proporção, essencialmente para as excursões que partiam do Porto em ocasiões concretas e para as carreiras que ao fim-de-semana tinham como destino a cidade da Covilhã. Para o efeito contactou-se Joaquim de Oliveira, de Águeda, a Garage Avenida e a Companhia Carris, da cidade do Porto²²⁵. Uma vez chegados, de comboio ou de camioneta, tinham os forasteiros à sua disposição um serviço de carreiras diárias para o Sanatório e outro para Unhais da Serra três vezes por semana. Também em determinados eventos havia carreiras especiais para as Penhas da Saúde. Para ilustrar a complementaridade de serviços que se proporcionava a quem estava de visita, transcreve-se sumariamente uma peça jornalística d'*O Comércio do Porto*, cujo título é “A Neve!... A grande fascinação...”:

²¹⁹ *Diário de Coimbra*, 20/05/1934

²²⁰ Op. cit., 01/03/1935

²²¹ *Revista Fémina*, 23/03/1935

²²² Virgínia Maria S. Henriques Calado, *Construção Social de um Espaço de Montanha: a Visão da Serra da Estrela de 1881 à Década de 30*, 1994, pp. 18-19.

²²³ Data de 24/02/1932 o primeiro contacto com esse fim.

²²⁴ Denominações presentes nas actas da C.I.C. e nos jornais seus contemporâneos.

O terceiro “Comboio Especial da Neve”, oriundo de Lisboa, teve um êxito completo, um êxito inultrapassável. (...)

A' chegada desse comboio feliz, à Estação da Covilhã, a chuva caía a potes. (...)

Pôs-se em movimento a imensa mole de gente, a caminho da cidade. (...)

O comboio de caminhetas principia a galgar a floresta, quási tôda nevada, num roncar de motores que impressionava. (...)

O Comércio do Porto, 25/03/1936

Segundo afirmava, para receber adequadamente os visitantes que cada vez mais iam chegando, a C.I.C. necessitava de diversos artigos desportivos. Solicita por isso logo em 1931 o envio de catálogos a lojas estrangeiras ou lisboetas da especialidade, bem como respectivos preços e condições, adquirindo alguns desses materiais. Quatro anos passados e compraria por 300\$00 um barco a remos a uma empresa da Póvoa de Varzim, para o lago Viriato, na Nave de Areia.

A C.I.C., como se vê, organizou várias excursões que partiam de longe e se dirigiam à sua área de intervenção, concedendo por vezes alguns subsídios para o efeito²²⁶. Não obstante, preparou também algumas para os seus próprios habitantes que, dessa forma, tiveram a oportunidade de conhecer outras regiões, como lemos no *Diário de Coimbra*²²⁷ ao Norte e Galiza e, em acta, a Madrid, Cáceres²²⁸ e ao Porto²²⁹. Para todas elas foram diligenciadas as medidas necessárias, principalmente pedidos de facilidades para a passagem dos grupos pela fronteira que divide Portugal e Espanha. A este respeito foi enviado à Comissão um ofício do Conselho Nacional de Turismo informando-a de que se deveria desinteressar por excursões que tivessem por objectivo a saída do país.

Feita a análise da participação da Comissão de Iniciativa na organização e participação em actividades de recreio e lazer desde a sua criação até à extinção em 1936,

²²⁵ Acta de 22/02/1933 e 29/03/1933

²²⁶ Nomeadamente o de 250\$00 ao jornal *A Voz Desportiva*, de Coimbra, que anuncia estar a organizar uma visita de camioneta à Serra, a realizar-se em Março de 1936. Poderiam inscrever-se todos os interessados e pagar a viagem semanalmente, durante os meses de Janeiro e Fevereiro.

²²⁷ *Diário de Coimbra*, 31/06/1933: indica-se o itinerário, o preço (300\$00) e o local da inscrição (C.I.C. ou Auto Garage).

²²⁸ Acta de 18/05/1933

²²⁹ Acta de 27/06/1934. A esse respeito, sabemos que a C.I.C. pediu à C.P. informações e preços para a organização de um comboio especial ao Porto, onde decorria a Exposição Colonial Portuguesa. Um mês depois, a C.P. responde que essa viagem só se poderia realizar no dia 19 de Agosto, e não no dia doze, como era previsto. Certo é que na sessão de 29/08/1934, lemos que a Comissão delibera organizar essa viagem de camioneta, em virtude de alguns desentendimentos com a C.P., que entretanto organizara vários comboios especiais de diversos pontos do país, “inclusive desta cidade (Covilhã) e Tortosendo, com destino ao Porto, prejudicando por tal motivo o êxito de que esta Comissão tencionava levar a efeito”.

podemos concluir que o trabalho demonstrado ao longo de sete anos revela ter percebido o turismo como uma necessidade regional e local, fonte de receita que urgia aperfeiçoar e divulgar. A propaganda e a divulgação deste tipo de actividades na Serra da Estrela e na cidade da Covilhã foi sempre uma das prioridades da C.I.C., como se constata pelos quadros das contas de gerência no capítulo “Receitas e Despesas”, que nos indicam as quantias gastas em propaganda. Através da análise desses quadros apercebemo-nos ainda de que no ano económico de 1931/32, ou seja, antes da criação do Ski Club de Portugal, a Comissão gastou 12.520\$74 em “Desportos de Inverno”. Já no ano que se seguiu, a quantia para essa rubrica nem sequer é mencionada, o que nos leva a crer que todas as despesas relacionadas com essas actividades foram provavelmente suportados apenas pelo Ski Club, fundado em 1932. No ano de 1933/34 apresenta-se um gasto com os “Desportos” de 1.540\$00, possivelmente aplicado nos prémios que a Comissão aceitara ser ela a atribuir. Ao contrário do que a imprensa local refere, poderemos concluir que a organização dos “Desportos de Inverno” esteve sempre mais a cargo do Ski Club de Portugal, ao passo que a sua divulgação esteve mais no âmbito da acção da C.I.C.. Esta atitude é perfeitamente compreensível se nos lembrarmos que os elementos do Club tinham já grande experiência neste tipo de eventos.

Se por um lado a Comissão foi diminuindo o seu interesse por determinado tipo de eventos, como foi o caso das corridas de automóveis, por outro lado revelou um interesse crescente pela organização de outras actividades de recreio, como a dos comboios mistério, associando-se a diferentes entidades, de que foi exemplo a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses.

A acção concertada do Poder Público e da acção particular, embora longe da perfeição que sempre se ambiciona para qualquer trabalho, deu a conhecer a muitos a cordilheira do coração da Beira Baixa que, de Verão ou Inverno, se aperlava para receber com calor ou com neve todos os que a visitavam. Mais do que isso, a indústria do turismo que agora despontava — não só na Covilhã mas também um pouco por todo o país — revelava a verdadeira consciência de uma tarefa de grande amplitude que não terminava nos limites espaciais estabelecidos por lei, onde todos tinham o seu papel a desempenhar. As últimas linhas de uma coluna que o *Semana das Beiras* dedicava semanalmente à Serra da Estrela são disso o exemplo acabado:

(...) Está averiguado, no entanto, que só a acção convem é frutuosa. Um por todos e todos por um deve ser o lema dos beirões de alena [sic] dêsses que desprezam o platonismo e o fracionamentos ?sic?. Temos a bandeira na “Semana das Beiras”. Acolhamo-nos a ela, soldados da mesma cama, obreiros do mesmo edificio, cultivadores do mesmo terreno, peças da mesma máquina que há-de mover tôda a engrenagem das nossas comuns aspirações.

Nós pela Serra da Estrêla e pela Covilhã, outros pela Guarda, por Castelo Branco; estes por Coimbra e pela Figueira da Foz; Aqueles ?sic? por Vizeu, por Aveiro; mas todos juntos, lado a lado, ombro a ombro, propaguemos porque êste canto adorado de Portugal (...) possa conquistar as regalias a que lhe dão jus, o seu valor, a sua lealdade e os seus méritos.

Joaquim Gonçalves de Carvalho, *Semana das Beiras*, 17/11/1935

CAPÍTULO 10 — TRANSPORTES

A implementação de uma qualquer rede de transportes constitui tarefa complexa, que requer muitas das vezes a construção de grandes e demoradas infra-estruturas, todas elas de custos avultados. No caso concreto do nosso país, o preço final a pagar por essas obras encarecerá quanto mais longe do litoral distar a área que se quer beneficiar, zona essa dotada de uma rede rodó e ferroviária há já muito existente. Poderão ainda concorrer para a factura final vários outros factores, como o facto de podermos estar perante um terreno acidentado, de este se situar a uma altitude ou profundidade consideráveis, dos cursos de água existentes ou do tipo de terreno, sendo assim necessárias as devidas obras de forma a permitir-se a passagem do comboio ou de qualquer veículo motorizado.

Se pensarmos no caso concreto da cidade da Covilhã e na área onde ela se insere, fácil é compreendermos como a região serrana nunca foi uma das prioridades dos governos centrais ao nível da construção de uma eficiente rede de transportes — a relativa distância entre o interior montanhoso, algo ainda provinciano e de fraca voz, e o litoral de fácil acesso, ou a nem sempre fácil organização e gestão de meios, dificultados pela máquina burocrática com o centro em Lisboa, foram factores que sempre adiaram o desenvolvimento desta região portuguesa. Aliado a estes, temos ainda as grandes dificuldades financeiras vividas na década de 30, que obviamente se sentiam com maior gravidade no Portugal longínquo.

Para conseguir de alguma maneira sobreviver neste cenário profundamente desfavorável e contornar os obstáculos que se lhe deparavam, teve a C.I.C. de trabalhar bastante e em conjunto com todas as entidades possíveis — centrais, regionais, locais e particulares. Este esforço conjunto esteve também presente no que respeita à implementação, gestão e promoção dos meios de transporte da sua área de jurisdição. Foram essencialmente três os escolhidos para conduzirem milhares de visitantes à Covilhã e à Serra ao longo dos sete anos de vigência da Comissão de Iniciativa: o comboio, a camioneta e, em menor número e somente para viagens de curta distância, o automóvel de praça ou de aluguer. Por tal facto serão estes os transportes sobre os quais nos debruçaremos nas páginas que se seguem. Analisar-se-ão as medidas que ao longo dos anos foram sendo tomadas pela C.I.C. no sentido de melhorar a sua rede de transportes, os

pedidos dirigidos aos órgãos de gestão dos transportes portugueses, os serviços solicitados e prestados e respectivos subsídios, os contratos assinados com as diferentes companhias e, entre outros, as habilidosas formas de levar forasteiros às suas paragens. Como para todos os outros assuntos abordados nesta pesquisa, também para a análise dos transportes existentes à época foram essenciais não apenas as actas das sessões da Comissão de Iniciativa, mas também os artigos de jornal redigidos então sobre o assunto, aos quais se fará alusão sempre que necessário.

Inicia-se a descrição dos meios de transporte na região pelos comboios, para os quais havia sido construída há muito a linha da Beira Baixa, e que por esse mesmo motivo carecia de obras de beneficiação. A respeito desse transporte na região, lê-se assim na página 67 da Monografia que a C.I.C. mandou elaborar em 1932: “Actualmente a estação da Covilhã, que pertence á linha da Beira Baixa, é servida por dois comboios ascendentes e dois descendentes, alem de outros entre a Guarda e Entroncamento. (...)”. A Covilhã, de facto, não fazia ligação com outros pontos do país, pelo que os passageiros tinham de viajar de comboio até à Guarda e, só então aí, poderiam escolher um outro que os levaria ao seu destino²³⁰.

Por partilharem necessidades e convicções semelhantes, reúnem-se em Lisboa, no Verão de 1929, as entidades que desejavam ver melhoradas as “linhas férreas da Beira”, encontro promovido pelos interessados de Aveiro e ao qual comparece o Presidente da C.I.C., convidado pela Comissão Administrativa Municipal da Covilhã. Constata-se, assim, como o interesse conjunto das duas entidades por este assunto se revela logo aquando da criação da Comissão de Iniciativa²³¹.

A primeira tomada de posição relacionada com a linha da Beira surgiria, porém, somente um ano depois, em Agosto de 1930, quando o dirigente da C.I.C. informa os restantes membros que a Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses (ou C.P. — Comboios Portugueses) estava a utilizar na linha da Beira Baixa carruagens de 2ª classe “sem corredor e sem retrete”, pelo que foi deliberado oficialiar o organismo para que voltassem a essa linha carruagens modernas e com as devidas condições²³².

²³⁰ Com base no *Guia de Hotéis e Turismo em Portugal* (pág. 604), as companhias portuguesas de caminhos de ferro existentes eram as seguintes: Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta, Companhia Nacional de Caminhos de Ferro, Companhia dos Caminhos de Ferro do Norte de Portugal, Companhia Portuguesa para a Construção e Exploração de Caminhos de Ferro, Sociedade Estoril e Empresa Mineira do Lena (Caminho de Ferro do Lena).

²³¹ Acta de 10/07/1929

²³² Acta de 13/08/1930

Outras das preocupações manifestadas pela C.I.C. ao longo dos anos prendem-se com os horários dos comboios e suas possíveis alterações, com os atrasos verificados, com a falta de ligação entre eles, com a velocidade da marcha e com a falta de conforto registada, apelos nem sempre atendidos.

Relativamente aos horários, sabemos, por exemplo, que em Novembro de 1931 se pediu ao Conselho de Administração da C.P. que alterasse o horário do comboio de mercadorias para as 10h da manhã por ser mais vantajoso, o que não veio a acontecer. Lemos também que em Março de 1933 se pede a essa entidade para apreciar as sugestões de alteração dos horários dos comboios que serviam a Beira Baixa durante a época de Verão, mas não consta das actas resposta ao ofício. Sabemos ainda que por ter sido alterado um horário com o qual não se concordava, a C.P. é contactada novamente em Maio, escrevendo-se nessa altura que o que por ela fora imposto não beneficiava a área, alvitando-se algumas modificações para se melhorar o serviço — alterações nos comboios ascendentes de forma a haver ligação na Guarda com o comboio rápido n.º 4, da Beira Alta —, e se conseguir o avanço até à Covilhã e Guarda do comboio n.º 2145, que terminava a viagem em Castelo Branco. O documento então enviado é assinado por todas as colectividades representativas da Covilhã, sendo o mesmo dado ao conhecimento das Câmaras Municipais do Fundão e de Belmonte, a fim de secundarem o mesmo ponto de vista. Percebendo que os seus pedidos não são atendidos, insiste-se no mês de Junho com nova representação, desta vez subscrita pela C.I.C. e pela Câmara Municipal, Associação Industrial e Associação Comercial de Lojistas. Quando finalmente recebe resposta, é comunicado à C.I.C. não ser possível atender ao desejado, visto não existir na estação da Guarda ligações de comboios em boas condições, pedido que tinha sido já anteriormente solicitado pela Companhia da Beira Alta. Decide portanto a C.I.C. enviar cópia da resposta ao Presidente do Conselho de Administração da C.P., a quem comunica enviar cópia semelhante ao Director Geral dos Caminhos de Ferro e Ministro das Obras Públicas e Comunicações. Por fim, este último informa não serem possíveis as alterações pretendidas²³³.

Quanto aos atrasos verificados nos comboios, redigem-se algumas linhas em acta, em Outubro de 1932, sobre a necessidade da C.P. tomar as devidas providências no sentido de serem eles evitados, sugerindo-se que para um desses comboios houvesse um

²³³ Acta de 06/09/1933

desdobramento no Entroncamento, seguindo à sua frente a partir desse local o comboio-correio. Os atrasos aconteciam porque se transportava grandes quantidades de mercadoria, nomeadamente peixe, demorando-se muito tempo a fazer a distribuição pelas várias estações. A C.P. informa posteriormente que iria tomar as medidas necessárias tendentes à normalização do horário. Em Abril de 1933 volta a Comissão a chamar a atenção dos responsáveis sobre o atraso dos comboios, desta vez sobre o que é proveniente do Porto e que transporta o correio e os jornais²³⁴.

Oficiou-se ainda a Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses por outros motivos: pela falta de ligação entre o comboio rápido da Beira Alta e o n.º 164 da C.P.; para o empedramento da via na região, especialmente nas estações da Covilhã e de Tortosendo; para a montagem de aparelhos de aquecimento nas carruagens de 3ª classe; e para se reclamar contra a falta de transporte da estação para a cidade dos passageiros do comboio ascendente n.º 2145 (entre Castelo Branco e a Covilhã), que chegava às 23h52. Sabemos, por fim, que meses antes da extinção da C.I.C., em Abril de 1936, a Câmara Municipal, a Associação Industrial e Comercial e a Associação Comercial de Lojistas da Covilhã informam a C.I.C. terem secundado a sua exposição ao Conselho de Administração da C.P. sobre o aceleração da marcha entre Castelo Branco e a Covilhã do comboio ascendente n.º 2145. Embora se tenham unido em prol do melhoramento deste transporte e não tenham para tal poupado esforços, vêem que os seus protestos tinham sido em vão quando recebem a notícia do Director Geral e do Vice-Presidente da C.P. informando não ser possível nesse momento solucionar o problema. No derradeiro pedido da C.I.C. ainda se insiste nesse assunto “a fim de ser resolvido a bem dos interesses desta região”, mas surge em Junho igual resposta da Direcção da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses²³⁵.

Atento a todas estas situações que em nada abonavam a favor da sua região esteve sempre o jornal *O Raio* que, num artigo intitulado “*O misterio da C.P.*”, dirigia à Companhia as seguintes farpas:

Pergunta-nos um leitor se sabemos alguma coisa sobre os comboios “misterio” da C.P. Nada. Absolutamente nada sabemos. E não só desse mistério, como de todos os mistérios administrativos e financeiros da nossa mais importante empresa ferro-viaria, cuja exploração

²³⁴ Acta de 26/04/1933

²³⁵ Acta de 24/06/1936

deficitaria prossegue, com péssimos serviços, vastos e fartos conselhos de administração, poucos comboios e velocidades inacreditáveis.

Mas será com as excursões turísticas e com os comboios “misterio” que a C.P. pensa em preencher, neste momento, a sua função? Não terá ela, não terão os seus dirigentes, outros meios de melhorar, de renovar, de refundir a sua administração? Não sentirão outras responsabilidades nem mais obrigações para com o Estado e para com o país, do que as que tais excursões e comboios preenchem?

O Raio, 24/06/1932

Se nestas áreas poucos foram os resultados dos pedidos da C.I.C. e demais entidades à C.P., outras houve em que se estabeleceu entre todos uma franca comunicação, tendo a troca de correspondência dado os seus frutos. Para explanarmos o trabalho desenvolvido pela C.I.C. em parceria com a Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses atentaremos nas muitas iniciativas de ambas para levar as gentes portuguesas à grande Montanha, sobre as quais recaiu um olhar sempre atento da imprensa nacional.

Já na década de 20 a C.P. evidenciara um interesse particular pela Serra da Estrela, com o projecto de construção do Sanatório dos Tuberculosos Ferroviários, projecto do arquitecto Cotinelli Telmo. Podemos ler a notícia n'*O Raio* de Outubro de 1929 sobre as obras entretanto iniciadas e apreciar o desenho do seu projecto. O edifício era encarado com grande entusiasmo pelos covilhanenses, lendo-se assim nas páginas desse jornal: “ (...) Fazemos essa publicação com o maior prazer, tão certo é que ela se refere a um dos grandes melhoramentos da nossa terra e ao inicio do aproveitamento efectivo das condições privilegiadas ‘sic?’ para o turismo e cura, da Serra da Covilhã.”²³⁶.

Em 1931 iniciam-se os contactos entre as duas entidades no sentido de se utilizarem os comboios da C.P. para viagens turísticas especiais. Solicita-se, para tal, algumas informações sobre a possibilidade de se realizar um comboio especial, não de Lisboa à Covilhã mas vice-versa, em carruagens de 2ª e 3ª classe para cerca de duzentos passageiros (cinquenta em 2ª e cento e cinquenta em 3ª classe). Lemos na acta da sessão de 7 de Maio que a Companhia enviou os preços à C.I.C., concluindo-se, assim, que havia um manifesto interesse em realizar essa viagem. No ofício, a C.P. comunica ainda estarem disponíveis “os mesmos bilhetes de banhos que foram criados para as termas de Unhais da Serra”.

Estabelecida entretanto uma boa relação entre as entidades, aproveitava-se para, em

²³⁶ “Sanatorio dos Tuberculosos Ferro-Viarios — o seu Projecto”, *O Raio*, 20/10/1929

finais de Junho, se enviarem alguns cartazes de propaganda turística e das Festas da Cidade à Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira Alta, à Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses e seu Delegado para o Turismo, bem como ao Chefe da Repartição de Jogos e Turismo, para serem afixados nas gares das suas estações.

Foi, contudo, no ano de 1932 que se deu início à troca de ofícios entre a Comissão de Iniciativa e a C.P. com maior regularidade, a qual se estendeu até à data da cessação de funções da primeira. Por esse esforço congratula-se o *Notícias da Covilhã* que, em Março de 1932, escrevia que “A palavra turismo que tantos engulhos causará a certas pessoas que só vêm ?sic? interesses onde cheira a lã e a rotina, já não é uma expressão vã na nossa terra.”, elogiando nas linhas seguintes o trabalho da C.I.C. e o facto de se estarem a negociar tarifas especiais a preços reduzidos entre a Estação do Rossio e a Serra (viagem de ida e volta, com todas as despesas incluídas)²³⁷. Lemos igualmente n’O *Comércio do Porto* que da capital tinham partido de comboio cem excursionistas, nenhum deles “dando por mal empregados os encómodos ?sic? da viagem e o dinheiro gasto, e houve a certeza de que as notícias postas a correr nos periódicos não eram enganosas, nem sequer exageradas.”²³⁸. Também *O Século* relata nesse mesmo dia a “1ª excursão da C.P., de acôrdo com a Comissão de Iniciativa da Covilhã”, anunciando que de 20 a 27 de Março se realizariam diariamente excursões com igual destino, organizadas pela Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses, “atendendo-se, assim, aos pedidos da Comissão de Iniciativa.”²³⁹.

Em Julho desse ano recebe a C.I.C. um ofício da Delegação para o Turismo da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses em que esta questionava quantas pessoas seria possível alojar na Covilhã, e respectivas condições, para poder organizar um comboio-mistério à cidade. A Comissão mostrou-se entusiasmada com a proposta, perguntando de imediato qual poderia ser o seu partícipe, a fim de, em harmonia com ele, proporcionar o máximo de diversões e passeios aos passageiros. Recebida a resposta desejada, enviam-se posteriormente várias modalidades de programas e seus preços para

²³⁷ *Notícias da Covilhã*, 06/03/1932

²³⁸ *O Comércio do Porto*, 20/03/1932

²³⁹ A divulgação publicitária de meios de transporte vinha de há muito, quer de transportes que visavam actividades recreativas, quer daqueles que faziam a deslocação de pessoas sem essa componente lúdica. Já na segunda metade do século XIX o cartaz era utilizado pelas companhias de vapores para a “captação de passageiros”. (Joaquim da Costa Leite, “O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914)”, in Boris Fausto (org.) *Fazer a América: A Imigração em Massa para a América Latina*, 1999, p. 189.) Também os periódicos da década de 30 foram um dos meios privilegiados para a publicidade das excursões de camioneta ou de comboio aos vários pontos de interesse do país.

excursões em grupo à Serra da Estrela, tendo a Companhia decidido organizar o primeiro comboio-mistério oriundo de Lisboa com destino à Covilhã no dia 27 de Agosto de 1932.

Transcrevem-se algumas das linhas de um artigo publicado n'*O Comércio do Porto*, publicado em Setembro de 1932, pois são elas exemplo das notícias que iam sendo entretanto redigidas nos mais diversos jornais do país a propósito das viagens de comboio à região:

(...) Numa marcha acelerada, começa o comboio a tragar quilómetros sobre quilómetros, deixando para traz as estações do percurso e levantando à passagem enormes nuvens de poeira. E' tal a velocidade adquirida pelo comboio que, á chegada a Alfarelos — primeira paragem que fez depois de Gaia — teve de ser suprimida uma carruagem, devido aos bronzes do rodado se terem queimado, seguindo até ao Entroncamento com a carruagem-restaurante e uma de 1ª classe. Ali foi, então, atrelada outra carruagem, visto os excursionistas irem aglomerados. (...) Maravilhosa viagem, cheia de atractivos panoramicos e que deliciaram todos os excursionistas, vendo-se nos rostos dêstes a satisfação pelo passeio que a C.P. lhes proporcionou. (...) A' chegada do comboio, 16 horas e 20 minutos, estralejam no ar numerosos foguetes, aguardando na estação os excursionistas, os srs. João Alves da Silva (...), Joaquim Gonçalves de Carvalho (...) e muito povo. (...) toma-se lugar em 6 caminhetas, que se dirigem para Unhais da Serra. (...)

O Comércio do Porto, 06/09/1932

Repetido uma semana depois, dado o sucesso alcançado, lemos novamente nesse jornal, bem como n'*O Primeiro de Janeiro*, o mesmo género de artigos elogiosos, acompanhados de fotografias de grandes dimensões, pelos quais ficamos a saber que o preço do bilhete era de 200\$00 em 1ª classe e de 175\$00 em 2ª, com todas as despesas incluídas²⁴⁰.

Também *O Raio* não pôde deixar de abordar este tema nas suas páginas, embora o conteúdo da notícia sobre o comboio mistério fosse bastante diferente, num tom muito pouco laudatório. Começa mencionando que, tal como estava anunciado, o comboio-mistério da C.P. tinha chegado à cidade às “14 horas de sábado”, para criticar de imediato toda a organização que se seguiu e o incumprimento do programa anunciado, ficando os excursionistas com má impressão de “tal serviço, assim como o acampamento da Serra”, que acusa serem da exclusiva iniciativa do Presidente da C.I.C.. Escreve ainda sobre a falta

²⁴⁰ *O Comércio do Porto*, 06/09/1932; *O Primeiro de Janeiro*, 07/09/1932

de conforto e comodidade das dormidas numa “faixa de palha e um cobertor negro”, num local sem luz, pelo que teve de ser o próprio Presidente a acender candeeiros às 2 horas da madrugada. Conclui assim: “Pois agora, que se sentem esmagados pela crítica da imprensa de Lisboa, andam para aí, a uma voz, endossando ao presidente todas as responsabilidades, o que quer dizer que naquela comissão só o presidente tem iniciativas e obras, reservando-se aos restantes membros apenas o papel da representação.”²⁴¹.

De facto, José Alves da Silva foi o principal impulsionador das actividades da Comissão, tendo os seus esforços sido reconhecidos quer em vida — e já com sérios problemas de saúde, em simultâneo com os da sua esposa —, quer após o seu falecimento. Vários são os artigos em que a sua conduta é elogiada, como é disso exemplo o seguinte artigo:

DELEGAÇÃO PARA O TURISMO

Companhia dos Caminhos de Ferro

Portugueses

Lisboa, 1 de Maio de 1934.

Ex.mo Sr. João Alves da Silva-Presidente da Comissão de Iniciativa da Serra da Estrela-Covilhã.

Em resposta à carta de V. Ex.^a (...) cumpre-me dizer-lhe que esta Delegação só tem a elogiar a acção desenvolvida pela Comissão de Iniciativa da sua digna presidencia, no que se refere às excursões planeadas e executadas em serviço combinado com esta Companhia. (...)

Em resumo: Na parte que nos diz respeito, reputamos a acção de V. Ex.as muito benefica para o desenvolvimento do turismo na Serra da Estrela e estamos *¿sic?* convencido de que, **dentro das possibilidades turísticas da região, ninguém teria feito nem mais nem melhor.**

Notícias da Covilhã, 06/05/1934

Iniciadas que estavam então as viagens à Covilhã de comboio, constatamos pelas informações recolhidas que este género de viagens de destino desconhecido se realizaram sobretudo no ano de 1932, tendo os seguintes optado por viagens com diferente organização. Desta forma, iniciam-se os preparativos para novas viagens em Dezembro desse ano, tendo estado presente no dia 28 um representante da Delegação para o Turismo para se estudar em conjunto o projecto das excursões de Inverno à Serra. Aborda-se a necessidade de se começar a fazer a sua divulgação na imprensa diária e resolve-se levar a

²⁴¹ *O Raio*, 04/09/1932

feito as ditas excursões logo que houvesse neve suficiente, sendo o partícipe da C.I.C. de 65\$00 e 45\$00 por passageiro, para o primeiro e segundo programas a realizar. No dia imediatamente a seguir escreve *O Comércio do Porto* que estavam já entabuladas as negociações com a Direcção da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses para se organizarem comboios especiais de Lisboa e do Porto a preços reduzidos e extensivos a toda a gente, nos quais se estavam incluídos gastos com transporte, alimentação e dormida. Pressupõe-se por todos estes factos que as duas entidades trabalhavam afincadamente para um objectivo comum.

Já em 1933 enceta a C.I.C. um novo trabalho, desta feita contactando a Delegação para o Turismo da C.P., a lembrar-lhe a conveniência de se organizarem excursões diárias durante os quatro dias do Carnaval. Sabemos pelo *Notícias da Covilhã* que as mesmas aconteceram debaixo de 8 graus negativos, vindo um comboio directo da capital e bastantes automóveis particulares, razão por que a Comissão mandou limpar a estrada desde as Portas dos Hermínios (local do Sanatório da C.P.) até às Penhas da Saúde. Um facto curioso deste artigo é que reclama as refeições servidas numa pensão da cidade — Pensão Bela Vista — e os preços avultados do Hotel Covilhanense. Adianta ainda que nesses dias estavam praticamente lotadas as pensões e casas particulares, continuando a afluir pedidos de informações. Aos participantes, que foram em grande número, eram oferecidas pelo Ski Club de Portugal inúmeras diversões na neve²⁴². Dado o êxito dos desportos de Inverno, promovem-se no mês de Março novas excursões, cujos passageiros eram portadores de bilhetes de desporto.

A partir de Abril, dada a aproximação do tempo mais ameno, começam a ser pensadas novas visitas de comboio. Oficia-se nesse mês a Delegação para o Turismo da C.P., alvitando-lhe a organização de um comboio especial de Lisboa por ocasião da Semana Santa, sugerindo-se a realização de um outro a partir do Porto, sendo para tal dados alguns esclarecimentos.

Já em Agosto é a C.I.C. que recebe um ofício da Delegação, no qual se inquire da possibilidade e condições para se preparar um comboio turístico à região, à semelhança de outros que entretanto se organizavam para o resto do país, tendo Lisboa como origem. De imediato se enviam todos os elementos e informações necessárias, bem como o respectivo programa, sendo o partícipe a cobrar pela Comissão de 72\$00 por passageiro. Recomenda-

²⁴² *Notícias da Covilhã*, 19/02/1933

se que se promova uma “jornada brilhante, para bom nome da nossa Terra” e delibera-se a organização de um outro, proveniente do Porto, depois do primeiro ser levado a efeito²⁴³. Sobre esse comboio turístico escreveram-se alguns artigos na imprensa, nomeadamente nos jornais *O Século* e *A Voz*. O que foi redigido e publicado neste último merece ser aqui destacado:

Iniciativas da C.P.

Os encantos duma viagem á Serra da Estrela — O que foi o 8º comboio turístico desta época

Por muito que seja posto em destaque o esforço formidável e interessantíssimo da C.P. em favor de desenvolvimento do turismo na terra portuguesa, nunca os jornais conseguirão traduzir bem quanto de patriotico encerta uma tal iniciativa.

Num paiz como o nosso, com tão aproveitáveis e privilegiadas condições naturais, mas onde o gosto de viajar jazia adormecido ou receoso de desmedidos gastos que a sua satisfação, porventura, pudesse implicar, o aparecimento tão oportuno, dos “comboios-misterio”, o ano passado, e dos comboios turísticos, agora, é um exemplo, bem claro, para quem de perto e por experiencia o tenha observado, do labor inteligente da C.P. em prol do turismo nacional.

A Voz, 25/09/1933

Depois destes parágrafos introdutórios conta como decorreu a viagem até à Covilhã, onde foram recebidos pelo Presidente da C.I.C., pelo “distinto redactor do *Noticias da Covilhã*” e pelo “fervoroso humanista, sr. Alvaro de Moura” (redactor do texto da Monografia-Guia *Covilhã — Serra da Estrela — Unhais da Serra*), elogiando as visitas efectuadas a algumas fábricas e o hotel onde pernottaram, o Grande Hotel Covilhanense, “propriedade dum industrial moderno e inteligente, que compreende bem o seu papel perante o turismo”. A propósito do Hotel, afirma ser raro existirem “na provincia” hotéis com tão grande limpeza, bem mobilados, amplos e arejados, “com casa de banho anexo e instalação própria de agua quente e fria”. Refere ainda ter sido feito durante a excursão um peditório para os pobres do Fundão.

No último mês de 1933 vemos esta opinião ser contrariada no sempre frontal *O Raio*, que insinua haver interesses pouco transparentes na origem dos elogios do Delegado da C.P. para o Turismo à Comissão de Turismo — de entre esses elogios, apontava a C.I.C. como uma das que mais tinha trabalhado “por esse paiz fóra”, sabendo “respeitar os

²⁴³ Acta de 09/08/1933

compromissos tomados.”. Com este apelo, remata: “Diga, diga, sr. delegado da C.P. para o Turismo, quais foram os factos que o conduziram a um tão rasgado elogio daquele corpo-morto.”²⁴⁴.

Estes tipos de organizações excursionistas em comboios a preços especiais, associados ou não a bilhetes específicos, continuaram nos anos seguintes, levando sempre centenas de pessoas a apreciar as belezas da Serra, estando esta debaixo de sol intenso ou coberta da encantadora neve, sendo obviamente o Inverno a estação privilegiada por possibilitar a prática de desportos. Deles continuou a imprensa a fazer notícia, sendo sempre dirigidos à C.I.C., C.P. e Ski Club de Portugal grandes aplausos por não pouparem esforços no sentido de agradar, causando boa impressão a todos os que aí se deslocavam. Até mesmo *O Raio* abrandou os seus ataques a este propósito, relatando as viagens, embora não tão detalhadamente, e aproveitando as mesmas para fazer renovados apelos no sentido de se “corresponder a esta sequência de visitas, com comodidades que a todos disponham bem e em cada um criem novo propagandista desta riqueza turística.”²⁴⁵.

A camioneta esteve igualmente presente no leque de opções da Comissão em matéria de transportes. Se bem que utilizada somente para viagens relativamente curtas, cabendo ao comboio o papel de levar os visitantes de vários pontos do país até à Covilhã, foi este meio também objecto de melhoramentos ao nível da sua organização e gestão. De forma a analisarmos o trabalho da C.I.C. neste campo, abordaremos os três diferentes tipos de carreiras que ligavam a Covilhã a outros locais — Penhas da Saúde e estação de comboios.

No dia 10 de Julho de 1930 é deliberado subsidiar com 60\$00 diários a carreira que todos os dias faria a ligação entre a cidade e as Penhas, propriedade da empresa José Nunes Correia & Filhos, iniciando-se a mesma passados três dias. Esta notícia é publicada no *Notícias da Covilhã*, que nos informa que o destino específico dessa viagem era o Sanatório, sendo a partida às 10h da manhã e o regresso às 20h, com bilhetes de ida e volta a 10\$00, ou a 6\$00 para um dos sentidos²⁴⁶. Cerca de um mês depois aponta essa carreira diária como um “elemento poderoso de estímulo, tendo se esgotado nalguns dias a lotação.”²⁴⁷. Também o jornal *O Raio* agradece à Comissão de Turismo o estabelecimento de uma carreira diária de camioneta para a Serra, que afirma ser “um valioso serviço”²⁴⁸.

²⁴⁴ *O Raio*, 17/12/1933

²⁴⁵ *O Raio*, 22/03/1936

²⁴⁶ *Notícias da Covilhã*, 13/07/1930

²⁴⁷ Op. cit., 17/08/1930

²⁴⁸ *O Raio*, 07/09/1930

Porém, logo no número seguinte redige um artigo onde refere que a C.I.C. anunciava esses meios de transporte e depois não cumpria — narra o caso do médico italiano Indiveri Colucci, que estava na região havia vinte e dois dias e que, de visita à Covilhã e depois de ter descido a pé a estrada que liga as Penhas da Saúde à cidade, procurou uma camioneta que o levasse de volta. Para tal, dirigiu-se aos escritórios da Comissão de Iniciativa, onde lhe foi dito estar já completa a lotação, sendo a única alternativa, portanto, alugar um automóvel. Este acontecimento “causou nele um forte desgosto (...) por se ver assim tão mal recebido”. Assim como o médico, ficaram também sem lugar mais algumas pessoas, sugerindo-se por esse motivo a criação de uma segunda viagem ou outros meios alternativos, mesmo para aqueles que, chegados de comboio à estação, pretendam subir à Serra.

Em 3 de Junho de 1931 a C.I.C. pensou numa carreira diária de camioneta, tendo aberto um concurso a 3 de Junho de 1931, cujo prazo terminava no dia 20 desse mês. Essa carreira seria subsidiada pela Comissão nas seguintes condições: a lotação da viatura não deveria exceder os vinte e sete lugares nem ser inferior a quinze; o bilhete de ida e volta oscilaria entre os 10\$00 por passageiro (ida e volta) e os 6\$00 (apenas uma viagem); a partida seria às 9h30 em frente à sede da C.I.C., com regresso às 21h (a transgressão a este horário implicaria a penalidade de 100\$00). Um facto curioso é que sendo o concurso até ao dia 20 de Junho, esse serviço é adjudicado a 17 desse mês a José da Silva Pinheiro, pela quantia de 17\$50. Oficia-se no primeiro dia de Julho o Chefe da Estação Telégrafo-Postal, solicitando-se que o transporte e distribuição de correspondência nas Penhas da Saúde fosse efectuado pelo concessionário entretanto vencedor do concurso. Pede-se ainda ao Conselho Superior de Viação que conceda uma licença sem caução durante os meses de Julho a Setembro (duração da carreira diária) a José Pinheiro. No final de Julho recebe a Comissão a informação da suspensão até 31 de Dezembro das licenças concedidas ao abrigo do artigo 17º do Código da Estrada então em vigor, sendo necessário para se estabelecer qualquer carreira entregar na Comissão Técnica do Automobilismo o processo organizado conforme as instruções enviadas²⁴⁹.

Insatisfeitos com uma única viagem diária para as Penhas, fazem-se representar a 12

²⁴⁹ O Conselho Superior de Viação seria por mais algumas vezes contactado pela Comissão de Turismo, sendo de destacar o pedido de benevolência dirigido ao seu Presidente, em 04 de Novembro de 1931, no sentido de serem perdoadas as multas aplicadas pela Polícia das Estradas a João dos Santos Azevedo, proprietário da carreira entre Unhais da Serra e a Covilhã. A este responde-se não se poder suspender o andamento dos autos levantados por a isso se opor a Lei n.º 300. Merece também ser referido que em 30/12/1931 se pediu o exclusivo da carreira para a Serra da Estrela, o

de Agosto nas instalações da C.I.C. os moradores daquela estação climatérica, a fim de solicitarem o estabelecimento de uma outra carreira na parte da tarde, o que foi aceite de imediato, estabelecendo-se o horário de partida às 17h e o de regresso às 21h30. Dias depois, Ernesto de Melo e Castro envia uma carta à Comissão no sentido de se modificar a hora de partida desta camioneta, passando para as 18h, tendo a sua pretensão sido atendida. Por fim, no dia 30 de Setembro a representação de moradores pede a prorrogação das carreiras até ao dia 20 de Outubro, mas como o contrato com o concessionário terminava precisamente nessa data, nada pôde a C.I.C. fazer.

É de salientar dois aspectos importantes relativamente a esta carreira: a preocupação da Comissão de Turismo com a segurança deste meio de transporte, pois exigiu que José Pinheiro substituísse uma das rodas dianteiras do veículo, condição imprescindível para que continuasse a fazer o serviço, e ainda a consciência que os utentes tinham dos seus direitos, nomeadamente o de serem bem atendidos, o que não se registou em Agosto de 1931. Assim, uma petição entregue por dezenas de pessoas, que se queixam contra “um malcriado serventuário que faz serviço nas camionetas, que não respeita ninguém com a sua linguagem torpe” e também contra “a exorbitância que por vezes é cobrada no transporte de volumes”, alerta-se a C.I.C. para a necessidade da resolução do problema, dado ser ela a responsável por esse meio de transporte²⁵⁰.

À semelhança de 1931, também no ano seguinte foi posto a concurso essa carreira de camioneta. O contrato a assinar entre a Comissão e o concessionário vencedor, João Antunes Carrilho, regia-se agora pela seguinte forma:

- 1º A C.I.C. pagará aos arrematantes o subsídio diário de 17\$50, enquanto houver uma só carreira, mas essa verba passará para 30\$00 logo que a Comissão entenda que se tornam necessárias e se estabeleçam duas carreiras diárias;
- 2º Os pagamentos efectuar-se-ão mensalmente e 15 dias depois de ocorrido o mês a que disseram respeito;
- 3º O custo de ida e volta, por passageiro, para as Penhas da Saúde, é de 7\$50 ou 4\$50 por ida e volta, sem qualquer outro encargo. Os preços para os pontos intermédios regular-se-ão por esta base, na proporção das distâncias, e em igualdade de circunstâncias;
- 4º Os concessionários obrigam-se a ir ao cabo da nova estrada, próximo à Nave de Santo António, aos Domingos, Segundas e Quintas-Feiras, mediante a sobretaxa de 1\$00 por pessoa,

que não é atendido por não se julgar oportuna a concessão de exclusivos de carreiras de serviço público.
²⁵⁰ *Notícias da Covilhã*, 15/08/1931

ida ou volta, ou 1\$50 ida e volta. Em todos os outros dias irá ao mesmo ponto sempre que quatro passageiros o desejem, ou um apenas, mas pagando quatro lugares;

5º A viatura que for utilizada, há-de ter uma carroceria de bom cómodo e bom aspecto, e com uma lotação nunca inferior a 15 lugares;

6º Os concessionários obrigam-se a conceder uma passagem gratuita permanente que a Comissão utilizará como entender;

7º O local de partida será do Largo do Município, frente à sede da C.I.C.;

8º A hora de partida será às 10 horas, quando haja apenas uma carreira, e o regresso da Serra terá lugar às 21 horas. Logo que se ponha em vigor o serviço de duas carreiras diárias, as partidas efectuar-se-ão às 10 e 18 horas, e o regresso às 12 e 21 horas, respectivamente, excepto aos Domingos, em que a carreira da manhã só voltará às 15 horas;

9º Qualquer transgressão de horário implica a penalidade de 100\$00;

10º As carreiras começam no dia 1 de Julho e durarão até 15 de Outubro, com obrigação da sua manutenção ininterrupta. A sua suspensão em qualquer altura equivale à perda da verba de subsídio em dívida.

Acta da C.I.C, 29/06/1932

O concessionário da carreira para as Penhas da Saúde comunica, em Agosto, que desistia de continuar com a carreira devido ao prejuízo verificado. Tendo sido transgredida a cláusula n.º 10, perdia João Antunes Carrilho a verba do subsídio em dívida. Por informações retiradas das actas, conclui-se que José Nunes Correia & Filhos, concessionário da carreira em 1930, substituiu João Antunes Carrilho nessa tarefa. Porém, em Agosto de 1932, a empresa mencionada apela a um aumento do subsídio concedido para essa carreira, enviando a nota da receita. Delibera-se aumentar a ajuda concedida, passando a carreira de 17\$00 para 30\$00 e as duas de 30\$00 para 40\$00. Esse prejuízo alegado pelo dono da empresa causa alguma estranheza dado o facto da imensa procura que a camioneta tinha nessa altura, chegando mesmo, por vezes, a estar lotada²⁵¹.

O sempre alerta e aguçado *O Raio* não deixou de publicar, sempre que considerava necessário, todos os casos que pusessem em causa o bom serviço dos transportes que serviam a região. Desta maneira, em Agosto desse ano levou a lume uma notícia que relatava o atraso de mais de duas horas da camioneta devido a um membro da C.I.C. ter causado essa demora, mesmo sabendo que o horário tinha de ser cumprido, conforme estipulava o contrato selado entre a Comissão e o concessionário. Nesse artigo escreveu-se:

²⁵¹ O Raio, 18/09/1930

“Devia o sujeito ter, no caso, direitos iguais ?sic? aos de qualquer pessoa e perder a camionete, uma vez que não ligou importância ao horário ?elaborado? pela própria Comissão de que faz parte (...) e cuja falta de cumprimento já serviu para ser multado o concessionário da carreira. (...) Na Comissão de Turismo, só ha um membro capaz de tal feito. E' o mesmo que já no ano passado levou para a Serra uma cadeira de balouço pertencente ao Turismo, mas que foi para seu uso particular.”²⁵².

José Nunes Correia & Filhos seria a empresa escolhida em 1933 por se revelar a mais vantajosa para efeitos de atribuição de um subsídio diário. Se o contrato de 1933 foi assinado nos termos do anterior, para o de 1934 redigiram-se diferentes cláusulas, como a seguir se constata:

- 1º A base máxima de subsídio é de 40\$00 diários para as duas carreiras ou 30\$00 para os períodos da época de Verão em que a Comissão entenda dever restringir as carreiras a uma única por dia;
- 2º O custo de ida e volta, por passageiro, para o Alto da Nave de Santo António ou para as Penhas da Saúde, é de 10\$00, ou 6\$00 por ida ou volta para qualquer dos pontos; para as portas dos Hermínios, respectivamente de 6\$00 e 3\$50; para as estradas de Serraçais 5\$00 e 3\$00; para o Parque Florestal ou Fazenda, 4\$00 e 2\$50. Nota: os bilhetes de ida ou de volta são válidos para as viagens no mesmo dia;
- 3º O transporte de mercadorias será feito a preços convencionados entre os interessados e os concessionários, mas nunca excedendo os 15 centavos por quilo, para pequenos volumes; todos os passageiros poderão fazer-se acompanhar de volumes ou bagagens até 15 quilos, e o que exceder este peso será pago à razão de 15 centavos por quilo;
- 4º A lotação da viatura não deve ser inferior a 15 lugares e há-de ter uma carroceria de bom aspecto e bom cómodo;
- 5º O local da partida será em frente à sede da Comissão de Iniciativa, às 10 e 18 horas, e o regresso da Serra, às 12 e 21 horas, respectivamente, excepto aos Domingos, em que a carreira da manhã regressará às 15 horas; nos horários de regresso haverá a tolerância de meia hora para mais tarde;
- 6º Qualquer transgressão do horário implica a penalidade de 100\$00;
- 7º O local “terminus” da carreira é no Alto da Nave de Santo António, mas quando não haja passageiros para aquele ponto, a levar ou a trazer, o concessionário poderá limitar a carreira às Penhas Douradas;
- 8º As carreiras começam no dia 8 de Julho próximo, e durarão até 15 de Outubro, com obrigação da sua manutenção ininterrupta. A sua suspensão em qualquer altura equivale à

²⁵² *O Raio*, 21/08/1932

perda da verba de subsídio em dívida;

9º Os pagamentos do subsídio serão mensais e far-se-ão quinze dias depois de decorrido o mês a que disserem respeito;

10º O concessionário obriga-se a conceder uma passagem gratuita, permanente, que a Comissão utilizará como entender, e também a substituir qualquer empregado de serviço que se prove ser menos correcto para com os passageiros;

11º A Comissão reserva-se o direito de não entregar a concessão se isso convier aos seus interesses, ou aos do público.

Quem estiver nas condições, pode dirigir proposta, em carta fechada, a esta Comissão, até às 22 horas do citado dia 28, indicando a menor verba de subsídio por que estabelece este serviço, e sujeitando-se às cláusulas que constam deste anúncio.

Acta da C.I.C., 06/06/1934

É aceite a 11 de Julho a proposta de José da Silva Pinheiro, que apresentou para a carreira um subsídio de 28\$00 diários, contra outra de 55\$00. Porém, no dia 29 do mês seguinte o concessionário vencedor comunica ter de terminar com a segunda viagem, estabelecida aos sábados, domingos e segundas-feiras, em virtude de não estar a dar o rendimento que a princípio se supunha, o que é bem recebido pela Comissão de Turismo. Este facto é algo surpreendente, visto a imprensa referir frequentemente que um grande número de excursionistas ficava sem transporte, sobretudo aos fins-de-semana²⁵³.

Mais uma vez vem *O Raio* fazer uso da sua força mediática para se melhorar a carreira em questão. No artigo “Alguma coisa se lucra”²⁵⁴, congratula-se com todas as chamadas de atenção que tinha vindo a fazer para o serviço prestado pela camioneta por ela não oferecer as condições de segurança e de conforto necessárias, concluindo com a frase: “Ora ainda bem que vamos falando nestes assuntos.”

Nos dois últimos anos de vigência da Comissão de Iniciativa elabora-se um termo de contrato nas condições habituais com a empresa de viação José Nunes Correia & Filhos. No ano de 1935, o subsídio diário é de 35\$00 (uma carreira) e de 55\$00 (duas carreiras), a vigorar entre meados de Julho e 30 Setembro ou 15 de Outubro, consoante as circunstâncias. Em meados de Agosto a empresa solicita o aumento do montante acordado em virtude da pouca afluência verificada. Por esse motivo, habilita-se o tesoureiro da Comissão para, na base de 10\$00 de acréscimo, resolver o assunto. Talvez por isso se

²⁵³ *A Grei*, 25/08/1934

²⁵⁴ *O Raio*, 07/10/1934

critica n' *O Raio* o custo elevado dos meios de transporte, “inacessíveis a qualquer família operária”²⁵⁵. Em 1936, aumenta em 10\$00 o subsídio para uma carreira e nada se refere em relação à segunda, pelo que se infere que tenha sido suprimida, apesar da propaganda que a C.I.C. fazia durante a época de Verão.

Quanto à carreira que faria a ligação entre a cidade e a estação de comboios, surge uma proposta para a sua criação em Novembro de 1930, partindo ela do tesoureiro da C.I.C. e aprovada por unanimidade. Na sessão imediatamente seguinte, no primeiro dia de Dezembro, o Presidente dessa entidade informa ter combinado com a empresa mencionada o subsídio de 6\$00 e 5\$00, respectivamente para a camioneta *Citroën* e *Duodog* ?sic? *Brothers*, começando desde logo a realizar-se essa viagem, cujo local de partida e chegada seria em frente à sede da Comissão. Solicita-se à Direcção Geral da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses a divulgação desta medida, mas tal é recusado, alegando este organismo que “não anuncia serviços particulares”. O Conselho Superior de Viação informa entretanto a entidade covilhanense de que José Nunes Correia & Filhos não constava do registo das carreiras de serviço público licenciadas, surgindo esta informação porque a C.I.C. tinha entretanto pedido ao Conselho a isenção dessa empresa do pagamento do imposto de camionagem. Para tal deveria a empresa, em primeiro lugar, requerer a licença e, posteriormente, requerer a isenção do imposto.

Passados três anos, em Março de 1933, a Comissão de Iniciativa comunica à Associação Comercial de Lojistas a redução entretanto obtida nos preços dos bilhetes entre a cidade e a estação, a saber: preço por passageiro, ida ou volta, 2\$00; ida e volta, 3\$50; ida ou volta às segundas-feiras, 1\$50. Segundo a Associação, este preçário não terá sido cumprido pela empresa.

Como se demonstrou, para se subir ao alto da Serra era às excursões em grupo que cabia o papel de levar um grande número de gente a conhecer esse local. Para essas viagens conjuntas alugava-se uma camioneta que, partindo da Covilhã, era muitas das vezes o complemento ao comboio que aí chegava. São inúmeros os artigos de jornal que referem essas viagens, iniciando a descrição das visitas com o relato dos quilómetros percorridos de comboio, para depois referirem a camioneta como o meio de transporte a que depois se recorria.

O *Século*, por exemplo, noticiava assim a 20 de Março de 1932: “Mais de cem

²⁵⁵ *O Raio*, 25/08/1935

excursionistas vieram de Lisboa “de comboio” até aos píncaros da Beira Baixa, para vêr os grandes nevões da Serra. No hotel, foi servido o pequeno almoço, partindo, pouco depois, os excursionistas, em autocarros e automóveis. Era uma grande fila de veículos, trepando o monte, vagarosamente.”. Também *O Primeiro de Janeiro* tinha já relatado um mês antes uma excursão de comboio à Covilhã, onde os visitantes foram recebidos por membros da C.I.C., escrevendo a esse propósito: “Estava cumprida a primeira *étape*: chegada á Covilhã, jantar, passeio na pitoresca cidade, profusamente iluminada, e preparativos da abalada para a Serra, ás 11 horas da noite.”. Ficamos entretanto a saber que o grupo de excursionistas foi dividido em duas partes, subindo alguns à Serra e visitando outros o Parque da Estação e os Serviços Florestais, mas todos eles fazendo-se transportar de camioneta. Os primeiros, como se lê, demoraram três quartos de hora até à Nave de Santo António, onde os esperava um arraial, chá, café e aguardente, cantando e dançando até às três da madrugada. Pernoitaram em barracas de lona, ficando as senhoras separadas dos elementos masculinos: “Houve hesitações a princípio, mas por fim todos se conformaram e estabeleceu-se aquela noitada de confraternização.”. O pequeno almoço foi tomado às 6h30 junto do Restaurante da Rosa, em mesas de tábua improvisadas. Após a escalada até aos 2000 metros, regressaram aos seus hotéis, almoçando e preparando-se para o regresso. Os visitantes do outro grupo foram ao lugar do Pião, onde lancharam “frutas deliciosas” acompanhadas de “vinhos lisos da região”. No regresso à cidade visitaram a “importante fábrica da Empreza Transformadora de Lãs, Limitada”, tendo depois almoçado no Hotel Covilhanense com o Presidente da C.I.C., Delegado para o Turismo da C.P. e representantes dos jornais. De novo juntos, partiram depois os dois grupos para o Fundão.

Não eram somente os visitantes oriundos de outros locais que percorriam as estradas da Serra de camioneta. Este transporte foi igualmente utilizado pelos próprios covilhanenses aquando da realização de festas e torneios no alto da Serra, no Verão, ou das corridas de ski, no Inverno, patrocinadas pelo Ski Club de Portugal — para a época mais quente havia três carreiras diárias (às 9h, 14h e 16h) e para a mais agreste partia apenas uma, às 7h, com regresso às 18h. A propósito da primeira, e após ridicularizar todo o programa das Festas de Verão promovidas pela C.I.C, escreveu assim *O Raio* em Março de 1935:

(...) Dia 7:—Extraordinaria prova de camionetes, chamada de “resistencia e segurança”, entre esta cidade e a Serra. A ela concorrerá, para o que já se inscreveu, a camionete que durante

bastantes dias do verão passado esteve em exposição defronte da séde da Comissão de Turismo, com a parte trazeira assente, com galhardia, em dois caixotes da “Vacuum”.

O Raio, 03/03/1935

Para se visitar a Serra ou para simplesmente se ir a outra localidade havia ainda a possibilidade de se recorrer a um automóvel de praça ou de aluguer, pelo que também para este serviço a C.I.C. desenvolveu esforços no sentido de estabelecer as regras julgadas necessárias. Essas regras tinham a ver essencialmente com o estabelecimento de tabelas de preços a cobrar, que tinham portanto de ser respeitadas por todos os condutores desses veículos.

O primeiro contacto entre a Associação da Classe de Chauffers e a Comissão data de 29 de Abril de 1931, quando é enviada à Comissão uma tabela de preços abertos e fechados para várias localidades limítrofes da Covilhã. Crendo nas actas da Comissão de Turismo, só dois anos mais tarde viriam os preços a ser revistos e estes apenas em relação ao percurso entre a estação de comboios, a Covilhã e a Serra, ajuste efectuado pela Câmara Municipal e a C.I.C.²⁵⁶. Essa tabela é posteriormente enviada à Associação a fim de ser afixada no interior dos automóveis, dentro de um caixilho a adquirir na Câmara da cidade por 10\$00²⁵⁷.

Pelas actas, ainda a este respeito, sabemos que o Conselho Nacional de Turismo determinaria em Setembro de 1934 que lhe fosse enviada uma tabela de preços de aluguer de automóveis de praça, de quatro e seis lugares. Para tal, oficia a Administração do Concelho da Covilhã, por intermédio do Governador Civil, solicitando-lhe que comunicasse o pretendido ao Sindicato dos Motoristas da cidade para o fim em vista.

Também pelo que ficou registado por escrito percebemos a importância que este tipo de transporte entretanto adquirira, pois numa reunião conjunta da Câmara e da Comissão, em Março de 1933, foi autorizada a afixação de uma chapa-letreiro que determinava o lugar para o estacionamento no Largo do Município (nos carros de praça ou de aluguer), concluindo-se que o número de veículos existentes era já em número suficiente que justificava essa medida.

Embora não constituindo objecto de preocupação da C.I.C. por não integrar a rede de transportes a implementar, concluimos este tema com uma breve referência ao automóvel

²⁵⁶ Acta de 08/02/1933

particular, o qual constituía outro dos meios possíveis de chegar à região.

Sobre este temos, no entanto, escassas informações, o que se facilmente se entende, visto existirem na altura entre nós um número ainda reduzido de veículos. Sabemos, porém, que alguns desses automóveis visitavam já a Serra, pois encontrámos na imprensa de Março de 1936 duas notícias sobre o assunto, julgando-se não ter sido essa data caso único. Aqui deixamos os dois artigos — um, publicado n'*O Raio*, outro, n'*O Comércio do Porto* —, redigido três dias depois e acompanhado de uma grande fotografia a ilustrar o texto:

Hoje, ás 13 horas, deve chegar á Covilhã um comboio especial que a C.P. organisou, em Lisboa, a preços populares. (...)

Em automóveis também, desde ontem, estão chegando numerosos turistas que, imediatamente, se dirigem para as Penhas da Saude.

O Raio, 08/03/1936

Os encantos do Inverno...

A Serra da Estrêla sôb a neve que a amortalha e amortalha tudo o que por lá passa...

Desta feita, a Serra da Estrêla até parece... estrangeira. Estamos tão pouco habituados a aspectos nacionais como aqueles que as nossas gravuras reproduzem que, naturalmente, encontramos nelas motivo para admiração. Um automovel bloqueado pela neve e soterrado na neve que se tem fartado de tombar, não é coisa que se veja com frequência, mesmo na região portuguesa a que a neve é mais afeiçãoada, a única onde os chamados desportos de Inverno são praticados. Na verdade, se não fôsem as carapuças dos homens que libertam o carro do seu cárcere gelado e alvinitente, dir-se-ia estarmos em face de qualquer caso de nevão ocorrido lá fóra.

O Comércio do Porto, 11/03/1936

Também as actas são parcas em referências ao automóvel particular, pois a única referência a este assunto tem data de 25 de Março desse ano, quando lemos que o Secretário dos Serviços de Turismo dera conhecimento à C.I.C. de ter sido informado sobre os factos ocorridos num domingo (não se especificando a data), nas Penhas da Saúde, quando se registou uma grande aglomeração de automóveis naquela estância. Chama a atenção da Comissão para a necessidade do seu policiamento a fim de se evitarem

²⁵⁷ Tabela enviada em 29/03/1933.

desastres. Como resposta, alega-se que tais factos foram causados pelas más condições da estrada, situação já por inúmeras vezes reclamada junto do Poder Público, sem quaisquer resultados.

Quem conhece o fenómeno turístico da Serra da Estrela nos dias de hoje, e salvo as devidas proporções, não encontrará diferenças profundas entre os dois momentos temporais no que respeita ao número de visitantes e de veículos que aí se dirigem. Apesar da distância que os separa, ainda agora — como então — podemos presenciar centenas de automóveis e de camionetas transportando visitantes, principalmente nos fins-de-semana em que a neve cai com maior intensidade. Grandes massas continuam, portanto, a ansiar por iguais momentos de brancura e a provocar, tal como nesse mês de 1936, muita confusão nas estradas da Montanha Hermínia.

Para esta grande afluência de visitantes à Serra não podemos deixar de salientar o papel que a C.I.C. teve já na longínqua década de 30 do século XX. Foi nesse período sua preocupação melhorar a rede de transportes que beneficiasse os habitantes da região e que conduzisse um crescente número de outras gentes mais distantes que ainda não conheciam a Serra ou que desejavam percorrê-la novamente. O comboio e a camioneta conheceram, de facto, grande desenvolvimento durante este período, tendo a C.I.C., em vários momentos, visto na camioneta não um concorrente ao comboio mas um dos seus complementos, tal como o era o automóvel de aluguer.

CAPÍTULO 11 — CONTACTOS

A Comissão de Iniciativa da Covilhã, com o propósito de levar a bom termo o seu objectivo, ou seja, o desenvolvimento da actividade turística da região, recorreu às mais variadas estratégias, como por exemplo estabelecendo contactos com os diversos organismos do país e, também, internacionais e contactos com particulares. Estes eram estabelecidos através de visitas pessoais (deslocações a Lisboa e outros locais) e, principalmente, por ofícios e cartas.

A C.I.C., consciente que uma boa cooperação era fundamental para a sua acção e recorrendo a várias personalidades que detinham alguma influência, sobretudo, política, não se remediou apenas nos contactos estabelecidos e explicados no presente capítulo mas, também, ao longo de todo o trabalho. Optou-se por referir neste capítulo os contactos que não foram ainda anteriormente mencionados e que se justifica serem no neste espaço pela sua importância ou pela frequência com que surgem nas actas das sessões da Comissão de Iniciativa da Covilhã.

Dado tratar-se de um tema cujas fontes nos fornecem as mais variadas informações, decidiu-se agrupar e desenvolver os inúmeros contactos estabelecidos ao longo dos sete anos da Comissão de Iniciativa e Turismo da Covilhã nos seguintes assuntos: contactos com as Comissões de Iniciativa de Coimbra, de Manteigas, de Viseu e com outras referidas com menor frequência; contactos com o Conselho Nacional de Turismo (nomeadamente aquando da realização do I Congresso Nacional de Turismo); contactos com personalidades do meio político e, obviamente, de menor frequência, com António de Oliveira Salazar; convites endereçados a diferentes figuras do país; contactos relacionados com diversos congressos (Congresso de Hidrologia e Congresso das Beiras) e com algumas entidades espanholas; por fim, contactos com o Orfeão da Covilhã e com um turista a quem foi entregue uma indemnização. Obviamente que muitos outros contactos se estabeleceram com as mais diferentes entidades.

A correspondência trocada entre a C.I.C. e a Comissão de Coimbra é, de facto, a mais evidente, seguindo-se-lhe a Comissão de Iniciativa de Manteigas, a de Viseu e ainda bastantes outras espalhadas um pouco por todo o país. Assim, logo na acta da primeira sessão lemos que a Comissão de Iniciativa da Covilhã recebera anteriormente um ofício da

sua congénere de Coimbra, aludindo-se ainda nesse texto à visita do Administrador-Delegado da C.I.C. a esta cidade para que se realizasse uma reunião com vista à promoção da “grande zona de Turismo Coimbra-Viseu-Covilhã, compreendendo a Serra da Estrela”, pedindo-se que fosse a C.I.C. a marcar a data desse encontro²⁵⁸. Como resposta, a entidade covilhanense mostra a sua satisfação; porém, solicita à Comissão de Coimbra que fosse esta a apontar o dia da reunião, o que, a ter acontecido, não se registou em acta. Pelo contrário, as referências acerca da zona Coimbra-Leiria-Covilhã e dos contactos com a Comissão de Iniciativa da primeira cidade do triângulo são em número superior, datando a primeira de 22 de Abril de 1931. Neste mês a entidade informa que a reunião entre os Delegados das três Comissões teria lugar no final de Abril ou início de Maio, enviando ainda um questionário sobre o intercâmbio excursionista. Sobre o assunto escreveram-se as seguintes linhas no *Notícias da Covilhã*: “A Comissão está aguardando instruções (...) para ali ir uma deputação a tomar parte na projectada reunião conjunta das três Comissões de Iniciativa de Coimbra-Leiria-Covilhã, afim ?sic? de se estabelecer um acordo de intercambio excursionista e se tomarem resoluções de grande interesse para as tres zonas de turismo.”²⁵⁹.

O encontro, porém, não se realizaria na data prevista, visto que a 14 de Maio um ofício de Coimbra o protelava para Outubro, o que desagradou à C.I.C., registando-se a resolução daí resultante : “Que se lhe officie fazendo-lhe notar que sendo de pouca demora as questões a debater nos parecia um erro adiar para tão tarde esta reunião, propondo para que de novo fosse ponderado o assunto.”²⁶⁰. Como até Novembro nada se resolvera, a C.I.C. contacta de novo a congénere de Coimbra, pressionando o seu Presidente a marcar para breve o encontro entre os organismos. Sobre o desenrolar ou o desfecho do caso nada se sabe, já que nem as actas nem a imprensa sobre ele fizeram notícia.

Dois anos depois, a pedido da Comissão de Iniciativa de Coimbra, remetem-se algumas informações sobre a taxa de turismo a incidir sobre hotéis, pensões, casas de hóspedes e restaurantes, constituindo esta a penúltima referência a essa Comissão. A última menção directa em acta registar-se-ia em Julho de 1935, quando se refere ter sido já anteriormente chamada a atenção dessa entidade para os “abusos que se estão cometendo naquela cidade” a respeito da “falta de inclusão do vinho regulamentar às refeições,

²⁵⁸ Acta de 14/11/1929

²⁵⁹ “Turismo”, *Notícias da Covilhã*, 07/06/1931

²⁶⁰ Acta de 14/05/1931

mormente, no Hotel Avenida, onde esteve recentemente hospedado o Presidente da C.I.C. e foi vítima da mesma irregularidade.”. Não sabemos o teor da resposta, embora saibamos que ela não agradou à Comissão da Covilhã, que decide recorrer à Sociedade Propaganda de Portugal para que esta pusesse termo “a semelhante abuso”²⁶¹.

Com a Comissão de Iniciativa de Manteigas iniciam-se contactos em Abril de 1931, mês em que esta saúda as suas congéneres da Serra e comunica a sua instalação, evidenciando a importância do mútuo entendimento em prol dos assuntos respeitantes à região. Como resposta agradecem-se as saudações e questiona-se o seu plano de melhoramentos, de forma a se poder trabalhar lado a lado.

Passadas somente duas semanas, a C.I.C. recebe novamente um ofício de Manteigas, no qual perguntava se, em virtude do § único do art.º 32º do Decreto n.º 15/465, de 4 de Maio de 1928, deixara ou não a entidade de cobrar a taxa de turismo nos diversos alojamentos turísticos e restaurantes. Em Outubro pedem-se outras informações, desta feita sobre a cobrança das percentagens adicionais para as contribuições gerais do Estado.

As boas relações estabelecidas entre as Comissões de Iniciativa da Covilhã e de Manteigas estendiam-se a outros organismos, como às respectivas Câmaras Municipais e até ao Ski Club de Portugal. É disso exemplo a reunião realizada em Dezembro de 1934, em que se prepara um plano conjunto para a propaganda da Serra da Estrela e dos Desportos de Inverno, participando todos no arranjo do campo de ténis para patinagem sobre o gelo, na limpeza da estrada que conduzia às Penhas da Saúde e na oferta de prémios nas provas desportivas realizadas nesse local²⁶². Para que essa acção comum em prol do desenvolvimento turístico da Serra desse mais e melhores resultados, decide-se convidar no mês seguinte os Governadores Cívicos da Guarda e de Castelo Branco, as Juntas Gerais destes distritos e outras individualidades oficiais, não sendo estas especificadas em acta, para se trocarem impressões a esse respeito.

Esta atitude cooperante ao nível do planeamento do turismo com algumas das entidades dessa zona interior do país e, como se viu, até da península, fez-se sentir de forma mais notória a partir dos últimos anos de actuação da C.I.C. e, principalmente, desde

²⁶¹ Acta de 31/07/1935

²⁶² Apesar da convivência amistosa das duas Comissões, convém não esquecer que entre elas subsistia ainda o problema da delimitação das respectivas áreas de jurisdição, que viria a ser resolvido somente em 1936 com o novo Código Administrativo, situação já descrita no presente trabalho. Não obstante esses conflitos territoriais, pela troca de pedidos e de informações podemos perceber que havia boa vontade em se estabelecer um bom relacionamento entre a Covilhã e Manteigas.

a reunião de Dezembro de 1934, já que nem sempre o abraço conjunto dessa causa se mostrara tão forte. Em Abril desse ano, por exemplo (mês em que António de Oliveira Salazar esteve nas Penhas da Saúde), foram-lhe oferecidas — note-se, apenas pela Comissão de Iniciativa da Covilhã — diversas fotografias e postais da Covilhã e da Serra, bem como umas ampliações com a sua efígie, “lembrança que o cativou”. Além disso, entregaram-se também algumas publicações de propaganda editadas pela C.I.C. e umas placas de barro com motivos regionais, ofertas estas que deveriam “produzir os melhores resultados, visto que conseguiram despertar no Presidente do Governo o interesse pela nossa causa — pela justa causa do engrandecimento da Covilhã.”²⁶³.

Aquando desta sua passagem pela região, muitos foram os artigos que se redigiram na imprensa local e nacional, como podemos ler, por exemplo, nos jornais *Notícias da Covilhã*, *Vanguarda*, *O Comércio do Porto*, *Novidades*, *O Século* ou *Diário de Coimbra*²⁶⁴. Note-se, no texto abaixo transcrito, como se relatou a ânsia da C.I.C. em falar com o Presidente do Conselho e a brevidade da visita:

A visita do sr. dr. Oliveira Salazar à Covilhã e à Serra da Estrêla

COVILHÃ, 4 — Como noticiámos telegráficamente, ontem, cerca das 14 horas, atravessou esta cidade em direcção às Penhas da Saúde — Serra da Estrela.

Foi reconhecido casualmente quando o automóvel parou na Praça do Município, para alguém que nele viajava se informar de qual o caminho a seguir para as Penhas da Saúde.

Imediatamente avisada a Comissão de Turismo, partiram sem demora, os srs. João Alves da Silva e Joaquim Gonçalves de Carvalho (...).

Avistaram-se com o ilustre estadista nas Penhas da Saúde, com o qual trocaram impressões sobre as suas obras a realizar inadiavelmente: a estrada e o hotel. (...)

Foi inteirado do crescente movimento que se regista na Serra da Estrêla, pela atracção das suas belezas naturais e pela sua especial particularidade de, no inverno, permitir a prática dos desportos próprios, sobre a neve e o gelo. (...)

O sr. dr. Salazar quis também experimentar a sensação da neve, comprimindo um bloco nas suas mãos. (...)

Já nenhum automóvel, porém, ali chegou a tempo de encontrar Sua Ex.^a. (...)

Foi pena que não se demorasse mais tempo para poder admirar detidamente o movimento desportivo e os vários pontos da montanha.

A maneira inesperada e rápida como fez a visita não deu sequer ensejo a ser cumprimentado

²⁶³ Acta de 11/04/1934

²⁶⁴ Artigos publicados entre 5 e 12 de Abril de 1934.

pelas autoridades em nome da cidade. (...)

Novidades, 06/04/1934

Também no que respeita a António de Oliveira Salazar, lê-se em Maio de 1934 um cartão enviado pelo Presidente do Conselho a agradecer o telegrama de felicitações da C.I.C., referindo este último a sua nomeação como cidadão honorário da Covilhã:

No momento que Comissão Municipal Administrativa acaba nomear Vossa Excelencia cidadão honorário Covilhã esta Comissão Iniciativa saúda efusivamente Vossa Excelencia associando-se do coração tão honrosa e merecida homenagem.

Ainda a propósito da visita de figuras da vida política portuguesa, cabe ainda referir que, ao tomar conhecimento da visita dos Ministros da Marinha, da Guerra e da Justiça à Serra em finais de 1931, começa a C.I.C. a preparar um “Memorial”, o qual chegaria de facto a ser entregue, que sublinhava “as necessidades mais urgentes da Serra e pedindo os seus bons ofícios junto do Governo e particularmente junto do Ministro do Comércio e Comunicações, no sentido de ser concedido à C.I.C. um subsídio de 250.000\$00 para a sua realização.”²⁶⁵.

Como facilmente se constata, a Comissão de Iniciativa da Covilhã não deixava de aproveitar a visita de membros do Governo central para lhes chamar a atenção para a necessidade de olharem também para o interior do país, tantas vezes esquecido e de futuro sempre adiado. As estratégias adoptadas iam, assim, desde o diálogo e da entrega deste género de documentos até ao elogio e à oferta de recordações relacionadas com a Covilhã e a Serra da Estrela.

Também a Comissão de Iniciativa de Viseu contactou a C.I.C., tendo-o feito pela primeira vez em Agosto de 1931, momento em que solicitou ser informada sobre várias questões (não especificando quais) relacionadas com o turismo na zona da Serra, de modo a satisfazer um pedido da Chester, Merrill, Ramos & C.^a, que tencionava enviar grupos de turistas a Portugal. Sabemos pelas actas que esta firma já se dirigira ela própria à C.I.C., fazendo também esse pedido. Em Janeiro de 1933 a entidade viseense felicita a publicidade levada a cabo a favor da Serra e comunica pretender visitar a C.I.C. a fim de trocar impressões sobre o turismo nas Beiras. O último contacto tem data de Novembro desse

ano, quando a Comissão de Viseu pede à da Covilhã que a elucide sobre a escrituração das cobranças das taxas de turismo nos hotéis.

A correspondência trocada entre a C.I.C. e outras Comissões de Iniciativa teve os mais diferentes objectivos, sendo de realçar os seguintes: divulgação e envio de materiais de publicidade turística, nomeadamente álbuns, cartazes e fotografias das Comissões de Alcobaça, Setúbal, Évora, Vila do Conde, Sintra, Póvoa de Varzim, Tomar, Lagos, Cascais, Vizela e Leiria, ou justificações para o não envio dos mesmos, feitas pelas Comissões de Óbidos, Viana do Castelo e S. Martinho do Porto²⁶⁶; pedidos de cartazes publicitários da C.I.C., feitos por inúmeras Comissões; anúncio das datas de acontecimentos diversos, como a do início do concerto dos carrilhões de Maфра²⁶⁷; pedidos variados, de que é exemplo o dirigido à C.I.C. em Janeiro de 1933 pelas Comissões de Santarém e de Moura, as quais solicitavam o envio de uma cópia do seu Regulamento Interno, a que se referia o art.º 10º da Lei n.º 1152 de 23 de Abril de 1924, ou ainda o que foi feito pela Comissão das Caldas da Rainha em Junho de 1934, que pedia algumas informações acerca do seu orçamento para o ano económico seguinte, de forma a se efectuar um estudo relacionado com o turismo; convites à Comissão de Iniciativa da Covilhã por outras Comissões como, por exemplo, o convite da Comissão de Santarém para visitar a Exposição-Feira de 31 de Maio de 1936, respondendo-se afirmativamente e envidando-se “esforços no sentido de se realizar, para este fim, um comboio especial àquela cidade, para o que se efectuarão as necessárias diligências junto da C.P.”²⁶⁸.

O Conselho Nacional de Turismo, órgão investido então de valiosos poderes no âmbito do turismo em Portugal, é referido frequentemente nas actas da Comissão. Em Fevereiro de 1932 convidam-se, além do C.N.T., a Sociedade de Propaganda de Portugal, o Automóvel Club de Portugal²⁶⁹ e a Comissão de Iniciativa de Coimbra, a fazerem-se representar numa visita à Serra “nesta época em que a Serra oferece aos visitantes um espectáculo surpreendente”, com o intuito de se expor a situação económica da C.I.C. e de

²⁶⁵ Acta de 30/12/1931

²⁶⁶ Acta de 05/11/1930. A Comissão de Iniciativa de Leiria, em Abril de 1931, envia cartazes da sua região à C.I.C., pedindo a esta para os afixar nos locais mais concorridos e a comunicação da despesa que tal acarretara. A C.I.C. responde da seguinte forma: “que corra de nossa conta qualquer despesa a fazer, visto brevemente termos necessidade de os incomodar para o mesmo fim.” (Acta da 29/04/1931)

²⁶⁷ Acta de 04/06/1930

²⁶⁸ Acta de 27/05/1936

²⁶⁹ O A.C.P. foi contactado logo na 1ª sessão, em 14/11/1929, sendo uma das inúmeras medidas tomadas a seguinte: “Oficiar à Direcção do Automóvel Club de Portugal, oferecendo-lhe com os cumprimentos desta Comissão todo o apoio em tudo o que seja necessário para o desenvolvimento do Turismo em Portugal, fazendo-a ainda ciente de que um dos objectivos desta Comissão é o desenvolvimento do Turismo na Serra da Estrela (...) esperando esta Comissão todo o

se pedir ajuda financeira a todos os participantes, principalmente ao C.N.T.²⁷⁰.

Um mês mais tarde, oficia-se o Presidente do Conselho de Turismo para lhe transmitir o contentamento da C.I.C. ao saber que os seus esforços para a valorização turística da Serra tinham sido elogiados. Porém, esse ofício refere ainda o seu descontentamento por saber que a Covilhã não fora a cidade indicada para futuras reuniões das Comissões de Iniciativa da região, por ter sido preterida a favor da Guarda, que, segundo alegava, não ficava tão próxima dos campos dos desportos de Inverno nem de meios de transporte como a primeira. Além disso, distava dos “principais pontos dignos de serem visitados”²⁷¹. Na imprensa encontrou-se um artigo do *Diário de Lisboa* que confirma os louvores feitos à C.I.C. pelo órgão máximo do turismo português:

Sob a presidencia do sr. brigadeiro Silveira e Castro, reuniu-se hoje o Conselho Nacional de Turismo, que apreciou os esforços realizados pela Comissão de Iniciativa e Turismo da Covilhã, para o aproveitamento da serra da Estrela para a pratica dos desportes da neve, no inverno, e como estancia de altitude no verão.

O Conselho louvou, além daquela comissão, a C.P. e o Ski Club de Portugal, na colaboração dada a esse plano turistico e resolveu dar-lhe o seu patrocínio, promovendo varios melhoramentos, como sejam a edificação de um hotel de turismo, beneficiar as condições das estradas (...) e construir fontes nos locais onde a agua deve ser aproveitada.

Diário de Lisboa, 22/02/1933

Como forma de reconhecimento de tais vontades, convidam-se todos os membros do Conselho, especialmente o Brigadeiro Silveira e Castro, a visitar a Serra ainda durante o período estival de 1933, apontando-se o período de 20 a 22 de Agosto para tal fim. Decide-se também sugerir essa visita ao General Teófilo da Trindade, não se registando o motivo do convite; no entanto, sabemos pelo jornal citado que o General estava incumbido pelo Conselho de “relatar, o projecto das obras turisticas a executar em Faro”.²⁷² Curiosamente, a resposta ao convite por parte do C.N.T. chegaria apenas em Setembro, onde se afirma não ter sido possível realizar a visita na data indicada, concluindo que a mesma será feita num momento mais oportuno. Não querendo perder essa oportunidade, apressa-se a C.I.C. a solicitar ao organismo que marcasse, então, uma outra data. Em Novembro e Dezembro

auxílio, junto dos poderes públicos, para qualquer pedido ou representação que esta Comissão lhes faça.”.

²⁷⁰ Acta de 24/02/1932

²⁷¹ Acta de 30/03/1932

de 1933 recebem-se dois ofícios do Conselho bastante semelhantes, podendo ser lido em ambos que o C.N.T. deliberara “aguardar para ocasião oportuna a sua visita à Serra da Estrela”²⁷³. Se pesquisarmos nas actas da Comissão de Iniciativa da Covilhã, concluiremos que, quase até à data da sua extinção, nenhum dos membros do C.N.T. se deslocaria à Serra a título oficial, nem mesmo o seu Presidente que, não obstante os inúmeros convites, apontava sempre a impossibilidade da visita. Seria apenas nos derradeiros dias da Comissão, em Junho de 1936, que o Brigadeiro Silveira e Castro, Presidente do C.N.T., se deslocaria à Serra, já que sabemos ter estado em missão oficial na Covilhã nessa data, tendo a Comissão resolvido convidá-lo a visitar a região no dia 9 desse mês. Acompanharam-no João Alves da Silva, Presidente da C.I.C., e respectivo Tesoureiro, Joaquim Gonçalves de Carvalho, que aproveitaram o facto para apresentar os planos de melhoramentos e para o pôr “ao corrente do pé em que se encontra a questão dos terrenos e águas nas Penhas da Saúde, em litígio com os seus pseudo-proprietários.”²⁷⁴.

Ainda a propósito de convites endereçados a entidades que, então, se revestiam de grande importância, verifica-se que também a Sociedade de Propaganda de Portugal e o director do jornal *O Século* escreveram à C.I.C., informando-a não poderem assistir à inauguração dos Desportos de Inverno de 1933. Já em Maio de 1935 seria a vez do Ministro do Comércio e Indústria agradecer o convite e responder que, dado um impedimento oficial, não se deslocaria à região.

Entre os convites de 1933 e o de 1935, houve um deveras preponderante em Dezembro de 1934 e que foi dirigido ao Director do jornal *O Comércio do Porto*. Além de se manifestar agrado pela sua futura viagem à Serra, solicita-se ao dirigente que, aquando da mesma, efectuasse uma conferência subordinada ao tema “O Turismo na Economia das Regiões”, “caso fosse da sua vontade”²⁷⁵. Dada a anuência do Director, esperava a C.I.C. vir a realizar um evento arrojado, uma vez que a ideia deste tema para uma palestra demonstra que a Comissão tinha já uma visão bem alargada do contributo do turismo para a economia regional e, até mesmo, nacional. Pena foi que três meses depois informasse a Comissão da impossibilidade da visita “devido a afazeres profissionais”²⁷⁶.

Não foram somente os convites que fizeram parte da troca de correspondência entre a

²⁷² *Diário de Lisboa*, 22/02/1933

²⁷³ Actas de 30/11/1932 e 27/12/1933

²⁷⁴ Acta de 12/06/1936

²⁷⁵ Acta de 12/12/1934

²⁷⁶ Acta de 27/03/1935

Comissão de Turismo da Covilhã e o Conselho Nacional de Turismo. Os contactos estabelecidos entre as duas entidades visaram um outro assunto de sobeja importância — o I Congresso Nacional de Turismo, a acontecer em Lisboa no mês de Janeiro de 1936.

A este respeito, chega ao conhecimento da C.I.C. no início de Outubro de 1935, “através de jornais de Lisboa”, a realização desse encontro, o que a leva a solicitar algumas informações ao C.N.T.²⁷⁷. Poucos dias depois sabe-se que este autorizara as Comissões de Iniciativa “a fazer-se representar e a tomar parte nos trabalhos do Congresso”²⁷⁸. Informa-se de imediato que se deslocariam à capital João Alves da Silva e Álvaro de Moura “em substituição do Dr. António Vaz de Macedo que não se mostrou disponível para atender o pedido da C.I.C. para apresentar a referida tese ‘sobre a Serra da Estrela?’”²⁷⁹. De regresso à Covilhã, Alves da Silva relataria aos restantes membros da Comissão a forma como decorrera a reunião e os temas abordados, tendo afirmado que “alguma coisa de proveitoso resultará em prol do desenvolvimento turístico nacional”²⁸⁰. Transmitiria ainda o facto de ter entregue “pessoalmente” — note-se o reforço da ideia com o uso do advérbio — na Repartição dos Melhoramentos Rurais, para aprovação, os projectos das estradas a construir na Serra, o de lhe ter sido comunicado no Congresso a aprovação do segundo orçamento suplementar referente ao ano económico de 1934/35 e, por fim, a necessidade de se rectificar a verba destinada à publicidade, respeitante ao Orçamento Ordinário para 1936.

A década de 30 presenciou ainda outros congressos não menos importantes para a região da Serra, como o Congresso de Hidrologia e o Congresso das Beiras. Sobre este último são muito escassas as informações encontradas, pois somente se sabe que a C.I.C., em Maio de 1936, convida António Vaz de Macedo “para, em nome da C.I.C., tomar parte activa nos trabalhos do Congresso das Beiras, apresentando e defendendo uma tese sobre as vantagens e razões que militam a favor da Covilhã para poder vir a ser a futura capital

²⁷⁷ Acta de 09/10/1935

²⁷⁸ Acta de 13/10/1935

²⁷⁹ *Idem, Ibidem*. António Vaz de Macedo, natural de S. Vicente da Beira, formou-se em Medicina e exerceu a profissão na Covilhã, depois de ter sido deputado em 1907. Foi um dos principais impulsionadores do Orfeão da Covilhã, o qual iniciou a sua actividade em 1926. No IV Congresso Beirão, realizado em Castelo Branco em Junho de 1929, profere a comunicação “Serra da Estrela, Estância de Repouso e Cura” e apresenta algumas propostas, entre elas a da implantação de um Sanatório para doentes tuberculosos e a de um bom hotel, apenas para repouso dos enfraquecidos. (Álvaro Morgadinho, *Homens e Factos*, 1997, p. 13)

²⁸⁰ Acta de 26/01/1936. Apesar de ainda não serem conhecidas as principais conclusões do I Congresso Nacional de Turismo, já o Presidente da C.I.C. se apercebera que, no Congresso, a Serra da Estrela seria reconhecida como ponto turístico de interesse. Na nossa óptica, a C.I.C., em muito terá contribuído para a definição dessa imagem. Ver anexo n.º 6: “Conclusões do I Congresso Nacional de Turismo – 1936” e atente-se na conclusão n.º 20, onde é feita referência à Serra da Estrela.

da Província da Beira Central.’’²⁸¹.

As referências ao Congresso de Hidrologia também não abundam, sendo a única datada de 19 de Novembro de 1930. Na acta então redigida pode ler-se a intenção de se agradecer a Constantino Carneiro e Freitas as suas alusões à Serra da Estrela e às Caldas de Unhais da Serra aquando do Congresso de Hidrologia que entretanto se realizara (não se especificando nem a data nem o local). O que é certo é que, cinco anos depois, o jornal *A Voz* publicaria um extenso artigo sobre a excursão do Instituto de Hidrologia de Lisboa à região, o que demonstra, a par das referências feitas durante o Congresso, que essa zona de Portugal tinha um particular interesse para os estudiosos. Deixam-se aqui algumas das passagens mais curiosas do texto:

A Excursão do Instituto de Hidrologia

(...) Atravessámos novamente Caria, e dentro em pouco avistámos a Covilhã. (...)

No salão nobre da Camara realiza-se curta sessão de boas vindas que primam mais por afectuosidade do que por etiqueta protocolar. (...)

A Covilhã, terra importante e rica, cidade populosa, deveria chamar um architecto especializado em problemas de estetica e construção citadina, que elaborasse um plano de conjunto para realizar-se parcelarmente, a pouco e pouco (...).

As Penhas da Saude são uma chã, transformada agora em colonia veraneante, largo numero de “chalets” formando aldeia. (...)

Unhais da Serra é estancia termal na posse da Camara Municipal da Covilhã que pretende transforma-la.

Oxala que o faça. (...)

O sr. dr. Silva Lino, ilustre e amavel director clinico das termas, pôs em destaque a importancia das aguas de Unhais da Serra, sulfurias sodicas, ferruginosas (...).

Falaram depois os srs. drs. Silva Neves e José Joaquim de Barros. Aquele fez uma importante comunicação sobre a hidrologia nas colonias e o segundo falou novamente sobre a fitoclimatologia da Serra da Estrela, mostrando que devido a flora se estudam modernamente em prazo rapido as condições dum clima. (...)

A Voz, 28/08/1935

Ao longo da sua vigência, a Comissão de Iniciativa da Covilhã trocou contactos não apenas com entidades nacionais, como também com outras estrangeiras, nomeadamente da

²⁸¹ Acta de 06/05/1936

vizinha Espanha. Esses contactos, por terem sido em número considerável, cabem ser aqui referidos.

Logo na sua primeira sessão, decide-se oficial o Presidente do Patronato Nacional de Turismo, em Madrid, para lhe oferecer os “serviços nesta região para o efeito de boas e amistosas relações entre Portugal e Espanha”, pedindo-se simultaneamente informações sobre Salamanca, Ciudad Rodrigo, Cáceres, Caria, Plasencia e Badajoz e lembrando-se a necessidade de se concluir a estrada que faria a ligação entre Ciudad Rodrigo e Fuenteguinaldo e desta à fronteira “com estrada por Sabugal”²⁸². A resposta chegaria de imediato, já que na segunda sessão se dá a conhecer o ofício enviado por esse organismo espanhol, bem como o da Sub-Delegação do Turismo na Região Ocidental de Espanha, que congratulam a C.I.C. pelo início de funções, defendendo a necessidade de então em diante se estabelecerem relações amistosas entre as entidades, conducentes a um bom e recíproco entendimento. Na sessão seguinte, enviam-se cumprimentos ao responsável por essa Sub-Delegação, insistindo-se na conclusão da estrada referida, à qual faltavam apenas 7 quilómetros na parte espanhola e 12 quilómetros no território nacional. Após estar terminada, far-se-ia a ligação directa de Ciudad Rodrigo à Covilhã de camioneta, prevendo a C.I.C. que no ano seguinte, 1930, essa ligação estivesse pronta.

Em 1932 entra-se de novo em contacto com uma entidade espanhola, desta feita com o Ayuntamiento Constitucional de Ciudad Rodrigo, para se manifestar o desejo de se reunirem naquela localidade várias Municipidades Portuguesas e Ayuntamientos espanhóis, tendo o encontro como objectivo a aproximação dos dois países e a elaboração conjunta de um plano de reclamações sobre estradas de interesse para ambos, concluindo-se daqui que, no entendimento da Comissão de Turismo, tanto a região beirã como a zona fronteiriça espanhola careciam da conclusão das estradas há muito iniciadas e da abertura de novas vias de comunicação rodoviárias. Quanto a este assunto, voltar-se-ia somente em Outubro de 1935, altura em que a C.I.C. pede ao Alcalde Mayor da Ciudad Rodrigo para que interviesse junto do Ministro da Justiça português, a fim de se concluírem os 12 quilómetros de estrada entre Ciudad Rodrigo e o Sabugal. Além deste assunto, sugere-se também a realização de uma reunião naquela cidade com o propósito de se intensificarem as relações turísticas entre as duas regiões fronteiriças.

A partir de 1934 encetam-se importantes contactos com o Cônsul Geral de Espanha

²⁸² Acta de 14/11/1929

em Portugal, prendendo-se eles com a passagem da fronteira entre os dois países ibéricos. Assim, em Setembro desse ano o Cônsul espanhol em Lisboa envia um ofício à C.I.C. no qual dá alguns esclarecimentos acerca dos passaportes a visar com destino a Espanha, não se especificando o seu conteúdo. Sete meses mais tarde enviaria nova informação, lendo-se então que, em virtude dos regulamentos que vigoravam, só poderiam ser visados os bilhetes de identidade por cônsules de carreira e não por outros que o não fossem, como era desejo da C.I.C..

Não desistindo dos seus propósitos, a Comissão sabe, entretanto, que uma Comissão de Cáceres iria a Lisboa brevemente e, por isso, em Maio de 1935 solicita ao Cônsul de Espanha que essa representação, na viagem de regresso, passasse pela Covilhã a fim de se reunir com o Governador Civil de Castelo Branco e com a própria C.I.C.. Esse encontro serviria para se tratar do assunto da passagem pela fronteira de Segura por ocasião das Festas de Cáceres. O Cônsul espanhol responde nada poder fazer visto que essa Comissão de Cáceres estava já preparada para o regresso no momento em que o ofício chegara da Covilhã. Não vendo o seu pedido atendido, pede-se ao Director Geral das Alfândegas, um mês depois, que facilite a passagem de autocarros e de automóveis no posto de despacho de Segura, mas sobre a sua resposta nada se escreveu.

Como conclusão deste capítulo, devem ainda ser mencionados dois factos que se prendem com o trabalho da Comissão de Iniciativa da Covilhã e com a sua conduta perante algumas situações. Relativamente ao primeiro, sabemos que em 1931 a C.I.C. foi considerada sócia honorária da Fundação do Orfeão da Covilhã “pelos relevantes serviços e favores à mesma prestados e cujo diploma será conferido no 1º espectáculo que aquela colectividade realize no Teatro Covilhanense.”²⁸³. Para tal, terá concorrido o facto de se terem estabelecido boas relações entre as duas entidades, já que o presidente honorário do Orfeão, António Vaz de Macedo, fazia parte do círculo de amigos dos responsáveis da C.I.C.. Quanto ao segundo, lemos que em Março de 1932, tendo sabido que um visitante fora vítima de um roubo, desaparecendo alguns dos seus haveres, a C.I.C. propõe-se pagar uma indemnização pelo prejuízo, não se registando, porém, mais pormenores da situação. Podemos daqui concluir que a Comissão prezava a sua reputação assim como o bom nome da sua cidade, tentando talvez com essa medida evitar que se espalhassem rumores sobre a existência de assaltos ou de qualquer outro tipo de perigo na sua área de jurisdição.

²⁸³ Acta de 22/04/1931

Os inúmeros contactos que a Comissão de Iniciativa foi estabelecendo ao longo dos anos com entidades locais, regionais, nacionais e até mesmo internacionais tiveram sempre o objectivo de divulgar a região, trocar ideias para melhorar a sua actuação no campo do turismo, relembrar aos organismos centrais que o interior não podia continuar a ser esquecido e que seria benéfico para o próprio país que se começasse a olhar para ele de diferente forma. Apesar desses contactos, em 1936 os membros da Comissão continuavam a apelar a muitas entidades por uma região mais próxima da capital a todos os níveis, essencialmente no que respeitava ao turismo e às condições para o seu aperfeiçoamento.

CAPÍTULO 12 — CONCLUSÃO

Em 1933, com a nova Constituição Política que consubstanciava o Estado Novo, pretendia o Governo dar início a uma série de reformas, nomeadamente a de organizar os serviços e a função pública²⁸⁴. Um ano depois, António de Oliveira Salazar incumbia Marcello Caetano de redigir o projecto do novo Código Administrativo que visava substituir legislação que vigorava desde os últimos tempos da monarquia.

No que tocava ao turismo local, a publicação desse Código pelo Decreto-Lei n.º 27:424, de 31 de Dezembro de 1936, punha fim às Comissões de Iniciativa e Turismo: “Consideram-se extintas (...) as comissões de iniciativa e turismo.”²⁸⁵. Antes mesmo da publicação deste Código, já muito se falara a respeito da continuação ou não da existência das Comissões, sobretudo porque desde 1934 se sabia que “a sua posição de princípio [de Marcello Caetano], que postulava a integração generalizada dos órgãos de âmbito concelhio na respectiva administração municipal, não admitia excepções — mostrando-se linear no que respeitava às autónomas Comissões de Iniciativa.”²⁸⁶.

Aquando do I Congresso Nacional de Turismo, em 1936, as opiniões a respeito do turismo português — entre elas a respeitante às Comissões de Iniciativa — tornaram-se mais claras, sendo expostas com bastante detalhe. Assim, todos apontavam unanimemente para a necessidade da organização de um plano concertado ao nível do turismo nacional, havendo, por isso, que se proceder, segundo Fausto de Figueiredo, a um “*Código do Turismo*, que reuna a legislação em vigor, com as alterações, aditamentos ou eliminações aconselhadas pela experiência”. O plano nacional de turismo reflectiria, segundo este congressista, as “directrizes da intervenção oficial e o campo de acção em que devem mover-se as actividades particulares.”²⁸⁷.

José da Penha Garcia partilhava as ideias de Fausto de Figueiredo quanto à nova proposta de organização do turismo, defendendo a criação de um “Comissariado Geral do Turismo”, que teria um “Comissario Geral (...) dependente directamente da Presidência do Ministério.”. Subordinado ao Comissariado estaria um “Conselho Técnico Turístico” e uma “*Federação Nacional de Turismo*, que seria o órgão coordenador das actividades

²⁸⁴ Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, 1996, pp. 198-205

²⁸⁵ Decreto-Lei n.º 27:424, de 31 de Dezembro de 1936, art.º 6.º

²⁸⁶ Paulo Pina, *Portugal — o Turismo no Século XX*, 1998, p. 43

particulares e ao mesmo tempo, como órgão corporativo, representaria as actividades turísticas no Estado Corporativo Português”, ocupando-se da propaganda interna e externa. Ficariam dependentes desse Comissariado as cinco “Comissões Regionais” a criar em diferentes pontos do país e ultramar — norte, centro, sul, ilhas e colónias —, englobando cada uma destas várias “Comissões Locais de Turismo”²⁸⁸.

José Duarte Ferreira, por sua vez, defendia que deveria ser criado um organismo, designando-o por “T”, dependente do Ministério do Comércio, constituído por vários órgãos: “Secretariado Geral”, “Fiscalização, Estatística e Cobrança”, “Turismo”, “Contabilidade”, “Propaganda” e “Contencioso”. Note-se que este congressista dava já então grande ênfase à “montagem de rigorosa estatística” e ao “funcionamento de escolas técnicas para o pessoal que trabalha nesta industria, de forma a habilitá-lo convenientemente.”²⁸⁹.

Foi vontade dos participantes desta grande reunião reformular as organizações e estruturas do turismo português, partilhando a ideia de que, numa tentativa de reacção contra a excessiva burocratização das instituições ligadas ao turismo, se havia criado organismos congéneres que, além de convergirem nas suas acções, se sobrepunham e até mesmo se ultrapassavam. Para Armando Marques Guedes, por exemplo, “êstes organismos trabalham um pouco desordenadamente, que há muito esforço perdido e outro, que repete e duplica sem vantagem iniciativas e trabalhos.”, apesar de reconhecer que “ignorar ou esquecer tôdo êste esforço seria injusto e impatriótico.”. Segundo ele, “Os organismos superiores de turismo devem coordenar-se e centralizar-se, para que não continuem esforços dispersos e desencontrados cá dentro e lá fora.”²⁹⁰. Desta opinião partilha Paulo Pina, quando refere que “Como é sabido, sempre que um departamento oficial se entorpece nos meandros da burocracia, a actividade tutelada, reagindo ao marasmo, engendra automaticamente mecanismos de substituição que, por seu turno, dão lugar a inevitáveis intrusismos, vertidos quase sempre em acções paralelas. Foi precisamente o que aconteceu à Repartição de Turismo, quando, nos anos trinta, lhe cingiram o espartilho burocrático do Ministério do Interior, a ponto de ser rivalizada e suplantada por organismos congéneres no

²⁸⁷ Fausto de Figueiredo, “Organização do Turismo” (tese apresentada no I Congresso Nacional de Turismo em 1936)

²⁸⁸ José de Penha Garcia, “Algumas Bases para a Organização do Turismo em Portugal” (tese apresentada no I Congresso Nacional de Turismo em 1936)

²⁸⁹ José Duarte Ferreira, “Projecto da Organização do Turismo em Portugal ” (tese apresentada no I Congresso Nacional de Turismo em 1936)

²⁹⁰ Armando Marques Guedes, “Algumas Sugestões sobre a Organização do Turismo em Portugal” (tese apresentada no I Congresso Nacional de Turismo em 1936)

seio da própria administração pública.”²⁹¹.

Nesse Congresso seria também debatida a manutenção das Comissões de Iniciativa, sendo sobre estas apresentadas opiniões bastante divergentes. Alguns dos presentes, como o já mencionado Marques Guedes, defenderam a sua continuação, dado que “Quási tôdas as Comissões de Iniciativa têm procurado também fazer pelo melhor a propaganda das estâncias a seu cargo, editando publicações em português, francês e inglês, com notícias e guias.”. Apesar disso, era necessária “a coordenação dos organismos locais de iniciativa e turismo e dos Concelhos superiores existentes, num organismo central com atribuições e receitas suficientes.”²⁹². Ainda a favor do prosseguimento no terreno das Comissões estiveram, entre outros, José de Penha Garcia e José Duarte Ferreira, apresentando, não obstante, propostas de remodelação ao nível da sua constituição.

Outros houve que argumentaram a sua necessária extinção, apesar de reconhecerem, como Vieira Guimarães, que a ideia inicial aquando da sua criação por lei era promissora e reflexo de uma “Bôa e sã doutrina.”. Segundo este participante, “(...) veio o caciquismo, com os seus maléficos efeitos (...) criando-se uma rede com malhas cada vez mais apertadas (...) [que] tem atrofiado o turismo (...)”²⁹³.

Apesar da vontade e dos apelos de alguns para a continuação das Comissões de Iniciativa, e contra o parecer do Conselho Nacional de Turismo, o Governo punha um fim a essas entidades, substituindo-as por Comissões Municipais e Juntas de Turismo subordinadas às respectivas Câmaras. Numa representação dirigida à Assembleia Nacional, o C.N.T. afirma que “a criação de pelouros turísticos de comissões de iniciativa dependentes das câmaras municipais representa o golpe mais violento e de mais graves consequências que poderia ser vibrado contra o turismo nacional”, dado que “a função municipal não se pode confundir com a função turística.”²⁹⁴.

Pelo exposto, constatamos que, tal como outros organismos, também as Comissões de Iniciativa estiveram sujeitas aos ventos políticos do país, dado que o Governo entendeu então que assim se evitava que Câmaras e Comissões deliberassem sobre os mesmos assuntos, assegurando-se uma melhor gestão financeira das verbas públicas no que dizia

²⁹¹ Paulo Pina, *Portugal — o Turismo no Século XX*, 1998, pp. 29-31

²⁹² Armando Marques Guedes, “Algumas Sugestões sobre a Organização do Turismo em Portugal” (tese apresentada no I Congresso Nacional de Turismo em 1936)

²⁹³ Vieira Guimarães, “Só nos Sítios de Turismo, que não sejam Cabeça de Concelho, é que devem existir Comissões de Iniciativa, criando-se, no entanto, nas Câmaras um novo Pelouro que trate do Turismo do Concelho ou do Restante do Concelho” (tese apresentada no I Congresso Nacional de Turismo em 1936)

²⁹⁴ Licínio Cunha, *Introdução ao Turismo*, 2001, p. 431

respeito ao turismo local²⁹⁵. O planeamento e desenvolvimento do turismo em Portugal pautou-se sempre, de facto, e como já foi referido, por eventos políticos: “(...) Portugal has been characterized by political events rather than by the scientific evolution of paradigms. (...) That is, the evolution of tourism, planning and organisation has been carried out on the basis of different premises.”²⁹⁶.

No seguimento das deliberações do Governo, deu-se também fim à Comissão de Iniciativa da Covilhã. Estranho é, contudo, que na parte final da última acta, redigida a 24 de Junho de 1936, após as assinaturas dos membros presentes, se tenha feito a abertura da sessão que se seguiria, a 148ª sessão. Este procedimento leva-nos a crer que a C.I.C. não tinha em mente cessar as suas funções nesse momento. De facto, sabemos que isto não terá acontecido, na medida em que a acta da Comissão Administrativa Municipal da Covilhã de 14 de Outubro faz referência à “colaboração da Comissão de Iniciativa desta cidade” para a “realização do II Rallye Automóvel, a efectuar no próximo mês de Dezembro”²⁹⁷.

Ante o exposto, cabe deixarmos aqui algumas questões pertinentes: extintas as Comissões de Iniciativa e os seus membros afastados da gerência do turismo, quem foram os técnicos qualificados do turismo que substituíram os “amadoristas bairristas”? Por que linhas de acção foi pautado o seu trabalho? Uma Comissão Municipal de Turismo terá sido a melhor opção para desenvolver o turismo na Serra da Estrela?

Será agora oportuno, e por último, reflectirmos sobre a actividade da C.I.C. enquanto órgão responsável pelo sector do turismo na sua zona de jurisdição:

? A Comissão de Iniciativa da Covilhã funcionou, na prática, como um organismo local que tratou não só de assuntos ligados ao turismo, como também de todos aqueles que julgou serem vantajosos para o seu espaço de intervenção. Este facto tornou-se desde logo óbvio pelas inúmeras áreas em que tivemos de dividir este estudo. Além de pretender dar cumprimento da melhor forma possível à lei, quiseram os membros da entidade pôr nesse trabalho todas as ambições que tinham para a terra e suas gentes, prestando o melhor auxílio possível. A sua ajuda reflectiu-se quer ao nível moral quer mesmo material,

²⁹⁵ Paulo Pina, *Portugal — o Turismo no Século XX*, 1998, p. 43

²⁹⁶ Carlos Costa, *Towards the improvement of the efficiency and effectiveness of tourism planning and development at the regional level: planning, organisations and networks. The case of Portugal*, Tese de Doutoramento: Department of Management Studies, University of Surrey, 1996, p. 161

²⁹⁷ Acta da Comissão Administrativa Municipal do Concelho da Covilhã, 14/10/1936

sacrificando-se vastas vezes a vida familiar, como foi o caso de João Alves da Silva, não se retirando desse sacrifício qualquer vantagem monetária, já que os cargos ocupados eram gratuitos. Este empenho manifestou-se, lembre-se, em vários momentos e situações: na hora tardia das reuniões, no número de assuntos tratados e no debate a que alguns obrigaram, que em muito deverão ter prolongado as sessões²⁹⁸. Além disso, os ataques do jornal *O Raio* à Comissão e até mesmo a alguns dos seus membros, principalmente ao tesoureiro da C.I.C., foram constantes, violentos, profundos e imbuídos de um humor corrosivo, sempre enfrentados pelo organismo de forma corajosa. João Alves da Silva e Joaquim Gonçalves de Carvalho, elementos sempre presentes na constituição da C.I.C., foram sem dúvida os nomes mais significativos dentro da Comissão, dado os cargos ocupados, o empenho que sempre demonstraram e as referências em acta.

? A grande contenção económica e financeira protagonizada por António de Oliveira Salazar não foi alheia à C.I.C., reflectindo-se nos seus magros orçamentos, nos recorrentes pedidos de subsídios ao Conselho Nacional de Turismo, nos empréstimos particulares, nas recusas constantes e involuntárias de publicidade à região ou ainda no constante atraso de obras e melhoramentos a que era necessário dar início ou conclusão com o objectivo sempre presente de atrair turistas. Pelo cenário descrito concluímos que a autonomia e independência da Comissão não foi gozada na plenitude e na forma como a lei parecera inicialmente oferecer, embora a Comissão tenha feito o melhor uso possível de algumas das suas características, como flexibilidade, destreza e adaptabilidade. Apesar de a C.I.C. possuir meios financeiros próprios, estes não eram aplicados, na sua totalidade, aos fins a que se propunham, ou seja, servir apenas o turismo. As receitas atribuídas, que deveriam ser aplicadas exclusivamente em serviços, propaganda, subsídios, obras e melhoramentos do sector turístico, foram em grande parte desviadas para outros empreendimentos que constituíam encargos normais das Câmaras e/ou Juntas de Freguesia.

? Não podemos escamotear o facto de que o amor à terra por parte dos membros da Comissão de Iniciativa da Covilhã se traduziu num amadurecimento do sector turístico da região. Na nossa óptica, esta mudança foi proporcionada pelos membros da C.I.C. que, apesar de bairristas, sem dúvida, sempre manifestaram boa vontade em cooperar com outros organismos com o objectivo primordial de criar melhores condições para servir o turismo da região. Esta cooperação por parte da C.I.C. foi visível não apenas ao nível local,

²⁹⁸ Ver anexo n.º 5: Número de Sessões da Comissão de Iniciativa da Covilhã (1929 – 1936).

regional e/ou nacional mas, igualmente, internacional, porque a sua visão alargada do conceito de “fazer turismo” passou pela preocupação em atrair pessoas de outros países, nomeadamente de Espanha. Os contactos com outros organismos, se nem sempre frutuosos, revelaram-se em aprendizagens que a C.I.C. soube converter em conhecimentos mais sólidos. Importa frisar que, apesar da “carolice”, houve um forte sentido de prioridades a serem trabalhadas de forma a rentabilizar e modernizar o turismo numa zona interior do país que, com características de isolamento geográfico e subdesenvolvimento económico, concorria com as estâncias turísticas do litoral. Esta questão reveste-se de grande relevância já que nos permite concluir, à semelhança de alguns participantes do I Congresso Nacional de Turismo, que a Comissão de Iniciativa da Covilhã procurou fazer o melhor numa conjuntura material e humana muitas vezes adversa à prossecução dos seus objectivos. As dificuldades sentidas pela C.I.C. seriam, certamente, as mesmas que se verificavam em todo o país porque o atraso económico, industrial, educacional, entre outros, reflectia-se nas mais variadas instituições portuguesas. Assim sendo, não queremos concluir este trabalho sem deixar o nosso louvor à Comissão de Iniciativa da Covilhã que, num curto período de tempo (1929-1936), soube encetar uma tarefa que permitiu o reconhecimento da Serra da Estrela como espaço turístico tendo sido mencionado, por várias vezes, no Congresso de 1936 e comprovado nas suas conclusões ²⁹⁹.

²⁹⁹ Ver anexo n.º 6: *I Congresso Nacional de Turismo — Conclusões*

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Actas da Comissão de Iniciativa da Covilhã — Novembro de 1929 a Junho de 1936.

Actas da Comissão Administrativa Municipal do Concelho da Covilhã — 8 de Maio de 1935 e 14 de Outubro de 1936.

Fontes Impressas

Comunicações apresentadas no I Congresso Nacional de Turismo, Lisboa, 1936:

- ✍ ETUR, Augusto Frazão, “A Publicidade Artística e o Turismo”;
- ✍ FERREIRA, José Duarte, “Projecto da Organização do Turismo em Portugal”;
- ✍ FIGUEIREDO, Fausto de, “Organização do Turismo”;
- ✍ GARCIA, José de Penha, “Algumas Bases para a Organização do Turismo em Portugal”;
- ✍ GUEDES, Armando Marques, “Algumas Sugestões sobre a Organização do Turismo em Portugal”;
- ✍ GUIMARÃES, Vieira, “Só nos Sítios de Turismo, que não sejam Cabeça de Concelho, é que devem existir Comissões de Iniciativa, criando-se, no entanto, nas Câmaras um novo Pelouro que trate do Turismo do Concelho ou do restante do Concelho”;
- ✍ TORRES, Carlos Manito, “Organização do Turismo em Portugal”.

COSTA, Américo, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, Vol. V, 1936.

Covilhã - Serra da Estrela - Unhais da Serra, Edição da Comissão de Iniciativa da Covilhã, 1932.

Diário do Governo, I série:

- ✍ Lei n.º 1:152, 23 de Abril de 1921
- ✍ Decreto n.º 8:046, 24 de Fevereiro de 1922
- ✍ Decreto n.º 10:057, 30 de Agosto de 1924
- ✍ Decreto n.º 15:465, 14 de Maio de 1928
- ✍ Decreto n.º 17:012, 24 de Junho de 1929
- ✍ Decreto n.º 16:731, 13 de Abril de 1929
- ✍ Decreto n.º 16:733, 13 de Abril de 1929
- ✍ Decreto n.º 18:339, 16 de Maio de 1930
- ✍ Decreto n.º 19:502, 24 de Março de 1931
- ✍ Decreto n.º 21:696, 30 de Setembro de 1932
- ✍ Decreto-lei n.º 22:530, 16 de Maio de 1933
- ✍ Decreto-lei n.º 23:239, 20 de Novembro de 1933
- ✍ Decreto-lei n.º 24:802, 21 de Dezembro de 1934
- ✍ Decreto-lei n.º 25:299, 6 de Maio de 1935
- ✍ Decreto-lei n.º 27:424, 31 de Dezembro de 1936
- ✍ Decreto-lei n.º 39:475, 21 de Dezembro de 1953

Diário do Governo, II série:

- ✍ n.º 15, 18 de Janeiro de 1935

Guia de Hotéis e Turismo em Portugal, 1.^a edição, Lisboa, Livraria J. Rodrigues & C^a Editores, 1934.

PERIÓDICOS:

Consulta da colectânea dos artigos de imprensa nacional e internacional, entre a qual:

- ✍ *A Covilhã*
- ✍ *A Grei*
- ✍ *A Voz*
- ✍ *Diário de Coimbra*
- ✍ *Diário de Lisboa*

- ✍ *Diário da Noite*
- ✍ *Diário de Notícias*
- ✍ *Distrito da Guarda*
- ✍ *Estrela das Beiras*
- ✍ *Fémina (Revista)*
- ✍ *Gazeta das Torres*
- ✍ *Império Portuguez*
- ✍ *La Gazeta Regional*
- ✍ *La Voz Extremeña*
- ✍ *Novidades*
- ✍ *O Comércio do Porto*
- ✍ *O Primeiro de Janeiro*
- ✍ *O Século*
- ✍ *Semana das Beiras*
- ✍ *Vanguarda*

Bibliografia

BAPTISTA, António Alçada, *A Pesca à Linha – Algumas Memórias*, Lisboa, Editorial Presença, 1998.

BELL, Judith, *Como Realizar um Projecto de Investigação*, Lisboa, Gradiva, 2002.

BOYER, Marc, *Histoire de l' invention du tourisme. XVIe-XIXe siècles. Origine et développement du tourisme dans le Sud-Est de la France*, Paris, Editions de l'aube, 2000.

BRITO, José Maria Brandão de, “Da ditadura financeira ao difícil triunfo da industrialização” in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, vol. II, 1996, pp. 509-546.

BUZARD, James, *The beaten track. European tourism, literatura, and the ways to culture*,

1800-1918, Oxford, Clarendon Press, 1993.

CALADO, Virgínia Maria Santos, *Construção Social de um Espaço de Montanha: A Visão da Serra da Estrela de 1881 à Década de 30*, Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 1994.

CASCAIS, Fernando, *Dicionário de Jornalismo – As Palavras dos Media*, Lisboa, Editorial Verbo, 2001.

CORBIN, Alain, *História dos tempos livres. O advento do lazer*, Lisboa, Teorema, 2001.

COSTA, Carlos, *Towards the improvement of the efficiency and effectiveness of tourism planning and development at the regional level: planning, organisations and networks. The case of Portugal*, Tese de Doutoramento, Department of Management Studies, University of Surrey, 1996.

CUNHA, Licínio, *Economia e Política do Turismo*, Lisboa, McGraw Hill de Portugal, 1997.

CUNHA, Licínio, *Introdução ao Turismo*, Lisboa, Editorial Verbo, 2001.

ECO, Umberto, *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, Lisboa, Editorial Presença, 1991.

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Editorial Verbo, Lisboa, 1963-1979.

GILG, Andrew W., “Switzerland: structural change within stability” in WILLIAMS, Allan M. e SHAW, Gareth, *Tourism and Economic Development – Western European Experiences*, London, Belhaven Press, 1991, pp.130-152.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Ed. Enciclopédia Lda., Lisboa/Rio de Janeiro, s/d.

LEITE, Joaquim da Costa, “O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855 – 1914)” in FAUSTO, Boris (org.), *Fazer a América: A Imigração em Massa para a América Latina*, São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1999, pp. 177-200.

LOFF, Manuel, *Salazarismo e Franquismo na Época de Hitler (1936 – 1942)*, Porto, Campo das Letras, 1996.

MARQUES, Helena Torres, “Turismo” in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX, Figueirinhas, 2000, pp. 536–538.

MARTÍNEZ, Carmelo Pellejero, “Antecedentes históricos del turismo en España (1900-1950)” in MARTÍNEZ, Carmelo Pellejero (dir.), *Historia de la Economía del Turismo en España*, s.l., Ed. Civitas, 1999, pp. 36-43.

MARTINS, João Félix, “Por um turismo de interesse nacional” in *Publituris*, n.º 805, Ano XXXIII, 1 de Setembro de 2001, p. 3.

MATHEUS, Zilda Maria, *Marketing e Turismo*, São Paulo, Editora Anhembi Morumbi, 2002.

MORGADINHO, Álvaro, *Homens e Factos*, Covilhã, 1997.

PAIS, Manuel Caldeira, “O Turismo” in BRITO, Raquel Soeiro de (org.), *Países, Povos e Continentes*, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1989, pp. 141-147.

PARDAL, Luís e CORREIA, Eugénia, *Métodos e Técnicas de Investigação Social*, Porto, Areal Editores, 1995.

PINA, Paulo, *Portugal – O Turismo no Século XX*, Lisboa, Lucidus, 1998.

RAUCHE, André, *Vacances et pratiques corporelles*, Paris, PUF, 1988.

REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, vol. II, 1996.

Revista “Management” do jornal *Semanário Económico*, 23 de Abril de 2004, p. 3.

REZOLA, Maria Inácia, *O Sindicalismo no Estado Novo 1931-1948*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

ROCHA, Rui, *Introdução* in *300 Anos do Cartaz em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1975/76, pp. 9-19.

RODRIGUES, J. C. Barros, *O Automóvel em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1995.

ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, volumes I e II, Círculo de Leitores, 1996.

SAGNES, Jean, (Dir.), *Deux siècles de tourisme en France*, SaintEstève, Presses Universitaires de Perpignan, 2001.

SILVA, Isabel Alarcão e, “Modernidade e Tradição nos Cartazes de Propaganda Política do Estado Novo” in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, vol. II, 1996, pp. 705-714.

300 Anos do Cartaz em Portugal, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1975/76.

ANEXOS

Anexo n.º 1 — *Tabela de preços do alojamento na Covilhã*

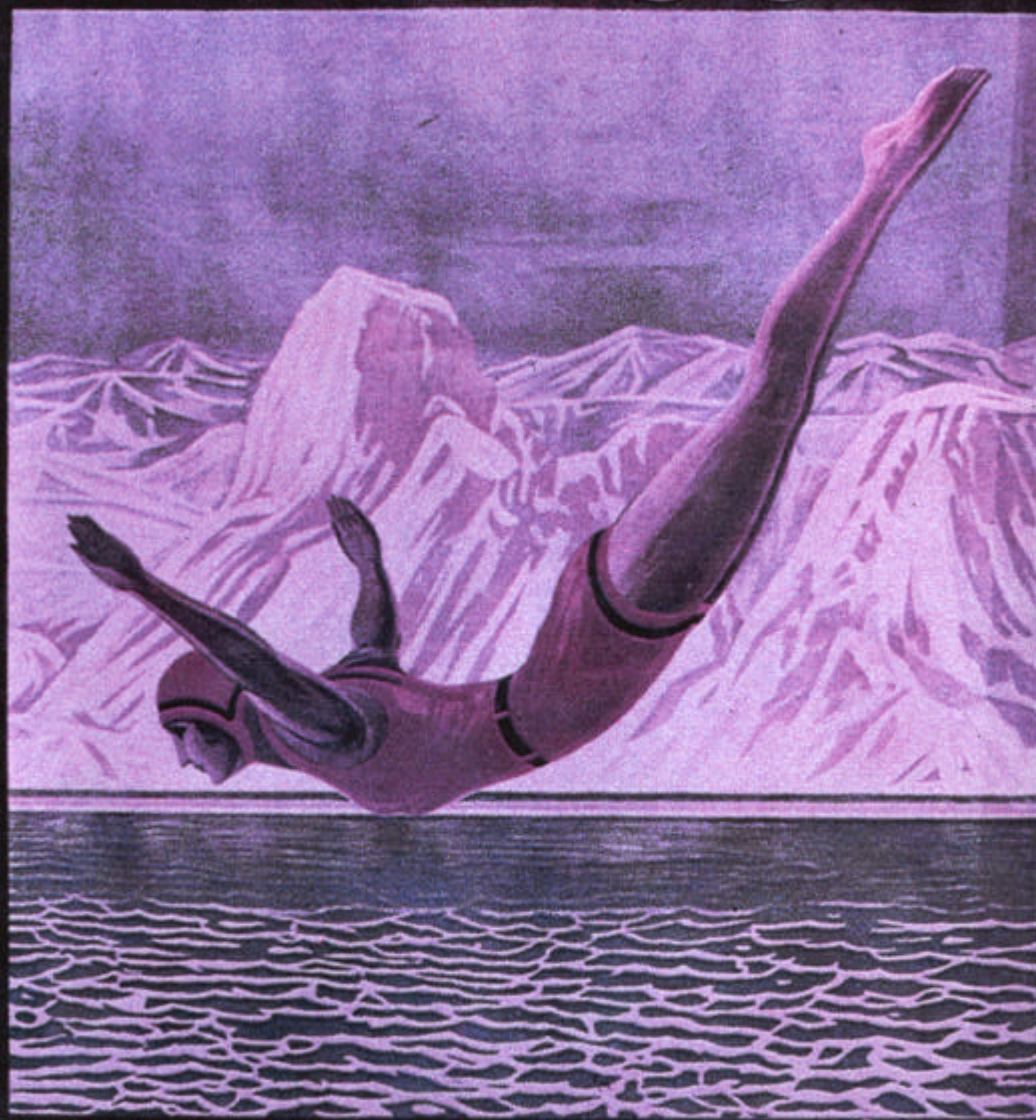
Fonte: *Guia de Hotéis e Turismo em Portugal*, 1934, p. 552

Localidade, Hotéis e Pensões Locality, Hotels and Boarding houses Localité, Hôtels et Pensions Población, Hoteles y Pensiones	Telefone Telephone Téléphone Teléfono	Categoria — Class — Classe — Clase	Quantidade de quartos — Number of rooms — Quantité de chambres — Número de habitaciones	Preços — Prices — Prix — Precios						Ver página—See page Voir page—Véase página
				Primeiro almôço — Light breakfast — Petit déjeuner — Desayuno	Almôço — Lunch — Déjeuner — Almuerzo	Jantar — Dinner — Diner — Comida	Diária — Pension			
							Pension	Pensión		
									Minimum	
CORUCHE										
Pensão Estrela	—	—	4	2,500	7,500	8,500	—	12,500	254	
Pensão Filipe	—	—	8	2,500	7,500	8,500	—	15,500		
Pensão Mata	—	—	9	2,500	7,500	8,500	—	12,500		
Pensão Perçuica	—	—	7	2,500	7,500	8,500	—	12,500		
GOSTA DA CAPARICA										
Hotel Praia do Sol	112	(a)	36	4,500	14,500	15,500	30,500	35,500		
Pensão Chique	117	—	—	2,500	10,500	10,500	20,500	25,500		
COSTA NOVA (Ilhavo)										
Pensão Coração da Praia	—	—	10	2,500	8,500	10,500	12,500	18,500		
Pensão José das Hortas	—	—	10	2,500	8,500	12,500	12,500	18,500		
Pensão Panceira	—	—	8	2,500	8,500	10,500	12,500	16,500		
COVILHÃ										
PENSÃO AVENIDA	140	—	12	2,500	10,500	10,500	20,500	25,500	254	
Pensão Brito	—	—	5	2,500	10,500	12,500	—	20,500		
Pensão Café Central	73	—	6	2,500	10,500	12,500	40,500	45,500		
Pensão da Covilhã	—	—	15	2,500	7,500	8,500	—	20,500		
PENSÃO COVILHANENSE	118	—	50	2,500	13,500	15,500	25,500	40,500	254	
Pensão Mangana	—	—	—	2,500	7,500	7,500	—	14,500		
Pensão Prata	—	—	8	2,500	7,500	8,500	16,500	18,500		
Pensão Republica	—	—	8	2,500	8,500	9,500	10,500	18,500		
COVILHÃ (Penhas da Saúde—Serra da Estrela)										
Pensão Guadarrama	—	—	5	2,500	14,500	15,500	25,500	30,500		
Pensão Lobo Branco	—	—	12	3,500	13,500	14,500	25,500	30,500		
Pensão Vila Vaz	194	—	6	2,500	14,500	15,500	20,500	30,500		
CUÇOS (Torres Vedras)										
Pensão dos Cucos	66	—	63	3,500	13,500	14,500	25,500	60,500		

Anexo n.º 2 — Cartaz *Ar e Sol* (1931)

Fonte: *300 Anos do Cartaz em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1975/76
Cartaz nº 237, ficha técnica p. 115, com reprodução em extratexto após p. 168

AR E SOL



SERRA DA ESTRELA

A 2000 METROS DE ALTITUDE E
A 30 MINUTOS DA COVILHÃ
PORTUGAL

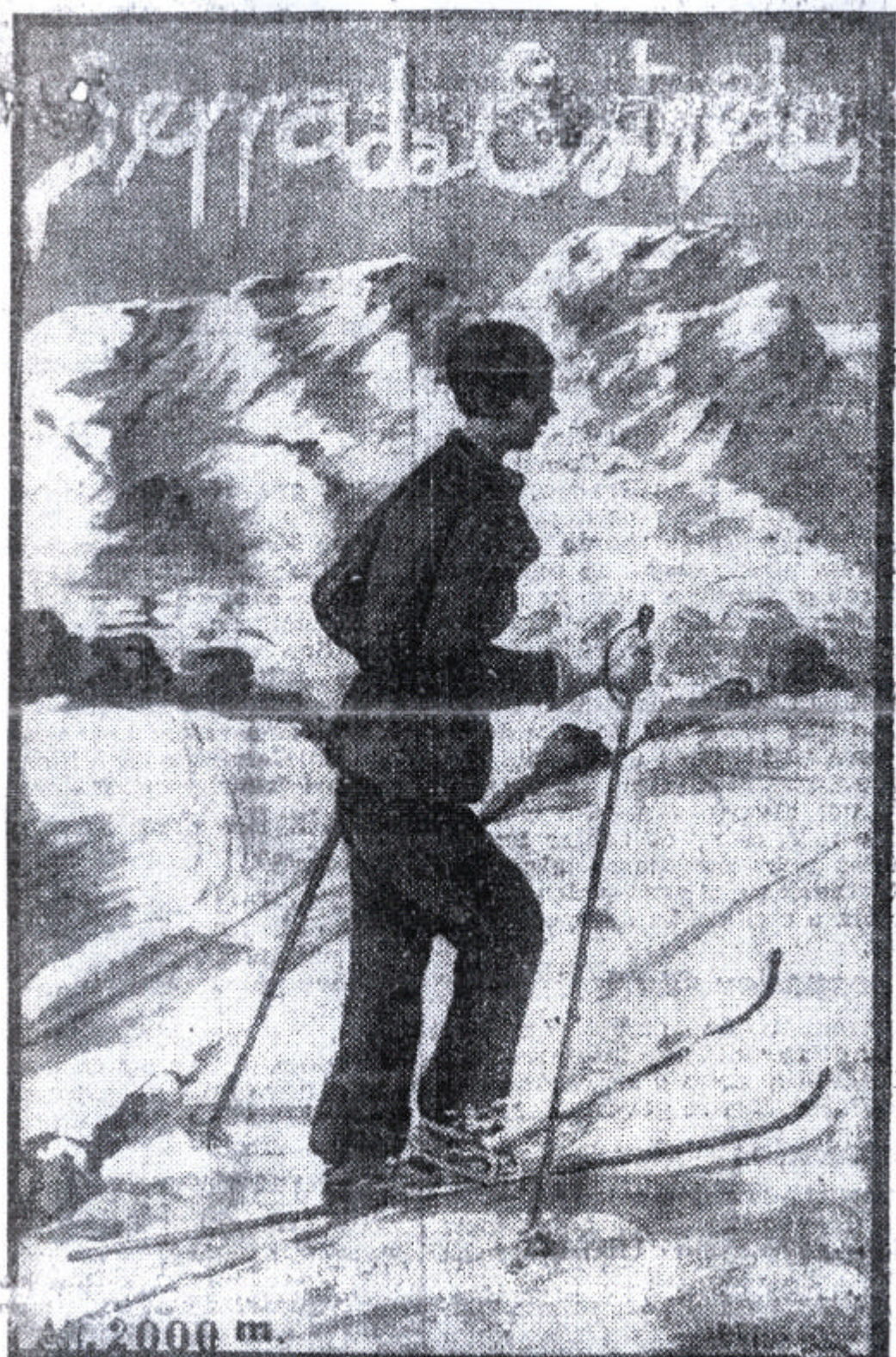
EDIÇÃO DA COMISSÃO DE INICIATIVA E TURISMO



**Anexo n.º 3 — Cartaz *Serra da Estrela* (época de Inverno)
1935**

Fonte: *O Primeiro de Janeiro*, 26/01/1935

TURISMO NACIONAL



2000 m.

COMISSÃO DE INICIATIVA E TURISMO

COVILHA*

PORTUGAL

Anexo n.º 4 — *Principais desportos praticados em Portugal*

Fonte: *Guia de Hotéis e Turismo em Portugal*, 1934, p. 596

Principais desportos praticados em Portugal

The most exercised sports in Portugal

Les sports que l'on pratique le plus en Portugal

Principales deportes que se practican en Portugal

Localidades Localitys Localités Poblaciones	Desportos nauticos Naval Sports Sports nautiques Deportes nauticos	Equitação Riding Équitation Equitación	Foot-Ball	Golf	Hockey	Patinagem Skating patinage Patinage	Tennis	Touradas Bull fights Courses de taureaux Corridas de toros	Ski
Algés (a)	•		•		•	•	•	•	
Aveiro	•		•		•	•	•	•	
Beja			•			•	•		
Braga		•	•		•	•	•		
Buçaco			•	•		•	•		
Caldas da Rainha		•	•		•	•	•		
Coimbra		•	•		•	•	•	•	
Curia (a)	•		•		•	•	•		
Espinho			•	•	•	•	•		
Estoril (a)	•	•	•	•	•	•	•	•	
Evora		•	•		•	•	•	•	
Faro	•		•		•	•	•		
Figueira da Foz	•	•	•		•	•	•	•	
Granja			•	•		•	•		
Guimarães			•		•	•	•		
Leiria			•			•	•		
Lisboa	•	•	•		•	•	•	•	
Luso (a)			•			•	•		
Melgaço			•			•	•		
Nazaré			•		•	•	•		
Pedras Salgadas		•	•	•		•	•		
Porto (a)	•	•	•		•	•	•	•	
Póvoa do Varzim		•	•		•	•	•	•	
Praia da Rocha	•		•			•	•		
Santarem		•	•		•	•	•	•	
S. Martinho do Porto	•		•		•	•	•		
Serra da Estrela	•		•		•	•	•		•
Setubal	•		•		•	•	•	•	
Tomar			•		•	•	•	•	
Viana do Castelo	•	•	•		•	•	•	•	
Vidago			•	•		•	•		
Vila do Conde			•			•	•		
Vizela			•			•	•		
Viseu		•	•		•	•	•	•	

(a) Piscina.

**Anexo n.º 5 — Número de sessões da Comissão de Iniciativa da
Covilhã
(1929 - 1936)**

Fonte: Volumes das Actas das sessões da Comissão de Iniciativa da Covilhã
(1929 - 1936)

	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936
Janeiro		1	2	1	2	1	1	2
Fevereiro		2	1	1	2	1	2	2
Março		1	2	1	2	3	2	2
Abril		2	3	1	2	3	2	2
Maiο		0	1	1	2	2	2	2
Junho		1	4	2	2	2	2	2
Julho		2	4	2	2	3	2	
Agosto		1	2	2	2	1	2	
Setembro		0	2	1	2	1	2	
Outubro		2	2	2	2	1	2	
Novembro	3	2	3	2	2	2	2	
Dezembro	1	2	2	2	2	2	2	
Total	4	16	28	18	24	22	23	12

**Anexo n.º 6 — *I Congresso Nacional de Turismo* —
*Conclusões***

Fonte: *O Século*, 29/01/1936

I Congresso Nacional de Turismo

Publicamos hoje as conclusões aprovadas pela 2.^a Secção do Congresso (Turismo Nacional e Turismo Internacional), tais como foram votadas. Foi relator geral desta secção o sr. Joaquim Roque da Fonseca, e constituíam a mesa os srs. Fausto de Figueiredo, que a presidiu, eng. Ernesto Navarro, dr. Rebelo Arruda e dr. Gil de Castro (Nova Goa).

“O I Congresso Nacional de Turismo, pela sua 2.^a Secção, apreciados os trabalhos a esta distribuidos, pronuncia-se pelas seguintes conclusões:

1.^a Existencia de organismos locais, oficiais e officiosos, incumbidos de administrar, orientar e valorisar os elementos de acção turistica, subordinados sempre á entidade central.

2.^a Conservação das actuais Comissões de Iniciativa, entendendo que sómente nas Camaras Municipais dos concelhos onde elas não existam é que os serviços de Turismo deverão ser integrados nos Municipios, constituindo um pelouro especial.

3.^a Determinação das zonas de turismo, atendendo às condições e exigencias regionais, por forma a que sejam salvaguardadas as características de conjunto de cada zona.

4.^a Criação de zonas relativamente autonomas na organização do Turismo, sendo uma na Ilha de S. Miguel (Açores) e outra na cidade do Funchal (Madeira).

5.^a Desenvolvimento dos transportes e da hotelaria como condição essencial do Turismo.

6.^a Construção de estradas de Turismo nas principais zonas, sendo de absoluta necessidade que se encare desde já a de Lisboa a Cascais.

7.^a Adopção de planos de urbanização, em especial das cidades de Lisboa e Porto.

8.^a Intensificação da arborização do País conforme as exigencias e particularidades das varias regiões.

9.^a Construção urgente duma “gare” maritima digna da beleza e importancia do Porto de Lisboa e do movimento de turistas a que ele dá acesso.

10.^a Prosseguimento das obras do porto de Leixões até que, pela sua completa construção e apetrechamento, possa desempenhar no problema do turismo nacional o papel que lhe está destinado.

11.^a Criação de campos de aviação indispensaveis para o desenvolvimento turistico do País.

12.^a Construção de estalagens-albergues em determinados lugares de Turismo e de refugios nas principais zonas de altitude.

13.^a Aperfeiçoamento do serviço de excursões, não só no triangulo de turismo, Lisboa-Sintra-Cascais, como noutros pontos do País e nos arquipelagos da Madeira e dos Açores.

14.^a Organização do Turismo Popular em Portugal, por forma a conseguir-se proporcionar ás classes menos abastadas deslocarem-se dentro do País em pequenas viagens de alto interesse cultural nacionalista.

15.^a Protecção das belezas turisticas de Portugal contra os vandalismos de toda a especie, tanto no que diz respeito a monumentos e obras de arte, como na defesa das paisagens e perspectivas.

16.^a Desenvolvimento das industrias caracteristicas dos locais e criação dos museus de trajos regionais.

17.^a Inclusão de feiras typicas, bem como determinadas festas e romarias, dentro dum plano de acção turistica.

18.^a Intensificação do intercambio turistico entre Portugal e a Galiza.

19.^a Levantamento do Estadio Nacional e duma estrada-pista para corridas de automoveis, bem como, duma maneira geral, promulgação de medidas capazes de provocar o progresso da educação fisica e o desenvolvimento de varios desportos.

20.^a Protecção a todos os desportos de alto interesse turistico, nomeadamente os nauticos, o “camping” e o “golf”, bem como dos desportos de inverno na Serra da Estrela.

21.^a Concessão de facilidades para excursões turisticas venatorias ás provincias ultramarinas portuguesas e, outrossim, criação dum organismo dependente do Ministério das Colonias que tome a seu cargo a propaganda sobre as possibilidades cinegeticas do ultramar, promovendo na Metropole e no estrangeiro essas excursões.

22.^a Reabertura do Teatro S. Carlos, de tão gloriosas tradições, pois a existencia dum teatro de opera é um dos indispensaveis atractivos do Turismo.

23.^a Integramento da organização turistica portuguesa no espirito e na orientação da Sociedade das Nações.

24.^a Finalmente o I Congresso Nacional de Turismo solicita a atenção do Governo para as aspirações de carácter local que foram formuladas pelos diversos congressistas e que constam das respectivas teses anexas a estas conclusões finais.

O Século, 29 de Janeiro de 1936